

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO - PGDRA
DOUTORADO**

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
TERRITÓRIOS RURAIS DE SERGIPE**

TOLEDO

2024

LARA BRUNELLE ALMEIDA FREITAS

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
TERRITÓRIOS RURAIS DE SERGIPE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior.

Coorientador: Prof. Dr. Knut Ingar Western.

TOLEDO

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

FREITAS, Lara Brunelle Almeida

Turismo de Base Comunitária como estratégia de desenvolvimento local em territórios rurais de Sergipe / Lara Brunelle Almeida FREITAS; orientador Weimar Freire da Rocha Júnior; coorientador Knut Ingar Western. -- Toledo, 2024. 243 p.

Tese (Doutorado Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2024.

1. Turismo de Base Comunitária. 2. Desenvolvimento Local. 3. Territórios Rurais. 4. Sergipe. I. Rocha Júnior, Weimar Freire da, orient. II. Western, Knut Ingar, coorient. III. Título.

LARA BRUNELLE ALMEIDA FREITAS

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
TERRITÓRIOS RURAIS DE SERGIPE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

Prof. Dr. Knut Ingar Western
Nord University

Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

Prof. Dr. Alain Hernandez Santoyo
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. José Pedro Da Ros
Universidade Federal do Paraná

Toledo, 10 de abril de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força nos momentos difíceis e de proteção em todas as etapas da minha vida. A todas as lideranças e membros das comunidades, que generosamente apoiaram esta iniciativa e me acolheram com hospitalidade em seus territórios. Todas as contribuições foram essenciais e valorizadas com respeito.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior, que, desde o início, acreditou em meu potencial como pesquisadora. Sou grata pela oportunidade, confiança, recomendações, compreensão e respeito, que foram fundamentais nesta trajetória acadêmica. Agradeço do mesmo modo ao Prof. Dr. Knut Ingar, sobretudo pela paciência com meus entraves no inglês.

Aos professores, Dr. Lucir Alves, Dr. Alain Santoyo e Dr. José Pedro Da Ros, que aceitaram o convite para banca de avaliação e contribuíram para melhoria desta tese de doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por todo aprendizado de excelência, e à secretária, Débora Elisa Saling, pela presteza. Especialmente, ao Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima, que proporcionou o aprendizado que norteou parte desta tese, bem como seus conselhos e parceria na publicação dos artigos durante a disciplina de Análise Regional.

Ao Governo Federal, cujos financiamentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior subsidiariam tradução de artigos, participação em eventos científicos, pesquisa de campo e custos com moradia.

Aos meus colegas, Prof. Dr. Ambrozio Queiroz e Prof.^a Dr.^a Fabiana Faxina, que gentilmente escreveram cartas de recomendação, as quais significaram muito para mim e foram essenciais durante o processo de seleção neste conceituado programa de Pós-Graduação.

À minha família, pelas orações, orientação moral e sentido de propósito.

Às minhas amigas Eugenia Aquino, Gabriela Christ e família. Aos amigos Prof. Dr. Sandro Medeiros e Prof.^a Dr.^a Ursula Maruyama, que tanto me auxiliam no meu desenvolvimento profissional. Aos amigos Bruno Lessa e família, Emmerly Karoline, Marleide Melo, Rodrigo Umbaúba e família, Zezinho, agradeço o apoio, a confiança e a parceria durante a pesquisa de campo.

Aos meus ex-colegas de trabalho do Curso de Turismo, da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, nossas parcerias foram muito produtivas, regadas pela amizade e por muitos aprendizados.

Aos meus atuais colegas de trabalho do Curso de Gestão de Turismo, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, apoio essencial para finalização da pesquisa de campo e, consequentemente, conclusão desta tese de doutorado.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, o meu mais sincero agradecimento.

FREITAS, L. B. A. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRITÓRIOS RURAIS DE SERGIPE**. 245f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) emerge como foco principal deste estudo, investigado empiricamente à luz da análise regional. O objetivo geral foi analisar ações coletivas no TBC em territórios rurais como estratégia de desenvolvimento local no estado de Sergipe. Como objetivos específicos, buscou-se: i) diagnosticar ações/iniciativas coletivas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com a atividade turística e as cadeias produtivas em territórios rurais sergipanos, utilizando dados primários obtidos por pesquisa de campo em amostragem não probabilística aplicando a técnica bola de neve, e dados secundários provenientes do Observatório Terras Quilombolas; ii) catalogar ações coletivas e os produtos/serviços turísticos envolvidos à oferta turística local com auxílio de dados primários obtidos por Diagnóstico Rápido Participativo, norteado por questionário semiestruturado, que foi elaborado com base na síntese teórico-metodológica da revisão de literatura e direcionado às 74 lideranças comunitárias identificadas pela amostra; os dados foram processados com suporte do *software Iramuteq* e ilustrações por geotecnologias via *Google Earth Pro*; iii) caracterizar a dinâmica socioeconômica dos municípios, a partir de dados secundários, consultados nos bancos de dados eletrônicos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLASBR), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IpeaData) e no Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE). Avaliou-se a caracterização socioeconômica dos territórios por meio do cálculo dos indicadores de centralidade e disparidade à luz da análise regional e econometria espacial, ilustrada pelo *software Quantum GIS*. O período de análise das bases de dados do ATLASBR foi de 2010 para análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e de 2010 a 2020 para análise dos dados populacionais, do Produto Interno Bruto Total (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB), desagregado por setores da economia, extraídos do IpeaData e do SIDRA/IBGE. Os recortes temporais foram selecionados em função da disponibilidade das informações para cálculo dos indicadores, bem como abrangência da retração da economia provocada pela crise econômica nacional em 2016 e crise sanitária de 2019 em decorrência da pandemia da covid-19 (SARS-CoV-2). Tanto para análise dos dados primários quanto secundários, consideraram-se a delimitação geográfica e o recorte espacial demarcados pelo Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe com base nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe. Os resultados destacam que o TBC é uma realidade em algumas comunidades do território do Baixo São Francisco, Grande Aracaju e Sul Sergipano, demonstrando uma configuração de uma rede composta por diversas vozes, saberes populares e instituições associadas. Essa rede permite a constante integração das diretrizes e princípios que sustentam o TBC. A concepção de protocolos de consentimento prévio, livre e informado e o intercâmbio entre comunidades, com compartilhamento de saberes e experiências, evidenciam-se como boas práticas em comunidades na quais o TBC está mais consolidado. Por outro lado, em comunidades do Agreste Central, Alto Sertão e Leste Sergipano, o TBC ainda não está plenamente constituído, mas representa uma aspiração local. No entanto, em alguns casos, é necessário sensibilizar as comunidades para compreenderem plenamente esse fenômeno, pois, por vezes, há uma lacuna de compreensão sobre seu significado. Nos territórios do Centro-Sul e Médio Sertão Sergipano, não foram identificadas iniciativas até o momento. Com base no diagnóstico e nas discussões sobre as potencialidades do TBC no Brasil, que têm sido articuladas por representantes de

diversas esferas, incluindo universidades, movimentos sociais, organizações não governamentais, agências de cooperação internacional e instituições governamentais, bem como pelas lideranças comunitárias envolvidas na defesa dos direitos de povos e populações tradicionais, recomenda-se a elaboração de uma normativa para estímulo ao desenvolvimento do TBC no âmbito estadual. Além disso, propõe-se estratégias de desenvolvimento local com eixos de ações identificadas in loco e respectivo plano de ações para fortalecimento do TBC. Conclui-se que o TBC emerge como uma estratégia viável para impulsionar comunidades tradicionais ao destacar a heterogeneidade e a agregação de valor das atividades produtivas geradoras de renda, a partir de potencialidades naturais e socioculturais em apropriação turística pelas comunidades tradicionais locais, apoiando a geração de emprego e renda, bem como fortalecendo a governança no contexto de estruturas coletivas e do mercado turístico.

Palavras-chave: ações coletivas; capital social; comunidades tradicionais; econometria espacial; instituições; territórios de planejamento; sustentabilidade.

FREITAS, L. B. A. COMMUNITY-BASED TOURISM AS A LOCAL DEVELOPMENT STRATEGY IN RURAL TERRITORIES OF SERGIPE. 245f. Doctoral Thesis in Regional Development and Agribusiness – Center for Applied Social Sciences, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Campus Toledo.

ABSTRACT

Community-Based Tourism (CBT) emerges as the main focus of this study, empirically investigated in light of regional analysis. The general objective was to analyze collective actions in CBT in rural territories as a strategy for local development in the state of Sergipe. The specific objectives were: i) to diagnose collective actions/initiatives and community leadership directly involved in tourism activity and productive chains in rural territories of Sergipe, using primary data obtained through non-probabilistic field research applying the snowball technique, and secondary data from the Quilombola Lands Observatory; ii) to catalog collective actions and the tourism products/services involved in local tourism offerings with the aid of primary data obtained through Participatory Rapid Assessment, guided by a semi-structured questionnaire, which was developed based on the theoretical-methodological synthesis of literature review and directed at the 74 community leaders identified by the sample; the data were processed with the support of Iramuteq software and illustrations through geotechnologies via Google Earth Pro; iii) to characterize the socioeconomic dynamics of municipalities, based on secondary data consulted in the electronic databases of the Human Development Atlas in Brazil (ATLASBR), the Institute of Applied Economic Research (IpeaData), and the Automatic Recovery System of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (SIDRA/IBGE). The socioeconomic characterization of the territories was evaluated through the calculation of centrality and disparity indicators in light of regional analysis and spatial econometrics, illustrated by the Quantum GIS software. The analysis period of ATLASBR databases was from 2010 for the Municipal Human Development Index (MHDI) analysis, and from 2010 to 2020 for the analysis of population data, Gross Domestic Product (GDP), and Gross Value Added (GVA), disaggregated by sectors of the economy, extracted from IpeaData and SIDRA/IBGE. The temporal cut-offs were selected based on the availability of information for calculating indicators, as well as the extent of economic contraction caused by the national economic crisis in 2016 and the 2019 health crisis due to the covid-19 pandemic (SARS-CoV-2). For both primary and secondary data analysis, the geographical delimitation and spatial cut-off delineated by the Regional Development Plan of the state of Sergipe based on the Planning Territories of the state of Sergipe were considered. The results highlight that CBT is a reality in some communities in the Baixo São Francisco, Grande Aracaju, and Sul Sergipano territories, demonstrating a network configuration composed of various voices, popular knowledge, and associated institutions. This network allows for the constant integration of guidelines and principles that support CBT. The development of protocols for prior, free, and informed consent and the exchange between communities, with the sharing of knowledge and experiences, are evidenced as good practices in communities where CBT is more consolidated. On the other hand, in communities of the Central Agreste, Alto Sertão and Leste Sergipano, CBT is not yet fully constituted but represents a local aspiration. However, in some cases, it is necessary to sensitize communities to fully understand this phenomenon, as there is sometimes a gap in understanding its meaning. No initiatives have been identified so far in the Centro-Sul and Médio Sertão Sergipano territories. Based on this diagnosis and discussions about the potential of CBT in Brazil, which have been articulated by representatives from various spheres, including universities, social movements, non-governmental organizations, international cooperation agencies, and government institutions, as well as by community leaders involved

in the defense of the rights of traditional peoples and populations, it is recommended to develop regulations to stimulate the development of CBT at the state level. Additionally, strategies for local development with identified action axes on-site and a respective action plan for strengthening CBT are proposed. It is concluded that CBT emerges as a viable strategy to boost traditional communities by highlighting the heterogeneity and value aggregation of income-generating productive activities, based on natural and sociocultural potentials in tourist appropriation by local traditional communities, supporting job creation and income generation, as well as strengthening governance in the context of collective structures and the tourism market.

Keywords: collective actions; social capital; traditional communities; spatial econometrics; institutions; planning territories; sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Tese de Doutorado	28
Figura 2 - Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe.....	65
Figura 3 - Fluxograma metodológico para alcance dos objetivos propostos	67
Figura 4 - Mapa – Território de Planejamento do Baixo São Francisco	83
Figura 5 - Território Quilombola Brejão dos Negros em Brejo Grande, Sergipe	87
Figura 6 - Diagnóstico Rápido Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros do Grupo “As Dandaras” na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, em Brejo Grande, Sergipe.....	88
Figura 7 - Margens do Rio São Francisco no Povoado Resina em Brejo Grande, Sergipe ..	91
Figura 8 - Artesanato da palha do ouricuri e doces artesanais produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras ribeirinhas dos Povoados de Resina e Saramém	92
Figura 9 - Foz do Rio São Francisco, margem limítrofe entre os Estados de Alagoas e de Sergipe	93
Figura 10 - Praia de Ponta dos Mangues em Pacatuba, Sergipe	95
Figura 11 - Mapa – Território de Planejamento do Leste Sergipano	99
Figura 12 - Localização do Viveiro União das Mulheres e Territórios Quilombolas em Capela, Sergipe	102
Figura 13 - Diagnóstico Rápido Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros da Associação Remanescentes Quilombolas Pirangi e representante do poder público municipal em Capela, Sergipe	103
Figura 14 - Diagnóstico Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros da Associação União das Mulheres e representante do poder público municipal em Capela, Sergipe	104
Figura 15 - Diagnóstico Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Terra Dura e Coqueiral e representante do poder público municipal em Capela, Sergipe	105
Figura 16 - Mapa – Território de Planejamento do Sul Sergipano.....	109
Figura 17 - Complexo estuarino e acesso fluvial de Pontal, em Indiaroba, a Mangue Seco..	113
Figura 18 - Complexo estuarino e acesso fluvial de Terra Caída, em Indiaroba, a Mangue Seco.....	113
Figura 19 - Mangue Seco em Jandaíra, Bahia	114
Figura 20 - Atrativo turístico “Monumento do Aratu” em Terra Caída, Sergipe.....	115
Figura 21 - Teias de Empoderamento Comunitário ilustradas nas Áreas de Atuação da ASCAMAI	118
Figura 22 - Mosaico de derivados das produções agroindustriais da mangaba com familiares e membros associados da ASCAMAI e do Grupo de Mulheres Empoderadas	119
Figura 23 - Mapa – Território de Planejamento da Grande Aracaju	122
Figura 24 - Artesanato tradicional com recicláveis e fibra da palha de bananeira	128
Figura 25 - Complexo estuarino na Ilha Mem de Sá em Itaporanga d’Ajuda, Sergipe.....	129
Figura 26 - Atracadouro da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d’Ajuda, Sergipe	131
Figura 27 - Diagnóstico Participativo para o Turismo de Base Comunitária com lideranças da Associação de Agricultores do Território Quilombola Mussuca e do Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas em Laranjeiras, Sergipe	132

Figura 28 - Espaço físico da Cozinha de Vó no Centro Comunitário da Associação de Agricultores do Território Quilombola Mussuca em Laranjeiras, Sergipe	133
Figura 29 - Artesanato da Cooperativa dos Artesões de Laranjeiras, Sergipe	134
Figura 30 - Elementos da produção artesanal da comunidade	136
Figura 31 - Capela de Santa Cruz às margens do Rio Vaza-Barris, Sergipe.....	137
Figura 32 - Mapa – Território do Agreste Central Sergipano	138
Figura 33 - Estruturas geológicas das serras do Domo de Itabaiana e áreas circunvizinhas, Sergipe	143
Figura 34 - Visitantes e turistas em trilhas ecológicas no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe	144
Figura 35 - Localização do Povoado Carrilho em Itabaiana, Sergipe	144
Figura 36 - A Castanha do Carrilho e seus derivados, expostos para comercialização na SEALBA Show em 2024.....	145
Figura 37 - Processos artesanais na Unidade de Beneficiamento da Castanha do Carrilho em Itabaiana, Sergipe	147
Figura 38 - Derivados da batata-doce produzidos e comercializados pela Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária	148
Figura 39 - Mapa – Território de Planejamento do Alto Sertão Sergipano.....	150
Figura 40 - Foto aérea do atrativo turístico “Cânions de Xingó”, limítrofe entre os Estados de Alagoas e de Sergipe	154
Figura 41 - Saber-fazer da Renda de Bilro de Poço Redondo, Sergipe.....	156
Figura 42 - Possibilidades de parcerias em rede no Território do Alto Sertão Sergipano	158
Figura 43 - Mapa – Território de Planejamento do Centro-Sul Sergipano	162
Figura 44 - Mapa – Território de Planejamento do Médio Sertão Sergipano	165
Figura 45 - Diagrama de Zipf.....	169
Figura 46 - Classificação Hierárquica Descendente (Dendrograma)	170
Figura 47 - Análise Fatorial por Correspondência (AFC).....	171
Figura 48 - Nuvem de palavras	172
Figura 49 - Análise de similitude	173
Figura 50 - Região de influência do Arranjo populacional de Aracaju.....	175
Figura 51 - Valor da produção agrícola por Território de Planejamento	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese do delineamento teórico da tese de doutorado.....	40
Quadro 2 -	Síntese das iniciativas e/ou empreendimentos comunitários de TBC no Brasil, consultadas na base de dados eletrônica de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior entre 2006 e 2021	46
Quadro 3 -	Políticas públicas específicas de Turismo de Base Comunitária no Brasil.....	47
Quadro 4 -	Municípios dos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe.....	66
Quadro 5 -	Unidades de análise situadas nos Territórios de Planejamento no Estado de Sergipe, 2024.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território do Baixo São Francisco, do Brasil e de Sergipe – 2010	84
Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada município no Território Baixo São Francisco entre 2010 e 2020	84
Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Território do Baixo São Francisco entre 2010 e 2020	85
Tabela 4 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Território do Baixo São Francisco entre 2010 e 2020	86
Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território do Leste Sergipano, do Brasil e de Sergipe – 2010.....	100
Tabela 6 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada município no Território Leste Sergipano entre 2010 e 2020	100
Tabela 7 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Território do Leste Sergipano entre 2010 e 2020	101
Tabela 8 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Território Leste Sergipano entre 2010 e 2020.....	101
Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território do Sul Sergipano, do Brasil e de Sergipe – 2010.....	110
Tabela 10 - Produto Interno Bruto de cada município no Sul Sergipano entre 2010 e 2020	110
Tabela 11 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Sul Sergipano entre 2010 e 2020	111
Tabela 12 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Sul Sergipano entre 2010 e 2020.....	112
Tabela 13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território da Grande Aracaju, do Brasil e de Sergipe – 2010.....	123
Tabela 14 - Produto Interno Bruto de cada município da Grande Aracaju entre 2010 e 2020	123
Tabela 15 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor da Grande Aracaju entre 2010 e 2020	124
Tabela 16 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores da Grande Aracaju entre 2010 e 2020.....	125
Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território do Agreste, do Brasil e de Sergipe – 2010.....	139
Tabela 18 - PIB de cada município no Agreste Central entre 2010 e 2020	140
Tabela 19 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Agreste Central entre 2010 e 2020	140

Tabela 20 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Agreste Central entre 2010 e 2020.....	141
Tabela 21 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Alto Sertão Sergipano, do Brasil e Sergipe – 2010.....	151
Tabela 22 - PIB de cada município no Alto Sertão entre 2010 e 2020	152
Tabela 23 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Alto Sertão entre 2010 e 2020	152
Tabela 24 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Território do Alto Sertão entre 2010 e 2020	153
Tabela 25 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território do Centro-Sul Sergipano, do Brasil e Sergipe – 2010.....	163
Tabela 26 - Produto Interno Bruto de cada município no Centro-Sul entre 2010 e 2020	163
Tabela 27 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Centro-Sul entre 2010 e 2020.....	163
Tabela 28 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Centro-Sul entre 2010 e 2020.....	164
Tabela 29 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda <i>per capita</i> , nos municípios do Território do Médio Sertão, do Brasil e de Sergipe – 2010.....	166
Tabela 30 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada município no Médio Sertão entre 2010 e 2020.....	166
Tabela 31 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Médio Sertão entre 2010 e 2020.....	167
Tabela 32 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setor do Médio Sertão entre 2010 e 2020	167
Tabela 33 - Indicador de centralidade nos municípios dos Territórios do Baixo do São Francisco, Leste e Sul Sergipano - 2010 a 2020	176
Tabela 34 - Indicador de Disparidade nos territórios de Planejamento do Estado de Sergipe - 2005 e 2016	180
Tabela 35 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Territórios de Planejamento de Sergipe – 2020.....	186
Tabela 36 - Participação dos Territórios de Planejamento de Sergipe no Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe – 2010-2020.....	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTR	Associação Brasileira de Turismo Rural
ACMBC	Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do Município da Barra dos Coqueiros
ACTS	Atividades Características do Turismo
ACV	Análise de Ciclo de Vida
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
ADJC	Associação de Desenvolvimento do Jacaré Curitiba
APA	Área de Proteção Ambiental
APABF	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
APALSS	Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe
APL	Arranjo Produtivo Local
APTHAPI	Red de Turismo Comunitario del Lago Titicaca
ASCAMAI	Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba
ASPECTO	Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída
ATLASBR	Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHSF	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CEP	Comissão Ética de Pesquisa
CFC	Gases Clorofluorcarbonetos
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CONEP	Conselho Nacional em Pesquisa
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinho
COOBEC	Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha
COOPERLAR	Cooperativa dos Artesões de Laranjeiras
COOPERAFES	Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Moita Bonita
COOPERAFIR	Cooperativa de Agricultores Familiares
COOPRENA R. L	Consórcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional
COP	Conferência das Partes
CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPT	Comissão <i>Pastoral</i> da Terra
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EA	Educação Ambiental
EDL	Estratégia de Desenvolvimento Local
EDLT	Estratégias de desenvolvimento Local e Turístico
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA/PE	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Pernambuco
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
ENERGEN	Energias Renováveis.
EPI	<i>Environmental Performance Index</i>
ESI	<i>Enviornmental Sustainability Index</i>
FCP	Fundação Cultural Palmares
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGTS	Fórum Global de Turismo Sustentável
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
GRUMAQ	Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas no Povoado Mussuca
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

	Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Indicador de Centralidade do Município
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ID	Indicador de Disparidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)
IFS	Instituto Federal do Sergipe
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MAX	Museu de Arqueologia de Xingó
MLC	Movimento de Luta Camponesa
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTUR	Ministério do Turismo
MUTU	Red de Turismo Comunitario Garífuna
NGE	Nova Geografia Econômica
NOB	Normas Operacionais Básicas
NORCON	Sociedade Nordestina de Construções S.A
ODM	Objetivos de desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

ONU MULHERES	Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção agrícola municipal
PANCS	Plantas alimentícias não convencionais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PE	Estado de Pernambuco
PDR Sergipe	Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAFE	Plano Nacional para Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNRS	Política Nacional dos Resíduos Sólidos
PNSI	Parque Nacional da Serra de Itabaiana
PNUD	Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRODETUR/SE	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
QGIS	Quantum GIS
RATURC	Red Argentina de Turismo Rural Comunitário
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO	Reserva Biológica de Santa Izabel
REDTURS	Rede de Turismo Comunitário da América Latina
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RENITURAL	Red Nicaragüense de Turismo Rural Comunitário
RESEX	Reserva Extrativista
RETHUS	Red Provincial de Imbabura
RICANCIE	Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para la Convivencia Intercultural y Ecoturismo
RIMA	Relatório de impacto ambiental
RITA	Red Indígena de Turismo de México
RUNATUPARI	Red de Turismo Comunitario Huataraco Suno
SE	Sergipe
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura Desenvolvimento Agrário e da Pesca do estado de Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENDASUR	Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIG	Sistema de Informações Georreferenciadas
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STAMP	Sustainability Assessment and Measurement Principles
TAG	Território do Agreste Central
TASS	Território do Alto Sertão Sergipano
TBC	Turismo de Base Comunitária
TBSF	Território do Baixo São Francisco
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCSS	Território do Centro-Sul Sergipano
TGA	Território da Grande Aracaju
TLS	Território do Leste Sergipano
TMIB	Terminal Marítimo Inácio Barbosa
TMS	Território do Médio Sertão
TRAFF	Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar

TRC	Turismo Rural Comunitário
TSS	Território do Sul Sergipano
TUCUM	Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário
TURISOL	Rede Cearense de Turismo Comunitário
TUSOCO	Red Boliviana de Turismo Solidario y Comunitario
UC	Unidade de Conservação
UF	Unidade Federativa
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UNDP	United Nations Development Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
VAB	Valor Adicionado Bruto
VAB URB	Valor Adicionado Bruto Urbano
WEFORUM	The World Economic Forum
WTO	World Tourism Organization
WWF	World Wide Fund for Nature
ZEE	Zonas de Educação para o Ecodesenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Justificativa.....	24
1.2 Objetivos.....	26
1.3 Estrutura da Tese.....	27
 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	 30
2.1 Desenvolvimento local no contexto da economia e do turismo.....	30
2.2 Delineamento teórico da tese de doutorado.....	40
2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: AÇÕES COLETIVAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	41
2.4 O capital social e as instituições em ações coletivas no turismo de base comunitária como vantagem competitiva.....	49
2.5 SUSTENTABILIDADE E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	51
2.6 Considerações finais da seção.....	62
 3 METODOLOGIA.....	 64
3.1 Caracterização da área de estudo.....	64
3.2 Procedimentos metodológicos.....	66
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	67
3.2.2 Pesquisa de Campo	69
3.2.3 Econometria Espacial nos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe	71
 4 RESULTADOS	 76
4.1 Diagnóstico de iniciativas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com o turismo e cadeias produtivas em territórios rurais.....	76
4.2 Dinâmica socioeconômica, ações coletivas e produtos/serviços turísticos envoltos à oferta turística local nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe.....	82
4.2.1 Baixo São Francisco Sergipano	82
4.2.2 Leste Sergipano	99
4.2.3 Sul Sergipano.....	109
4.2.4 Grande Aracaju.....	122
4.2.5 Agreste Central Sergipano.....	138
4.2.6 Alto Sertão Sergipano.....	150
4.2.7 Centro-Sul Sergipano	161
4.2.8 Médio Sertão Sergipano	165
4.2.9 Análise textual com o <i>software</i> Iramuteq: explorando relações e padrões no <i>corpus</i> de pesquisa	168
4.3 Centralidade e Disparidade econômica nos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe.....	174
4.4 Considerações finais da seção.....	184
 5 CONCLUSÃO.....	 191
 REFERÊNCIAS	 196

APÊNDICES	224
Apêndice A - Roteiro de observação não participante.....	224
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	225
Apêndice C - Roteiro de entrevista utilizados na pesquisa de campo.....	227
Apêndice D - Quadro síntese teórico-metodológico que subsidiou o roteiro de entrevista.....	228
Apêndice E - Quadro-síntese de Estratégias de Desenvolvimento Local e Eixos de ações identificadas a partir de pesquisa <i>in loco</i>.....	229
APÊNDICE F- Plano de ações para fortalecimento do TBC	239
 ANEXOS	 240
ANEXO A - Parecer consubstanciado da comissão ética de pesquisa.....	240
Anexo B - 17 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (Ods)	241

1 INTRODUÇÃO

No fim do século XX, a globalização se insere em um contexto dialético balizado pela fragmentação territorial, evidenciada nas desigualdades entre os países, no encurtamento de distâncias e na transposição fronteiriça de multiterritorialidades devido aos avanços técnicos, científicos e informacionais. Apesar da relevante influência dos meios digitais, a informação tem o potencial de manipular e até alienar a opinião pública, sobretudo quanto às relações de produção e de consumo, muitas das vezes, desenfreadas e desnecessárias, estimulando em demasia a exploração de matérias-primas provenientes dos recursos totais e da força de trabalho, que ampliam o capital financeiro e ocasionam uma intensa competição por mercados e tecnologias (Santos, 1996a, 2000).

Trata-se de um panorama que acentuou ainda mais as divisões entre classes sociais e as desigualdades socioespaciais, resultando em relevantes transformações atenuantes do espaço nas dimensões ambientais, socioeconômicas, ideológicas, culturais, jurídicas e político-institucionais em diferentes processos de construção. Em vista disso, os crescimentos econômicos das cidades urbanas nem sempre foram acompanhados pelo planejamento adequado, sendo opostos às demandas sociais locais e ao fortalecimento de políticas públicas integradas (Santos, 2001). Nos espaços rurais, por sua vez, evidencia-se o êxodo em função do crescimento vegetativo da população urbana que, diante dos processos de industrialização, de modernização da agricultura e de abertura de fronteiras agrícolas, ocasionam mudanças importantes e complexas, impondo grandes dificuldades ao pequeno agricultor de subsistência. Assim, da questão agrária no mercado de trabalho e das suas modificações mais recentes na economia nacional emerge a necessidade de atividades menos dependentes do que aquelas exclusivamente agrícolas (Staduto; Kreter, 2014).

No continente europeu, surgiram diversos modelos inspirados nos processos produtivos atrelados às novas abordagens de gestão participativa, descentralizada e associativa, adentrando o livre-comércio, leis regulatórias e planos de governo. Já no continente latino-americano, especialmente no Brasil, esse processo também ocorreu implicando possibilidades que assistiam além das atividades no campo, sem que se prejudicasse a produção agrícola, surgindo atividades não agrícolas como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, os quais contribuíam para a terciarização da economia e para uma nova dinâmica do espaço rural (Alves; Costa, 2018; Schmidt *et al.*, 2015).

Iniciam-se práticas nos espaços rurais que assumem um caráter multifuncional, combinando diversas atividades, a exemplo do turismo, como estratégias de desenvolvimento local e como alternativa à progressiva concentração e polarização funcional de atividades/riquezas produzidas e de empregos. Com isso, formam-se tendências de aglomerações urbanas descontroladas, com elevados custos em favor de determinados territórios, o que acentua os contrastes em diferentes escalas, bem como o desenvolvimento desigual (Méndez, 1997).

Assim sendo, essas mudanças estão atreladas aos processos de globalização e à rusticidade do campo mediante o escasso desenvolvimento de infraestrutura dos meios de comunicação, de transporte e de segurança, que impulsionaram a degradação das sociedades rurais, contrapondo-se ao uso excessivo de recursos e de práticas cada vez mais insustentáveis em curto tempo, gerando crises e empobrecimento (Bebbington, 1999; Méndez, 1997; Staduto; Kreter, 2014). Coube ao pequeno agricultor, desse modo, buscar estratégias de subsistência e de sobrevivência, isto é, resiliência, cujas estratégias de acumulação combinam formas de habitação com investimentos produtivos em atividades não agrícolas e pluriativas para atender às suas necessidades materiais e mercadológicas (Ashley; Maxwell, 2001; Nascimento; Souza; Staduto, 2015).

Destaca-se que a demanda por novas alternativas estruturais e socioeconômicas predispõe um desenvolvimento por efeitos em cadeia (Hirschman, 2008). Sendo assim, essa transição ocasiona e acentua tensionamentos socioestruturais e ambientais (Christaller, 1966; Goidanich; Moletta, 2000; Krippendorf, 1982), pois se confirmam pressões sobre os recursos totais nas relações de produção e consumo tipificadas globalmente, que geram preocupações sobre a capacidade de suporte dos territórios e do sistema à luz de movimentos ambientalistas ao final da década de 1960, evidenciados entre as décadas de 1970 e 1990. Esse período foi marcado pela repercussão de suas articulações e compromissos globais firmados entre as nações em prol de um desenvolvimento sustentável (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021).

Logo, mediante a necessidade de novas alternativas, surgem proposituras de uma globalização solidária em que cada lugar é simultaneamente objeto de uma razão global e local que convivem dialeticamente em um espaço onde é possível compreender os lugares por meio de seus elementos centrais e suas virtudes locacionais que interagem em uma rede de relações humanas e ações solidárias, valorizando a singularidade em meio à totalidade (Santos, 1996a). Trata-se de uma conjuntura estrutural que está sendo criada a partir de um novo conceito de cidadania, com a participação ativa da comunidade, oposta à supremacia de valores

hegemônicos, em que “[...] a materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo” (Santos, 2000, p. 164). Seu enfoque está na solidariedade e nas redes em conformidade com multiterritorialidades alternativas (Haesbaert, 2006).

Modelos alternativos à economia tradicional neoclássica, que têm por finalidade o desenvolvimento econômico, social e político em detrimento da pura acumulação de capital, engendram novas configurações na economia solidária, cujos princípios norteiam um modo de produção autogestionário, democrático, cooperativo e recíproco, como suporte estratégico para o desenvolvimento local (Leal; Rodrigues, 2018; Magno *et al.*, 2022; Gaiger, 2004). Para esse desenvolvimento, torna-se elementar estruturarem-se ativos de capital como veículos para a ação instrumental (ganhar a vida), para a ação hermenêutica (fazer viver com sentido) e para a ação emancipatória (desafiando as estruturas sob as quais ganha a vida), que implicam empoderamento e mudança (Bebbington, 1999; Bebbington *et al.*, 2002; Bebbington; Hinojosa, 2004).

Nesse contexto de mudanças estruturais e alternativas, fundamentadas em uma heterogeneidade de atividades produtivas geradoras de riqueza, emerge a composição agregada de valor em intervenções no turismo a partir de potencialidades naturais e socioculturais locais mediante espaços globais, dinâmicos e complexos à luz da temática do desenvolvimento sustentável, repercutida para vários campos do conhecimento. O turismo segue essa tendência e oferta alternativas para turistas que buscavam no campo não só uma fuga dos centros urbanos e do estresse na vida moderna (Christaller, 1966; Goidanich; Moletta, 2000; Krippendorf, 1982), mas também novas experiências sob uma filosofia ética e biocêntrica acerca do uso sustentável dos recursos em contraposição à sua massificação e aos seus efeitos encadeantes transversais, estimulando a demanda aos modelos turísticos alternativos, responsivos e solidários, como acontece no segmento do Turismo de Base Comunitária (TBC), por exemplo.

O TBC valoriza iniciativas que exploram potenciais identitários culturais, sendo comum observar estudos de casos¹ nos quais mecanismos sociais agregam valor compartilhado entre instituições² e comunidades em prol de um desenvolvimento, gerando vantagens em distintos contextos, sobretudo quanto à valorização de produtos turísticos competitivos e sustentáveis. Nesse sentido, Bourdieu (1989) destaca, em seu modelo conceitual dos “sistemas

¹ Para consultá-los, ver a subseção 2.3.

² Para Douglas North (1990), “[...]instituições são regularidades nas interações repetitivas entre indivíduos” (North, 1990, p. 1).

simbólicos”, a relevância das diversas identidades culturais como mecanismos sociais contrários à homogeneização, à massificação e à mercantilização que, em uma demanda de desvalorização social, oferecem oportunidades para a tradução de valor simbólico em valor econômico. É o que acontece, por exemplo, nos festivais culturais em que há um incremento na economia local, como o Festival de Cinema Feminino em Seul, que apoia a igualdade de gênero estimulando grupos identitários de cineastas mulheres (Pereira, 2012), ou como no Festival de Cinema Árabe, em Rotterdam, que apoia a diversidade, estimulando produções realizadas por comunidades étnicas (Valck, 2014).

Desse modo, versam horizontalidades e multiterritorialidades que se estabelecem em um espaço banal, conforme apontado por Santos (2000). Esse é o espaço de todos, demarcado a partir de relações econômicas que ultrapassam materializações localizadas, como os fluxos monetários e os espaços de circulação, que são caracterizadas pela presença das instituições, de arquétipos de conduta mediante condicionantes culturais, de acordos e contratos que delineiam o escopo de ações de indivíduos e de organizações. Observa-se aqui uma aproximação de uma Nova Geografia Econômica (NGE) ao institucionalismo, a partir de conceitos retomados na Escola Francesa da Economia Regional por *François Perroux*, no artigo *Economic space: Theory and applications* (1950), e por *Douglas North*, em sua obra *La nueva economía institucional* (1990), fundamentada a partir da Teoria da Base Econômica de Exportação (1977), na escola americana da economia regional.

Logo, trata-se de um espaço contíguo de todas as existências, da proximidade, da coparticipação, do cotidiano, da cooperação, do desenvolvimento e da solidariedade no lugar e no território (Santos, 2000). Entretanto, essas possibilidades são frequentemente revertidas em situações de conflito, pois, quanto mais complexas as sociedades, maior a necessidade de mediações e de intervenções revertendo dilemas de ações coletivas (Claval, 1978). Esses fenômenos podem ser acentuados mediante a precarização das relações e que merecem ser compreendidos, haja vista que elevam os custos de transação e monetizam obstáculos à cooperação e ao desenvolvimento local.

Não obstante a isso, cada território responde de forma única e distinta às diversas mudanças apresentadas, e o enfrentamento a esses processos estruturais socioeconômicos ocorre com base nas suas próprias características e estruturas internas, por meio das diversas capacidades demonstradas pelos seus agentes sociais e institucionais, conjuntura que também merece ser compreendida. Salienta-se ainda que, embora o operante seja local, não deve ser negligenciada a existência de tendências globais que diferenciam o funcionamento das

atividades econômicas, dentre elas o turismo, e a sua organização espacial de acordo com diferentes momentos históricos.

Sendo assim, observam-se, no Estado de Sergipe, ações e iniciativas de pequenas comunidades situadas em territórios rurais, cujas famílias locais recebem turistas para conhecer e vivenciar seus modos e rotinas de produção e consumo. Essas experiências coletivas perpassam pelo cultivo e consumo de produtos da terra, pela distribuição de recursos e pela incorporação de relações socioculturais de autenticidade e de identidade que podem alterar a dinâmica do turismo regional; eis o ponto de partida deste estudo, visto que elas carecem de uma investigação quanto à sua organização institucional e estrutura mercadológica pela dialética do turismo.

Tais iniciativas podem conduzir a uma revitalização socioeconômica e mitigar desigualdades socioeconômicas nos espaços rurais, mas, a depender da organização comunitária e da sua estrutura mercadológica, podem gerar significantes conflitos que inviabilizam a prática de um turismo responsivo e solidário. Logo, questiona-se: **Quais os atores sociais, as ações coletivas e iniciativas que conduzem o turismo de base comunitária em prol do desenvolvimento local?**

A fim de responder a esse questionamento e compreender as mudanças estruturais complexas e heterogêneas concatenadas ao fenômeno da globalização e do turismo, situa-se como recorte territorial da área de estudo em tela os Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, conforme demarcações do Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe (Sergipe, 2017).

1.1 Justificativa

Diante do contexto introdutório controverso da globalização apresentado e a sua transversalidade ao fenômeno do turismo, este estudo emerge do interesse de compreender essas relações e seus respectivos impactos nas dimensões ambiental, socioeconômica e cultural, atreladas ao modelo alternativo de turismo responsivo como estratégia de desenvolvimento local.

Na dimensão ambiental, a relação entre a natureza e o turismo podem se complementar e se desenvolver conjuntamente, gerando riquezas e apoiando a criação de empregos, contudo, depende de diferentes fatores de ordem econômica, social, ambiental, política e institucional.

Esses são atributos que geralmente resultam em tensões e conflitos devido às diversidades de interesses e de singularidades dos envolvidos.

Nas dimensões socioeconômica e cultural, o turismo, quando se insere nos espaços rurais, pode ocasionar alterações no comportamento das pessoas, residentes e turistas, especialmente no modo de se relacionarem entre si, na percepção dos seus valores, das suas necessidades e dos seus costumes. Tais mudanças incorporam no sistema produtivo e social desafios às características institucionais envoltas aos novos padrões de produção e de consumo nos territórios. Outrossim, a distribuição de poder e riqueza dentro de uma sociedade também se complementa e se relaciona com diferentes dimensões.

Cabe ressaltar que a concentração espacial das atividades produtivas sempre foi uma característica marcante no processo de ocupação dos espaços, bem como os impactos decorrentes referentes aos padrões produtivos e de consumo, o que exige mudanças que possibilitem seu efetivo aproveitamento. Não obstante a isso, o processo turístico envolve a geração de impulsos em cadeias produtivas, mediante a seleção ou a criação de áreas turísticas para atender às necessidades do consumidor-turista, com várias consequências para as partes envolvidas.

O turismo em espaços rurais surge como uma alternativa para as comunidades ampliarem a sua renda, podendo conciliar desenvolvimento participativo, apoio à geração de emprego e renda, proteção ambiental e qualidade de vida. Para tanto, é importante que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma planejada e sustentável, de acordo com as suas características locais e levando em consideração a fragilidade dos ecossistemas naturais e a autenticidade sociocultural da coletividade, aspectos que juntos justificam a relevância deste estudo.

Ademais, mediante ao acontecimento vigente da pandemia da covid-19 (SARS-CoV-2), converge a preferência de turistas que buscam novos destinos turísticos com uma maior interação com a comunidade local e o ambiente natural (Lima; Irving; Oliveira, 2022). Eles se sentem atraídos pela possibilidade de contato direto com a natureza em busca da sensação de bem-estar e segurança, uma vez que a necessidade de distanciamento de aglomerações evidencia espaços diferenciados mais comprometidos com a responsabilidade ambiental, social e sanitária (Li *et al.*, 2021; Zhu; Deng, 2020). Assim, é possível que haja um resgate do mito da natureza intocada abordado por Diegues (2001), quando o moderno ressuscita neomitos perdidos, a natureza como paraíso terrestre, natural, selvagem, intocado e intocável, lugar desejado e procurado pelo homem após a sua expulsão do Éden. De toda maneira, há uma

demanda de turistas responsáveis preocupados com protocolos de biossegurança e consequências de suas viagens para os lugares turísticos visitados.

Além disso, estudos recentes já apontam para uma piora dos problemas físicos e mentais da população em geral, devido ao isolamento social e ao fato das relações pessoais se tornarem escassas nesse período (Raimundo; Pacheco, 2021). Em decorrência desse acontecimento, os espaços rurais adquirem centralidade em virtude dos benefícios associados à qualidade ambiental e às melhorias do bem-estar e da saúde física e psíquica da população.

Em vista disso, para delimitação temporal desta pesquisa, optou-se por um recorte temporal da pandemia da covid-19. A complexidade em tempos de pandemia, emergência gerada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), tanto evidenciou uma notória ameaça global quanto projetou oportunidades e perspectivas para o turismo no espaço rural. Ademais, esta tese de doutorado foi conduzida durante o período pandêmico, e a pesquisa de campo foi realizada após a intensificação da vacinação, adotando as medidas de segurança pertinentes.

Destarte, a contribuição do estudo está circunscrita à geração de produtos/serviços competitivos e sustentáveis que conciliem crescimento econômico, conservação ambiental e preservação cultural mediante os desafios de um sistema capitalista de interesses e ações conflituosas em diferentes escalas territoriais e temporais. Nesse aspecto, a definição da linha de pesquisa 1 do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), ao abordar cadeias produtivas, adequa-se à proposta de elaboração de uma abordagem crítica e sistêmica que considere as relações entre atores sociais, cooperativismo enquanto possibilidade de desenvolvimento socioeconômico e turístico.

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é analisar ações coletivas no turismo de base comunitária em espaços rurais, como estratégia de desenvolvimento local no Estado de Sergipe.

Como objetivos específicos, busca-se:

- ✓ Diagnosticar ações/iniciativas coletivas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com a atividade turística e as cadeias produtivas em espaços rurais sergipanos;
- ✓ Catalogar ações coletivas e os produtos/serviços turísticos envolvidos à oferta

turística local;

- ✓ Caracterizar a dinâmica socioeconômica dos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe.

1.3 Estrutura da Tese

Esta tese de doutorado está dividida em duas partes para melhor organização e compreensão do seu conteúdo (Figura 1). A primeira, denominada Parte I, tem caráter introdutório, teórico e conceitual, contém a justificativa e objetivos da pesquisa, apresenta os principais conceitos e fundamentos que norteiam a pesquisa, contemplando bases de conhecimento científico delimitadas pela pesquisadora a partir de uma minuciosa revisão sistemática de literatura, com temas que abrangem diferentes aspectos do desenvolvimento local no contexto da economia e do turismo, incluindo o TBC, o capital social e as instituições em ações coletivas, a sustentabilidade e considerações gerais sobre a seção.

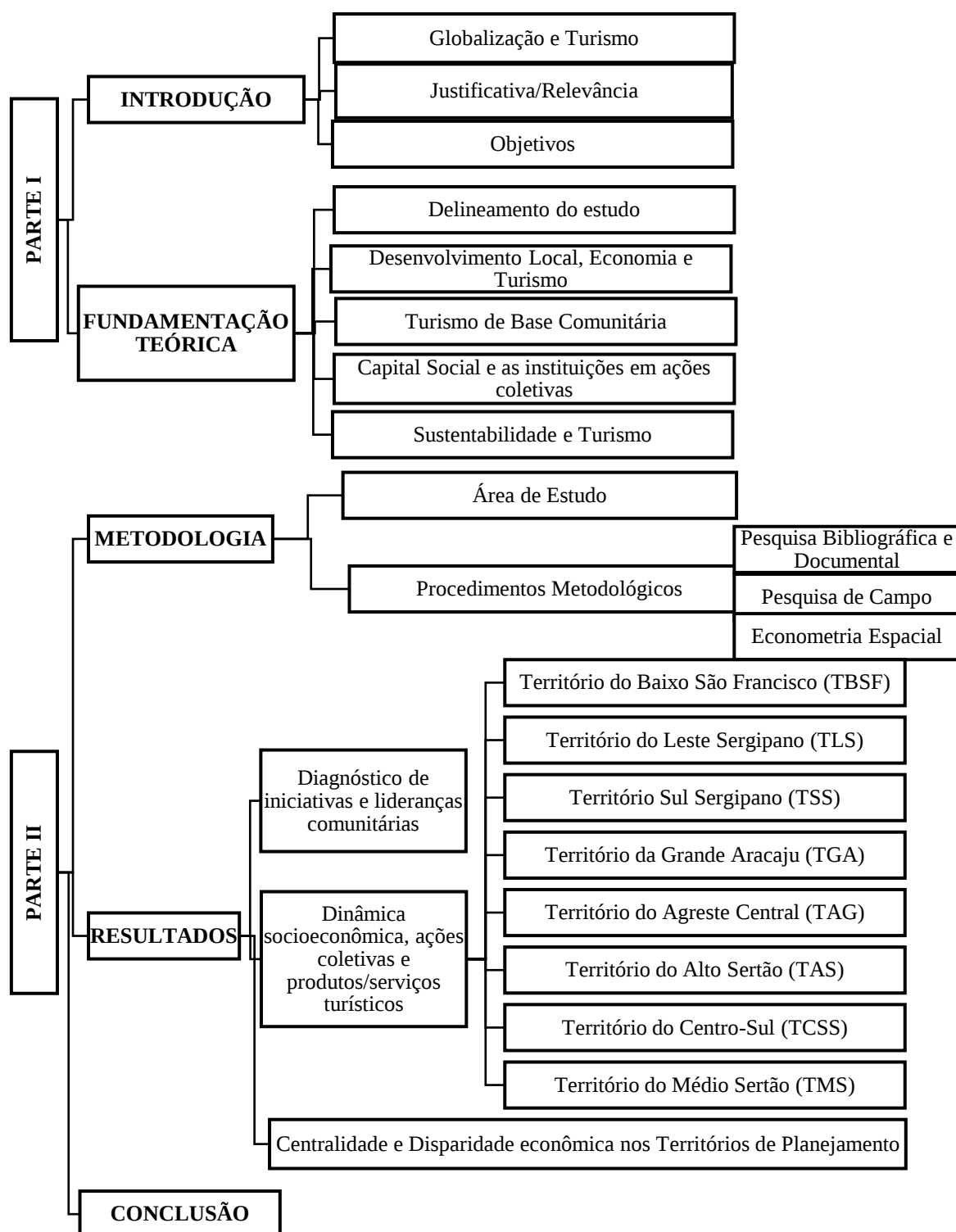
A primeira seção da Parte I enfoca a contextualização da globalização e suas transformações transversais ao fenômeno do turismo, enquadrando a justificativa e a relevância do estudo, que são correlacionadas à formulação do problema, respondido mediante ao alcance dos objetivos, geral e específicos, deste estudo. A segunda seção é subdividida em seis subseções. A primeira subseção descreve a síntese do delineamento teórico, ao passo que a segunda subseção evidencia o desenvolvimento local e as suas congruências nas relações entre turismo e economia, situando o arcabouço teórico que aborda a Teoria da Localização, de Alfred Weber (1929), a Teoria das Localidades Centrais, de August Lösch (1954), a Teoria da Hierarquia de Lugares, de Christaller (1966), a Teoria dos Anéis Concêntricos, de Von Thünen (1966), a Teoria do Desenvolvimento Desequilibrado, de Albert Hirschman (1958), e o princípio da causação circular cumulativa, de Myrdal (1968), bem como norteia os eixos e as bases de ação para uma estratégia de desenvolvimento local.

Na terceira subseção, apresenta-se o TBC como modelo de turismo alternativo em escalas globais e locais, exemplificando iniciativas e empreendimentos comunitários que dependem na sua essência de organização institucional e do capital social da comunidade, atributos base para uma estratégia de desenvolvimento local. Por esse motivo, na quarta subseção, o capital social e as instituições em ações coletivas estão contextualizados e destacados como vantagem competitiva em territórios rurais que se apropriam do TBC.

A quinta subseção, por sua vez, centra-se na contextualização da sustentabilidade como

princípio elementar para o desenvolvimento local e estimula práticas turísticas responsáveis para implementação do TBC. A sexta subseção reúne as considerações gerais e a síntese da Parte I.

Figura 1 - Estrutura da Tese de Doutorado



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2022).

A Parte II desta tese tem caráter metodológico, analítico e empírico, e engloba as seções de três a cinco. A terceira seção descreve a metodologia utilizada na pesquisa, incluindo a caracterização da área de estudo e os procedimentos metodológicos adotados para alcançar cada um dos objetivos propostos. A quarta seção exhibe e discute os resultados obtidos a partir da análise de dados primários e secundários coletados durante a pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e de campo, incluindo um diagnóstico de iniciativas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com turismo e cadeias produtivas em nos territórios de planejamento do estado de Sergipe (Agreste Central, Alto Sertão, Centro-Sul, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Grande Aracaju e Sul Sergipano) além de catalogações preliminares das ações coletivas e produtos/serviços turísticos envoltos à oferta turística local e respectivas caracterizações das dinâmicas socioeconômicas desses territórios. Essa divisão foi realizada para garantir uma leitura mais fluída e coerente, permitindo ao leitor acompanhar a evolução da pesquisa de forma clara e objetiva. Conclui-se com uma síntese desses resultados na quinta seção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Nesta seção, apresenta-se uma revisão teórica com base no delineamento do estudo e nas palavras-chave da pesquisa. Assim, buscou-se situar o turismo como fenômeno capaz de promover desenvolvimento local, ainda que se considere o contexto da economia neoliberal vigente por meio ações coletivas e sustentáveis no TBC, integrando o global e o local. Para tanto, o protagonismo das comunidades torna-se elementar, ressaltando-se o capital social e as instituições em ações coletivas como vantagem competitiva no turismo de base comunitária.

2.1 Desenvolvimento local no contexto da economia e do turismo

O conceito de desenvolvimento traz consigo um caráter dinâmico, multifacetado e processual (Boisier, 2001; Druciaki, 2017; Hirschman, 2008), que tem sido fragmentado em diversas delimitações (econômico, regional, sustentável etc.) complexas para serem compreendidas em sua dimensão global (Milani; Grade, 2011), resultando em uma ruptura de paradigmas que perpassa do funcionalista ao territorial/endógeno, estimulado na dimensão local (Boisier, 2001). Desse modo, a perspectiva clássica do desenvolvimento, caracterizado pelo crescimento econômico (Boisier, 2001; Druciaki, 2017; Milani; Grade, 2011) e pelo progresso material e tecnológico (Martins, 2002; Wendt; Schmidt, 2019) que resulta em tensionamentos nas condições estruturais socioespaciais (Harvey, 2003), transcende ao endógeno registrado em pequenas escalas por grupos que reconhecem e valorizam as suas capacidades e potencialidades na busca de soluções para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população (Boisier, 2001; Silva, 2011).

Em outras palavras, a compreensão da escala local rejeita limitações estritamente mercadológicas de racionalidade limitada em prol do progresso da sociedade (Lévesque, 2009), pactua a eficácia das ações e um acompanhamento mais adequado dos resultados, associando-se ao fracasso de um paradigma de desenvolvimento situado na industrialização a qualquer custo, que pressiona recursos ambientais e sociais e é viabilizado pelo consumo de massa e ampla disponibilidade de capitais (Leroy, 1997; Martins, 2002).

Nesse sentido, o desenvolvimento local passa a ser reconhecido como um processo dinâmico e evolutivo, conceituado por Vázquez-Barquero (1988) como:

Um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local, no qual podem ser identificadas três dimensões: uma econômica, em que os empresários locais utilizam a sua capacidade de organizar fatores produtores locais com suficiente níveis de produtividade para ser competitivo nos mercados; outra, sociocultural, na qual valores e instituições servem de base para o processo de desenvolvimento; e, finalmente, uma dimensão político-administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um ambiente econômico local favorável, protegê-lo de interferências externas e promover o desenvolvimento local (Vásquez-Barquero, 1988, p. 129, tradução nossa).

Esse processo de desenvolvimento local, para que seja bem-sucedido, ocorre com base em princípios que consideram: i) o local, onde todos os atores (indivíduos, grupos e instituições) devem ser vistos e compreendidos pela comunidade, a partir de suas próprias identidades; ii) a participação proativa e cooperação de todos como condição *sine qua non*, sem exceção; iii) a integração local de todos os setores, que cria dinâmicas e sinergias vitais e benéficas; iv) as dúvidas, os problemas e o processo de desenvolvimento mediante gestão local; e v) a estratégia de desenvolvimento local deve ser incorporada à dinâmica global (Albuquerque; Zapata, 2010; Figueira, 2011).

Assim, a discussão sobre o desenvolvimento local estimulado pela dialética global/local é complementar e cria conjuntamente sinergias sociais e econômicas (Boisier, 2001; Mballa, 2017), gerando reflexões críticas sobre o modelo econômico neoliberal vigente e os impactos da globalização que se integram e se retroalimentam em um determinado território mediante uma posição “globalizante” ou “localista” (Bauman, 1999; Boisier, 2005).

O local, na dimensão territorial, representa uma estratégia de desenvolvimento que deve proporcionar instituições fortalecidas e mecanismos de participação, causando uma melhoria das condições socioeconômicas em médio e longo prazo (Büttenbender, 2021). Desse modo, o combate à exclusão social, priorizando pequenos empreendimentos e segmentos comunitários que atuam fora do mercado convencional, torna-se de um eixo norteador no desenvolvimento local, que, em sua concretude, constitui-se pelo desenvolvimento social, humano e sustentável, com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida (Oliveira, 2020).

Nesse sentido, quando um território define uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), preconiza as suas bases e os eixos de ações em uma mobilização significativa das comunidades locais para que elas se encarreguem da formulação e da implementação do seu planejamento e suas políticas públicas. Se ambas ocorrerem de forma integrada e participativa, finda-se na construção ou no fortalecimento da capacidade organizacional de seus agentes

econômicos e de suas instituições para construir respostas adequadas às necessidades/problemas existentes (Barquero, 2001; Figueira, 2017).

A EDL deve ser considerada caso a caso, dada as suas particularidades, uma vez que os atores, as empresas e a comunidade local são diferentes, bem como suas capacidades, as suas necessidades e as suas demandas/prioridades locais mudam nos territórios. Além disso, cada comunidade pode ter uma visão diferente da EDL, que deve ser incorporada às suas políticas de desenvolvimento (Oliveira; Piffer, 2016). Não existe “receita” que deve seguir exatamente os passos e as ações de países desenvolvidos, mas é salutar reconhecer essas diferenças, que contribuam tanto no diagnóstico quanto na elaboração e na execução de uma EDL. Assim, ela apresenta-se como um projeto de longo prazo que capta as necessidades da comunidade para um futuro melhor, e deve ser desenvolvida com a participação de todos os membros, dando especial atenção aos principais *stakeholders* locais e identificando todos os objetivos a serem perseguidos para desenvolver um plano de ação concreto.

A construção da EDL requer uma compreensão clara dos problemas locais, o desejo de resolvê-los e a capacidade de unir as pessoas em torno de um objetivo comum, fornecendo estímulos à capacidade de aprendizagem da rede de atores locais. Com isso, a comunidade coopera para desenvolver ações e estratégias para enfrentar seus problemas e passar de um estado de subdesenvolvimento para um estado de desenvolvimento, ou de um estado de estagnação para um de avanço (Ferrera de Lima, 2005).

Quando se trata de viabilizar uma EDL, existem várias estratégias que podem ser consideradas e colocadas em prática, tais como: i) estratégia de escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional; ii) estratégia de empoderamento comunitário, utilizando moeda própria; iii) provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária (Santos, 2014); e iv) construção de mercados com base em redes cooperativas, em que a criação de atividades econômicas e/ou a prestação de serviços é impulsionada pela demanda efetiva expressa pelos moradores de um determinado território (França Filho, 2008).

Salienta-se que a composição do território também requer desafios inerentes ao envolvimento de diversos atores, cujo perfis podem ser múltiplos e resultado de elementos peculiares a cada espaço, pois é sustentado na potencialização dos capitais, recursos e agentes econômicos de sua população (Hirschman, 2008; Raiher, 2017). Desse modo, torna-se importante incorporar à análise de uma estratégia de desenvolvimento indicadores que incluem,

entre outros, o capital social, os esforços associativos/cooperativistas, as relações econômicas, as redes produtivas, a pobreza, e marginalização social (Mballa, 2017).

Não obstante a isso, o processo de desenvolvimento depende da dinâmica econômica dos territórios, sendo associado ao crescimento econômico e condicionado ao incremento de atividades propulsoras responsáveis por proverem matéria-prima, bens e serviços complementares, atividades que, ao longo do tempo, podem interagir com outras cadeias produtivas (Hirschman, 2008). Complementarmente, passa a se apoiar em outros fatores, tais como a cooperação, a reciprocidade e a confiança na constituição organizacional e institucional (Lévesque, 2009).

Nesse sentido, territórios mais avançados em termos de desenvolvimento econômico conseguem transformar ações em cooperação e o sentimento de pertencimento nos principais elementos de integração do processo de encadeamento produtivo e de políticas públicas territoriais (Wesendonck, 2017). Ressalta-se, contudo, que eles também obedecem à lógica do desequilíbrio e das desigualdades, o que significa que não estão protegidos das oscilações da economia e seus ciclos, bem como podem não ser capazes de gerar grandes encadeamentos (Hirschman, 2008).

Esses encadeamentos se estabelecem com base em modelos capitalistas de produção e reprodução do capital gerado pelo território, bem como nas relações de poder em sua legitimação (Hirschman, 2008; Raiher, 2017; Wellen, 2009). Em um sistema econômico capitalista, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e a projeção de reprodução do sistema envolve questões mercadológicas de fixação de preços e a necessidade de controle sobre o emprego na força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e nos lucros positivos, fatores que carecem de negociação para que esse sistema permaneça viável (Harvey, 2003).

Nos espaços rurais, as forças globais têm provocado arrefecimento populacional, ocasionando problemas de ordem econômica, social e ambiental, sobretudo para a agricultura familiar, que tangencia o mercado doméstico com demandas irregulares para seus produtos, cujos insumos geralmente têm um preço elevado para a produção e devido a sua baixa escala de produção têm seus custos elevados perdendo competitividade, refletindo na renda familiar (Silva; Mendes, 2012; Silva; Lima; Christoffoli, 2016). Além disso, outros fatores associados à rusticidade do campo, como baixa infraestrutura logística, baixos índices de desenvolvimento na educação e saúde, criam pré-condições para a evasão do campo, quando comparados às facilidades da zona urbana no processo de globalização (Silva; Mendes, 2012).

Tais fatores desmotivam e desvalorizam aspectos culturais de comunidades rurais, mas uma atividade não agrícola como o turismo é capaz de agregar possibilidades econômicas e sociais, diversificando a oferta, por meio de experiências autênticas e sustentáveis, nas quais o turista tem a oportunidade de conhecer e consumir produtos locais e vivenciar rotinas de produção e da comunidade, devendo respeitar as características autênticas do espaço, do meio ambiente e das tradições (Barrera, 2006; Souza; Elesbão, 2008; Teixeira, 1998).

O espaço rural deixa de ser exclusivamente um espaço de produção agrícola e se transforma em um espaço multifuncional de produção e consumo de novos produtos com enfoque na paisagem, na ruralidade, na tranquilidade e no patrimônio cultural e/ou natural, para reprodução socioeconômica no turismo rural (Cristóvão; Pereiro, 2012). Contudo, apesar do turismo contribuir para movimentar a economia, gerando emprego e renda, ingressando divisas e arrecadação, o fenômeno traz consigo impactos que implicam a sua expansão nos espaços urbanos e rurais, suscitando reflexões quanto à sua viabilidade (Giampiccoli, 2010; Simpson, 2010).

Nesse sentido, o conhecimento sobre o comportamento dos agentes econômicos é relevante para a compreensão da dinâmica mercadológica do turismo e suas alterações em função das condições de oferta e demanda, que são influenciados pelas políticas macroeconômicas e fiscais do governo, assimetria de informação, externalidades e poder de monopólio (Santos; Kadota, 2012).

O turismo é suscetível às distorções do mercado e às políticas governamentais com um agravante, sendo um dos primeiros setores que as famílias cortam em momento de crise, fato que se evidenciou entre 2008 e 2009, quando o mundo sofreu uma grave crise econômica do *subprime*, bem como mais recentemente com a crise sanitária em decorrência da pandemia da covid-19 (Lupton; Willis, 2021).

No Brasil, o impacto econômico proveniente da pandemia nas Atividades Características do Turismo (ACTs) tem sido caracterizado por significativas perdas econômicas, cerca de R\$ 161,3 bilhões no biênio (2020-2021), volume de produção que representa uma retração de 29,8% na produção total em relação ao ano de 2019. Observam-se, no entanto, perspectivas de retomada gradual do turismo doméstico a partir de experiências que proporcionem um maior contato com a natureza, isso considerando avanços da vacinação em massa dos turistas (FGV, 2020).

Em contrapartida, destaca-se que, no *ranking* global do *The World Economic Forum* (2018), o Brasil alcançou a primeira e a oitava posições, respectivamente, nos quesitos

diversidade de recursos naturais e recursos culturais, na margem dos indicadores de competitividade internacional. Dados do Serviço Florestal Brasileiro (2020) corroboram com a relevância das potencialidades do Brasil, apontando que o território tem uma área natural estimada de 851.487.700 em hectares (ha) que correspondem respectivamente a uma diversidade de fauna e flora nos biomas brasileiros: i) Amazônia, 419.694.300 ha; ii) Caatinga, 84.445.300 ha; iii) Mata Atlântica, 111.018.200 ha; iv) Pampa, 17.649.600 ha; v) Pantanal, 15.035.500 ha; e vi) Cerrado, 203.644.800 ha, a maior área degradada.

Assim, o estudo do comportamento dos consumidores/demanda e da oferta turística torna-se elementar à análise do desenvolvimento turístico, pois a produtividade sem referência aos centros produtivos que geram necessidades turísticas estaria fadada a ser incompleta. Tal necessidade varia de acordo com as condições sociais que operam sobre a potencialidade turística, assim como ocorre em economias liberais modernas (Nash, 1989). Desse modo, a produtividade que se refere à eficiência e à capacidade de produzir bens e serviços relacionados ao turismo deve ser considerada com base nos locais ou centros que provocaram as experiências turísticas que os turistas desejam, pois varia conforme as condições sociais influenciam as atividades turísticas de um determinado local. As economias liberais modernas operam onde as forças do mercado e as influências sociais também desempenham um papel importante na definição da oferta e da demanda.

O modelo tradicional do turismo em massa, caracterizado na perspectiva materialista-consumista, quando não bem planejado, nem sempre beneficiará a população. A alteração dos modos de produção e de consumo para atrair ou agradar turistas e a massificação de novas culturas podem acarretar superexploração de trabalhadores e segregação territorial, tangenciando parte da população absorvida pelo mercado de trabalho em condições de precarização para áreas inadequadas de habitação (Coriolano, 2009; Sampaio *et al.*, 2006). Além disso, o fenômeno de sazonalidade, típico da atividade turística, pode provocar crescimento urbano caótico por fluxos migratórios populacionais em períodos de alta temporada e desemprego na baixa temporada (Tomazzoni; Crosdales, 2013). Salienta-se que os dilemas econômicos gerados pelos desejos ilimitados e recursos escassos acirram as tomadas de decisões dos turistas no momento de escolher entre os serviços de turismo ou um bem. Outro problema diz respeito ao custo de oportunidade que as atividades de turismo geram, ou seja, consumir o turismo no curto prazo ou poupá-lo para usufruir o recurso em longo prazo (Santos; Kadota, 2012).

Esses acontecimentos involucram aspectos sociodemográficos, associados ou não ao desenvolvimento, que podem ser justificados, em partes, pela NGE com o intuito de ilustrar fenômenos regionais em uma representação territorial (Krugman, 1991; Krugman; Venables, 1995; Fujita; Krugman; Venables, 1999; Puga; Venables, 1999). Muitas das vezes, a NGE teoriza dinâmicas de desempenho econômico respaldadas na Escola Alemã da economia regional em regularidades empíricas confrontadas pelas teorias micro e macrosociais, a exemplo, Teoria da Localização, de Alfred Weber (1929), Teoria das Localidades Centrais, de August Lösch (1954), Teoria das Hierarquia de Lugares, de Christaller (1966), e Teoria dos Anéis Concêntricos, de Von Thünen (1966).

Para Weber (1929), a localização de uma empresa depende de três fatores principais: o custo de transporte, o custo da mão de obra e a aglomeração industrial. Embora a sua teoria tenha sido originalmente desenvolvida para explicar a localização das empresas industriais, as suas ideias também podem ser aplicadas ao turismo, visto que a escolha da localização é um fator relevante para um empreendimento turístico e pode considerar os mesmos fatores.

Lösch (1954) busca explicar como as atividades econômicas se distribuem no espaço geográfico e como as cidades e outras localidades se tornam centros de comércio e serviços para distribuição de produtos e serviços às áreas circunvizinhas com base em três princípios fundamentais: o princípio do alcance mínimo, o princípio da centralidade e o princípio da hierarquia. No turismo, as localidades centrais de turismo são aquelas que têm uma maior concentração de serviços e atrações turísticas, oferecendo uma experiência mais completa e diversificada para os visitantes. Essas localidades centrais podem, assim, atrair um maior número de turistas, tornando-se cada vez mais importantes para o setor do turismo.

Christaller (1966) aponta que as cidades são os principais centros de atividade econômica e social em uma região, e a sua organização em uma hierarquia é influenciada pela oferta e pela demanda de serviços (educação, saúde, comércio, indústria e cultura), bem como pelo tamanho da população e pela função que desempenham. Da mesma forma que as cidades, os destinos turísticos podem ser organizados em uma hierarquia, de acordo com o tamanho, a oferta e demanda de serviços e a função que desempenham, organizando-se em uma rede espacial, com cada destino exercendo influência sobre uma determinada área, chamada de *hinterland*³ turístico.

3 A Teoria das Hierarquias de Lugares também propõe a ideia de que as cidades se organizam em uma rede espacial, com cada cidade exercendo influência sobre uma determinada área, chamada de *hinterland*.

Von Thünen (1966) busca explicar como a localização das atividades agrícolas é influenciada pela distância em relação ao mercado e pelos custos de transporte. O autor propõe que a produção agrícola se organiza em anéis concêntricos, de acordo com a distância em relação ao mercado.

No turismo, a localização dos destinos turísticos também pode ser influenciada por esses fatores, sendo análoga a como os destinos turísticos se organizam em anéis concêntricos, conforme distância em relação ao mercado e aos centros emissores de turistas, e influência dos custos de transporte na localização e na competitividade dos destinos turísticos. Logo, nota-se que as atividades produtivas determinarão uma reordenação territorial e polarização de localidades mais “atraentes” com mais oportunidades de trabalho em detrimento das que estão “estagnadas”, sem perspectivas.

Outros problemas socioespaciais também são inerentes à atividade turística na ausência do planejamento, como o alcoolismo, o uso de drogas, a exploração social, a prostituição, a violência, o estresse, a perda da identidade local, a apropriação indébita de terras, a contaminação e uso indevido da ocupação do solo e os desequilíbrios ecológicos pelo uso excessivo dos recursos naturais (Batista, 2003; Cuyate; Costa; Mariani, 2014).

Sendo assim, por mais que os residentes fiquem entusiasmados e eufóricos com a inserção do turismo, são necessários cautela e respeito às características locais e entre os atores envolvidos na atividade turística para não gerar apatia, repulsa e até antagonismo ao turismo, conforme teorizado no índice de irritabilidade “*irridex*”, de Doxey (1975). No *irridex*, à medida que o turismo cresce, os moradores locais podem começar a sentir reações emocionais negativas devido às mudanças em seu ambiente social, econômico e cultural (Doxey, 1975). Além disso, torna-se elementar o planejamento responsável do turismo para que não ocorra um desenvolvimento desordenado, alavancado por uma dependência excessiva do turismo em detrimento das outras áreas e esgotamento dos recursos (Barretto, 2009; Burns, 2004; Hall, 2008).

Esse cenário de caos revelado no turismo massificado e predatório conduz a uma necessidade de mudança nos paradigmas, surgindo, desse modo, iniciativas comunitárias locais em pequenas escalas para incorporar a atividade turística como fonte alternativa e redistributiva de renda de forma sustentável, prezando pelo bem-estar, pelo respeito, pela inclusão, pela integração, pela tolerância social e pela redução da pobreza e das desigualdades sociais. Como resultado dessas iniciativas, surge o conceito de turismo comunitário, ou TBC, em que a comunidade maneja o planejamento, o desenvolvimento e o controle da gestão do turismo,

ocorrendo principalmente em espaços rurais (Coriolano, 2003; Giampiccoli, 2010; Giampiccoli; Saayman 2017; Silva *et al.*, 2014; Simpson, 2010).

O TBC tem se expandido em países periféricos e semiperiféricos, sobretudo na África (Ashley; Garland, 1994; Giampiccoli; Lenao, 2015; Giampiccoli; Saayman; Jugmohan, 2016; Holland; Burian; Dixey, 2003; Jones, 2005; Kareithi, 2003; Mbaiwa, 2002; Mearns, 2003; Mgonja *et al.*, 2015; Mtapuri, 2014; Rozemeijer, 2001; Sebele, 2010; William; White; Spencey, 2001), na América Latina (Erskine; Meyer, 2012; Navas-Camargo; Zwerg-Villegas, 2014; López-Guzmán; Sánchez-Cañizares, 2009; Ruíz-Ballesteros; Cárrion, 2007; Ruíz-Ballesteros, 2011; Trejos; Chiang, 2009; Zorn; Farthing, 2007; Zwerg-Villegas, 2014) e recentemente na Ásia (Bhartari; Jain, 2003; Dolezal, 2011; Dunn, 2007; Kontogeorgopoulos; Churyen; Duangsaeng, 2014; Nyaupane *et al.*, 2006; Pookaiyaudom, 2013; Sin; Minca, 2014; Suhandi, 2003; Vajirakachorn, 2011) e na Oceania (Dyer; Aberdeen; Schuler, 2003). Esse é fato que chama atenção, uma vez que avultam países que ainda apresentam graves problemas de desigualdade socioeconômica (Epler Wood, 2002; Spenceley, 2008).

Enquanto uma parte da sociedade que pode ser fotografada e visitada tem significativo apoio do Estado, a outra fica afastada, muitas vezes nem lembrada, e largada para que caminhe com as próprias “pernas”, e, ainda assim, anda sobre obstáculos para caminhar muito atrás de todo o “resto”. Os países da América Latina e da África enfrentam as dificuldades de enxergar o mundo pelos próprios olhos. Quando se quer entender o mundo pelas lentes dos exploradores que deram o pontapé inicial da formação dessas civilizações, há questões que não se respondem por si só e que transcurram a partir de vantagens econômicas e sociais produzidas historicamente. Então, a dúvida que se levanta é: *Para ser desenvolvido, o país tem que ser ou seguir igualmente os passos e os atos dos países considerados desenvolvidos?*

Myrdal (1968) explica que as disparidades econômicas regionais são uma consequência da concentração da atividade produtiva que em determinadas regiões se fortalecem, causando um efeito multiplicador/propulsores (*spread effects*) do crescimento econômico, ou da teoria que denomina como princípio da causação circular cumulativa, quando processos sociais tendem a se apresentar à luz de reações causais em cadeia, cumulativamente tendente à concentração. Os países subdesenvolvidos, nesse viés, se caracterizam pela fraqueza dos efeitos propulsores, criando ou ampliando as desigualdades inter-regionais. Caso o efeito *spread effects* seja capaz de neutralizar o *backwash effects* (efeitos regressivos), serão estimulados o progresso, a produção e a riqueza, canalizando-os, caso contrário, eles serão retraídos, causando a continuidade da disparidade econômica (Myrdal, 1968). Assim como Myrdal, Hirschman

(1958), na Teoria de Desenvolvimento Desequilibrado, asseverou que existem dois tipos de cadeias de reação provocadas pela decisão de inversão: os efeitos de arrasto (*backward linkage*) e os efeitos de propulsão (*forward linkage*).

Não obstante a essas posições, Oliveira e Piffer (2016) explicam que o desenvolvimento local engloba uma análise de fatores socioeconômicos, que podem incluir a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações tecnológicas, que, quando efetivamente aplicados, têm o potencial de diminuir ou acelerar as desigualdades sociais e econômicas. Para que ocorra desenvolvimento local por meio do turismo, no entanto, é necessária a equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental, manutenção da identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, promoção do desenvolvimento participativo e proporção da qualidade de vida (Benevides, 2002).

Nesse sentido, a prática do TBC, sobretudo em territórios rurais, pode ser uma alternativa econômica complementar, pois estimula a produção agrícola, a conservação do meio ambiente e de culturas locais, a diversificação ou expansão de mercados e da economia local, a redução da pobreza rural e da desigualdade por meio do apoio a geração de emprego e o aumento da renda (Cuyate; Costa; Mariani, 2014). O contexto pandêmico demonstrou a necessidade de reforçar laços de solidariedade e de sustentabilidade (Dias; Silva, 2021; Walkowski *et al.*, 2024).

Dessa forma, o TBC apresenta-se como uma possibilidade de EDL, haja vista que permite à comunidade receptora uma alternativa econômica de melhoria nos padrões de vida, gerando a redução da pobreza no mundo rural camponês na América do Sul. Contudo, podem existir entraves devido às diversas características camponesas, às dificuldades de cooperação e de tomada de decisões locais, ao desconhecimento sobre negócios turísticos, à falta de participação e à reorganização do trabalho e do tempo (Gascón, 2013). Por isso, é imprescindível que esse desenvolvimento também seja visto como um processo que mostrará resultados em médio e longo prazo (Cuyate; Costa; Mariani, 2014; Schneider, 2003a; Silva; Lima; Christoffoli, 2016). fato muitas das vezes desconsiderado pela cultura do imediatismo.

Ressalta-se que, nesse modelo alternativo, o TBC considera princípios da economia social e solidária, que combinam a autogestão (Gómez *et al.*, 2015; Irving, 2009; Leal; Rodrigues, 2018; Maldonado, 2009) por meio de uma estrutura organizacional interna não hierarquizada e horizontal a partir do trabalho coletivo e da participação ativa, cidadã e democrática, cujas trocas são recíprocas com base na cooperação, concatenadas em uma soma de esforços e contribuições individuais que de forma coordenada são direcionadas a um objetivo

comum. destacar destaca-se, porém, que solidariedade não deve ser confundida com filantropia; a primeira está pautada na igualdade, na reciprocidade e na necessidade de organização para modos de produções que geram renda, ao passo que a segunda decorre de ações sociais de cunho caridoso (Leal; Rodrigues, 2018). Outros princípios incluem: compartilhamento e valorização da história e da cultura, conservação da biodiversidade, diversidade cultural dinâmica e integração com outras atividades econômicas, estímulo à reflexão e ao aprendizado, equidade social e transparência (ICMBIO, 2019; Walkowski *et al.*, 2024), melhoria da qualidade de vida e bem-estar (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

Assim, nota-se nas possibilidades um desenvolvimento local mais livre, não linear, que enfatiza a satisfação das necessidades humanas básicas, a qualidade de vida e o crescimento econômico. Para tanto, é necessário um patamar de sustentabilidade adaptativa e complexa que pode ser alcançada por diferentes caminhos (Max-Neef, 2003). Um dos possíveis caminhos constitui-se pelo fortalecimento de níveis de autoconfiança e de articulação/organização comunitária em prol de um desenvolvimento acompanhado do crescimento pessoal, social, educacional, na saúde, no lazer e outras dimensões que provoquem a autonomia das pessoas para resolver seus problemas e garantir o estado de bem-estar pessoal e coletivo (Max-Neef, 1992).

Destarte, torna-se salutar compreender a relação entre a comunidade e o desenvolvimento do turismo, pois os esforços dos residentes provavelmente serão mais eficazes quando realizados de maneira coletiva, encorajando um desenvolvimento alicerçado de forma responsiva e alinhado às expectativas locais. As subseções seguintes dedicam-se a essa discussão.

2.2 Delineamento teórico da tese de doutorado

Após a definição dos objetivos do estudo, a síntese do delineamento que o subsidia de forma teórica é evidenciada no Quadro 1, com a indicação da fundamentação científica para o alcance da propositura investigativa.

Quadro 1 - Síntese do delineamento teórico da tese de doutorado

Conceitos-chaves	Autores
Globalização	Boisier (2001), Giampiccoli (2010), Méndez (1997) e Santos (1996, 2000, 2001).
Desenvolvimento Local, economia, e turismo	Boisier (2001), Büttenbender (2021); Christaller (1966); França Filho (2008); Hirschman (2008); Krugman (1991) Lösch (1954); Myrdal

	(1968); Oliveira (2020); Santos (2014); Santos e Kadota (2012); Von Thünen (1966); Weber (1929).
Comunidade e Ações coletivas no turismo de base comunitária	Alcântara, Sampaio e Zabala (2018); Arruda <i>et al.</i> (2013); Bolaños-Silva <i>et al.</i> , (2019); Cuyate, Costa e Mariani (2014); Egredas, Bursztyn e Bartholo Junior, (2013); Faxina, Freitas e Dal Pozzo (2021); Faxina e Freitas (2020, 2021); Ferrari (2021); Giampiccoli (2010, 2015); Giampiccoli e Mtapuri (2014, 2017); Giampiccoli <i>et al.</i> (2015, 2016); Medeiros (2011); Moraes, Emmendoerfer e Costa (2013); Muñoz-Fernández (2017); Nisbet (1967); Oliveira e Fernandez (2016); Pilquimán-Vera (2016); Sampaio; Carvalho; Almeida (2007); Sampaio <i>et al.</i> (2007); Sampaio;Alves; Falk (2008); Sampaio e Coriolano (2009); Silva <i>et al.</i> (2014); Silva; Lima; Christoffoli (2016); Sperb e Serva (2018); Urano e Nóbrega (2020); Wirth (1973).
Capital social e institucionalismo	Bourdieu (1989, 1986, 1980, 2010); Coleman (1988); Perroux (1950); North (1990, 1991); Helmsing e Fonseca (2011); Portes (2000); Strassburg <i>et al.</i> (2019).
Sustentabilidade e turismo	Araújo, Neto e Seguin (2020); CNUMAD (1992); Faxina, Freitas e Dal Pozzo (2021); Passini (2020); Sachs (2009a, 2009b) UNDP (2022); UNWTO ([20--], 2002, 2004, 2005a, 2006).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

O delineamento do estudo concatena temáticas globais, locais e urgentes inerentes ao TBC, confrontadas com a realidade empírica a partir dos resultados da pesquisa *in loco*.

2.3 Turismo de Base Comunitária: ações coletivas e iniciativas comunitárias

O segmento do TBC emerge como a possibilidade de um novo paradigma do turismo, que direciona constructos envoltos à busca de experiências turísticas e práticas mais responsáveis da sociedade (Briedenhann; Wickens, 2004; Gómez *et al.*, 2015; Irving, 2009; Lobato, 2013; Sampaio; Coriolano, 2009). Nesse sentido, o TBC consiste em um modelo alternativo ao tradicional turismo em massa com enfoque prioritário na escala local (Faxina; Freitas, 2021; Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Giampiccoli, 2015; Giampiccoli; Mtapuri, 2014, 2017; Muñoz-Fernández, 2017; Silva *et al.*, 2014). A sua abordagem se contrapõe ao estímulo da sociedade de consumo, pois, no TBC, se pretende oferecer ao turista a oportunidade de conhecer e vivenciar modos de vida e de produção nos quais a comunidade pode compartilhar com seus visitantes histórias, costumes e tradições profundas, com a possibilidade de geração de renda (Silva; Lima; Christoffoli, 2016).

Conceitualmente, o TBC é polissêmico e se conecta a outras linhas de pesquisa que incluem as seguintes definições: agroturismo (Silva; Lima; Christoffoli, 2016); ecosocioeconomia ou economia social e solidária (Leal; Rodrigues, 2018; Magno *et al.*, 2022; Gaiger, 2004); ecoturismo (Silva *et al.*, 2014; WWF, 2021); empresas comunitárias (Mitraud,

2001); turismo rural e sustentável; *pro-poor tourism*⁴ (Choi; Sirakaya, 2006; Holland; Burian; Dixey, 2021; Kareithi, 2003; Muñoz-Fernández, 2017; Silva *et al.*, 2014); turismo étnico (Yang; Wall, 2009); turismo solidário (Fortunato; Castro, 2017; Sperb; Serva, 2018) e turismo responsável (Spenceley, 2008; Simpson, 2010).

Há, no entanto, um elo comum em todas as linhas de pesquisas, a necessidade de reforçar a presença da comunidade local no planejamento e na gestão da atividade turística (Alcântara; Sampaio; Zabala, 2018; Arruda *et al.*, 2013; Bolaños-Silva *et al.*, 2019; Cuyate; Costa; Mariani, 2014; Egrijas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013; Faxina; Freitas 2020, 2021; Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Ferrari, 2021; Fortunato; Castro, 2017; Giampiccoli, 2010, 2015; ICMBIO, 2019; Matos; Medeiros, 2011; Mayaka; Croy; Cox, 2018; Moraes; Emmendoerfer; Costa, 2013; Muñoz-Fernández, 2017; Oliveira; Fernandez, 2016; Pilquimán-Vera, 2016; Sampaio; Carvalho; Almeida, 2007; Sampaio *et al.*, 2007, Sampaio; Alves; Falk, 2008; Sampaio; Coriolano, 2009; Silva *et al.*, 2014; Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Sperb; Serva, 2018; Urano; Nóbrega, 2020), interconectando, por meio de projetos inclusivos, outros subsistemas como educação, emprego e renda, infraestrutura básica, saúde e meio ambiente (Coriolano, 2009; Twining-Ward, 2007). Tais preceitos conduzem a um projeto de desenvolvimento sustentável que emerge dentro da comunidade e inter-relaciona-a com os seus visitantes (Muñoz-Fernández, 2017; Sampaio; Carvalho; Almeida, 2007).

Para a Rede Tucum, o TBC é compreendido como “[...] estratégia de garantia de território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos” (Rede Tucum, 2016). Corroboram da perspectiva territorial os autores Lima, Irving e Oliveira (2022), que situam o TBC como “[...] uma via para a conexão entre os moradores de uma dada localidade turística com a sua própria origem, representando, ainda, uma alternativa local para o enfrentamento da dinâmica da globalização e seus efeitos em muitas áreas com essa vocação” (Lima; Irving; Oliveira, 2022, p. 4).

Observa-se que diversos autores estruturam seus estudos em linhas de pesquisa que se iniciam a partir de um diagnóstico da oferta turística para identificar o potencial de iniciativas em espaços rurais caracterizadas em comunidades tradicionais⁵ latino-americanas (Arruda *et*

⁴ Tradução livre: turismo em benefício dos pobres.

⁵ Destaca-se que, segundo o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seu artigo 3º, inciso I, Povos e Comunidades Tradicionais são “[...]~grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que

al., 2013; Bolaños-Silva, *et al.*, 2019; Cuyate; Costa; Mariani, 2014; Egrijas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013; Moraes; Ribeiro; Emmendoerfer, 2013; Muñoz-Fernández *et al.*, 2017; Pereiro-Pérez, 2015; Pilquimán-Vera, 2016; Ruiz-Ballesteros; Hernández; Coca, 2008; Ruiz-Ballesteros; Carrion, 2007; Ruiz-Ballesteros, 2011; Silva; Lima; Christoffoli, 2016) e/ou em Unidade de Conservação (UC) ambiental (Matos; Medeiros, 2018; Oliveira; Fernandez, 2016; Skewes; Zuñiga; Pilquimán-Vera, 2015; Sperb; Serva, 2018; Zuñiga *et al.*, 2012).

Enquanto as iniciativas supracitadas focalizam no diagnóstico em espaços rurais, excetuam-se alguns casos em áreas periféricas urbanas (Barros; Rodrigues, 2019; Ferrari, 2021; Lindström; Larson, 2016; Silva *et al.*, 2014). Outros enfoques menos recorrentes encontrados na literatura são os estudos de casos que analisam as relações com base nos níveis de colaboração (Tolkach; King; Pearlman, 2013; Urano; Nóbrega, 2020) e ainda fluxos de mobilidade e de migração (Ruiz-Ballesteros; Cáceres-Feria, 2016).

No que se refere às redes latino-americanas de TBC, existem a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), a *Red de Turismo Rural de Base Comunitaria* (Huella Gaucha), a *Red Argentina de Turismo Rural Comunitário* (RATURC) e a *Red de Turismo Campesino Valles Calchaquies de Salta*, respectivas sedes na Argentina, a *Red Boliviana de Turismo Solidario y Comunitario* (TUSOCO) e a *Red de Turismo Comunitario del Lago Titicaca* (APTHAPI), ambas na Bolívia, a Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário (TURISOL), a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), a Rede de Turismo Comunitário da Bahia em Movimento (Rede Batuc) e a Rede Nhandereko, situadas no Brasil, a *Red de Parques Indígenas del Mapu Lahual* no Chile, o *Consórcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional* (COOPRENA R. L) na Costa Rica, a *Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para la Convivencia Intercultural y Ecoturismo* (RICANCIE), a *Red Provincial de Imbabura* (RUNATUPARI) e a *Red de Turismo Comunitario Huataraco Suno* (RETHUS), cujas sedes estão no Equador, a *Red de Turismo Comunitario Garífuna* (MUTU) em Honduras, a *Red Indígena de Turismo de México* (RITA) e a *Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias* (SENDASUR), ambas no México e a *Red Nicaragüense de Turismo Rural Comunitário* (RENITURAL) na Nicarágua. O elo comum é que elas objetivam uma melhor compreensão e operacionalização do TBC por meio do estímulo à articulação, ao fortalecimento e à promoção do turismo comunitário (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Desenvolvendo-se

possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

independentemente da gestão privada convencional e da regulação hegemônica da economia de mercado voltada para a acumulação de capital, através de instituições coletivas e formas organizacionais de camponeses e comunidades tradicionais.

Outrossim, nem sempre na relação entre teoria *versus* *práxis* existem práticas que conduzem a um ideal de desenvolvimento local, ou até um campo de possibilidades para o desenvolvimento territorial rural. A decisão econômica, porém, é fundamental, pois quando se iniciam ações coletivas, seus resultados podem ocasionar uma modificação estrutural. E no TBC, devem ser considerados os seguintes passos endógenos: i) mapeamento das comunidades tradicionais com metodologias ativas de autoidentificação e reconhecimento das relações comunitárias; ii) diagnóstico participativo das potencialidades turísticas locais; iii) elaboração da viabilidade de um plano operacional e comercial a partir de ações coletivas, incluindo testagem da experiência turística; e iv) gestão e monitoramento contínuo por meio da observação dos indicadores, reflexões e análise dos resultados.

Ressalta-se que essas “ações coletivas” ou “ações conjuntas”, “cooperação” e “colaboração”, referem-se ao comportamento coletivo entre indivíduos, empresas e instituições que se envolvem em trabalho cooperativo, geralmente entre uma rede de negócios, e podem assumir uma variedade de formas, incluindo o formato de associações, cooperativas, sindicatos, organizações de representação política e atividades conjuntas participativas, como compras comuns, contratos de serviços conjuntos, ações judiciais, alianças, *clusters* e arranjos produtivos locais (Schmidt; Saes, 2008).

Ademais, a identificação de necessidades comuns que só podem ser atendidas por uma ação coordenada é o que alinha os interesses em uma ação coletiva. Isso exige cooperação entre indivíduos fora do sistema hierárquico que podem ser afetados por variações estruturais, como o número total de interessados, a diversidade e a conexão dos indivíduos, a sua capacidade de entrar ou sair voluntariamente do grupo, a capacidade de interagir face a face e a democratização de benefícios (Ostrom, 2007).

A ação coletiva no espaço rural capacita um grupo de residentes a abordar problemas de uma perspectiva local para o desenvolvimento territorial rural (Hwang; Stewart, 2016). Trata-se de um processo em que ocorrem certas transformações produtivas e institucionais mediante a articulação da competitividade e de sustentabilidade, devendo haver um mínimo de organização entre os diferentes atores sociais, pois são os verdadeiros protagonistas do processo de transformação (Schejtman; Berdegú, 2003). Isso não exclui estímulos de organismos e/ou

instituições exógenas, desde que os verdadeiros sujeitos do processo não sejam perdidos de vista (Cuyate; Costa; Mariani, 2014).

No TBC, a comunidade é a responsável por ofertar diferentes tipos de equipamentos e de serviços, sendo necessária uma articulação efetiva entre os representantes que compõem essa oferta para uma inserção competitiva no mercado, estimulando a sua capacidade de autogestão organizacional e financeira, bem como a qualidade do serviço prestado. O resultado desse processo direciona a uma distribuição do lucro de forma equitativa, sendo geralmente revertida em novos investimentos para a própria comunidade por meio de projetos de cunho social ou produtivo a partir da apropriação e do uso sustentável do patrimônio comunitário (Maldonado, 2009; Rede Tucum, 2016).

Abordagens relacionais e estruturais para compreender a participação da comunidade na ação coletiva apontam para laços fortes e relações de confiança entre os residentes, sendo fatores que contribuem para manter o apoio da comunidade ao turismo (Macbeth; Carson; Northcote, 2004). Nesse sentido, correlaciona-se o conceito de comunidade, que se delimita como “[...] base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades, no espaço, uma vida em conjunto fundada no parentesco e interdependência econômica, e uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses” (Wirth, 1973, p. 8).

Assim, a ideia de comunidade considera o comum em um convívio, sendo possível identificar as instituições que exerçam poder sobre esse espaço (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021), em uma “[...] fusão de sentimentos e pensamentos, de tradição e compromisso, de adesão e volição. Pode ser encontrado em, ou expressar simbolicamente, localidade, religião, nação, raça, idade, ocupação ou cruzada. Seu arquétipo, tanto historicamente e simbolicamente, é a família [...]” (Nisbet, 1967, p. 48). Não obstante a isso, cabe destacar que laços fortes e relacionamentos de confiança podem facilitar ações coletivas que apoiam o desenvolvimento do turismo de base comunitária (Jones, 2005).

No Brasil, identificaram-se iniciativas e/ou empreendimentos comunitários (Quadro 2) a partir de uma revisão sistemática de literatura realizada na base de dados eletrônica de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), cujas palavras-chave empregadas na busca dos artigos foram “turismo de base comunitária; comunitário; desenvolvimento; rural” nos idiomas espanhol, inglês, francês e português, considerando o recorte temporal de 2006 a 2021, escolhido em função das primeiras produções científicas encontradas durante a busca no período de agosto de 2021 a agosto de 2022.

Quadro 2 - Síntese das iniciativas e/ou empreendimentos comunitários de TBC no Brasil, consultadas na base de dados eletrônica de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior entre 2006 e 2021

Iniciativas e/ou empreendimentos comunitários de TBC
Amazônia – Brasil • Pousada Uacari⁶ localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá no município de Tefé – AM (Egrejas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013; Mamirauá, 2018). • Pousada Aldeia dos Lagos localizada no município de Silves (Egrejas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013). • Rota dos Arapiuns (Egrejas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013). • Pousada Aldeia Vinte Quilos localizada no entorno do município de Parintins (Egrejas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013). • Rota TUCORIN localizada na RDS de Tupé e operacionalizada pela comunidade São João do Tupé (Egrejas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013).
Ceará – Brasil • Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário (Faxina; Freitas, 2021; Rede Tucum, 2016; Urano; Nóbrega, 2020). • Assentamento Coqueirinho Rural no Município de Fortim (Urano; Nóbrega, 2020). • Comunidade de Ponta Grossa no município de Icapuí (Urano; Nóbrega, 2020). • Prainha do Canto Verde (Burgos; Mertens, 2015; Faxina; Freitas, 2021; Helmsing; Fonseca, 2011). • Jericoacoara (Helmsing; Fonseca, 2011). • Comunidade Indígena Jenipapo-Kanindé no município de Aquiraz (Urano; Nóbrega, 2020). • Rede de Turismo Solidário (Rede Turisol) (Faxina; Freitas, 2021; Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Turisol, 2010).
Mato Grosso do Sul – Brasil • Assentamento 72 no município de Ladário (Cuyate; Costa; Mariani, 2014). • Empreendimentos solidários em Miranda (Arruda <i>et al.</i>, 2013).
Minas Gerais – Brasil • Serra do Brigadeiro (Moraes; Ribeiro; Emmendoerfer, 2013). • Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAFF (Moraes; Ribeiro; Emmendoerfer, 2013).
Paraná – Brasil • Comunidade do Rio Sagrado no município de Morretes (Alcântara; Sampaio; Zabala, 2018).
Rio de Janeiro – Brasil • <i>Favela Inn Hostel</i> na comunidade Chapéu na Mangueira (Silva <i>et al.</i>, 2014). • UC em Ilha Grande e no Maciço da Pedra Branca (Oliveira; Fernandez, 2016). • Praia do Sono e Pouso da Cajaíba em Paraty, Rio de Janeiro (Barros; Rodrigues, 2019).
Rio Grande do Sul – Brasil: • Bacia do Rio Camaquã (Garcia; Figueiró; Degrandi, 2013).
Santa Catarina – Brasil:

⁶ Em 2019, a iniciativa foi finalista no Prêmio de Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil, na categoria Geração de Renda. E, no ano seguinte, em 2020, também se destacou como finalista no Desafio de Inovações em Turismo Sustentável, promovido pela Ashoka Brasil.

- Acolhida na Colônia vinculada à Rede Francesa *Accueil Paysan* (Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Toresan *et al.*, 2002; Toresan; Mattei; Guzatti, 2002; Walkowski; Damo; Loch, 2017).
- Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – APABF (Sperb; Serva, 2018).
- Reserva Extrativista (RESEX) do Pirajubaé e o Projeto Tekoá Pirá (Faxina; Freitas, 2021; Teixeira; Vieira; Mayr, 2019).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos resultados da pesquisa (2021).

Assim, constataram-se, na pesquisa exploratória, diversas iniciativas e práticas de empreendimentos turísticos locais no Brasil e no mundo, alguns consolidados em rede, *cases* que corroboram com a evidência da mudança de paradigmas que perpassa entre o turismo massificado e o responsivo, bem como a emergência e a relevância da temática, especialmente considerando a comunidade como agente propulsora de transformação socioeconômica e ambiental capaz de promover desenvolvimento local e sustentável.

Apesar da crescente oferta por experiências autênticas no turismo, as iniciativas de TBC permanecem tímidas em comparação com o turismo convencional, enfrentando desafios significativos devido à falta de incentivo por parte das políticas públicas. O estudo de Vásquez e Villegas (2022) destaca obstáculos como a escassez de recursos e a capacitação, refletindo a falta de compreensão e valorização do potencial do TBC. A ausência de apoio adequado compromete o desenvolvimento sustentável dessas iniciativas, sugerindo a necessidade de uma abordagem mais proativa e colaborativa por parte das autoridades governamentais para promover efetivamente o TBC e seus benefícios econômicos, culturais e ambientais.

Nesse contexto, políticas públicas específicas de TBC são ínfimas e recebem pouco incentivo em comparação com o turismo convencional (Vásquez; Villegas, 2022). Nos últimos cinco anos, entretanto, registram-se notáveis esforços institucionais e avanços na construção de um arcabouço legal destinado a orientar o desenvolvimento de políticas públicas específicas de TBC no Brasil (Quadro 3).

Quadro 3 - Políticas públicas específicas de Turismo de Base Comunitária no Brasil

Estado	Legislação	Sobre o dispositivo legal
Bahia	Lei nº14.126/ 2019.	Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências.
Espírito Santo	Lei nº 11.731/2022.	Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e dá outras providências.
Goiás	Lei nº 21.052/ 2021.	Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Goiás e dá outras providências.
Maranhão	Lei nº 098 de 02/2021.	Institui a Política Municipal de Turismo Comunitário em Arari e dá outras providências.

Minas Gerais	Lei nº 23.763/2021.	Institui a Política Estadual De Turismo De Base Comunitária.
	Lei nº 427/2021.	Institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária e o Programa Municipal de Turismo de Base Comunitária Bonito de Minas.
	Lei nº 2.491/2022.	Institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária em Caldas.
	Lei nº 2.683/ 2021.	Institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária e o Programa Municipal de Turismo de Base Comunitária de Januária.
	Lei nº 1.748/2021.	Institui e estabelece diretrizes para a política municipal de Turismo de Base Comunitária em Rio Pardo de Minas Gerais e dá outras providências.
	Lei nº 522/2021.	Institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária e o Programa Municipal de Turismo de Base Comunitária de Serranópolis de Minas.
Pará	Lei nº 9.773/ 2022.	Institui a Política estadual de turismo de base comunitária no Estado do Pará.
Rio de Janeiro	Lei nº 7.884/ 2018.	Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
São Paulo	Lei nº 2.879/2022.	Institui e estabelece diretrizes para a Política Municipal de Apoio ao Turismo de Base Comunitária - TBC no Município de São Sebastião e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

As legislações supracitadas abordam questões como participação comunitária, preservação ambiental, valorização cultural e apoio à geração de renda, demonstrando o crescente interesse e engajamento dos estados brasileiros na regulamentação do TBC, o que evidencia a sua importância para o desenvolvimento regional e para o fortalecimento das comunidades locais. Nesse sentido, Lima, Irving e Oliveira (2022) argumentam que o TBC tem sido cada vez mais analisado e discutido tanto na literatura acadêmica quanto nas políticas públicas, sendo considerado uma alternativa viável para promover o desenvolvimento local. Sem dúvidas, esses avanços envolvem a autorização do Poder Executivo para estabelecer diretrizes concretas de apoio financeiro e administrativo, visando a incentivar e fortalecer iniciativas comunitárias.

Conclui-se, dessa forma, que o TBC pode ser implantado tanto em ambientes naturais e rurais quanto em regiões periféricas de áreas urbanas ou unidades de conservação (UCs) ambiental, cujas especificidades ambientais, socioculturais e territoriais de cada comunidade tradicional variam de acordo com seus modos de organização comunitária e envolvem princípios, ações e estratégias de implementação específicas, que devem ser planejadas e acompanhadas por um monitoramento do seu desenvolvimento, respaldados em distintos

espectros que carecem de um aprofundamento crítico e teórico, sobretudo quanto ao protagonismo local, que depende do seu capital e das instituições que nortearão a dinâmica da ação coletiva de uma comunidade para o desenvolvimento do turismo, atributos a serem abordados na próxima seção.

2.4 O capital social e as instituições em ações coletivas no turismo de base comunitária como vantagem competitiva

Em pleno século XXI, o significado de capital social evidencia seu papel relevante para proposições das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, como já reconhecido institucionalmente pelo Banco Mundial⁷, quando o delimita como a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação vistas à produção de bens coletivos, referindo-se às relações e às normas sociais (World Bank, 2001).

Nessa perspectiva, o capital social fundamenta-se em três características: a confiança, as regras e as redes (Leis; Cavalcante, 2019). A confiança apresenta-se como uma condição à participação dos atores sociais em acreditarem na proposta estabelecida para a sociedade. As regras correspondem às restrições que os atores sociais devem respeitar para manutenção da ordem e promover o bem-estar. E as redes, por sua vez, expõem a capacidade da transmissão integrada das informações entre os grupos e os seus membros (Ostrom; Ahn, 2003).

Sem essas características, a eficácia de uma ação coletiva relacionada ao turismo não é bem-sucedida. A combinação de confiança, de regras e de redes mitiga os custos de transação e proporciona a continuidade das ações coletivas (Hwang; Stewart, 2016). Ademais, essa tríade faz com que a organização social seja coordenada e tenha ganho de eficiência socioeconômico (Leis; Cavalcante, 2019).

Ao se incluir o capital social como aspecto socioeconômico, alguns benefícios podem ser concatenados, pois, de um lado, está a agregação de elementos sociais e institucionais aos estudos econômicos clássicos, e, de outro, a interatividade entre o público e os órgãos públicos competentes. A junção desses fatores indica que tais relacionamentos não partem de um sistema exclusivamente econômico, ampliando-se, desse modo, o conceito de crescimento para desenvolvimento (Foronda-Robles; Azpillaga, 2012).

⁷ Trata-se de uma instituição financeira internacional que fomenta o desenvolvimento econômico e o combate à miséria no mundo (WEFORUM, 2016).

Bourdieu (1986, 1989, 2010) e Coleman (1988) enfatizam que a intangibilidade do capital social tem se transformado em acesso direto aos recursos econômicos e culturais. Nesse sentido, Bourdieu (2010) aborda que o espaço social das relações sofre influências de outros campos, tais como o político, o econômico e o social, os quais devem ser considerados. O autor discute a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais responsáveis por gerar estratégias, respostas ou proposições para a resolução de problemas postos às práticas de reprodução social. Assim, essa interação dos agentes nos processos relacionados à realidade social pondera a dimensão individual e simbólica dos fenômenos sociais, não constituindo o agente tão somente como resultado de um conjunto de determinações dadas pela estrutura.

Por meio de novas formas de organização comunitária se estabelecem relações de mercado, nas quais consumidores e produtores representados por organizações (associações, bancos comunitários, clubes de permuta, cooperativas, grupos produtivos, empresas e organizações sociais) fortalecem as atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade, como o TBC e a pesca artesanal (Sampaio; Alves; Falk, 2008; Silva *et al.*, 2014).

Essas estruturas de governança determinam a forma pela qual se exerce o poder e caracterizam os seguintes agrupamentos: legitimidade e voz; direcionamento; desempenho; prestação de contas; equidade. Tais diretrizes assinalam a responsabilidade e as tomadas de decisão, quando os cidadãos e outros interessados diretos expressam a sua opinião (Graham; Amos; Pumptre, 2003).

Trata-se de estruturas definidas pela capacidade de coordenação para mitigar os custos de transação, fundamentadas em redes de fortalecimento político e institucional (Strassburg; Oliveira; Rocha Jr, 2019) e que podem ser atribuídas em um processo de interiorização do TBC mediante produtos endógenos que podem gerar vantagem competitiva. Para Putnam (1993), as normas estabelecidas em um contrato moral e as cadeias de reciprocidade são deveres refletidos a partir de sistemas de participação cívica, fundamentados no envolvimento horizontal de uma sociedade.

A comunidade é a protagonista desse processo de construção social participativa do capital turístico e poderá usar seu poder não apenas para prevenir ou promover o estabelecimento de relações turísticas, mas também para sugerir e selecionar novas estratégias, inclusive de cooperação, o que parece ser uma vantagem competitiva na oferta de produtos e serviços já existentes, ou ainda na melhoria deles, pois, à medida que são incorporados, também se ampliam infraestruturas e mercados, gerando novas demandas e fortalecendo arranjos

produtivos locais. O envolvimento da comunidade em associações emerge como um dos indicadores fundamentais na avaliação do capital social local (Portes, 2000).

Salienta-se que a competitividade é um requisito indispensável para a condição de sobrevivência no mercado, e consiste na capacidade de formular e implementar estratégias que permitam sustentação em longo prazo e posição relativa, criando e renovando continuamente suas vantagens no contexto da “globalização”, que consiste na exposição crescente dos agentes econômicos domésticos à concorrência mundial (Gimenes; Gimenes, 2008).

Como resultado, entende-se que o capital social é um conjunto de valores e normas que são representados por instituições ou atores sociais e se baseiam em relações que instigam ações coletivas em diversos grupos sociais. Nesse aspecto, a ação coletiva pode contribuir com a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo devido aos processos que capacitam residentes para a negociação, ajustando a prática do turismo e o senso de identidade da comunidade a esse respeito (Hwang; Stewart, 2016). Além disso, a relação de parceria e de cooperação que existe em redes também é a base de operacionalização do conceito de sustentabilidade (Salles; Fernandes; Limont, 2017).

Nesse sentido, a essência dos conceitos de capital social e de sustentabilidade está pautada na proximidade relacional dos indivíduos a ponto de construir uma ação social que deve sustentar o protagonismo do indivíduo como sujeito histórico, isto é, caracterizando atores sociais capazes de intervir de forma autônoma no processo de formação de uma determinada sociedade (Salles; Fernandes; Limont, 2017).

Assim, considerando modelos de turismo alternativo como o Turismo de Base Comunitária, onde as relações sociais são elementares a formação de redes associativas entre atores locais e instituições, é possível encontrar, nas perspectivas da sustentabilidade, um potencial promissor de ativação do capital social comunitário e um importante instrumental conceitual e prático, caracterizando-se como um indicador de desenvolvimento na medida em que estabelece a capacidade participativa e cooperativa das pessoas para a consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento local; esse é o tema da próxima subseção.

2.5 Sustentabilidade e o Turismo de Base Comunitária

Desde a repercussão do livro *Primavera silenciosa*, que alertava para a utilização de venenos na agricultura nos Estados Unidos, diversos debates internacionais sobre a temática da sustentabilidade foram intensificados a partir da década de 1970. O polêmico estudo *Limites*

do *Crescimento*⁸, do Clube de Roma, advertia para um colapso global devido ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis, cuja única alternativa para evitá-lo seria chegar ao “crescimento zero” em escala mundial, implicando a ideia de crescimento zero (Passini, 2020).

Embora as iniciativas já alertassem para as questões ambientais, foi na Conferência de Estocolmo, em 1972, que se estabeleceu o marco histórico inicial preponderante para o processo de discussão mundial sobre a dialética “meio ambiente” e “desenvolvimento econômico”. O evento desencadeou outros eventos, relatórios e tratados ambientais, dentre eles o Relatório de *Brundtland*, *Nosso Futuro Comum*, em 1987, que denomina o conceito de desenvolvimento sustentável (Faxina; Freitas; Dal Pozzo 2021; Passini, 2020), e a *Carta de Belgrado*, que expressava a importância de uma nova ética global em prol da erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e demais desordens ambientais e socioeconômicas, consequência da exploração humana, predatória e gananciosa. A Declaração de Cocoyoc (1974) também representou um instrumento significativo nas discussões sobre o desenvolvimento social e econômico e seus impactos no meio ambiente.

Cabe destacar que o termo desenvolvimento sustentável, que declara o meio ambiente como o limite do crescimento, foi institucionalmente reconhecido em 1987, por meio do Relatório de *Brundtland*, e aponta:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (CMMAD, 1991, p. 46).

Essa definição destaca a importância de um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, visando à preservação dos recursos naturais e à qualidade de vida das pessoas. Além disso, a terminologia corrobora com novas aspirações da sociedade que envolvam modelos de desenvolvimento capazes de enfrentar uma diversidade de desafios.

Ainda em 1987, ocorreu a elaboração e aprovação do *Protocolo de Montreal* sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, salientando-se a necessidade de sua proteção, alvitando um acordo que objetivou a redução da emissão de gases Clorofluorcarbonetos (CFC).

⁸ Relatório *Limits to Growth* publicado em 1972, resultado da assembleia do Clube de Roma, que aconteceu em 1968.

O compromisso global culminou na 1ª Conferência Mundial sobre o Clima, em Toronto, em 1988, quando se evidenciou a necessidade de aumentar os esforços e os recursos em pesquisas e monitoramento sobre as mudanças climáticas, gerando um dos principais instrumentos de monitoramento ambiental com caráter científico, o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPPC).

Paralelamente, no Brasil, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que, por meio do artigo 180, atribui aos entes federativos a responsabilidade de promover e incentivar o turismo como um impulsionador do desenvolvimento sustentável, visando à concretização dos direitos econômicos e sociais (Brasil, 1988).

Após quase uma década, a retomada da discussão teórica sobre o desenvolvimento sustentável ocorreu mediante convocação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como *Cúpula da Terra, Eco-92, Rio 92*. No evento, foram problematizados princípios e estratégias sustentáveis de desenvolvimento por diversas delegações. Alguns dos principais documentos resultantes da conferência foram: i) a Agenda 21⁹, que, de maneira inédita, orientou o uso de indicadores específicos para se avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável; ii) a Convenção sobre Diversidade Biológica/Convenção da Biodiversidade, que reconheceu a necessidade de investimentos na educação e conscientização pública para a conservação da biodiversidade; e iii) a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), produto da comprovação dos impactos das emissões de gases na atmosfera e do aumento do efeito estufa associados ao aquecimento global do planeta (CNUMAD, 1992).

Para a ampliação dos debates e práticas da CQNUMC, foram implementadas as Conferência das Partes (COPs), reuniões preparatórias dos grupos políticos regionais da ONU, iniciando em Berlim, Alemanha, em 1995. A COP1 resultou no *Mandato de Berlim*, que estabelecia o compromisso para mitigação do efeito estufa, desencadeando em outras reuniões anuais para discutir a temática, como a COP2, em Genebra, no ano de 1996, e a COP3, em 1997, no Japão, ocasião em que a comunidade internacional firmou o *Protocolo de Kyoto*, que acordava sobre a redução na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a venda de créditos de Carbono (UNDP, 2022).

⁹ Trata-se de um plano de ação com metas aceitas universalmente, primeiro documento internacional a abordar explicitamente o turismo como uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável de comunidades situadas em ecossistemas frágeis ou ameaçados (Mowforth; Munt, 2016).

Novas reuniões aconteceram e contribuíram não somente para aumentar os esforços de implementação da convenção em si, mas também para demonstrar uma mudança de atitude global, pois diversas nações assumiram compromissos e elencaram metas de redução nas emissões de GEE. Isso ocorreu na COP4 Buenos Aires, em 1998, na COP5 Bonn, em 1999, na COP6 La Haya, em 2000, na COP-6 Bis Bonn, em 2001, na COP7 Marraqueche, em 2001, na COP8 Delhi, em 2002, na COP9 Milão, em 2003, na COP10 Buenos Aires, em 2004, na COP11/CMP1 Montreal, em 2005, na COP12/CMP2 Nairobi, em 2006, na COP13/CMP3 Bali, em 2007, na COP14/CMP4 Poznan, em 2008, na COP9 Nova Déli, em 2002, na COP10 Buenos Aires, em 2004, na COP11 Montreal, em 2005, na COP12 Nairóbi, em 2006, na COP13 Bali, em 2007, na COP14 Poznan, em 2008, na COP15 Copenhague, em 2009, na COP16 Cancun, em 2010, na COP17 Durban, em 2011, na COP18 Doha, em 2012, na COP19 Varsóvia, em 2013, e na COP20 Lima, em 2014 (UNDP, 2022).

Ressalta-se que, situando o contexto das COPS, mediante discussões sobre o desenvolvimento sustentável, em 2000, ocorreu a *Cúpula do Milênio* das Nações Unidas, em Nova York¹⁰, quando foram incorporadas condições mínimas necessárias para o desenvolvimento sustentável global, elencando-se oito metas (UNDP, 2022): i) erradicar a extrema pobreza e a fome; ii) atingir o ensino básico universal; iii) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; iv) reduzir a mortalidade infantil; v) melhorar a saúde materna; vi) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; vii) garantir a sustentabilidade ambiental; e vii) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Tais metas deviam ser cumpridas pelos Estados-membros até 2015, surgindo os Objetivos do Milênio (ODM). Uma nova declaração de princípios básicos interdependentes e indivisíveis referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento foi assinada e divulgada em 2003, a intitulada *A Carta da Terra*, em que se reconhecem objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz.

Em vista da necessidade de ações globais, nacionais e locais para promover a equidade, a erradicação da pobreza e a reforma da governança global do desenvolvimento sustentável e do ambiente, ocorreu a *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável/Rio +10*, em Johannesburgo, África do Sul, em 2002, quando as Nações Unidas e a Organização Mundial

¹⁰ Nesse mesmo evento, líderes governamentais e do turismo assinaram a Declaração sobre Turismo a Serviço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, destacando a mobilização de recursos nacionais para apoiar programas comunitários, a promoção da sustentabilidade por grandes empresas no setor turístico com responsabilidade social, e o apoio a projetos da OMT para impulsionar pequenas e médias empresas, incluindo o turismo comunitário (UNWTO, 2005b).

do Turismo lançaram o Programa *Sustainable Tourism – Eliminating Poverty* (STEP¹¹), asseverando que o turismo seria uma oportunidade global de alívio da pobreza. O programa gerou uma série de publicações, seminários e debates transversais ao tema (UNWTO, [20--], 2002, 2004, 2005a, 2006). Uma década após poucos avanços com relação à ECO 92, e quatro décadas da *Conferência de Estocolmo*, aconteceu uma renovação dos compromissos na *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável/Rio +20*¹², no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012. Contudo, registra-se o fato de que ainda são poucos os avanços, sobretudo quando existe uma tendência em priorizar interesses econômicos e geopolíticos dos países desenvolvidos (Guimarães; Fontoura, 2012).

Nessa perspectiva, durante o XXIII Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo da Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano de 2015, em Lima, no Peru, abordou-se o Turismo Rural Comunitário (TRC) como meio de desenvolvimento sustentável. O evento resultou na *Declaración de Lima*¹³ sobre TRC nas Américas, que o reconhece para a inclusão social e o combate à pobreza, apresentando medidas recomendadas aos países-membros da OEA para promovê-lo.

Paralelamente, ainda em 2015, na COP21, em Paris, houve uma retificação do tratado, formulando-se o *Acordo de Paris*¹⁴, que estabelecia novos parâmetros para conter o aumento da temperatura média global; esse acordo norteou princípios de responsabilidades comuns, educação ambiental e cooperação para evitar uma catástrofe climática (Araújo; Neto; Seguin, , 2020). Uma das principais produções resultantes da COP21 foi o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* que determinou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas a serem alcançadas, a partir da *Agenda 2015* ou Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que são interdependentes e carecem ser aplicados globalmente, de forma integrada pendente às políticas, às ações e às parcerias regionais e locais (PNUD, 2015).

¹¹ Para mais informações, ver: www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/unwtoecd.2006.1.u977162374155736

¹² Nesse evento, foi elaborada a *Declaração da Cúpula dos Povos sobre Turismo, Sustentabilidade e Futuro* (Cúpula dos Povos, 2012), que defende a urgência de se promover um turismo inclusivo, de base comunitária e ambientalmente sustentável. Para saber mais, pode-se consultar este endereço eletrônico: <https://729cfb3251.cbaul-cdnwnd.com/ab764f5ae60044bd6bd5ffc5a75a3128/200000058-42758436f2/DECLARA%C3%87%C3%83O%20TURISMO%2C%20SUSTENTABILIDADE%20E%20FUTURO.pdf>

¹³ A declaração está disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/5608b04be4b00830fde91ec7/t/5616a932e4b090b6b23419c2/1444325682670/declaracion.pdf>.

¹⁴ O objetivo central do *Acordo de Paris* foi limitar o aumento da temperatura média global até 2° C acima dos níveis pré-industriais, com um esforço adicional para margear ao aumento a 1,5° C (UNDP, 2022).

Em alinhamento com as diretrizes da ONU, o governo brasileiro adotou os ODSs (Anexo B) como parte integrante de suas políticas e iniciativas fundamentais. Nesse panorama, em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi designado para liderar o processo governamental de adaptação das metas e de sua implementação de acordo com a realidade do país (Silva, 2018). No turismo, os ODSs foram incorporados na formulação de políticas públicas pelo Ministério do Turismo (MTur) no Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022¹⁵) (Brasil, 2018).

Outras edições anuais das COPs continuaram acontecendo ao longo dos anos, como a COP22 Marrakech, em 2016, a COP23 Bonn, em 2017, a COP24 Katowice, em 2018, e a COP25 Madrid, em 2019. Embora demonstrassem avanços importantes com estímulos ao financiamento de países mais pobres e à cooperação internacional, a COP26, realizada em Glasgow, na Escócia, foi considerada uma das mais importante depois do *Acordo de Paris*. E, pode-se dizer, que talvez uma das que mais gerou expectativas, pois marcou um ponto de avaliação após os cinco anos da assinatura do acordo internacional e por representar uma “última chance” para que as nações viabilizassem conter o aquecimento global em até 2° C no enfrentamento da crise climática (UNDP, 2022).

Na COP27 no Egito, questões críticas, como a assimetria nas origens dos impactos das alterações climáticas, perdas e danos em países vulneráveis e a necessidade urgente de respostas e financiamento para a recuperação da covid-19, foram abordadas. O primeiro Balanço Global, realizado a cada cinco anos, destacou as temperaturas recorde de 2023, com um aumento de 1,1° C, e os impactos devastadores das mudanças climáticas, intensificando a urgência da COP28 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (UNDP, 2022). Discute-se a próxima sede da COP29 em Baku, Azerbaijão, em 2024, em meio a tensões na cúpula da ONU e no Leste Europeu.

As Cúpulas e as Conferências das Nações Unidas celebradas nos últimos 30 anos transcorreram do relativo consenso mundial sobre a crescente preocupação envolta em questões ambientais, na necessidade de políticas e atividades para erradicação da pobreza e para o fomento ao desenvolvimento sustentável. Além disso, é imprescindível um novo comportamento ético global involucrados ao eixo de educação ambiental e bem-estar para todos. Isso é, a ação participativa e democrática de cada indivíduo e da coletividade, por meio

¹⁵ O PNT incorpora os ODSs 08, 12 e 14, que se concentram na promoção do desenvolvimento de Políticas de Turismo Responsável nos níveis estadual, distrital, regional e municipal, alinhando-se com a Agenda 2030 (Brasil, 2018).

do processo educacional, destaca como necessidade a adoção de uma visão holística para uma mudança de postura, cuja interdisciplinaridade pode constituir um caminho para o desenvolvimento local sustentável (Watanabe, 2016).

O termo sustentabilidade, embora frequentemente associado à sustentabilidade ambiental (Sachs, 2009a), abrange várias outras dimensões fundamentais, como as sociais, econômicas e naturais (Cvelbar & Dwyer, 2013; Dias, 2003; Dwyer, 2005; Sachs, 1993; Stoddard, Pollard & Evans, 2012), conforme destacado na literatura sobre meio ambiente desde a primeira década do século XXI. Sachs (1993) expande esse conceito incluindo dimensões éticas, psicológicas e tecnológicas.

Em 2020, visando fortalecer a resiliência da Europa em sustentabilidade, digitalização e justiça, foi introduzido o conceito de “*Twins transitions*” para integrar transições ecológicas e digitais (Comissão Europeia, 2020). Esse enfoque também é aplicável ao turismo, como evidenciado no documento intitulado “Goa Roadmap for Tourism as a Vehicle for Achieving the Sustainable Development Goals” lançado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2023, que apresenta um roteiro para alcançar os ODS por meio do turismo entre os países do G20, destacando áreas como turismo verde, digitalização, habilidades, micro, pequenas e médias empresas de turismo e gestão de destinos (OMT, 2023).

No aspecto teórico-conceitual, a sustentabilidade pode ser abordada: i) na teoria do ecodesenvolvimento, que enfatiza a importância da participação comunitária no desenvolvimento sustentável; ii) na teoria do desenvolvimento sustentável, que busca um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social (Sachs, 2009b; Theis; Tomkin, 2018); iii) na teoria do ecossistema, que destaca a interconexão dos ecossistemas e a importância de levar em conta as consequências de longo prazo de nossas ações no meio ambiente; iv) na teoria dos sistemas, que enfatiza a complexidade dos sistemas socioecológicos e a necessidade de uma abordagem integrada para alcançar a sustentabilidade; e v) na teoria da justiça ambiental, que salienta a importância de garantir que as comunidades mais vulneráveis não sejam desproporcionalmente afetadas pelos problemas ambientais (Theis; Tomkin, 2018). Esses constructos teóricos são importantes para entender os diferentes aspectos da sustentabilidade e orientar a tomada de decisões e a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Diretrizes vêm sendo utilizadas para ajudar a desenvolver abordagens de mensuração da sustentabilidade, melhorar a comparabilidade dos dados e comunicar resultados, a fim de promover a aprendizagem entre diferentes atores envolvidos. Como exemplo, têm-se: o

Bellagio STAMP (*Sustainability Assessment and Measurement Principles*), que considera oito princípios para avaliação e mensuração da sustentabilidade – propósito claro e relevante; adequação; transparência; participação; integração; adaptação; rigor; sensibilidade ao contexto (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Pintér *et al.*, 2012) –, e o *Triple Bottom Line*, modelo de avaliação para o desenvolvimento que sugere um equilíbrio entre os componentes econômicos/lucro, sociais/pessoas e ambientais/planeta (Elkington, 2013; Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Stoddard; Pollard; Evans, 2012).

Metodologicamente, ferramentas para avaliar a sustentabilidade, entre as mais conhecidas, incluem-se: a Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*), que mede o impacto ambiental de uma atividade humana, considerando o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Siche *et al.* 2007; Vačkář, 2012); o Painel de Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*), que simula um painel de um carro e cujos indicadores-chaves apontam o desempenho da sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Van Bellen, 2004); e o Barômetro da Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*), que combina indicadores em um índice composto, representado graficamente em um diagrama bidimensional para avaliar o progresso em direção à sustentabilidade (Prescott-Allen, 1999).

Além disso, índices específicos têm sido utilizados para comparar o desempenho ambiental entre diferentes países e para identificar áreas de melhoria nas políticas e práticas de sustentabilidade, tais como: o *Environmental Sustainability Index* (ESI), que combina indicadores agrupados em cinco categorias principais – sistemas ambientais; redução das pressões ambientais; redução da vulnerabilidade humana; capacidade social e institucional; uso sustentável dos recursos –; e o *Environmental Performance Index* (EPI), que reflete seis categorias políticas principais – saúde ambiental, qualidade do ar, recursos hídricos, biodiversidade e habitat, recursos naturais produtivos e mudança climática –, ambos continuam a medir o desempenho ambiental dos países (Vačkář, 2012). Considerando aspectos como energia, emissões e recursos naturais, têm-se índices de Desempenho Emergético (*Emergency Performance Index*) cuja matriz é a análise energética (Siche *et al.*, 2007).

Pelo viés mercadológico, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é estabelecido e reconhecido pela bolsa de valores de São Paulo para avaliar a performance das empresas com relação à sustentabilidade em questões ambientais, sociais e de governança corporativa. O ISE baseia-se em princípios do desenvolvimento sustentável definidos no Relatório *Brundtland*, incentivando a adoção de práticas mais sustentáveis e responsáveis (ISE B3, 2022).

As certificações ambientais servem para diversos propósitos e desempenham um papel importante na promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento ambientalmente responsável, uma vez que são uma forma relevante de atestar que produtos e serviços foram produzidos de maneira responsável e sustentável seguindo padrões ambientais. Entre as mais conhecidas, destaca-se a ISO 14001, que estabelece diretrizes para a implementação de um sistema de gestão ambiental eficaz em empresas (ISO 14001:2015).

A ISO 14040:2006 e a ISO 14044:2006 são as normas internacionais que firmam os princípios e os requisitos base para Análise de Ciclo de Vida (ACV), avaliando o impacto ambiental de um produto ou serviço ao longo de todo o seu ciclo de vida (ISO 14040: 2006; ISO 14044: 2006). Além das normas ISO supracitadas, outros documentos norteadores importantes para a ACV incluem o Programa de Avaliação do Ciclo de Vida do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais dos Estados Unidos, a norma europeia EN 15804 para a ACV de produtos de construção e a *Global Guidance Principles for Life Cycle Assessment Databases* (ECOINVENT, 2022). Essas certificações são frequentemente utilizadas por empresas e consumidores como forma de demonstrar compromisso com a sustentabilidade.

Portanto, existem várias definições, diretrizes, abordagens e metodologias a serem consideradas na sustentabilidade, mas, em geral, ela envolve a ideia de que os recursos naturais devem ser usados de forma responsável e eficiente. Além disso, a sustentabilidade também implica promover a justiça social e a equidade, garantindo que todas as pessoas tenham acesso aos recursos e oportunidades necessárias para viver uma vida saudável e produtiva.

Essas premissas também devem pautar o TBC, que desempenha um papel crucial na integração do turismo com abordagens mais sustentáveis, integradas e participativas, a fim de promover a qualidade de vida dos moradores e um senso de propriedade para conservação e uso sustentável dos recursos naturais da comunidade (Matos; Medeiros, 2018; Oliveira; Fernandez, 2016; Sperb; Serva, 2018; Silva *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a *Declaración de Otavalo*¹⁶ (2006) sobre turismo comunitário sustentável, competitivo e com identidade cultural que aborda políticas de fomento, estratégias de aplicação e meios para garantir resultados, marca o primeiro compromisso oficial internacional sobre TBC, seguido pela *Declaración de San José*¹⁷ (2006) sobre TRC, que

¹⁶ A Declaração está disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_117523.pdf.

¹⁷ Assinada na Costa Rica, em 2003, durante o II Encontro Regional da Rede de Turismo Sustentável Comunitário da América Latina (REDTURS), que foi fundada no Encontro Técnico Internacional sobre Gestão do Turismo Sustentável e Competitivo: Alianças entre Estado, Empresa e Comunidade, realizado de 12 a 14 de setembro de 2001. Para mais informações, consultar este site: [ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---)

reforça a importância do turismo rural como componente estratégico de desenvolvimento, destacando a sua contribuição para geração de renda e emprego nas comunidades anfitriãs e enfatizando a autogestão para que as comunidades assumam o controle no planejamento, operação e desenvolvimento do turismo em seus territórios.

No Brasil, foi a Declaração de Salvador, firmada durante o II Fórum Global de Turismo Sustentável (II FGTS), que enfatizou a necessidade do empoderamento das comunidades no planejamento, na operação e no desenvolvimento do turismo, promovendo vínculos de solidariedade e cooperação entre os atores sociais. De maneira geral, as declarações supracitadas frisam o apoio às empresas comunitárias, o compromisso com a inclusão social e o bem-estar das comunidades anfitriãs, a distribuição justa de benefícios, a preservação das expressões culturais e dos ecossistemas, bem como a troca de conhecimento entre turistas e comunidades locais.

Emmendoerfer, Moraes e Fraga (2016) conceituam o TBC como “[...] uma forma de turismo essencialmente ligada à sustentabilidade sociocultural local e à preservação da natureza, voltada para as necessidades das comunidades, na sua maioria em ambientes rurais” (Emmendoerfer; Moraes; Fraga, 2016, p. 7). Assim, dentre os benefícios apontados na literatura acerca do TBC, cita-se o desenvolvimento local sustentável (Aldecua, 2011; Blackstock, 2005; Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009; Fabrino; Nascimento; Costa, 2012; Irving, 2009; Mayaka; Croy; Cox, 2018; Sampaio; Coriolano, 2009; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Em modelos alternativos de turismo, como o TBC ou o TRC, quando ocorre o planejamento de forma adequada e responsável, pode ocasionar um fator de desenvolvimento local sustentável em comunidades rurais, uma vez que são valorizadas as potencialidades existentes nas propriedades rurais, a partir da combinação de diferentes estratégias de subsistência e de combate à pobreza e/ou de estímulo à ampliação da renda familiar (Giampiccoli; Kalis, 2012; Graziano da Silva, 2000; Fagundes; Schmidt; Centurião, 2013). Assim, o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais promove o resgate de culturas locais, a expansão na geração de emprego e renda, além de manter o homem no campo, contribuindo inclusive, para redução do êxodo rural (Teixeira, 1998). Ademais, pode ocorrer o resgate da autoestima dos trabalhadores do campo, por meio da valorização de práticas rurais (Sansolo; Bursztyn, 2009; Walkowski; Damo; Loch, 2017).

Graciano e Holanda (2020) corroboram dessa perspectiva ao apontarem o TBC como

[...] uma proposta para o planejamento e o desenvolvimento das localidades através da atividade turística, fundamentada nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, promovendo a emancipação social das comunidades por meio do protagonismo da população na autogestão de seus bens, serviços e capital social, para, assim, atingir a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e a conservação de seu patrimônio ambiental, histórico e cultural (Graciano; Holanda, 2020, p. 161).

Contudo, o TBC não pode e nem deve resolver todas as limitações e fragilidades que existem nas comunidades, pois muitas são inerentes às especificidades de cada comunidade, por exemplo, a ausência de recursos financeiros e de qualificação profissional, bem como a presença de conflitos entre competências para configurar um desenvolvimento turístico (Nyaupane *et al.*, 2006).

Nesse sentido, as Universidades e as Instituições de Ensino Superior (IESs) podem constituir um fator decisivo para a formação de redes, formação local e assistência técnica e organizacional, sobretudo para a busca de investimentos públicos e privados (Abramovay, 2003; Barros; Rodrigues, 2019; Cuyate; Costa; Mariani, 2014). As ações e práticas em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Ambiental (EA) também são contempladas no TBC, sendo integradas na tríade da educação, sociedade e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial rural sustentável. Assim, existem condições didáticas, pedagógicas e da *práxis* educativa que trabalham preventivamente a comunicação de saberes, a cooperação articulada entre múltiplos atores, os efeitos negativos antrópicos ao meio ambiente e o protagonismo local para a interpretação e/ou soluções de questões teóricas e práticas (Alcântara; Sampaio; Zabala, 2018; Moraes; Ribeiro; Emmendoerfer, 2013; Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Silva *et al.*, 2014).

Não obstante a isso, o desenvolvimento territorial rural sustentável não implica apenas crescimento econômico, mas também atende às necessidades sociais, culturais e políticas e à valorização das tradições locais e seu respectivo potencial territorial (Cuyate; Costa; Mariani, 2014). Em outras palavras, existem elos entre as origens históricas, o capital social e o desenvolvimento de um território (Abramovay, 2000).

Embora, no Brasil, seja recente o debate sobre o desenvolvimento territorial rural envolto na temática da sustentabilidade e da equidade social, observam-se políticas públicas no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), do Programa Territórios da Cidadania, dentre outros, que estimulam a participação ativa da população local fundamentada em conhecimentos tradicionais agregados ao conhecimento. Nesse aspecto, Alcântara, Sampaio e Zabala (2018) chamam a atenção para os

conhecimentos implícitos e saberes locais presentes em cada cultura, ponderados a partir da observação e da prática cotidiana. Eles emergem de experiências comunitárias autênticas que conduzem às Zonas de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEEs), cujos espaços contemplam a conservação de modos de vida tradicionais e biodiversidade e a qualidade de vida dos habitantes e dos visitantes.

Em tempo, alerta-se para a necessidade de projetos elaborados para atingir o desenvolvimento, sendo imprescindíveis a mobilização e o apoio dos atores sociais envolvidos para a elaboração e execução de projetos, observando o desenvolvimento das atividades dentro de um território, estipulando um prazo definido e designando uma entidade gerencial que expresse a unidade territorial (Abramovay, 2003).

Quando são adotadas práticas sustentáveis no TBC, as comunidades rurais podem se beneficiar do turismo de maneira responsável, integrando experiências autênticas e significativas para que o desenvolvimento local ocorra de maneira equilibrada, atendendo às necessidades das comunidades envolvidas e preservando seus recursos para as gerações futuras.

2.6 Considerações finais da seção

O conceito de desenvolvimento local discutido nesta seção envolve uma abordagem participativa e centrada na comunidade, valorizando a autonomia, a identidade e os recursos locais. Esse processo busca fortalecer as capacidades das comunidades e melhorar as condições de vida, considerando as especificidades e as potencialidades de cada território. Além disso, promove a sustentabilidade econômica, social e ambiental, adotando estratégias que visem não apenas ao crescimento econômico, mas também à equidade social, à preservação ambiental e ao fortalecimento das identidades culturais.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é caracterizado pela participação ativa das comunidades no planejamento, na execução e na avaliação de iniciativas, com vistas ao empoderamento dos atores locais e a uma governança mais inclusiva e democrática. Essa abordagem incentiva a colaboração entre associações comunitárias, cooperativas, lideranças locais e poder público, para identificar e implementar soluções que atendam às necessidades e às aspirações da população. Desse modo, alinha-se a uma visão participativa, sustentável e integrada, reconhecendo a importância do envolvimento comunitário na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e resiliente.

O turismo pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento local, diversificando a economia e gerando novas oportunidades de negócios por meio de ações coletivas e iniciativas/projetos comunitários. Contudo, é fundamental reconhecer que o turismo também pode ter impactos negativos se não for gerenciado adequadamente, por isso, é crucial adotar uma abordagem cuidadosa e sustentável para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, salienta-se que, nos últimos anos, as estratégias de desenvolvimento têm incorporado inovações nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental, caracterizadas como abordagens autônomas que priorizam a iniciativa local e uma economia diversificada de serviços em contextos geográficos e sociais específicos. Uma dessas estratégias inovadoras pode ser viabilizada como uma via importante para o desenvolvimento por meio do turismo comunitário de pequena e média escala, gerido de forma autônoma pelas próprias comunidades, em contraposição ao turismo tradicional.

Uma abordagem local busca superar os desafios internos por meio da criação de parcerias e colaborações, o que envolve o fortalecimento do capital social, especialmente no que diz respeito à rede de relacionamentos, à confiança e à reciprocidade entre os membros da comunidade. Esse capital social pode ser considerado uma vantagem competitiva para o turismo comunitário, permitindo que as comunidades locais trabalhem colaborativamente para a construção de uma base sólida para tomada de decisões coletivas e implementação de ações efetivas.

Além disso, diante da crise civilizatória e pandêmica, são evidentes a complexidade e a urgência dos problemas sociais contemporâneos e seu reflexo na matriz de uso dos recursos naturais, que dificilmente serão resolvidos de maneira individual e pontual. Assim, observa-se que a necessidade de uma conjuntura histórica de transformação social alinhada à sustentabilidade e ao capital social, que exalta, cada vez mais, os princípios da cooperação.

No turismo comunitário, valorizam-se esses princípios entre as comunidades tradicionais, suas culturas e modos de vida, seus valores, saberes, crenças, técnicas e organizações comunitárias. Nessa nova abordagem, a liderança local e a cooperação desempenham funções fundamentais, juntamente com a distribuição justa dos benefícios provenientes das atividades relacionadas ao turismo.

Findada a Parte I desta tese, em se que contextualizaram tema e os objetivos deste estudo e se explicitaram os conceitos teóricos centrais, na sequência, inicia-se a Parte II, que concentra elementos metodológicos, analíticos e empíricos.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, apresenta-se a caracterização da área de estudo, situando o recorte espacial de análise das áreas rurais delimitado pelo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) do estado de Sergipe. São explicitados também os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, com base em pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratória e pesquisa de campo, elementares para alcance dos objetivos propostos.

3.1 Caracterização da área de estudo

Sergipe é um estado brasileiro localizado na Região Noroeste do país, o menor do Brasil, com uma área de 21.938,184¹⁸ quilômetros quadrados (km²), uma população estimada em 2.338.474 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 94,36 hab./km², que se limita geograficamente ao Norte, com Alagoas, ao Sul e Oeste, com a Bahia, e ao Leste, com o Oceano Atlântico (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁹ geral de Sergipe é de 0,665, indicando médio desenvolvimento humano; o estado apresentou um índice de 0,711 na dimensão de renda, 0,644 na educação, ambos considerados médio, e 0,721 na saúde, classificado como alto (ATLASBR, 2020).

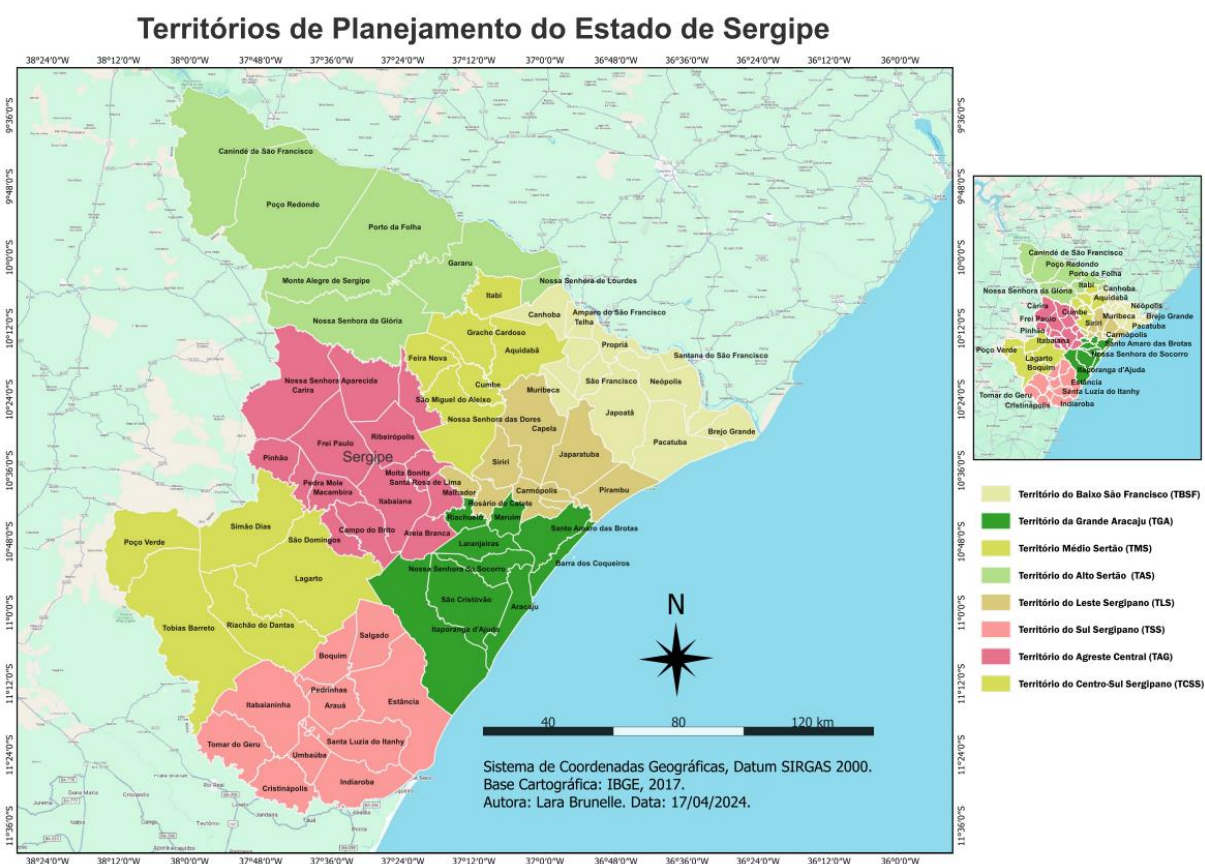
O bioma predominante em Sergipe é a Mata Atlântica, caracterizado por uma grande diversidade de vegetação, incluindo florestas ombrófilas densas, florestas estacionais semidecíduas, restingas e manguezais (IBGE, 2023). As questões climáticas e pluviométricas definem-se por um clima tropical úmido e semiárido em diferentes regiões do estado, com temperaturas médias anuais elevadas, cerca de 26° C, e níveis de precipitação que variam de 1600 a 2000 mm/ano no litoral e de 400 mm a 800 mm no interior (Brasil, 2014). Destaca-se que a preservação desses diferentes ecossistemas mantém a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, os quais propiciam que as comunidades de pescadores, agricultores familiares e quilombolas, tradicionalmente, retirem seu sustento familiar por meio da pesca artesanal, da plantação e do extrativismo.

¹⁸ De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, cerca de 78,7% de sua população vive em áreas urbanas e 21,3% em áreas rurais (IBGE, 2010).

¹⁹ Esse índice é calculado a partir de três dimensões do desenvolvimento humano – renda, educação e saúde –, e a sua escala varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do local em questão. O IDH pode ser classificado em três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH abaixo de 0,550), médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,550 e 0,699) e alto desenvolvimento humano (IDH acima de 0,700) (ATLASBR, 2020).

No PDR Sergipe, para fins de planejamento e desenvolvimento territorial, bem como de gestão das políticas públicas na esfera estadual, estabelecem-se unidades espaciais por territórios (Figura 2), a partir de critérios econômico-produtivos, geoambientais, sociais, político-institucionais e culturais (Sergipe, 2017), a saber: Agreste Central, Alto Sertão, Centro-Sul, Leste e Sul Sergipano, Médio Sertão, Baixo São Francisco e Grande Aracaju (Sergipe, 2017).

Figura 2 - Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base no PDR Sergipe (Sergipe, 2017), com suporte do *software* QGIS.

O PDR Sergipe é um instrumento alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com o intuito de estabelecer diretrizes estratégicas para promover o desenvolvimento sustentável em longo prazo, especialmente nas áreas menos desenvolvidas e estimular o potencial endógeno, integrando e valorizando características culturais, sociais, econômicas e ambientais (Sergipe, 2017). As unidades espaciais do estudo foram organizadas da seguinte maneira (Quadro 4):

Quadro 4 - Municípios dos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe

Território	Municípios
Baixo São Francisco	Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.
Sul Sergipano	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba.
Grande Aracaju	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas.
Centro-Sul	Lagarto, poco verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto.
Agreste Central	Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora da Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.
Alto Sertão Sergipano	Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.
Médio Sertão Sergipano	Aquidabã, Cumbe, feira nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores.
Leste Sergipano	Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri.

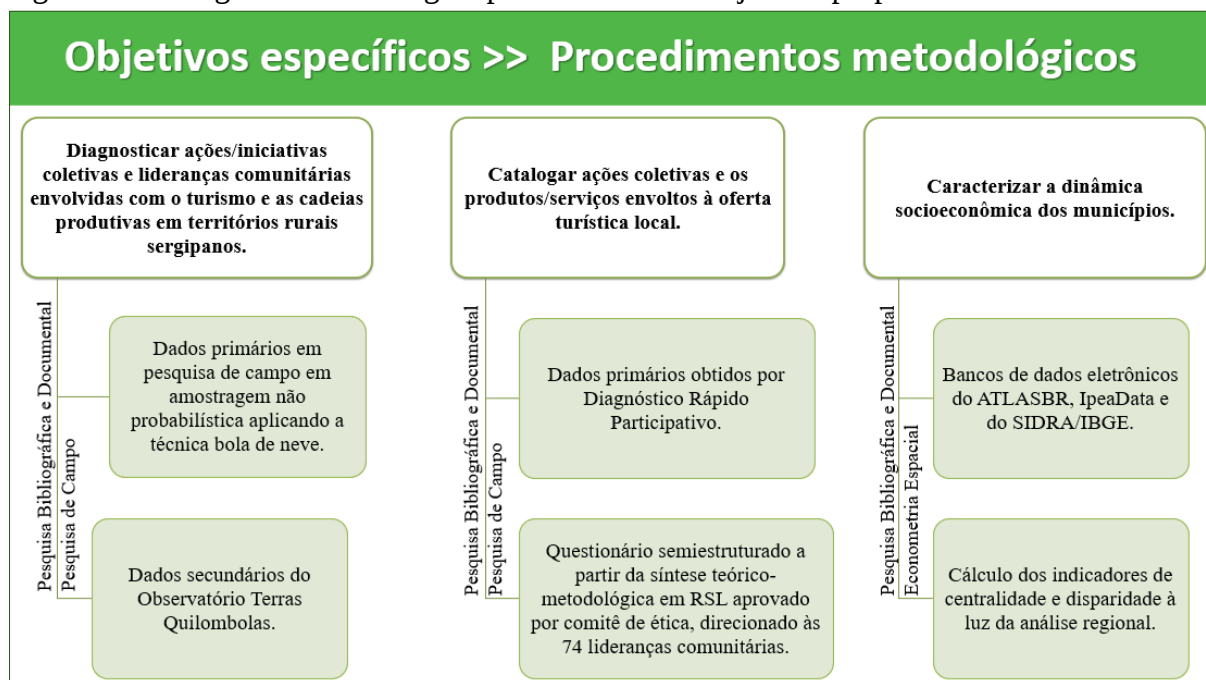
Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir do PDR Sergipe (Sergipe, 2017).

A delimitação geográfica e o recorte espacial adotados basearam-se nos Territórios de Planejamento do PDR Sergipe, abrangendo comunidades tradicionais (INCRA, 2016; Sergipe, 2020) que se apropriam do turismo em áreas rurais nesses territórios. Esse instrumento de políticas públicas, além de ser o mais completo e utilizado pelo governo, foi elaborado com o objetivo de orientar o desenvolvimento regional do estado.

3.2 Procedimentos metodológicos

Nesta subseção, descrevem-se os procedimentos adotados (Figura 3) para se contemplar os objetivos propostos, incluindo a pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratória, assinalando documentos e instrumentos de políticas públicas do estado de Sergipe, como se vê no Fluxograma a seguir:

Figura 3 - Fluxograma metodológico para alcance dos objetivos propostos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

As fontes de dados consultadas, juntamente com o período, variáveis analisadas e amostragem, são discriminadas e justificadas pela sua adequação, garantindo representatividade. Além disso, foram evidenciados os resultados da pesquisa de campo e da econometria espacial à luz da análise regional, com base em indicadores de Centralidade (IC) e de Disparidade (ID), apontando contribuições metodológicas para uma análise robusta dos dados e compreensão das relações investigadas.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental

Inicialmente ocorreu um mapeamento da produção científica sobre TBC no Brasil para situar principais temas que nortearam o referencial teórico e conceitual, bem como iniciativas e/ou empreendimento comunitários, a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Galvão, Pansani e Harrad (2015) apontam que a RSL permite integração, organização, seleção, sistematização e avaliação de informações e relações de forma coerente em um conjunto de pesquisas com semelhanças e interconexões, permitindo uma análise abrangente e estruturada dos estudos relacionados ao tema. A investigação seguiu diretrizes previstas no protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Tricco *et al.*, 2018). E para a coleta da amostra, foram usados os identificadores <turismo de base

comunitaria*> OR turismo comunitario *> AND < desenvolvimento *> AND < rural >: (i) no título, ou (ii) no resumo, ou (iii) nas palavras-chave.

Na busca, escolheu-se a base de dados eletrônica de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Salienta-se que ela foi selecionada devido à sua abrangência, visto que agrega 104 bases de dados na área de Ciências Sociais Aplicadas e diversos periódicos, sendo especificamente 51 na subárea do conhecimento Turismo. No entanto, para garantir um escopo mais abrangente e evitar a exclusão de outros periódicos relevantes, optou-se por considerar toda a grande área de Ciências Sociais Aplicadas no conjunto da investigação.

Os critérios de inclusão definidos e executados na busca foram: i) artigos completos publicados em periódicos revisados por pares; ii) recorte territorial do Brasil; iii) publicados entre 2006 e 2021, recorte temporal em função das produções científicas encontradas na base de dados durante a busca no período de agosto de 2021 a agosto de 2022. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: i) livros ou capítulos de livros; ii) notas de pesquisa ou artigos de conferências e editoriais; iii) artigos nos idiomas espanhol, inglês, francês e português; v) artigos não relacionados ao TBC, a partir da análise do título, do resumo e das palavras-chave; vii) artigos duplicados. O refinamento da amostra, realizado a partir dos critérios de exclusão, ocorreu com base nos filtros disponibilizados nas bases de busca e leitura manual, quando foi possível analisar de forma descritiva, como variáveis, as iniciativas e/ou empreendimentos comunitários e onde estão situadas(os), informações constantes na subseção de 2.3.

Complementarmente, utilizou-se a pesquisa documental de caráter exploratório e descritivo para identificar e descrever políticas públicas específicas, que também foram detalhadas na subseção de 2.3. A pesquisa documental abrange uma diversidade de fontes que possibilitam situar informações atuais no contexto histórico-situacional, permitindo, desse modo, interpretações, relações e comparações do fenômeno (May, 2004). Foram realizadas buscas sobre leis que versavam sobre o TBC, no Portal de Legislações Estaduais do governo brasileiro e no Portal JusBrasil em janeiro de 2023, sendo consultadas estas: Lei nº 14.126/2019, na Bahia; Lei nº 11.731/2022, no Espírito Santo; Lei nº 21.052/2021, em Goiás; Lei nº 098, de fevereiro de 2021, no Maranhão; e uma série de leis em Minas Gerais, como a Lei nº 23.763/2021, a Lei nº 427/2021, a Lei nº 2.491/2022, a Lei nº 2.683/2021, a Lei nº 1.748/2021 e a Lei nº 522/2021. Além disso, foram consideradas a Lei nº 9.773/2022, no Pará, a Lei nº 7.884/2018, no Rio de Janeiro, e a Lei nº 2.879/2022, em São Paulo. Assim, foi possível

analisar de forma descritiva, variáveis como legislação, sobre o que dispõe o dispositivo legal e o estado a que se refere.

Para o levantamento inicial das principais lideranças comunitárias organizadas em associações nos territórios tradicionais (ver Quadro 4, na subseção de 4.1), foram consultadas fontes documentais em chamadas públicas (editais, minutas de contrato e termos de referência), com caráter exploratório, descritivo e analítico no Portal da Transparência da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEAGRI) do governo estadual de Sergipe, no manual de operações do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora e banco de dados do Observatório Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), em julho de 2022 (CPSP, 2022a).

Posteriormente, ocorreu a pesquisa de campo com uso dos instrumentos de pesquisa, refinando a seleção, seguindo a lógica da técnica bola de neve, como descrito a seguir, na subseção 3.2.2. Outras fontes consultadas na subseção 3.1 foram importantes para a caracterização da área de estudo e incluíram documentos relacionados ao setor agrícola e ao turismo em Sergipe, como a Caracterização da Demanda Turística do Estado elaborada pela FGV Projetos, e informações sociodemográficas do ATLASBR, do IBGE e do PDR Sergipe (Sergipe, 2017).

3.2.2 Pesquisa de Campo

Para atender ao primeiro e ao segundo objetivos específicos, procedeu-se com pesquisa de campo para aproximação observacional situacional, seleção das unidades de análise e lideranças identificadas na pesquisa documental, bem como mapeamento dos produtos e os serviços ofertados pelas comunidades, mediante visitas semestrais entre os meses de janeiro de 2023 e dezembro de 2023 e entrevistas estruturadas entre 30 de dezembro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, direcionadas aos sujeitos de pesquisa por meio de uma amostragem não probabilística do tipo bola de neve. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa o roteiro de observação não participante (Apêndice A), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – (Apêndice B) e o roteiro de entrevistas (Apêndice C).

Das 68 unidades de análise identificadas na pesquisa documental, foram selecionadas 31 por meio de indicações de 74 participantes em cadeias de referência nos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe, conforme critérios de influência, de legitimidade e de reconhecimento de mérito como liderança na comunidade, seguindo a metodologia definida

pela técnica de amostragem não probabilística do tipo bola de neve. Essa escolha foi adotada devido à natureza da pesquisa que visava a identificar cadeias de referências, especificamente no contexto do TBC. Os interlocutores indicavam novos entrevistados, que, por sua vez, sugeriam outros entrevistados, e assim sucessivamente. Nesse sentido, reconhece-se a importância das conexões sociais e da influência mútua entre os indivíduos, alinhando-se a abordagem de Bourdieu (2010) sobre os campos sociais e as estruturas de poder que moldam as interações e as práticas sociais.

A abordagem metodológica contribuiu para compreensão da complexidade de territórios etnoculturais diversos ao selecionar participantes que indicavam outras lideranças comunitárias, não apenas representando uma amostra diversificada da população, mas também acionando-os em redes e/ou hierarquias que são essenciais para análise das dinâmicas sociais, rede de relações e ações coletivas existentes. O ponto de saturação, conforme definido por Goodman (1961), é alcançado quando as entrevistas começam a repetir as mesmas pessoas e informações, sem apresentar novos conteúdos relevantes.

Sobre os instrumentos de pesquisa, o roteiro de observações foi estruturado com o propósito de gerar informações sobre as características básicas da localidade e das associações, caracterizando a infraestrutura básica e de apoio ao TBC e entorno. O roteiro de entrevistas semiestruturado, por sua vez, contemplou perguntas abertas e fechadas, a fim de orientar o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto às comunidades (Verdejo, 2007) e caracterizar o território, o perfil da comunidade e a sua relação com o TBC em uma participação ampliada. O roteiro foi construído a partir de uma síntese do delineamento teórico-metodológico, subdividido em dimensões e itens correspondentes ao TBC (Apêndice D), a partir da revisão de literatura. O roteiro de entrevistas e o TCLE foram submetidos ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos do sistema de comissão ética de pesquisa e do Conselho Nacional em Pesquisa (CEP/CONEP), com o Parecer número 6.424.690, emitido em 12 de outubro de 2023 (Anexo A).

A análise das informações ocorreu com base no mapeamento participativo para DRP, destacando recursos, desafios e oportunidades (Verdejo, 2007) relacionados às ações coletivas e ao turismo em territórios rurais, a partir de categorias teórico-metodológicas em três escalas: i) a totalidade do modo de produção, o espaço geográfico; ii) a totalidade da formação socioespacial, o território usado; iii) a totalidade do cotidiano, o lugar (Santos, 1996b). Considerou-se também o pensamento crítico e reflexivo de Bourdieu (2010) para situar os

sujeitos sociais, as hierarquias e as suas estruturas/relações de interesse e poder sem negligenciar a importância de cada sujeito.

Complementarmente, utilizaram-se o *software Iramuteq versão 0.7 alpha 2*, ferramenta de tratamento de dados textuais com base no *software R* e na linguagem de programação *Python* (Camargo; Justo, 2013), como suporte de análise do *corpus* textual, e geotecnologias como o sensoriamento remoto por satélite e Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG), por meio dos *softwares Google Earth Pro* na versão 7.3.3.7786 (64-bit) e Quantum GIS (QGIS) na versão 3.36.2. Essa combinação permitiu um suporte de ilustrações com imagens por satélite, ortofotomapas, mapas temáticos e itinerário entre os povoados e os atrativos turísticos identificados.

Foram aplicadas técnicas sistemáticas e objetivas para descrever, explorar e interpretar o conteúdo coletado, disponibilizando análises como estatísticas textuais clássicas, Análise Fatorial por Correspondência (AFC), Classificação Hierárquica Descendente (CHD), análise de similitude e nuvem de palavras. Essa *interface* permitiu a análise das relações lexicais em *corpus* textuais com base na similaridade de palavras utilizadas pelas lideranças e pelos membros das comunidades tradicionais, sujeitos de pesquisa entrevistados.

3.2.3 Econometria Espacial nos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe

Para se atender ao terceiro objetivo específico e caracterizar a dinâmica socioeconômica dos municípios, coletaram-se informações em bases de referência da área, nos bancos de dados eletrônicos do ATLASBR, do Ipea (IpeaData) do IBGE (SIDRA/IBGE).

Considerou-se o período de 2010 para análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM no ATLASBR, de 2010 a 2020 para análise dos dados populacionais no IpeaData e no SIDRA/IBGE, do Produto Interno Bruto (PIB) Total a preços correntes e do PIB *per capita*²⁰, desagregado por setores de atividade econômica, quanto ao Valor Adicionado Bruto (VAB) por setores da economia, dados econômicos deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como ano base 2010, que é o primeiro ano da análise. Os recortes temporais ocorreram em função da disponibilidade das informações para todos os indicadores. Além disso, salienta-se que o período supracitado marca um momento de

²⁰ O PIB *per capita* é a medida da riqueza média de uma região e é calculado pela divisão do PIB pela população residente e tem influência na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE) entre as regiões.

forte crescimento econômico até a retração da economia provocada pela crise econômica nacional, em 2016, e a crise sanitária de 2019, em decorrência da pandemia da covid-19 (SARS-CoV-2).

A análise do IDHM permitiu avaliar como estão distribuídas as dimensões de renda, de educação e de saúde entre os diferentes territórios de planejamento do estado de Sergipe, identificando áreas que apresentam maiores desafios em termos de desenvolvimento humano. Essa análise pode ser utilizada para orientar a alocação de recursos e políticas públicas para as áreas mais carentes, buscando reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover o desenvolvimento humano em todos os territórios.

Já o PIB total a preços correntes e *per capita*, desagregado por setores de atividade econômica, quanto ao VAB desagregado, foi relevante para identificar quais os setores e as cadeias produtivas que mais contribuíam para a economia local e quais as respectivas participações de cada setor na geração de riqueza e empregos de cada município nos territórios de planejamento de Sergipe. Essa análise possibilitou avaliar o desempenho econômico de cada setor em relação ao restante da economia estadual.

Dada a abrangência da pesquisa em nível estadual, as informações obtidas a partir dos dados primários foram confrontadas com a pesquisa de campo, por meio de entrevistas e complementadas com pesquisa documental em instrumentos de políticas pública dos órgãos e instituições de planejamento e desenvolvimento do estado, sendo possível realizar subsídios para orientar políticas públicas e para apontar a necessidade de investimentos específicos para o TBC em prol do desenvolvimento local.

Os dados foram coletados, organizados, tabulados e equacionados em planilha eletrônica, *Excel* versão 2010, de acordo com a dinâmica econômica e populacional (população residente por município), de desenvolvimento municipal e de centralidade e disparidade (Produto Interno Bruto). Ressalta-se que a escolha desses dados se baseia na Teoria do Lugar Central de Christaller (1966).

Especificamente na dinâmica de centralidade, foi estimado um novo indicador de centralidade adaptado a partir de Christaller (1966) e Bidarra e Ferrera de Lima (2019), ponderando dados econômicos do PIB total e do PIB no setor primário, bem como os dados populacionais, compreendidos respectivamente na equação:

$$IC^{21} = (PIB_{prim} \div POP) * (PIB_{tot} \div POP_{univ}) \quad (1)$$

²¹ Em que: IC = Indicador de Centralidade do município; PIB_{prim} = PIB do setor secundário e terciário do município; POP = População do município; PIB_{tot} = PIB total do município; POP_{univ} = População total do Estado.

Na Teoria do Lugar Central de Christaller (1966), as linhas telefônicas representam áreas de influência, e os pontos indicam o tamanho das aglomerações, refletindo o posicionamento na hierarquia regional. Os centros se organizam conforme seu tamanho e área de influência, em que, quanto maior a aglomeração, maior será a sua área de influência. Houard e Marfouk (2000) adaptaram o contexto ao desenvolvimento econômico, com base em análises das características econômicas e sociais das diferentes regiões da Europa.

No Brasil, Ferrera de Lima (2004) incorporou a dinâmica espacial de atividades produtivas com base na composição setorial da economia entre mesorregiões por meio de uma base exportadora ou comercial inter-regional, apontando como mudanças em determinadas regiões podem se espalhar para outras áreas próximas, seja de forma positiva ou negativa. Strassburg, Ferrera de Lima e Oliveira (2014) e Ferrera de Lima e Bidarra (2019) também realizaram modificações significativas ao incorporar variáveis socioeconômicas, ao mesmo tempo em que ajustaram metodologias e enfoques territoriais no contexto regional metropolitano e urbano de Curitiba - PR, asseverando que, quanto maior era o consumo de energia, maior foi a dinamização econômica da região. Seguindo a mesma lógica, Freitas e Ferrera de Lima (2021, 2022) incorporaram outras variáveis socioeconômicas, tais como PIB, VAB e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ajustando-as ao contexto das Mesorregiões Diferenciadas da Amazonia Ocidental e Vale do Ribeira/Guaraqueçaba. Todos os estudos reconhecem que o progresso desses lugares centrais depende da dinâmica das atividades econômicas no setor terciário e secundário, em que, quanto maior a dinâmica das atividades urbanas, maior é a centralidade.

Nesse panorama, ao considerar as nuances dos territórios etnoculturais diversos e expandir os procedimentos metodológicos e enfoques territoriais, foram incluídas variáveis socioeconômicas neste estudo com base no setor primário, especificamente focadas no recorte espacial rural dos Territórios de Planejamento em Sergipe. Esse setor frequentemente constitui a base do campo, sendo essencial para a subsistência das comunidades locais e a preservação de práticas tradicionais associadas à terra e aos recursos (Plastino *et al.*, 2020). A contribuição do IC proporciona uma análise de redes para identificar a existência de aglomerações das atividades produtivas, representando as diferentes dinâmicas quanto aos atores-chave, ao desempenho, à hierarquia, à função ou à posição espacial (Bidarra; Ferrera de Lima, 2019; Freitas; Ferrera de Lima, 2022).

Para interpretar o desempenho dos municípios situados nos Territórios de Planejamento, utiliza-se o seguinte parâmetro do IC: baixo grau de centralidade, quando os valores se situam abaixo de 1,99; grau mediano de centralidade, quando os valores se situam entre 2,00 e 4,99; alto grau de centralidade, quando os valores são superiores a 5,00. Quanto maior a centralidade, maior será a atratividade das atividades em relação à produção no setor primário e à localização da população do município. Para realizar as análises comparativas, geoespaciais e econômicas do IC, foram consultadas as Regiões de Influência das Cidades – REGIC – (IBGE, 2018) à luz da Teoria do Lugar Central de Christaller (1966).

Além do IC, também foi estimado o desempenho por meio de um novo Indicador de Disparidade (ID), cujo cálculo é adaptado de Houard e Marfouk (2000) e Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017), a fim de examinar as disparidades entre o PIB *per capita* e a desigualdade regional, conforme esta equação:

$$ID^{22} = (Xi - Xmin\ j) \div (Xmax\ j - Xmin\ j) \quad (2)$$

A contribuição do ID permite avaliar a distribuição desigual de aglomerações das atividades produtivas para identificar as áreas e grupos mais afetados por iniquidades (Ferrera de Lima, 2022). Assim, para interpretar a dinâmica da desigualdade dos municípios nos Territórios de Planejamento, os resultados foram classificados em: do convergente ao mais desenvolvido, para resultados acima de 0,30; tendendo à convergência com o mais desenvolvido, para resultados entre 0,19 e 0,29; divergente ou estagnado em relação ao mais desenvolvido, abaixo de 0,18.

Para Ferrera de Lima (2016), as disparidades geoeconômicas refletem assimetrias na distribuição de recursos, de atividades econômicas e de oportunidades, o que favorece identificar áreas que necessitam de intervenções específicas para promover um desenvolvimento mais equilibrado. Assim, compreender essas disparidades ajuda a orientar estratégias de desenvolvimento local, planejamento regional. Além de promover a cooperação para redução das desigualdades, apoiando um desenvolvimento mais inclusivo e integrado.

Portanto, ao compreender a relação entre IC e o ID nas atividades produtivas entre os municípios, constatar-se-ão as suas distribuições geográficas e socioeconômicas. Enquanto o

²² Em que: Xi = PIB per capita do município no Território de Planejamento; Xmin = menor PIB per capita do município no Território de Planejamento; Xmax = maior PIB per capita no Território de Planejamento.

IC revela as redes e aglomerações produtivas entre municípios, incluindo atores-chave, posição espacial e hierarquia, o ID avalia as disparidades e as iniquidades na distribuição dessas aglomerações, identificando áreas e grupos mais afetados. A interpretação conjunta dos índices permite classificar a dinâmica da desigualdade municipal em convergente, tendendo à convergência ou à divergência/estagnação em relação aos municípios mais desenvolvidos, proporcionando uma visão abrangente das interações econômicas e das disparidades socioeconômicas entre os municípios.

4 RESULTADOS

Nesta seção, abordam-se os diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento do TBC e das cadeias produtivas em territórios rurais, com foco nas ações, nas iniciativas e nas lideranças comunitárias. A análise foi dividida em subseções que examinam a dinâmica socioeconômica de cada território específico, incluindo o Baixo São Francisco, Leste e Sul Sergipano, Grande Aracaju, Agreste Central, Alto Sertão, Centro-Sul e Médio Sertão Sergipano.

4.1 Diagnóstico de iniciativas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com o turismo e cadeias produtivas em territórios rurais

Atendendo ao primeiro objetivo específico, foram diagnosticadas lideranças comunitárias organizadas em associações de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, catadores de mangaba, quilombolas²³, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, castanheiras, marisqueiras, pescadores artesanais e povos indígenas, diretamente envolvidos com cadeias produtivas em territórios rurais²⁴ e com o turismo.

Conforme recorte espacial adotado metodologicamente a partir do mapa dos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe no PDR Sergipe, diagnosticaram-se comunidades tradicionais representadas por organizações comunitárias que se constituem, estimulam e fortalecem cadeias produtivas no Baixo São Francisco, na Grande Aracaju em Aracaju, no Alto Sertão Sergipano, no Leste Sergipano e no Sul Sergipano. Salienta-se que houve dificuldades de articulação e identificação de iniciativas no TBC no Centro-Sul Sergipano e no Médio Sertão Sergipano.

Constatarem-se: i) iniciativas de fortalecimento das cadeias produtivas locais, como cooperativas de agricultores familiares, associações de artesãos e grupos de produtores de alimentos com enfoque na valorização das práticas tradicionais; e ii) iniciativas de TBC, como

²³ O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta os procedimentos para a identificação, a delimitação, o reconhecimento e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas em todo território nacional (Brasil, 2003). A Fundação Cultural Palmares (FCP), conforme estabelece a Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, é a responsável pela certificação do território quilombola (Brasil, 1988). O conceito operado pelas políticas públicas direcionadas aos quilombolas tem legitimidade na historiografia dos processos sociais ocorridos desde o período colonial até os primeiros anos da República, construído na diversidade de relações da população livre e a população negra (escrava ou não), durante séculos de dominação e invisibilidade, que estas populações estiveram submetidas (CPISP, 2022a).

²⁴ Existem outras comunidades tradicionais em espaços urbanos, a exemplo da Maloca, mas o diagnóstico se limitou às constatações em territórios rurais.

atividades socioculturais em roteiros turísticos conduzidos pelas próprias comunidades e hospedagem em casas de moradores locais, que têm proporcionado experiências autênticas aos visitantes, contribuindo para a geração de renda e o empoderamento local. Trata-se de exemplos concretos de como conciliar o fortalecimento das cadeias produtivas e o TBC em prol do desenvolvimento local.

Nessas iniciativas, foram catalogadas ações coletivas com base na relevância e impacto nas comunidades, classificadas tanto em atividades relacionadas às cadeias produtivas quanto em iniciativas de turismo, sendo as principais ações coletivas a formação de cooperativas e associações e o desenvolvimento de mercados e nichos, que balizaram a elaboração de estratégias de desenvolvimento local e turístico (Apêndice E) e plano de ações para fortalecimento do TBC (Apêndice F).

Nos Territórios do Agreste Central e do Alto Sertão Sergipano, as cooperativas e as associações desempenham um papel crucial no beneficiamento de produtos locais para a construção e o fortalecimento de mercados e nichos. Reuniões mensais para a tomada de decisões coletivas e resolução de conflitos demonstram o engajamento da comunidade em ações colaborativas e cooperativas entre os membros da comunidade e instituições, visando à valorização dos territórios, ao escoamento da produção local e ao desenvolvimento de mercados e de nichos mais inclusivos. São oportunidades econômicas que envolvem ativamente os diversos atores locais, estimulando que todos tenham acesso e participação nas atividades econômicas das cadeias produtivas (agricultura familiar; beneficiamento de castanhas e batata doce). Isso contribui para a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pelas cadeias produtivas e pelo turismo, visto que há turistas que buscam vivenciar esses modos de vida.

Nos Territórios do Baixo São Francisco (TBSF) e Leste Sergipano (TLS), outra ação coletiva destacada é o fortalecimento das redes de apoio (extrativismo da mangaba e TBC), que desempenha um papel fundamental no intercâmbio entre as comunidades como uma forma de promover a troca de conhecimentos, ideias e experiências. Essa iniciativa funciona como uma ação de benchmarking entre os representantes das comunidades, permitindo o aprendizado e o compartilhamento das boas práticas adotadas pelas comunidades. Um exemplo é a criação de protocolos de consentimento prévio, livre e informado, os quais fortalecem os laços entre os diferentes atores envolvidos, por meio da participação e do respeito às decisões das comunidades.

Destaca-se também o estímulo ao consumo consciente e engajado de produtos e serviços relacionados à promoção de práticas sustentáveis de consumo, incentivando os visitantes e a

comunidade a valorizarem produtos locais (extrativismo da mangaba e turismo), artesanato tradicional e apoiarem práticas ambientalmente responsáveis (plantio de mudas de espécies da mata atlântica). Isso não apenas fortalece a identidade cultural e a preservação dos recursos, mas também colabora para a sustentabilidade das atividades em longo prazo.

Nos Territórios da Grande Aracaju (TGA), do Sul Sergipano (TSS) e do TBSF, ações coletivas relacionadas à pesca artesanal e ao TBC, como a realização de rodas de conversa para acolher os visitantes, passeios de barco, pernoite na casa de moradores e venda de produtos artesanais e culinários, representam iniciativas que valorizam a produção e a cultura ribeirinha local, promovem a interação entre visitantes e comunidade e geram oportunidades econômicas para os moradores. Todas as ações e iniciativas catalogadas em cada comunidade nas unidades de análise foram detalhadas por Territórios de Planejamento no estado de Sergipe na sequência.

Chama-se a atenção para os Assentamentos Rurais identificados, os quais, embora não se enquadrem como comunidades tradicionais, apresentam uma significativa oportunidade de associar iniciativas de TBC às agrovilas, estabelecidas como parte da reforma agrária para redistribuir terras a famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra em espaços rurais. Nos assentamentos, são observados princípios de participação comunitária, valorização da cultura local e cooperação em parcerias estratégicas, além de benefícios para a comunidade, como a conservação ambiental, o respeito aos direitos humanos e novas possibilidades de educação e capacitação. Essa abordagem pode gerar oportunidades econômicas, fortalecer o tecido social e cultural das comunidades e contribuir para a preservação dos recursos naturais.

Salienta-se também que as unidades de análise identificadas na pesquisa documental inerentes aos Territórios do Centro-Sul Sergipano (TCSS) e no Médio Sertão Sergipano (TMS) não foram diagnosticadas na pesquisa de campo, seguindo a metodologia definida pela técnica de amostragem não probabilística do tipo bola de neve, visto que nas cadeias de referências houve dificuldade de indicação com base na identificação e reconhecimento dos interlocutores ou de articulação com esses.

A pesquisa de campo foi essencial para obter o mapeamento de iniciativas locais voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas e o desenvolvimento do TBC. Ele subsidiou um diagnóstico abrangente das dinâmicas sociais nas comunidades dos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe. Primeiramente, ela permitiu identificar e catalogar diversas lideranças comunitárias, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrária, catadores de mangaba, quilombolas, entre outros. Esse mapeamento foi crucial para

compreender a estrutura de poder e influência em cada comunidade, bem como para estabelecer contato direto com os atores locais.

Além disso, incluiu o registro de cooperativas, associações, grupos de produtores de alimentos e atividades turísticas conduzidas pelas próprias comunidades. Essas informações foram fundamentais para compreender as dinâmicas e identificar oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável. Outro aspecto importante foi a análise das ações coletivas nas comunidades, permitindo a elaboração de estratégias de desenvolvimento local e turístico.

Além disso, a pesquisa de campo proporcionou uma compreensão mais profunda das práticas tradicionais e culturais em cada comunidade, destacando a sua importância para o turismo e para o fortalecimento das cadeias produtivas. Isso contribuiu para valorizar a identidade cultural e promover o desenvolvimento sustentável, incentivando o turismo consciente e a valorização dos produtos locais.

Quadro 5 - Unidades de análise situadas nos Territórios de Planejamento no Estado de Sergipe, 2024

Território	Município	Comunidades	Organização Comunitária	Cadeias Produtivas e/ou Iniciativas de Turismo
Agreste Central	Itabaiana.	Comunidade do Povoado Carrilho.	Cooperativa de Beneficiamento de Castanhas (COOBEC).	Beneficiamento de castanhas e turismo.
	Moita Bonita.	Comunidade do Sítio Piabas.	Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidaria do Município de Moita Bonita (COOPERAFES).	Beneficiamento de bata doce.
Alto Sertão Sergipano	Porto da Folha.	Comunidade Quilombola Mocambo.	Associação Comunitária Remanescentes do Quilombo Mocambo.	Agricultura familiar e turismo.
		Comunidade Indígena/Ilha de São Pedro.	Grupos étnicos Xocó-Kuará.	Monocultura de arroz.
	Poço Redondo.	Comunidade do Assentamento Jacaré Curituba.	Associação de Desenvolvimento do Jacaré Curituba (ADJC).	Agricultura familiar e turismo.
		Comunidade Quilombola Serra da Guia.	Associação Manoel Rosendo Quilombola da Guia.	Agricultura familiar e turismo.
Baixo São Francisco	Brejo Grande.	Comunidade Quilombola	Associação Comunitária Remanescente Quilombo Brejão dos Negros.	Agricultura familiar, pesca artesanal e

		Brejão dos Negros.		turismo de base comunitária.
		Comunidade Quilombola Santa Cruz.	Grupo “As Dandaras”.	Agricultura familiar, pesca artesanal e turismo de base comunitária.
		Comunidade ribeirinha em Resina e Serámém.	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Ribeirinhas dos Povoados de Saramém e Resina.	Artesanato e pesca artesanal.
	Pacatuba.	Comunidade ribeirinha no Povoado Ponta dos Mangues.	Associação dos Pescadores de Ponta dos Mangues.	Pesca artesanal e turismo de base comunitária.
Leste Sergipano	Capela.	Comunidade do Assentamento José Emídio dos Santos.	Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais Uniao Das Mulheres- Agrovila Santo Antônio.	Mudas de espécies da mata atlântica e turismo.
		Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral.	Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Terra Dura e Coqueiral.	Agricultura familiar.
		Comunidade Quilombola Pirangi.	Associação Remanescentes Quilombolas Pirangi.	Agricultura familiar.
	Japarutuba.	Comunidade Quilombola Patioba.	Associação de Moradores da Patioba.	Cana-de-açúcar.
		Comunidade de Catadoras de Mangaba Porteiras.	Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiras.	Extrativismo da mangaba e turismo.
	Pirambu.	Comunidade de Catadoras de Mangaba do Povoado Baixa Grande	Associação dos Catadores de Mangaba Renascer do Povoado Baixa Grande.	Extrativismo da mangaba e turismo.
		Comunidade Quilombola Aningas.	Associação Comunitária Participativa de Aningas e Lagoa Redonda.	Agricultura familiar.
		Comunidade Quilombola Alagamar.	Associação de Moradores do Povoado Alagamar.	Extrativismo da palha de ouricuri.
Grande Aracaju	Barra dos Coqueiros.	Comunidade Quilombola no Pontal da Barra.	Associação Quilombola do Pontal da Barra.	Pesca artesanal e turismo.

		Comunidade do Jatobá.	Associação de Pescadores do Jatobá.	Pesca artesanal.
		Comunidade do Povoado Capuã.	Associação das Catadoras(es) de Mangaba do Município da Barra dos Coqueiros.	Pesca artesanal e turismo de base comunitária.
	Itaporanga D'Ajuda.	Comunidade ribeirinha na Ilha de Mem de Sá.	Associação de Moradores da Ilha de Mem de Sá.	Pesca artesanal e turismo de base comunitária.
	Laranjeiras.	Sede.	Cooperativa dos artesões de Laranjeiras.	Artesanato e turismo
		Comunidade Quilombola no Povoado Mussuca.	Associação de desenvolvimento comunitário dos povoados Muçuca e Balde.	Pesca artesanal e turismo.
			Associação de Agricultores do Território Quilombola Mussuca.	Pesca artesanal e turismo.
			Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas.	Agricultura, pesca artesanal e turismo de base comunitária.
	São Cristóvão.	Comunidade ribeirinha na Ilha Grande.	Associação de Moradores da Ilha Grande.	Pesca artesanal e turismo de base comunitária.
Sul Sergipano	Indiaroba.	Comunidade ribeirinha no Povoado Pontal.	Associação de Moradores do Povoado Pontal.	Piscicultura, pesca artesanal e turismo.
			Grupo de Produção de Mulheres Empoderadas de Terra Caída.	Extrativismo da mangaba e turismo de base comunitária.
			Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída.	Pesca artesanal e turismo de base comunitária.
			Associação de Desenvolvimento Comunitário Praia São José – Extinta.	Piscicultura, pesca artesanal e turismo.
			Associação de Pequenos Produtores Rurais.	Agricultura familiar.
	Estância.	Comunidade de Catadoras de Mangaba na Sede.	Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (ASCAMAI).	Extrativismo da mangaba.
		Comunidade Quilombola Curuanha.	Associação das Catadoras de Mangaba.	Extrativismo da mangaba e turismo.

		Comunidade do Povoado Ribuleirinhas.	Associação das Catadoras de Mangaba.	Extrativismo da mangaba e turismo.
		Comunidade do Povoado Manoel Dias.	Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Manoel Dias.	Extrativismo da mangaba e turismo.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados secundários do Observatório Terras Quilombolas (CPISP, 2022b), validados em pesquisa de campo.

Constataram-se associações comunitárias que têm em comum o fortalecimento da união e da organização comunitária como uma forma de melhorar as condições de vida e a participação cidadã nas questões locais para promover o desenvolvimento local. É comum observar a organização de atividades culturais e de lazer, além de ações voltadas para a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços públicos locais (educação, transporte, saúde). Após a dinâmica socioeconômica dos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, essas iniciativas de turismo de base local são detalhadas na próxima seção.

4.2 Dinâmica socioeconômica, ações coletivas e produtos/serviços turísticos envoltos à oferta turística local nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe

4.2.1 Baixo São Francisco Sergipano

O TBSF (Figura 4) está localizado no Nordeste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha, correspondendo a uma área de 2.399,903 km², com população total de 123.930 habitantes (IBGE, 2010) e IDHM de 0,591, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 1).

Figura 4 - Mapa – Território de Planejamento do Baixo São Francisco



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Com base nos dados apresentados, pode-se observar que os municípios do TBSF têm um IDHM médio, variando de 0,54 (baixo) a 0,661 (médio), correspondente, respectivamente, a Brejo Grande, o menor IDHM, e a Propriá, o maior IDHM. Apesar de haver um nível razoável de renda média na população, os índices de acesso e de qualidade da educação são deficientes, o que sugere a necessidade de investimentos e políticas públicas voltadas para melhoria dessa dimensão. Os municípios demonstram bons índices de Longevidade, considerados “altos”, sugerindo uma boa expectativa de vida. Disparidades significativas entre a renda *per capita* e o IDHM educação, por sua vez, indicam desigualdades socioeconômicas que influenciam diretamente no acesso a oportunidades para a população. A média da renda *per capita* dos municípios do TBSF é de 287,09, significativamente menor que a média nacional de 793,87 e a média estadual de 523,53. Comparativamente, a renda *per capita* no TBSF é 63,83% menor que a do Brasil e 45,15% menor que a de Sergipe. Essas discrepâncias assinalam uma necessidade potencial de intervenções específicas, sobretudo em educação, para elevar o nível de renda e melhorar as condições de vida nessas regiões.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda *per capita*, nos municípios do Território do Baixo São Francisco, do Brasil e de Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Amparo de São Francisco	0,611	0,569	0,728	0,550	275,32
Brejo Grande	0,540	0,515	0,701	0,435	197,69
Canhoba	0,569	0,553	0,722	0,462	249,3
Cedro de São João	0,623	0,608	0,731	0,543	352,53
Ilha das Flores	0,562	0,514	0,735	0,469	195,64
Japoatã	0,560	0,551	0,700	0,455	246,68
Malhada dos Bois	0,599	0,560	0,722	0,531	261,05
Muribeca	0,626	0,575	0,771	0,554	286,8
Neópolis	0,589	0,575	0,702	0,505	286,69
Pacatuba	0,555	0,514	0,731	0,454	195,47
Propriá	0,661	0,629	0,776	0,593	400,35
Santana do São Francisco	0,590	0,544	0,716	0,526	236,25
São Francisco	0,587	0,564	0,732	0,490	267,3
Telha	0,604	0,564	0,722	0,542	268,17

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme a Tabela 2, Propriá tem o maior volume na soma de todos os bens e serviços finais produzidos, quando comparado ao desempenho econômico dos demais municípios, o que se explica pelo seu VAB concentrado no setor secundário e terciário (Tabela 4), seguido por Canhoba, que tem a maior variação percentual do VAB no primeiro setor (Tabela 3).

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada município no Território Baixo São Francisco entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Amparo de São Francisco	R\$ 16.239,87	R\$ 35.920,85	9%
Brejo Grande	R\$ 55.339,91	R\$ 98.199,41	6%
Canhoba	R\$ 27.910,05	R\$ 69.208,69	10%
Cedro de São João	R\$ 31.565,16	R\$ 61.293,71	7%
Ilha das Flores	R\$ 41.758,60	R\$ 91.526,94	8%
Japoatã	R\$ 113.594,97	R\$ 204.379,81	6%
Malhada dos Bois	R\$ 29.936,17	R\$ 49.964,24	6%
Muribeca	R\$ 67.530,73	R\$ 96.990,98	5%
Neópolis	R\$ 161.033,75	R\$ 296.447,62	7%
Pacatuba	R\$ 182.596,05	R\$ 218.829,92	2%
Propriá	R\$ 321.857,75	R\$ 562.954,80	6%
Santana do São Francisco	R\$ 43.253,44	R\$ 96.229,72	9%
São Francisco	R\$ 18.554,53	R\$ 44.589,64	10%

Telha	R\$ 19.126,27	R\$ 42.454,91	9%
--------------	---------------	---------------	----

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB no primeiro setor dos municípios pertencentes ao TBSF (Tabela 3), Neópolis destaca-se com maior participação no volume das produções, ao passo que Canhoba sofreu a maior variação positiva percentual do Território devido ao cultivo de coco-da-baía (IBGE, 2017). Em contrapartida, Cedro de São João sofreu a maior variação negativa percentual do Território, o que sugere decréscimo na produção ou no desempenho econômico do município em relação ao período analisado.

Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Território do Baixo São Francisco entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Amparo de São Francisco	R\$ 935,87	R\$ 1.511,87	62%
Brejo Grande	R\$ 11.437,01	R\$ 16.048,22	40%
Canhoba	R\$ 6.002,78	R\$ 22.595,06	276%
Cedro de São João	R\$ 5.206,38	R\$ 3.807,37	-27%
Ilha das Flores	R\$ 5.378,86	R\$ 7.952,24	48%
Japoatã	R\$ 36.760,90	R\$ 56.818,78	55%
Malhada dos Bois	R\$ 1.723,75	R\$ 1.977,15	15%
Muribeca	R\$ 8.330,21	R\$ 8.538,89	3%
Neópolis	R\$ 33.788,25	R\$ 62.364,80	85%
Pacatuba	R\$ 34.193,91	R\$ 34.103,41	0%
Propriá	R\$ 15.943,88	R\$ 14.835,53	-7%
Santana do São Francisco	R\$ 10.849,29	R\$ 20.312,35	87%
São Francisco	R\$ 3.839,31	R\$ 2.937,51	-23%
Telha	R\$ 3.167,48	R\$ 5.709,99	80%

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do IBGE (2020b).

No segundo e terceiro setores (Tabela 4), embora Neópolis, Pacatuba e Propriá apresentem alguns nós industriais, respectivamente, na fabricação de produtos têxtil, nas atividades de apoio à extração de minerais (exceto petróleo e gás natural) e na fabricação de produtos cerâmicos, o segundo setor no TBSF não é expressivo. Teorias econômicas, como a de Alfred Weber (1929), François Perroux (1950) e Paul Krugman (1921), explicam a formação desses nós industriais baseando-se em fatores como minimização de custos, economias de aglomeração, polos de crescimento e retornos crescentes de escala. Essas teorias ajudam a entender por que certas localidades atraem e mantêm indústrias específicas, mesmo quando a atividade industrial global na região não é tão expressiva.

Em contrapartida, Propriá destaca-se no maior volume de sua produção de bens em serviços devido ao comércio por atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas, fumo, seguido de Neópolis, que concentra as suas atividades econômicas no comércio varejista. São Francisco sofreu a maior variação positiva percentual do Território em função do comércio varejista. Pacatuba, por sua vez, sofreu a maior variação negativa percentual do Território.

Tabela 4 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setor do Território do Baixo São Francisco entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Amparo de São Francisco	R\$ 3.864,86	R\$ 10.609,74	175%
Brejo Grande	R\$ 16.303,75	R\$ 24.113,33	48%
Canhoba	R\$ 5.680,17	R\$ 14.547,00	156%
Cedro de São João	R\$ 8.202,45	R\$ 20.714,80	153%
Ilha das Flores	R\$ 9.245,85	R\$ 27.095,55	193%
Japoatã	R\$ 28.689,41	R\$ 56.487,66	97%
Malhada dos Bois	R\$ 11.548,80	R\$ 18.275,58	58%
Muribeca	R\$ 30.916,76	R\$ 37.806,43	22%
Neópolis	R\$ 54.428,53	R\$ 105.789,66	94%
Pacatuba	R\$ 93.328,41	R\$ 70.598,13	-24%
Propriá	R\$ 177.710,14	R\$ 319.808,20	80%
Santana do São Francisco	R\$ 8.274,85	R\$ 23.275,41	181%
São Francisco	R\$ 3.774,36	R\$ 11.429,55	203%
Telha	R\$ 4.401,47	R\$ 10.261,58	133%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Ressalta-se que no TBSF, em Amparo de São Francisco, Brejo Grande e Pacatuba, constatarem-se, a partir de observações empíricas, estudos exploratórios e conversas iniciais com algumas lideranças locais que existem atividades geradoras de conflito em função da atuação de entidades governamentais, especialmente quanto à atuação do Judiciário e mediante a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do Território, irregularidades na demarcação de Território tradicional e violência de grandes proprietários rurais.

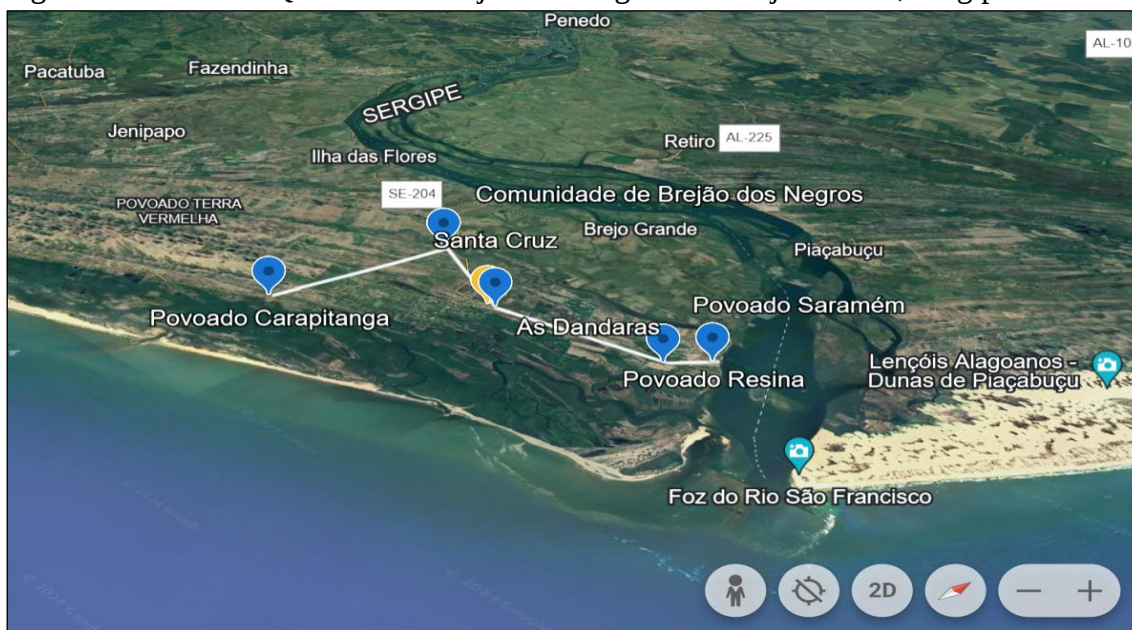
Em Amparo de São Francisco, aproximadamente 150 famílias da comunidade quilombola de Pontal dos Crioulos ou Lagoa dos Campinhos sofrem com os impactos ambientais do assoreamento de recursos hídricos na Lagoa Natural dos Campinhos, por meio da drenagem ilegal para monocultura de arroz. Outro ponto é a poluição que vem provocando danos à saúde, insegurança alimentar²⁵ e redução na qualidade de vida. Vale destacar que

²⁵ O Art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, caracteriza segurança alimentar e nutricional como “[...] direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de

existiram algumas ações de peixamento na lagoa natural, viabilizadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf ²⁶). No entanto, uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de articulação sobre iniciativas de TBC com as lideranças locais, o que impossibilitou o diagnóstico nessas comunidades; por isso, sugere-se que estudos futuros abordem essa lacuna.

No município de Brejo Grande, o Território Quilombola Brejão dos Negros²⁷ (Figura 5) está situado no TBSF e abrange mais de 486 famílias em cinco comunidades que se autorreconhecem como quilombolas: Brejão dos Negros, Carapitanga, Santa Cruz, Saramém e Resina. Elas compreendem a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte de Sergipe, conforme Decreto nº 22.995, de 9 de novembro de 2004, demarcada pela vegetação remanescente de mata de restinga (solos arenosos) e manguezal, hidrografia com lagoas naturais, pequenas ilhas, praias e riachos, além do encontro entre o Oceano Atlântico e o Rio São Francisco, e seus afluentes os Rios Paraúna e Paracupa.

Figura 5 - Território Quilombola Brejão dos Negros em Brejo Grande, Sergipe



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do Google Earth (2024).

saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

²⁶ A Codevasf, antiga Comissão do Vale do São Francisco, foi criada em 1974 para reforçar a importância do Rio São Francisco e promover o crescimento social e econômico através da gestão dos recursos hídricos, pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948 (CODEVASF, 2018).

²⁷ Identificação quilombola nº 1.026 com código do IBGE nº 2800704, nº do processo na FCP 01420.000839/2006-63 pela Portaria nº 08/2006 de, 12 de maio de 2006, e registrado no INCRA com o nº 54370.000952/2006-48.

Na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, aproximadamente 90 famílias têm como atividades econômicas principais a pesca, a agricultura familiar de subsistência e o TBC. As mulheres da comunidade desempenham um papel fundamental na organização e administração do TBC, por meio do grupo “As Dandaras” (Figura 6), que busca fortalecer a identidade e os saberes locais para serem preservados e valorizados.

Figura 6- Diagnóstico Rápido Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros do Grupo “As Dandaras” na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, em Brejo Grande, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora²⁸ (2024).

Ressalta-se que a comunidade é ativamente envolvida em todas as fases do processo turístico, fortalecendo os laços dentro da comunidade. A administração dos recursos comunitários é outro ponto-chave do TBC; o grupo gerencia seus próprios recursos naturais, culturais e econômicos. A autogestão e a tomada de decisões são características que distinguem o TBC de modelos mais convencionais de turismo (Graciano; Holanda, 2020). O grupo, ao permitir que as comunidades locais tenham voz ativa nas decisões relacionadas ao

²⁸ Todas as imagens foram registradas com autorização das comunidades, mas os rostos foram borrados para respeitar a identidade dos membros das organizações comunitárias que enfrentam conflitos relacionados ao uso compartilhado de seus territórios, e há uma liderança que foi incluída no Programa Federal de Proteção de Defensores de Direitos Humanos.

desenvolvimento do turismo em suas áreas, promove uma sensação de empoderamento e de responsabilidade entre os residentes (Faxina; Freitas, 2021; Mayaka; Croy; Cox, 2018).

O grupo recebe os visitantes com atividades diversas, que incluem palestras, almoços, rodas de conversa na lagoa sumidouro, apresentações culturais dos grupos de dança afro “*Obiri*”²⁹ (mulheres), bem como de teatro, de dança e de música “*Kekerewa*”³⁰ (pequenas raízes) e de Maracatu “Raízes do Quilombo”, oferecendo uma experiência que incluem trilhas guiadas com condutores locais, oficinas de artesanato e de culinária, valorizando os saberes locais e promovendo experiências autênticas para os visitantes. Destaca-se a Trilha Raízes do Quilombo, composta de duas subtrilhas, a do Terreiro e a que atravessa o Gameleiro, um elemento vital na relação da comunidade com a mata. A árvore é parte integrante da herança cultural local, que evidencia a sua importância simbólica como o coração da mata atlântica e ponto de encontro ancestral da comunidade, havendo um forte desejo da comunidade e tombá-la como patrimônio natural. A comunidade também considera o sistema de hospedagem de “Cama e Café” e já recebeu cerca de 100 visitantes que foram distribuídos nas casas dos moradores.

O trabalho comunitário se destaca por seu artesanato tradicional, alimentos e bebidas provenientes de produtos da agricultura familiar a partir da extração do cajueiro, cambuízeiro, mangabeira ubaia e ouricurí, cujas frutas *in natura* são produzidas e consumidas pelas comunidades, sendo seu excedente direcionado para o beneficiamento na utilização agroindustrial, inclusive com visitas à casa de farinha. Além disso, itens relacionados à saúde e ao bem-estar com a medicina da mata, ervas medicinais e lambedouros contribuem para ampliar a renda e valorizar a cultura quilombola.

Durante o verão, a comunidade recebe muitos visitantes, e o TBC é uma importante fonte de renda, proporcionando oportunidades de trabalho; eles são atraídos por festividades culturais e religiosas que mesclam o catolicismo e o candomblé. Entre essas celebrações estão o carnaval e o cortejo ao som do grupo de percussão “*Quilombatuque Dancaiê*” para o levantamento do mastro em homenagem à padroeira da comunidade, Santa Cruz, quando a também comemoram o dia de Oxóssi, as celebrações do terreiro, as missas em honra a São Pedro, a romaria de São Francisco e os casamentos do matuto. Esses eventos não somente promovem a rica diversidade cultural da comunidade, mas também proporcionam uma oportunidade única para os visitantes vivenciarem a tradição e a espiritualidade locais.

²⁹ No idioma Iorubá ou ioruba (yorubá ou yoruba) da família linguística nigero-congolesa.

³⁰ Idem nota 29.

O uso ativo das mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, tem sido uma estratégia importante para a Comunidade Quilombola de Santa Cruz se comunicar com os visitantes e promover as atividades turísticas. Por meio dessas plataformas digitais, a comunidade compartilha informações sobre os eventos culturais, trilhas guiadas, oficinas de artesanato e culinária.

As reuniões do grupo ocorrem mensalmente e desempenham um papel crucial na tomada de decisões coletivas, na resolução de conflitos, na preservação da cultura e na promoção do desenvolvimento local. Essa frequência demonstra um compromisso ativo da comunidade em discutir questões relevantes para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, evidenciando a preocupação coletiva com o bem-estar da comunidade e a sustentabilidade do turismo.

Referente aos conflitos, a comunidade enfrenta desafios significativos, como a disputa pela terra para o uso coletivo do Território com os grandes proprietários de terras da rizicultura e da carcinicultura, que vem causando a devastação de ilhas e mangues, além de determinada representante do poder judiciário. Lideranças sentem-se coagidas a abandonar suas terras, inclusive com pessoas incluídas no Programa Federal de Proteção de Defensores de Direitos Humanos. Ademais, dentre os desafios, está o acesso limitado à água potável, a falta de esgotamento sanitário, a salinização do rio e a evasão de jovens. Apesar desses obstáculos, a comunidade está ativamente engajada na promoção do TBC, demonstrando resiliência e determinação em preservar a sua cultura e tradições, organizando-se na associação da comunidade e buscando cursos de capacitação, parcerias e soluções colaborativas para enfrentar esses problemas, por exemplo, a criação protocolo de consentimento prévio, livre e informado.

Em acréscimo, buscam investimentos que promovem o desenvolvimento local, como a conquista do Centro Comunitário com arquitetura e material sustentável, adquirido em 2017 como resultado das ações de mitigação conduzidas pela Petrobras em colaboração com o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). A comunidade recebe apoios técnicos de instituições como a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), o Instituto Afrânio Affonso Ferreira, o Instituto Federal de Sergipe (IFS), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o Sistema S, que já realizaram vários cursos e treinamentos, inclusive de primeiros socorros.

Portanto, é evidente que o TBC na comunidade não se limita apenas à geração de renda, mas também se trata de uma forma de empoderamento local, de resgate e de valorização da

identidade cultural quilombola com base em valores como solidariedade, cooperação e preservação da ancestralidade.

Nos Povoados de Resina e Saramém, a associação dos trabalhadores e trabalhadoras ribeirinhas tem cerca de 167 famílias que sofrem com os avanços das águas marítimas que vão de encontro às águas fluviais, tornando-a salobra e imprópria para consumo e plantio. O normal é que o Rio São Francisco (Figura 7) deságue no mar, mas, com o processo de salinização das águas do Rio, a sua vazão não é a mesma de outrora, devido à instalação de várias hidrelétricas, ao avanço das obras de transposição e ao despejo de esgotamento ao longo de seu curso. Esses acontecimentos impactam na pesca tradicional e na agricultura de subsistência, impactando na qualidade de vida local.

Figura 7- Margens do Rio São Francisco no Povoado Resina em Brejo Grande, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Salienta-se que a comunidade está envolvida principalmente com a pesca artesanal e atividades alternativas que incluem o artesanato com a palha do ouricuri (Figura 8, à esquerda) e o turismo com ênfase na produção de doces artesanais, como cocadas e fitinhas de diversos sabores (Figura 8, à direita), comercializados na Foz do Rio São Francisco, principal atrativo turístico do TBSF. Entretanto, as dificuldades de cadastro para essa comercialização são significativas e evidenciam barreiras burocráticas e estruturais, visto que só vem sendo realizado em Alagoas, conforme pontuado por todos os entrevistados.

Figura 8 - Artesanato da palha do ouricuri e doces artesanais produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras ribeirinhas dos Povoados de Resina e Saramém



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Segundo as entrevistadas, a Foz do Rio São Francisco (Figura 9) enfrenta diversos desafios, como a poluição, a destinação incorreta de resíduos sólidos, a especulação imobiliária, o desmatamento dos manguezais pela indústria da carcinicultura e a erosão costeira, que afetam não apenas o ecossistema local, mas também as comunidades que dependem do Rio para sobrevivência e sustento das famílias.

Existem desafios significativos e necessidades urgentes da comunidade, devido ao acesso limitado à água potável, à falta de saneamento adequado e à salinização do “Velho Chico”, os quais impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores e a experiência dos visitantes. Além disso, obstáculos adicionais dizem respeito à presença de animais (vacas) soltos nas áreas habitadas, o que já resultou em acidentes. Esses problemas destacam a necessidade de intervenção do poder público e de outras entidades para apoiar e promover o desenvolvimento local ao melhorar as condições de vida e de trabalho dos moradores.

Nesse panorama, pontua-se que ocorrem reuniões regulares dos associados para discutir questões como arrecadação de cestas básicas, moradia, captação de recursos para comprar barcos e redes, prestação de contas, evasão de jovens e a falta de oportunidades de trabalho, eventos para comercialização do artesanato local, organização comunitária e turismo.

Figura 9 - Foz do Rio São Francisco, margem limítrofe entre os Estados de Alagoas e de Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2020).

Sobre o turismo, a comunidade demonstra interesse em receber mais turistas, oferecendo passeios de barco para a foz do Rio e pernoite na casa de uma das moradoras, que já realiza essa prática e onde é possível disponibilizar área para camping. Também é possível a venda de produtos artesanais e culinários, específicos da região, como pescados, frutos do mar, doces e outros, desde que haja investimento para um ponto de venda. Apesar das dificuldades, a comunidade demonstra resiliência na busca de parcerias e de cursos para uma melhor compreensão do TBC, o que reflete o desejo de capacitação e de desenvolvimento por parte dos moradores como soluções para impulsionar o turismo. Já existem iniciativas positivas em andamento, com a realização de palestras e rodas de conversa para acolher os visitantes, valorizar a cultura ribeirinha local e ampliar a renda da comunidade.

Ressalta-se que, considerando especificamente os modos de apropriação privada intensiva do turismo no TBSF e a exploração dos recursos naturais associados, há um risco substancial de conflitos e de esgotamento desses recursos. A integração desses recursos ao mercado global do turismo pode conduzir à mercantilização da tradição local e à exaustão dos recursos naturais. Tais cenários representam uma ameaça direta às comunidades locais, já que surgem atividades que geram conflito em torno da possível instalação de complexos turísticos privados, como hotéis, *resorts* e condomínios de luxo. Esses empreendimentos muitas vezes

promovem a especulação imobiliária e podem resultar na expulsão de residentes, desencadeando consequências sociais e econômicas adversas para as comunidades tradicionais.

Por isso, há uma necessidade premente de se planejar um turismo mais responsável, no qual a comunidade assume o papel de protagonista em suas ações e decisões. Nesse contexto, há um consenso de que a comunidade não se percebe envolvida com o TBC, no entanto, reconhece que isso poderia ser uma oportunidade real e há um interesse moderado em desenvolver iniciativas de TBC, mesmo diante do fato de que o turismo representa uma parcela mínima da renda total. Atualmente, porém, a comunidade carece de apoio técnico específico e de investimentos direcionados para esse propósito.

De fato, o TBC oferece à comunidade a possibilidade de diversificar as suas fontes de renda, e a região apresenta uma rica diversidade de recursos naturais, culturais e artesanais que podem atrair turistas em busca de experiências autênticas, memoráveis e sustentáveis. Por exemplo, a festividade que celebra a procissão de Bom Jesus dos Navegantes, ao longo do curso do Rio São Francisco, é uma das celebrações religiosas mais populares e tradicionais do TBSF, cujo rito contempla missa solene, novenas e vigílias, orações e cânticos em homenagem a Bom Jesus. O evento religioso e cultural alcança seu ápice na procissão fluvial pelo rio São Francisco, quando a imagem do santo é levada em um barco enfeitado com flores, fitas e bandeiras. A procissão é seguida por centenas de barcos e lanchas, além de peregrinos fiéis, de turistas e de ribeirinhos. É durante os meses de janeiro e fevereiro, na festa do padroeiro Bom Jesus, que a comunidade recebe a maior quantidade de turistas.

A associação tem experiência com projetos, e as mídias sociais, especialmente o *WhatsApp*, são utilizadas como ferramentas de comunicação com os visitantes. No entanto, mesmo com essa abordagem, é evidente a necessidade urgente de ajuda, de treinamento e de apoio para compreender e implementar práticas de turismo comunitário de forma eficaz. A comunidade sente-se esquecida pelo poder público, enfrentando expressivos desafios.

Assim, destaca-se que a biodiversidade do TBSF se revela um significativo potencial turístico favorecido por meios dos seus recursos naturais, contudo, a ausência de sustentabilidade econômica e ambiental das atividades produtivas do Território somada a diversidade étnica e identitária são pontos de tensão, tanto no povoado “Resina” quanto na comunidade “Santa Cruz”. Pescadoras tradicionais e quilombolas dependem respectivamente dos recursos pesqueiros, iniciativas de turismo e de monoculturas que estão constantemente ameaçados com o agravamento dos impactos ambientais e das desigualdades inerentes à concentração da renda e dos meios de produção. Além disso, a pandemia da covid-19 agravou

ainda mais a situação dos pescadores afetados pelo vazamento de óleo no Nordeste brasileiro em 2019, já que muitos foram obrigados a interromper as suas atividades devido às restrições de circulação e à queda na demanda por pescado.

Em Pacatuba, a comunidade de Ponta dos Mangues tem a pesca como atividade principal que sustenta muitas famílias, e o TBC surge como alternativa econômica com um interesse moderado entre os associados em ampliar essa atividade, especialmente oferecendo passeios para locais naturais como a Praia de Ponta dos Mangues (Figura 10), Praia da Boca da Barra, da Barra Nova, a Foz do Rio São Francisco, os manguezais e as croas de pequenas ilhas. Esse interesse foi potencializado após o Projeto Verão Sergipe, de iniciativa estadual, que aconteceu em fevereiro de 2024 na comunidade.

Figura 10 - Praia de Ponta dos Mangues em Pacatuba, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Os produtos locais comercializados para os turistas incluem uma variedade de alimentos e bebidas, produtos da agricultura familiar, de saúde e bem-estar e artesanatos tradicionais a partir da matéria-prima da palha de taboa e de bordadeiras que ajudam na criação de *souvenirs*, que estão inclusive envolvidas no Projeto Tamar. Além disso, destaca-se a literatura de cordel que narra sobre o modo de vida local do ribeirão, artes plásticas com xilogravuras e quadros talhados em madeira, entre outros.

Os visitantes são atraídos pela beleza de paisagens naturais da região, mas a atividade turística de base comunitária contribui apenas marginalmente para a renda total da comunidade, devido à predominância da pesca e do turismo massificado. Há restrições impostas pelo poder público, como a proibição de acesso à área de desova das tartarugas marinhas e a comercialização de alimentos e bebidas, assim como se verificou a existência de conflitos envolvendo os turistas/visitantes, a comunidade e a gestão da Reserva Biológica de Santa Isabel³¹ (REBIO³²) e a necessidade de saneamento básico para lidar com o turismo em massa que tem crescido com a vinda de *resorts* e pousadas de luxo.

Salienta-se que o TBSF abriga a REBIO, unidade de proteção integral gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), situada nos municípios de Pacatuba e Pirambu (Território do Leste Sergipano), e a APA do Litoral Norte³³ de Sergipe, que abrange parte dos municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba, Japoatã e Pirambu, no Leste Sergipano, ambas instituídas com o intuito de conservar e preservar os ecossistemas, dentre outras atribuições.

Nas proximidades dos povoados, existe uma área de planície costeira caracterizada por sua natureza pantanosa, onde a região permanece inundada por mais de seis meses ao longo do ano, conhecida como “Pantanal de Pacatuba”, ecótono (Complexo de Ecossistemas) de singular potencial paisagístico e cultural de áreas alagadas e dunas, habitat para diversas aves migratórias.

Apesar de não ocorrerem discussões regulares sobre questões relacionadas ao turismo, a comunidade acredita no TBC e enfatiza a necessidade de priorizar a preservação do modo de vida local e o respeito à sua rica cultura. No entanto, enfrenta desafios significativos devido à competição do turismo em massa, ressaltando a urgência de alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos valores tradicionais.

Ressalta-se que, embora a comunidade tenha recebido um amplo treinamento em diversas áreas relacionadas ao TBC e estabelecido parcerias valiosas com a associação de pescadores e instituições educacionais, como o IFS e o Instituto Afrânio Affonso Ferreira, ela enfrenta um desafio significativo: a falta de recursos e apoio contínuo. Esse obstáculo é

³¹ Cabe ressaltar que a legislação vigente que prevê como as Unidades de Uso Sustentável deve ser classificada é a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Ela determina que a APA deve criar de um sistema de gestão e de um Conselho Gestor. Contudo, não existem planos de manejo para área em tela, estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA) e autorizações e licenciamento ambiental da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) não foram encontradas nos sites oficiais nem em documentos públicos.

³² Instituída pelo Decreto nº 96.999, de outubro de 1998 (ICMBIO, 1998).

³³ Instituída pelo Decreto nº 22.995, de 9 de novembro de 2004 (Sergipe, 2004).

agravado pelo fato de que os recursos do Projeto Tainha, destinados a essas atividades, cessaram desde 2017, o que resultou em limitações para o desenvolvimento contínuo do TBC em longo prazo.

Um exemplo emblemático dessa situação é o Festival Maré Lança, um evento anual que costumava oferecer uma variedade de atividades, como apresentações culturais de reisado do grupo de mulheres “Estrela d’Alva” e do grupo de capoeira “Unidos da Tartaruga”, exposições de artesanato e oficinas de fotografia, xilogravura, biojóias, concursos de culinária. No entanto, com a interrupção dos recursos do Projeto Tainha, a continuidade e a expansão dessas iniciativas tornaram-se desafiadoras, impactando diretamente o potencial de crescimento e desenvolvimento do TBC na comunidade.

Os eventos “Festival Maré Lança”, o “Culturart”, a Festa de Bom Jesus dos Navegantes, com a tradicional corrida de barco no Rio Parapuça e as celebrações da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, que aconteciam anualmente, estimulavam e valorizavam raízes indenitárias e manifestações culturais locais. As mídias sociais do projeto eram usadas ativamente para se comunicar com os visitantes antes, durante e após a visita.

Portanto, embora o TBC tenha surgido como uma alternativa promissora, o desafio de equilibrar as demandas do turismo em massa com a conservação dos recursos naturais e das tradições locais é evidente, sobretudo depois da reestruturação de parte das Rodovias SE-100, SE-204, no trecho de Pacatuba, no entroncamento da SE-200 (Brejo Grande) e SE-200, no trecho do entroncamento da SE-204 em Brejo Grande. A falta de recursos e de apoio contínuo representa uma barreira significativa para o crescimento sustentável das iniciativas de TBC.

Ainda em Pacatuba, aproximadamente 100 famílias de trabalhadores rurais quilombolas do Assentamento Independência Nossa Senhora do Carmo disputam terras mais férteis na comunidade de Lagoa Nova, as quais eram destinadas à produção de cana-de-açúcar e à usina de álcool, contudo, a precariedade no tratamento da água disponível e a disposição irregular dos resíduos sólidos³⁴ contribuem para a contaminação dos solos, surgimento de doenças derivadas do consumo de água não tratada e continuidade das condições de insegurança alimentar e desnutrição, isto é, acarretando efeitos danosos à saúde da população e ao ambiente, que somado a falta de um atendimento médico de qualidade, piora substancialmente na qualidade de vida. Já a Associação de Pescadores e Agricultores do Povoado Santana dos

³⁴ A Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a partir da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Brasil, 2010), prevê providências para controle e redução dos impactos provenientes desses resíduos.

Frades se dedica à piscicultura extensiva, enquanto a Associação Comunitária dos Moradores do Assentamento Padre Nestor trabalha com sistema de irrigação para sementes. Em Rancho, a Associação Comunitária N. Sr.a Mãe dos Homens conta com uma unidade de beneficiamento de mandioca, e a Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia se dedica a viveiros de produção de mudas. Na comunidade de Timbó, a Associação de Moradores do Povoado investe na avicultura. No entanto, uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de identificação das iniciativas de TBC e articulação com as lideranças locais nos Assentamentos, o que inviabilizou o diagnóstico nessas comunidades, sugerindo-se, desse modo, que estudos futuros abordem essa lacuna.

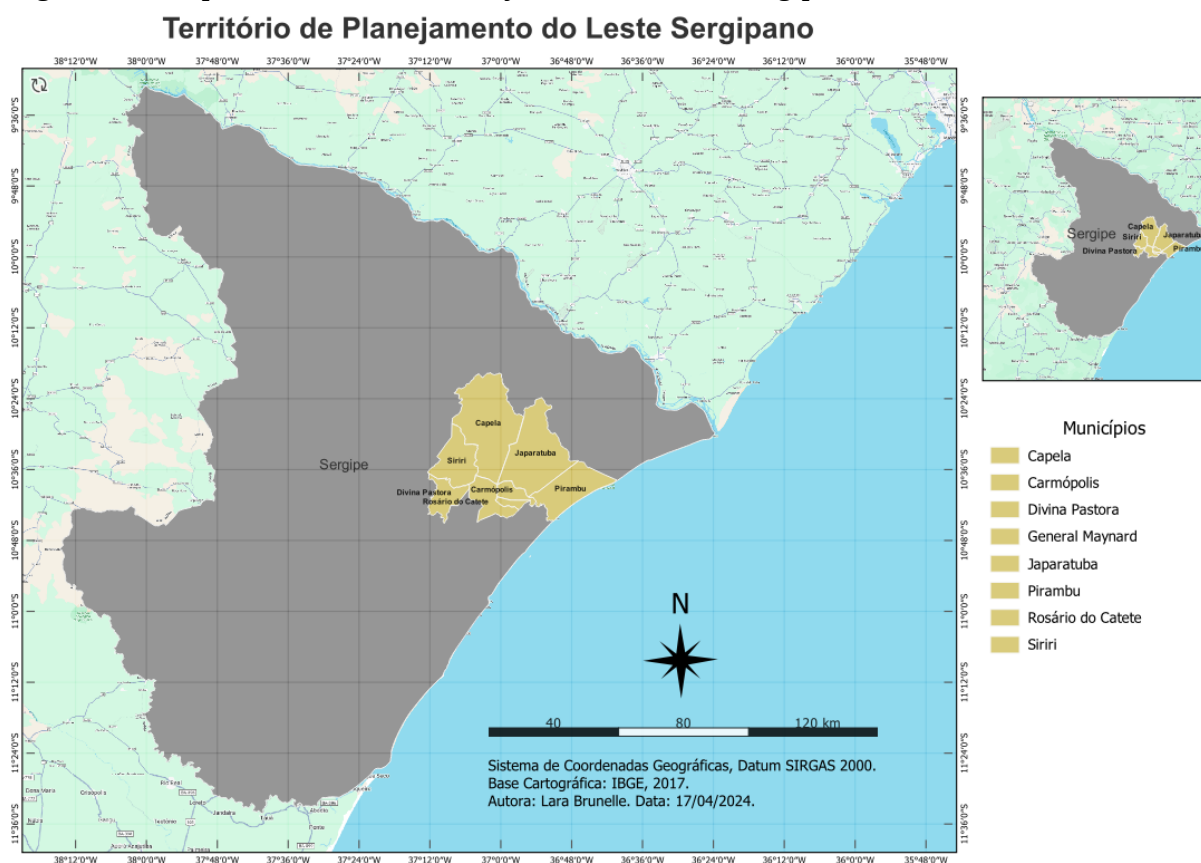
Assim, em meio a essas narrativas no TBSF, emergem princípios fundamentais do TBC, como a valorização e a preservação da cultura local (Ferrari, 2021; Lenao, 2015; Mgonja *et al.*, 2015; Pilquimán-Vera, 2016), destacada pelas celebrações religiosas, festividades, manifestações artísticas e tradições transmitidas de geração em geração. Esse empoderamento da identidade cultural é essencial para oferecer aos visitantes experiências autênticas e promover o respeito à diversidade (Ferrari, 2021; Lenao, 2015; Mgonja *et al.*, 2015; Pilquimán-Vera, 2016). Além disso, evidenciou-se a preocupação com a utilização sustentável dos recursos naturais, que está alinhada ao princípio do TBC em promover práticas turísticas que minimizem os impactos ambientais negativos e contribuam para a preservação dos recursos (Fabrino; Nascimento; Costa, 2012; Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Mendonça; Moraes, 2016).

Conclui-se que o TBSF estabeleceu forte vínculo e dependência ao Rio São Francisco, o qual carrega consigo uma carga simbólica muito forte, pois nesse liame estão enraizados lendas e contos, rituais, festas religiosas, objetos, artesanato e bordados, preenchidos de cultura e história de uma comunidade, que perpassa de geração em geração. Trata-se de manifestações culturais relacionadas ao fortalecimento do poder simbólico, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (2010) que consiste na capacidade de impor significados, valores e normas sociais por meio de representações culturais, como a arte, a religião, a linguagem e outras. O autor aborda a capacidade de controlar a percepção que as pessoas têm sobre a realidade, moldando, assim, seus comportamentos e relações sociais por meio dessas manifestações culturais, que são formas de construir e de reproduzir o poder simbólico expresso na identidade, nas crenças, nos valores e na história da comunidade.

4.2.2 Leste Sergipano

O Território Leste Sergipano – TLS – (Figura 11) está localizado ao Leste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Capela, de Carmópolis, de Divina Pastora, de General Maynard, de Japaratuba, de Pirambu, de Rosário do Catete, de Santa Rosa de Lima e de Siriri, correspondendo a uma área de 1.563,25 km², com uma população total de 225.130 habitantes, dos quais 48.878 correspondem à população rural e 170.865 à urbana (IBGE, 2010); o seu IDH é de 0,618, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 5).

Figura 11 - Mapa – Território de Planejamento do Leste Sergipano



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Os municípios do TLS apresentam um IDHM médio (Tabela 5), variando de 0,592 (médio) a 0,645 (médio), correspondente, respectivamente, a Santa Rosa de Lima, o menor IDHM, e General Maynard, o maior IDHM. Divina Pastora, Japaratuba, Santa Rosa de Lima e Siriri têm desafios relevantes relacionados à educação. Na dimensão Longevidade, todos os municípios exibem índices “altos”. É preciso também notar que a renda *per capita* dos

municípios analisados está significativamente abaixo das médias do Brasil e de Sergipe, com uma diferença de 61,89% em relação à média nacional e de 42,23% à média estadual.

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda per capita, nos municípios do Território do Leste Sergipano, do Brasil e de Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda per capita 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Capela	0,615	0,596	0,766	0,510	326,55
Carmópolis	0,643	0,623	0,783	0,546	385,16
Divina Pastora	0,610	0,571	0,753	0,527	278,62
General Maynard	0,645	0,609	0,776	0,567	354,58
Japaratuba	0,621	0,581	0,757	0,544	296,93
Pirambu	0,603	0,558	0,764	0,515	257,65
Rosário do Catete	0,631	0,603	0,731	0,571	341,06
Santa Rosa de Lima	0,592	0,527	0,766	0,514	213,07
Siriri	0,609	0,565	0,740	0,541	268,51

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme a Tabela 6, podem ser tecidas algumas considerações importantes no tocante ao desempenho da dinâmica econômica dos municípios pertencentes ao TLS. Os municípios de Capela, de Carmópolis, de Japaratuba e de Rosário do Catete, por exemplo, têm um volume relativamente alto na soma de todos os bens e serviços finais produzidos, quando comparado aos demais municípios, indicando uma economia mais desenvolvida e com maior produtividade. Contudo, Carmópolis e Rosário do Catete sofreram uma variação negativa na participação percentual do Território, respectivamente, devido à queda no número de empregos formais em serviços de arquitetura e engenharia e obras de infraestrutura, bem como em serviços de instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções (CAGED, 2021).

Tabela 6 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada município no Território Leste Sergipano entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Capela	R\$ 263.007,52	R\$ 378.629,68	4%
Carmópolis	R\$ 592.020,05	R\$ 401.385,51	-1%
Divina Pastora	R\$ 187.128,48	R\$ 127.946,06	1%
General Maynard	R\$ 18.771,73	R\$ 38.865,81	8%
Japaratuba	R\$ 525.843,62	R\$ 404.896,89	1%
Pirambu	R\$ 57.289,38	R\$ 135.792,90	10%

Rosário do Catete	R\$ 656.714,41	R\$ 372.847,29	-4%
Santa Rosa de Lima	R\$ 31.114,79	R\$ 52.001,01	6%
Siriri	R\$ 145.743,59	R\$ 142.795,43	2%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB nos municípios pertencentes ao TLS (Tabela 7), Carmópolis concentra a maior parte da atividade econômica no primeiro setor, sendo que o setor econômico predominante no município é o secundário (Tabela 7), que engloba a indústria e a produção de bens manufaturados, existindo diversas atividades industriais. Capela, Santa Rosa de Lima e Siriri, por sua vez, sofreram variação negativa percentual no Território.

Tabela 7 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Território do Leste Sergipano entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Capela	R\$ 55.410,18	R\$ 29.440,02	-47%
Carmópolis	R\$ 81.039,64	R\$ 136.162,40	68%
Divina Pastora	R\$ 3.944,71	R\$ 6.623,50	68%
General Maynard	R\$ 539,80	R\$ 1.062,57	97%
Japaratuba	R\$ 27.971,80	R\$ 45.828,95	64%
Pirambu	R\$ 4.326,94	R\$ 8.284,43	91%
Rosário do Catete	R\$ 4.919,98	R\$ 6.284,92	28%
Santa Rosa de Lima	R\$ 8.932,83	R\$ 6.711,87	-25%
Siriri	R\$ 12.028,98	R\$ 9.640,86	-20%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

No tocante ao segundo setor (Tabela 8), Capela destaca-se na fabricação de biocombustível, Carmópolis em atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, Rosário do Catete na indústria extrativa, Japaratuba na extração de petróleo e gás natural, Divina Pastora na extração de minerais (sais de potássio) para fabricação de adubos, fertilizantes, outros produtos químicos e o petróleo, e Siriri na fabricação de produtos cerâmicos. Todas as atividades tiveram variação negativa percentual no Território, exceto em Capela. O setor terciário não é expressivo e pouco representativo.

Tabela 8 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Território Leste Sergipano entre 2010 e 2020

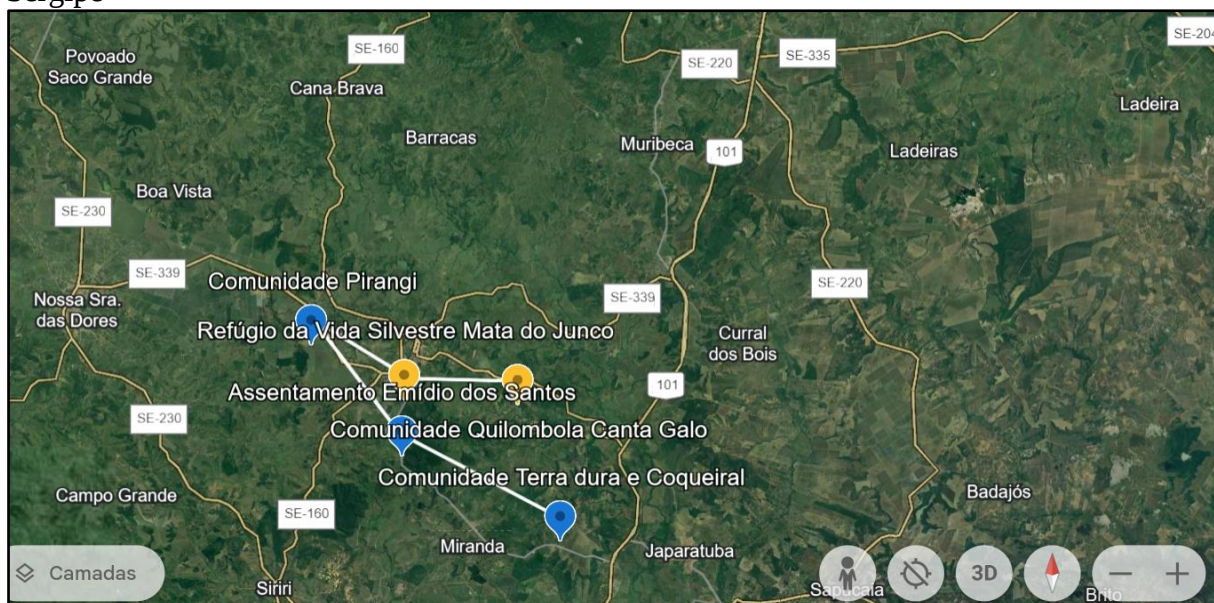
Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Capela	R\$ 85.967,07	R\$ 131.636,31	53%
Carmópolis	R\$ 484.597,14	R\$ 223.234,58	-54%
Divina Pastora	R\$ 155.670,85	R\$ 74.274,54	-52%
General Maynard	R\$ 5.368,22	R\$ 10.168,95	89%

Japarutuba	R\$ 417.160,11	R\$ 218.447,69	-48%
Pirambu	R\$ 21.948,79	R\$ 56.397,16	157%
Rosário do Catete	R\$ 558.821,64	R\$ 234.371,35	-58%
Santa Rosa de Lima	R\$ 6.195,49	R\$ 11.809,65	91%
Siriri	R\$ 100.369,27	R\$ 66.477,74	-34%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Em Capela, após analisar os dados fornecidos pelos entrevistados no Viveiro União das Mulheres da Agrovila Santo Antônio, situado no Assentamento José Emídio dos Santos e nos territórios remanescentes de quilombo Pirangi e Terra Dura e Coqueiral (Figura 12), constatou-se que os participantes demonstram interesse em receber ou ampliar a receptividade aos visitantes em suas comunidades, para promover a agricultura familiar, o artesanato local ou para compartilhar experiências culturais e tradicionais intrinsecamente ligadas à terra, à história e à identidade das comunidades, envolvendo lugares de empoderamento e fortalecendo os laços comunitários.

Figura 12 - Localização do Viveiro União das Mulheres e Territórios Quilombolas em Capela, Sergipe



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do Google Earth (2024).

A comunidade do quilombo Pirangi (Figura 13) tem como atividade principal a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar. Existe um interesse em expandir o número de visitantes que participam das festas religiosas e das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra, que acontece com apresentações culturais e palestras, incluindo artesanato tradicional com crochê, bordados e outros produtos feitos à mão pela comunidade, a degustação

da culinária orgânica local, a vivência de plantio e colheita e trilhas na Mata do Pirangi a degustação da culinária orgânica, a vivência de plantio e colheita nos quintais produtivos com terra fértil, onde se cultivam variedades como manga, banana, jaca, abacate, laranja, acerola, graviola, bem como a exploração de trilhas na Mata do Pirangi.

Embora reuniões e eventos sejam realizados regularmente para abordar questões ligadas à agricultura, à segurança e ao estabelecimento de parcerias, por exemplo, com o Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), que desempenha um papel crucial no fortalecimento das comunidades quilombolas e defesa de seus direitos, o turismo é somente discutido como tema central quando os eventos da comunidade estão próximos, isto é, no mês de novembro e na celebração de São Pedro, em maio. Pontua-se que, devido à proximidade e ao calendário de festas da sede do município de Capela, a comunidade considera que seria uma excelente oportunidade viabilizar pernoite, visto que faltam meios de hospedagem em períodos festivos. Além disso, nem todos têm facilidade no uso das mídias sociais, muitas vezes restritos apenas ao *WhatsApp*.

Figura 13 - Diagnóstico Rápido Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros da Associação Remanescentes Quilombolas Pirangi e representante do poder público municipal em Capela, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora³⁵ (2024).

³⁵ Idem nota 28.

Na Agrovila Santo Antônio, as principais atividades de turismo são pedagógicas em parceria com instituições de ensino, como o IFS e a UFS, sendo uma prática comum na Associação União das Mulheres, quando agendadas com antecedência, e incluem a visitação no viveiro florestal (Figura 14) e roças produtivas, administrados por 15 mulheres assentadas e empoderadas no entorno do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco³⁶, UC de proteção integral.

Há um interesse em expandir o número de visitantes a partir de experiências que envolvam a culinária orgânica e exposições de produtos naturais e de saúde, como ervas medicinais e óleos essenciais, bem como trilhas agroflorestais com possibilidades para o aluguel de bicicletas para explorar a região. A comunidade utiliza ativamente as mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, para se comunicar com os visitantes antes de sua chegada, destacando os seus produtos, visitas, treinamentos oferecidos pelo Instituto Bioterra – Organização para Conservação da Biodiversidade e Meio Ambiente – para manejo das espécies nativas e pontos de comercialização da produção.

Figura 14 - Diagnóstico Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros da Associação União das Mulheres e representante do poder público municipal em Capela, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora³⁷ (2024).

³⁶ Atividades científicas, educacionais e recreativas podem ser realizadas, desde que sigam as diretrizes estabelecidas no plano de manejo.

³⁷ Idem nota 28.

Na comunidade quilombola Terra Dura e Coqueiral (Figura 15), cerca de 500 famílias estão organizadas na Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Terra Dura e Coqueiral. As principais atividades correspondem à agricultura familiar na produção de hortaliças e ao trabalho nas lavouras e usinas de cana-de-açúcar. Entretanto, existem oportunidades significativas para atrair turistas, oferecendo uma autêntica perspectiva da cultura local e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade ao gerar renda adicional por meio do turismo, visto que os entrevistados mencionam a realização de uma variedade de eventos, como festas religiosas e apresentações culturais de bacamarte, batalhões e das Raízes de Dandara. Destacam-se eventos como a Festa do Padroeiro São João Batista, a Festa do Mastro, em julho, a Cavalgada das Amazonas, em janeiro, e das Caceteiras, em outubro, o Encontro Cultural Arte e Cultura, em novembro, a Procissão de Nossa Senhora Aparecida, em outubro, e ritos do Terreiro Filhos de Ogum.

Figura 15 - Diagnóstico Participativo para o Turismo de Base Comunitária com membros da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Terra Dura e Coqueiral e representante do poder público municipal em Capela, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora³⁸ (2024).

³⁸ Idem nota 28.

Sublinha-se que é comum haver intercâmbios culturais junto à Comunidade Quilombola Patioba³⁹, em Japaratuba, inclusive com apresentações culturais de Dança Afro, grupos de percussão, capoeira e Samba de Roda do Quilombo Patioba. Outras parcerias com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Palmares, o projeto Mulheres Empoderadas da UFS, empresas como a Mosaic Fertilizantes, a Vale e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), bem como movimentos sociais como o Movimento Quilombola Nacional e CONAQ, desempenham um papel fundamental no fortalecimento das comunidades. Essas parcerias oferecem suporte técnico, acesso a recursos, capacitação e representação. Contudo, nessa comunidade especificamente, os conflitos territoriais com alguns grupos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) podem reduzir a prática turística, além do impacto negativo de desafios significativos já existentes, como a falta de água potável, transporte precário e questões de segurança.

Esses intercâmbios entre as comunidades são processos de troca e interação onde diferentes grupos compartilham conhecimentos, experiências, práticas culturais, valores e costumes. Eles ocorrem de diversas maneiras, como através de visitas, colaborações em projetos comuns e eventos comunitários. Seu objetivo é promover o entendimento mútuo, a cooperação e o empoderamento entre as comunidades envolvidas, permitindo que cada grupo conheça melhor a realidade do outro e reflita sobre a sua própria realidade, a partir dessa nova perspectiva.

Não obstante a isso, de maneira geral, as comunidades expressam interesse em complementar a renda por meio do turismo, buscando estabelecer parcerias com associações, cooperativas e instituições locais para promover e desenvolver essas atividades. Apesar do interesse em receber turistas, há uma percepção geral de que a comunidade não está diretamente envolvida com o TBC. Os entrevistados expressaram desconhecimento com relação ao TBC e mencionaram a falta de apoio técnico para as suas atividades. No entanto, demonstraram abertura para a sensibilização e capacitações visando a uma compreensão mais ampla e participativa sobre o potencial do turismo comunitário.

Embora alguns cursos e treinamentos voltados para a agricultura familiar, empreendedorismo, gastronomia e habilidades práticas de corte e costura, já tenham sido realizados, principalmente em parceria com entidades com instituições de instituições como o IFS e a UFS, investimentos em infraestrutura, capacitação e sinalização turística são necessários

³⁹ Processo de certificação junto à FCP, registrado sob o número 01420.002791/2005-47, com concessão do certificado FCP por meio da Portaria nº 38930, de 39056.

para impulsionar o desenvolvimento do TBC. Existe, portanto, abertura para desenvolver o TBC como uma fonte complementar de renda, visto que há interesse e engajamento dos membros locais em compartilhar sua cultura, história e modo de vida com os visitantes, proporcionando experiências autênticas. Isso também sugere a necessidade de políticas públicas e investimentos que fortaleçam essa modalidade de turismo nas comunidades locais.

Em Capela, destaca-se que as comunidades têm recursos culturais únicos que fortalecem a identidade com base em tradições locais, podendo servir de base para o desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados. Os participantes estão organizados em associações, indicando um potencial significativo para colaboração e desenvolvimento de turismo em conjunto, permitindo que os residentes valorizem e comercializem seus produtos e serviços locais. As parcerias são fundamentais para fortalecer a oferta de produtos e experiências turísticas autênticas, refletindo um alinhamento relevante com os princípios do TBC, que estimula o desenvolvimento econômico local de forma inclusiva, criando oportunidades de renda para os membros da comunidade.

Apesar das perspectivas identificadas, adverte-se para a falta de infraestrutura para acomodar turistas como um desafio significativo. Nesse panorama, como soluções, foi sugerido um começo no qual as acomodações seriam simples no sistema de hospedagem “Cama e Café” e para pequenos grupos na própria sede das associações das comunidades quilombolas, conforme agendamento prévio. Ainda assim, investimentos em infraestrutura turística, como hospedagem, sinalização e transporte, são essenciais para criar uma experiência turística positiva e sustentável. Essas aplicações podem ser realizadas por meio de parcerias público-privadas e programas de incentivo governamentais, visando ao desenvolvimento equilibrado do turismo comunitário.

Assim, em Capela, há um cenário complexo, existindo um interesse latente em receber turistas e promover as experiências culturais e naturais das comunidades, indicando um potencial significativo para o desenvolvimento do TBC. Esse envolvimento reflete a autonomia e a participação ativa em lugares de empoderamento que fortalece os laços comunitários, fundamentais no contexto do TBC (Barros-Freire; Rabinovici; Neiman, 2019; Faxina; Freitas, 2021; Mayaka; Croy; Cox, 2018). Ao oferecer experiências autênticas e memoráveis aos visitantes, as comunidades estão exercendo um tipo de poder que vai além do econômico, influenciando a forma como são percebidas e valorizadas tanto pelos visitantes quanto pela sociedade em geral. Esse poder simbólico contribui para o empoderamento local e para o fortalecimento da identidade comunitária (Bourdieu, 1989, 2010). Todavia, ainda há desafios a

serem superados, como a falta de conhecimento sobre o TBC e a necessidade de suporte técnico e infraestrutura adequada para desenvolver essa atividade de forma sustentável.

A análise sobre as comunidades de catadoras de mangaba em Porteiras, em Baixa Grande, em Pirambu, bem como a Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiras e a Associação dos Catadores de Mangaba Renascer do Povoado Baixa Grande, está situada na próxima subseção. Isso se deve à realização de entrevista com a liderança da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (ASCAMAI), que abrange essas comunidades. Por meio dessa entrevista, é possível obter informações detalhadas sobre as práticas de extrativismo da mangaba, o envolvimento das comunidades, os desafios enfrentados e as oportunidades de desenvolvimento no TBC.

Por fim, em Pirambu, existe a produção artesanal comunitária da Comunidade Quilombola Alagamar, a partir da fibra vegetal da palmeira *Syagrus coronata*, denominação científica, ou popularmente conhecida como ouricuri, urucuri, licuri, aricuri, licurizeiro, nicuri, coqueiro cabeçudo e coqueiro dicuri (Drumond, 2007). O processo de produção consiste em: extração e colheita da matéria-prima (a palha do ouricurizeiro), pelos artesãos; secagem da palha e seleção da fibra para tecer; retirada e trançagem do linho para confecção artesanal; e comercialização ao consumidor final. Registra-se ainda no município a produção da agricultura familiar por meio da Associação Comunitária Participativa de Aningas e Lagoa Redonda. Contudo, uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de articulação com as lideranças locais da Associação de Moradores do Povoado Alagamar e da Associação Comunitária Participativa de Aningas e Lagoa Redonda, o que impossibilitou a realização do estudo nessas comunidades. Assim sendo, sugere-se que estudos futuros abordem essa lacuna.

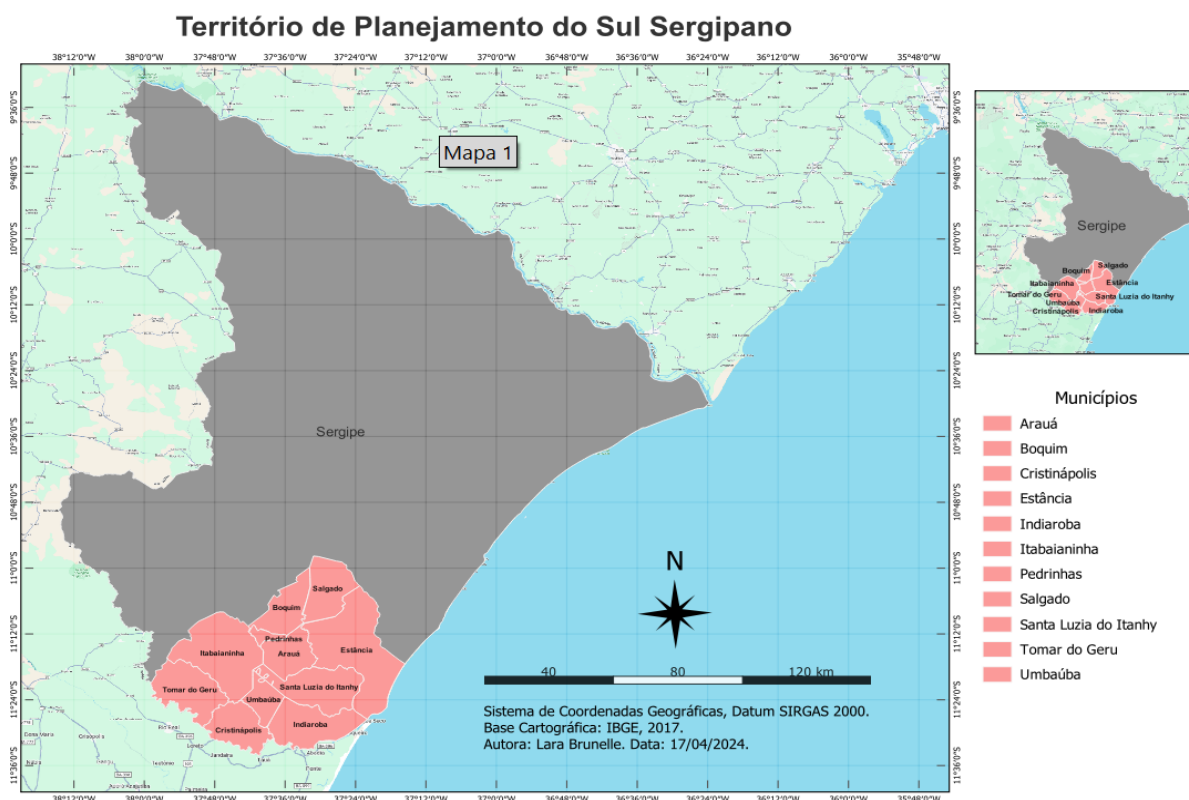
Conclui-se que, diante da análise das comunidades de Capela, emerge um panorama promissor para o desenvolvimento do TBC. Os dados revelam um interesse genuíno por parte dos moradores em compartilhar suas tradições, cultura e modo de vida com os visitantes, vislumbrando no TBC uma oportunidade de complementar a renda e fortalecer os laços comunitários. No entanto, diversos desafios se interpõem nesse caminho, desde a falta de conhecimento sobre o TBC até a escassez de infraestrutura turística adequada para receber os visitantes. É evidente a necessidade de investimentos tanto em capacitação técnica quanto em infraestrutura, incluindo hospedagem, sinalização e transporte para viabilizar uma experiência turística positiva e sustentável. Nesse contexto, as parcerias público-privadas e os programas de incentivo governamentais desempenham um papel crucial no desenvolvimento equilibrado

do turismo comunitário. Embora haja um terreno fértil para o TBC, é imprescindível superar os obstáculos identificados e promover uma infraestrutura propícia.

4.2.3 Sul Sergipano

O Território Sul Sergipano – TSS – (Figura 16) está localizado no Noroeste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Arauá, de Boquim, de Cristinápolis, de Estância, de Indiaroba, de Itabaianinha, de Pedrinhas, de Salgado, de Santa Luzia do Itanhhy, de Tomar do Geru e de Umbaúba, correspondendo a uma área de 2.114,798 km², com uma população total de 276.499 habitantes, dos quais 90.478 correspondem à população rural e 186.021 à urbana (IBGE, 2010); o IDH é de 0,582, considerado “médio” entre os municípios.

Figura 16 - Mapa – Território de Planejamento do Sul Sergipano



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Os municípios do TSS apresentam um IDHM médio (Tabela 9), variando de 0,545 (baixo) a 0,647 (médio), correspondente respectivamente a Santa Luzia do Itanhhy, o menor IDHM, e a Estância, o maior IDHM. Observa-se que todos os municípios têm importantes desafios relacionados à educação. É preciso também elevar a renda em Cristinápolis, Indiaroba,

Santa Luzia do Itanhy e Tomar do Geru. Na dimensão Longevidade, todos os municípios exibem índices “altos”. A renda *per capita* dos municípios analisados está significativamente abaixo das médias do Brasil e de Sergipe, com uma diferença de 61,89% em relação à média nacional e 42,23% à média estadual. Disparidades significativas entre a renda *per capita* e o IDHM educação apontam desigualdades socioeconômicas, sobretudo quanto ao acesso à educação.

Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda per capita, nos municípios do Território do Sul Sergipano, do Brasil e de Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Araújo	0,595	0,550	0,783	0,490	245,7
Boquim	0,604	0,581	0,771	0,492	296,54
Cristinápolis	0,553	0,540	0,755	0,414	229,99
Estância	0,647	0,627	0,782	0,552	395,41
Indiaroba	0,58	0,533	0,772	0,475	220,89
Itabaianinha	0,556	0,555	0,761	0,407	253,22
Pedrinhas	0,592	0,568	0,750	0,486	273,91
Salgado	0,609	0,588	0,789	0,486	311,33
Santa Luzia do Itanhy	0,545	0,513	0,764	0,414	194,24
Tomar do Geru	0,551	0,520	0,746	0,432	203,09
Umbaúba	0,579	0,567	0,719	0,476	272,53

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme a Tabela 10, Estância apresenta maior volume na soma de todos os bens e serviços finais produzidos do TSS, indicando melhor desempenho da dinâmica econômica e uma economia mais desenvolvida e com maior produtividade, sendo que Umbaúba exibiu maior variação percentual no PIB do Território.

Tabela 10 - Produto Interno Bruto de cada município no Sul Sergipano entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Araújo	R\$ 81.135,46	R\$ 130.722,80	5%
Boquim	R\$ 195.837,72	R\$ 323.198,20	5%
Cristinápolis	R\$ 127.996,10	R\$ 239.579,86	7%
Estância	R\$ 1.179.884,60	R\$ 2.200.100,34	7%
Indiaroba	R\$ 128.011,01	R\$ 216.926,24	6%
Itabaianinha	R\$ 247.673,71	R\$ 501.638,73	7%
Pedrinhas	R\$ 49.841,80	R\$ 95.890,08	7%
Salgado	R\$ 128.493,32	R\$ 202.954,18	5%

Santa Luzia do Itanhy	R\$ 133.858,34	R\$ 177.531,27	3%
Tomar do Geru	R\$ 87.913,34	R\$ 148.545,88	5%
Umbaúba	R\$ 178.504,41	R\$ 374.005,69	8%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB nos municípios pertencentes ao TSS (Tabela 11), a atividade econômica no primeiro setor está concentrada: em Estância, no cultivo de melancia, coco-da-baía, tangerina e limão, de Indiaroba no cultivo de melancia, coco-da-baía, tangerina, maracujá, laranja e limão; e em Santa Luzia do Itanhy, no cultivo de coco-da-baía e limão (IBGE, 2017). Salgado sofreu a maior variação negativa percentual do Território devido à queda no número de empregos formais no comércio varejista (CAGED, 2021).

Pontua-se que Cristinápolis e Itabaianinha registraram a maior variação percentual no volume de produção (Tabela 11) e tiveram seu processo de urbanização associado às atividades agrícolas nas lavouras de laranja, contudo, a sua participação está concentrada na produção de bens e serviços no terceiro setor no comércio varejista (Tabela 12).

Tabela 11 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Sul Sergipano entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Araúá	R\$ 31.055,17	R\$ 30.908,24	0%
Boquim	R\$ 27.027,41	R\$ 26.841,09	-1%
Cristinápolis	R\$ 2.298,69	R\$ 3.331,45	45%
Estância	R\$ 86.898,68	R\$ 81.571,99	-6%
Indiaroba	R\$ 45.317,89	R\$ 46.383,66	2%
Itabaianinha	R\$ 38.937,14	R\$ 57.173,33	47%
Pedrinhas	R\$ 7.688,20	R\$ 7.637,09	-1%
Salgado	R\$ 31.327,73	R\$ 24.615,86	-21%
Santa Luzia do Itanhy	R\$ 57.543,84	R\$ 48.819,69	-15%
Tomar do Geru	R\$ 21.255,67	R\$ 23.146,58	9%
Umbaúba	R\$ 24.389,08	R\$ 32.276,38	32%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

O TSS concentra seu desempenho econômico no terceiro setor (Tabela 12), sendo que Estância se destaca no segundo setor na indústria de transformação, com a fabricação de sucos concentrados e a tecelagem de fios de algodão, bem como no terceiro setor, em atividades relacionadas ao comércio varejista, à informação, à administração pública, à comunicação, ao transporte, à armazenagem e ao correio.

Umbaúba concentra seu volume na produção de bens e serviços no comércio varejista, ao passo que Boquim no comércio atacadista especializado em produtos

alimentícios, bebidas e fumo, administração pública, defesa e seguridade social, bem como no comércio varejista. Pedrinhas, por sua vez, sofreu a maior variação positiva percentual no Território.

Tabela 12 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Sul Sergipano entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Araúá	R\$ 16.655,10	R\$ 32.727,81	97%
Boquim	R\$ 72.165,37	R\$ 124.320,76	72%
Cristinápolis	R\$ 31.673,76	R\$ 72.535,88	129%
Estância	R\$ 662.111,38	R\$ 1.296.740,72	96%
Indiaroba	R\$ 23.642,73	R\$ 49.020,92	107%
Itabaianinha	R\$ 23.642,73	R\$ 49.020,92	107%
Pedrinhas	R\$ 10.845,03	R\$ 28.116,60	159%
Salgado	R\$ 29.650,83	R\$ 64.491,01	118%
Santa Luzia do Itanhy	R\$ 24.172,95	R\$ 35.417,25	47%
Tomar do Geru	R\$ 19.585,16	R\$ 37.880,96	93%
Umbaúba	R\$ 67.316,72	R\$ 170.754,46	154%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

No TSS, existe a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul (APALSS)⁴⁰, localizada nos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, Litoral Sul e Itaporanga d'Ajuda no Território da Grande Aracaju no Estado de Sergipe, Brasil. A APA abrange uma área de 30.000 hectares e tem como objetivo principal proteger os ecossistemas costeiros, preservando a diversidade biológica e garantindo o uso sustentável dos recursos naturais. Ela é caracterizada por uma grande variedade de habitats, incluindo manguezais, restingas, dunas, lagoas e matas de tabuleiro, desde a foz do Rio Vaza Barris até a desembocadura do Rio Real. Esses ecossistemas são importantes para a conservação de espécies da fauna e flora e potencializam para a atratividade turística.

Além da APALSS, existem também as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs⁴¹) Bom Jardim-Tapera e Marinheiro-Pedra da Urca, localizadas no município de Santa Luzia do Itanhy. A RPPN Bom Jardim-Tapera abrange uma área de 52 hectares e é caracterizada por matas de restinga, manguezais e lagoas. A RPPN Marinheiro-Pedra da Urca, por sua vez, tem uma área de 84 hectares e é composta por matas de tabuleiro e áreas de manguezal. Ambas

⁴⁰ APALSS criada pelo Decreto nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, constituída por manguezais, estuários, dunas, restingas, lagoas e remanescentes de Mata Atlântica, cercado de manguezais e coqueirais. A APALSS visa a compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais (Faxina *et al.*, 2021).

³⁸ As RPPNs são áreas de propriedade privada que têm como objetivo a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, por meio da adoção de práticas de manejo sustentável e da preservação dos ecossistemas naturais.

as UCs (APALSS e RPPNs) são importantes para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável da região, uma vez que ajudam a garantir a preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, além de fomentar atividades econômicas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais de comunidades ribeirinhas.

O município de Indiaroba tem como atividades principais a pesca tradicional nos rios e nos manguezais e o extrativismo de recursos naturais. Nas comunidades ribeirinhas de Pontal (Figura 17) e de Terra Caída (Figura 18), a agricultura de pequena escala e o turismo são alternativas econômicas dos povoados. Complementarmente, há uma ênfase na necessidade de impulsionar o comércio local, visto como uma maneira de dinamizar a economia da região. Conforme pontuado por uma das entrevistadas, o histórico empreendedor de Indiaroba remonta à época da “Rota do Açúcar”, com a produção e comercialização de cana-de-açúcar. Ao longo tempo, a economia diversificou-se, destacando-se também a produção de batata e de coco. Os empreendedores locais adaptaram-se às condições favoráveis, estabelecendo plantações e redes de distribuição; essa contribuição foi fundamental para o contexto econômico local.

Figura 17 - Complexo estuarino e acesso fluvial de Pontal, em Indiaroba, a Mangue Seco



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021 e 2024).

Figura 18 - Complexo estuarino e acesso fluvial de Terra Caída, em Indiaroba, a Mangue Seco



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016 e 2024).

As comunidades ribeirinhas se tornaram conhecidas por fornecer serviços de transporte náutico aos visitantes que querem acesso ao destino turístico de Mangue Seco⁴² (Figura 19), citado no romance *Tieta do Agreste*, do escritor Jorge Amado, e cenário de gravação da novela “*Tieta*”, de autoria do dramaturgo Agnaldo Silva, transmitida em 1989 pela Rede Globo. Segundo as entrevistadas, existe uma grande expectativa de regravação da novela para impulsionar o turismo.

Figura 19 - Mangue Seco em Jandaíra, Bahia



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021).

Além dos serviços de transporte náutico, os povoados situados às margens do complexo estuarino dos Rios Piauí e Real também são conhecidos pelo potencial da gastronomia local, caracterizada por pratos típicos como o feijão de coco e à base de frutos do mar, peixes, servidos na folha de bananeira e mariscos, como o aratu, servidos na palha. As comunidades buscam atrair turistas por meio de projetos que destacam os produtos locais, como produtos agrícolas orgânicos, alimentos frescos e bebidas artesanais.

⁴² A pequena vila de Mangue Seco, localizada no município de Jandaíra, Litoral Norte Baiano, é conhecida pelo seu cenário paisagístico que contempla dunas e praias. Atualmente, com a revitalização da Linha Verde e acesso fluviais por meio do complexo estuarino, existe potencial atratividade e facilidade de acesso, favorecendo o desenvolvimento do TBC.

O distrito de Terra Caída (Figura 18) demonstra um forte interesse no turismo, especialmente no contexto de atividades relacionadas à pesca, ao extrativismo, à culinária local e à produção artesanal com todos os tipos de bordados e biojóias a partir da escama de peixe.

Um aspecto significativo é o envolvimento com o TBC, em que a comunidade se torna protagonista na gestão do turismo. Todos os empresários são da comunidade, e existe um grupo de mulheres empoderadas, pescadoras e marisqueiras que se tornaram empresárias, inclusive do TBC, alugando *stand up paddle* e casas para turistas no sistema de hospedagem “Cama e Café”, organizando eventos gastronômicos e cooperando em iniciativas de extrativismo da mangaba e de mutirões de limpeza para preservação ambiental nos manguezais.

As reuniões comunitárias da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO) e do Grupo de Produção de Mulheres Empoderadas de Terra Caída envolvem mais de 200 famílias e são realizadas regularmente para discutir questões relacionadas como infraestrutura, limpeza, comercialização e produção da mangaba e derivados na produção agroindustrial, moradia, saneamento e TBC envolvendo a criação de atrativos, eventos gastronômicos e roteiros turísticos. Por exemplo, o grupo de mulheres liderou a criação do Atrativo turístico “Monumento do Aratu” (Figura 20), que representa muito mais do que simplesmente um tipo de alimento ou produto; ele é um símbolo da cultura, da subsistência, da economia local e da conexão da comunidade de Indiaroba com seu ambiente natural e suas tradições.

Figura 20 - Atrativo turístico “Monumento do Aratu” em Terra Caída, Sergipe



Fonte: Acervo do Grupo de Mulheres Empoderadas⁴³ (2023).

⁴³ Idem nota 28.

Os projetos de TBC recebem apoio técnico significativo por meio de parcerias estabelecidas com diversas entidades, dentre elas o Movimento das Marisqueiras de Sergipe, a Associação dos Lancheiros, a Cooperativa de Agricultores Familiares (COOPERAFIR), o IFS, o Sistema S, o Banco Popular de Indiaroba e a Prefeitura Municipal. Essa cooperação desempenha um papel fundamental no apoio técnico e financeiro, bem como na organização de eventos e de logística para exposições dos produtos locais.

Nesse sentido, um exemplo notável de parcerias que refletem um compromisso genuíno com a economia solidária e a ecosocioeconomia é a moeda local “Aratu”, nomeada em homenagem ao crustáceo característico da região de Indiaroba. Com a sua validade circunscrita não só em Terra Caída, mas em todo município de Indiaroba e aceitação em mais de 250 estabelecimentos locais, inclusive integrando pagamentos de benefícios da Prefeitura Municipal, essa moeda não apenas celebra a identidade cultural da comunidade, destacando o papel fundamental das marisqueiras locais, mas também fortalece a economia da local. Além disso, o uso de moeda local estimula princípios da economia solidária e de TBC ao incentivar a cooperação, a organização financeira, a inclusão social, a formalização legal e o fortalecimento comunitário (Leal; Rodrigues, 2018; Magno *et al.*, 2022; Gaiger, 2004).

Os esforços de capacitação para promover o turismo local são evidentes, com a realização de diversos cursos sobre empreendedorismo, artesanato, culinária, técnicas de manipulação de alimentos, TBC e facilidades de linhas de crédito e financiamentos. Ademais, o uso de mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, é algo constante na comunicação com os visitantes.

A comunidade – ou frutos da terra, como preferem ser chamados – valoriza suas tradições e seus recursos naturais, buscando preservar seu patrimônio ambiental e cultural, que envolve festividades e celebrações religiosas locais, com missas nos dias comemorativos de São Pedro, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora Aparecida e de São José, o santo padroeiro (Faxina; Freitas, 2021). As entrevistadas relatam que essas são as épocas que mais se recebem turistas, incluindo os fins de semana, o período de férias, o ano novo, o carnaval, em fevereiro, e os festejos juninos, em junho.

Em Pontal, a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, em 2007, representa um marco importante na luta pela valorização e preservação dos recursos naturais, bem como na organização e empoderamento das mulheres na região. A ASCAMAI, primeira Associação de Catadoras de Mangaba registrada em Sergipe, criada em 23 de maio de 2009,

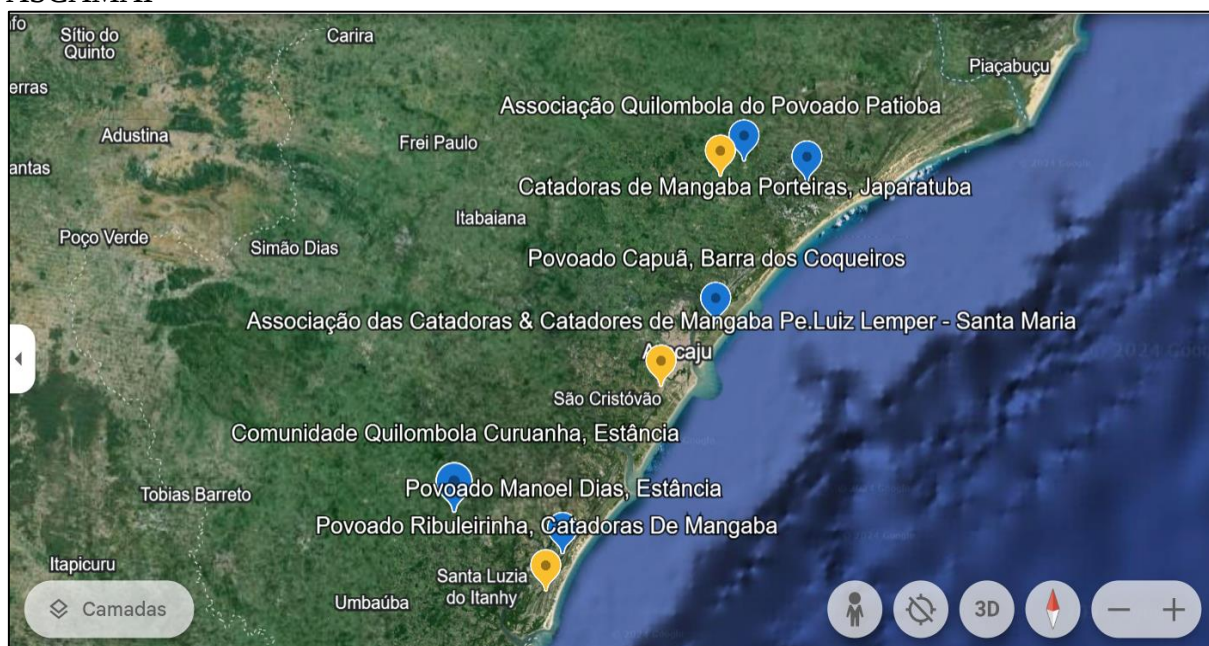
surgiu a partir desse movimento como resposta à necessidade de organização financeira e formalização legal, evidenciada pela obtenção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essas iniciativas de organização comunitária se consolidam mediante conflitos intervenientes pela expansão agrícola, desaparecimento dos manguezais e acesso aos campos remanescentes de mangabeiras em áreas turísticas sob influência da especulação imobiliária, ameaças que muitas vezes culminam com a expulsão das populações nativas.

A luta pela criação da Reserva Extrativistas (RESEX) Litoral Sul de Sergipe, iniciada pelos pescadores em 2005, e posteriormente estendida para incluir as mangabeiras em 2007, é um exemplo concreto do compromisso contínuo da ASCAMAI em prol da preservação ambiental e da sustentabilidade dos recursos naturais. Outro caso é a busca pela participação de todas as comunidades no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como produtoras, fortalecendo a economia local e promovendo a inclusão social por meio da produção sustentável. Salienta-se que a cata, o processamento e a comercialização da mangaba e seus coprodutos são grandes fontes de geração de trabalho, de renda e uma garantia da Segurança Alimentar e Nutricional para as suas comunidades.

A ASCAMAI já beneficiou cerca de 500 famílias, inseridas no TLS em Estância, na Comunidade Quilombola Curuanha, e nas Unidades dos Povoados Ribuleirinha e Manoel Dias, situados na Estrada da Praia do Abais, no TLS povoado Baixa Grande, em Pirambu, em Japarutuba, produção comunitária da Comunidade Quilombola “Patioba” e “Catadoras de Mangaba Porteiras”, e TGA, no Bairro Santa Maria, em Aracaju, Povoado Capuã, na Barra dos coqueiros, conforme teias de empoderamento comunitário ilustradas nas áreas de atuação da ASCAMAI delimitadas na Figura 21. A finalidade é a extração da mangaba *in natura* oriunda da mangabeira (*Hancorniaspeciosa speciosa* Gomes, denominação científica), frutífera da família das apocináceas, planta arbórea de porte médio e espécie pioneira da Mata de Restinga nativa do Brasil (Santos, 2007), reconhecida como a árvore símbolo do estado de Sergipe, conforme Decreto Estadual nº 12.723, de 1992⁴⁴.

⁴⁴ Posteriormente, a promulgação da Lei Estadual nº 288, de 2010, reconheceu as Catadoras de Mangaba como um grupo tradicionalmente diferenciado, que devem ser protegidas em virtude de suas formas distintas de organização social, seus territórios e os recursos naturais associados.

Figura 21 - Teias de Empoderamento Comunitário ilustradas nas Áreas de Atuação da ASCAMAI



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do *Google Earth* (2024).

Para o aprimoramento das produções agroindustriais e familiares, existe uma ampla oferta de produtos artesanais (Figura 22), incluindo polpa de sucos, sorvetes, bolos, doces, licores, compotas, trufas, tortas, geleias, balas, bombons, mousses, xaropes, vinhos e vinagres. A variedade de opções também abrange frutas desidratadas e secas, garantindo uma seleção diversificada que atende aos mais variados gostos e necessidades.

Figura 22 - Mosaico de derivados das produções agroindustriais da mangaba com familiares e membros associados da ASCAMAI e do Grupo de Mulheres Empoderadas



Fonte: Acervo da pesquisadora⁴⁵ (2024).

As reuniões mensais promovidas pela ASCAMAI desempenham um papel fundamental na abordagem de questões cruciais que abrangem a defesa dos Territórios, a preservação dos saberes tradicionais, o combate à especulação imobiliária, a mitigação do desmatamento da área de restinga, os problemas de saneamento, o fortalecimento da organização associativa e o desenvolvimento de estratégias para produção e comercialização. Embora o turismo não seja regularmente abordado, ao ser discutido, há um foco significativo na elaboração e na definição de preços de roteiros, quando há intercâmbios entre comunidades tradicionais, além da possível criação de *souvenirs*.

⁴⁵ Idem nota 28.

Uma das lideranças entrevistadas destacou que, apesar dos esforços da comunidade em se envolver com o TBC, ainda não há uma participação efetiva. Isso se deve principalmente à predominância de casas de veraneio de não residentes, voltadas para reuniões familiares e sociais, bem como à demanda específica pelo turismo de Mangue Seco. Esses fatores representam desafios significativos para a plena integração das atividades turísticas comunitárias e para manter a permanência de turistas em Pontal. Além disso, a liderança aponta como desafio adicional o discurso da iniciativa privada em promover a integração com a comunidade por meio de programas de treinamento, capacitando moradores na prestação de serviços, visando a apoiar a geração de empregos e atender às necessidades do empreendimento. No entanto, ela afirma que, no contexto do TBC, a comunidade não assume um papel passivo, o que a autora concorda, além de ser evidente a necessidade de um fortalecimento para combater a especulação imobiliária local.

Destaca-se que a ASCAMAI é uma entidade central, contando com o apoio de diversas instituições, como o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, com representantes na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), na Comissão Mista Intersetorial do Plano Nacional para Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE), na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinho (CONFREM) e no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Essas parcerias demonstram o reconhecimento e o apoio externo à causa das catadoras de mangaba.

A ASCAMAI tem sido proativa na captação de projetos voltados para o desenvolvimento comunitário. Um exemplo é o projeto “Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe – Fases I e II”, que foi implementado entre 2011 e 2015, beneficiando diversas comunidades sergipanas. Recentemente, a ASCAMAI estabeleceu um novo contrato de patrocínio com a Petrobras para a execução do projeto “Rede Solidária de Mulheres de Sergipe”, com patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental.

Atualmente, notam-se esforços consideráveis em programas de capacitação direcionados ao TBC, inclusive com possibilidades de comercialização pela Rede por meio do Roteiro Mangabeira Sul, mas há a necessidade de investimentos para impulsioná-lo de forma efetiva. Os cursos abrangem empreendedorismo, agroecologia, artesanato, culinária, técnicas de manipulação de alimentos e turismo comunitário. Essas iniciativas são viabilizadas por meio do Sistema S e por instituições como o IFS, a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária/Pernambuco (EMBRAPA/PE) e a UFS. Apesar de existir um incremento no consumo de frutas frescas e processadas nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, nordeste brasileiro, não há uma tendência no extrativismo de coleta (Mota; Schmitz; Silva Júnior, 2008). Isso se deve aos saberes e práticas na coleta da fruta pelos atores e populações tradicionais que angariam um sistema estratégico de conservação da biodiversidade e de modos de vida mais sustentáveis, bem como gestão coletiva de bens comuns (Schmitz; Mota; Silva Júnior, 2008, 2009).

Assim, nessa miríade (biodiversidade, modos de vida e gestão coletiva), há esforços comuns na lida da mangaba. Em ambas as comunidades são mencionadas algumas dificuldades, como desinteresse dos jovens, desmatamento do mangue e da restinga, problemas financeiros e a necessidade de conscientização dos turistas sobre o respeito à comunidade, enfrentando desafios como necessidade de reciclagem, barulho excessivo em períodos festivos e falta de esgotamento sanitário.

Logo, tanto Terra Caída quanto Pontal são distritos que abraçam o TBC. Em Terra Caída, a organização comunitária está consolidada para o TBC com ênfase na gestão local e na preservação ambiental. Em contraste, Pontal enfrenta desafios na integração plena do TBC, devido à predominância de casas de veraneio, no entanto, a comunidade busca ativamente manter as suas tradições e combater a especulação imobiliária.

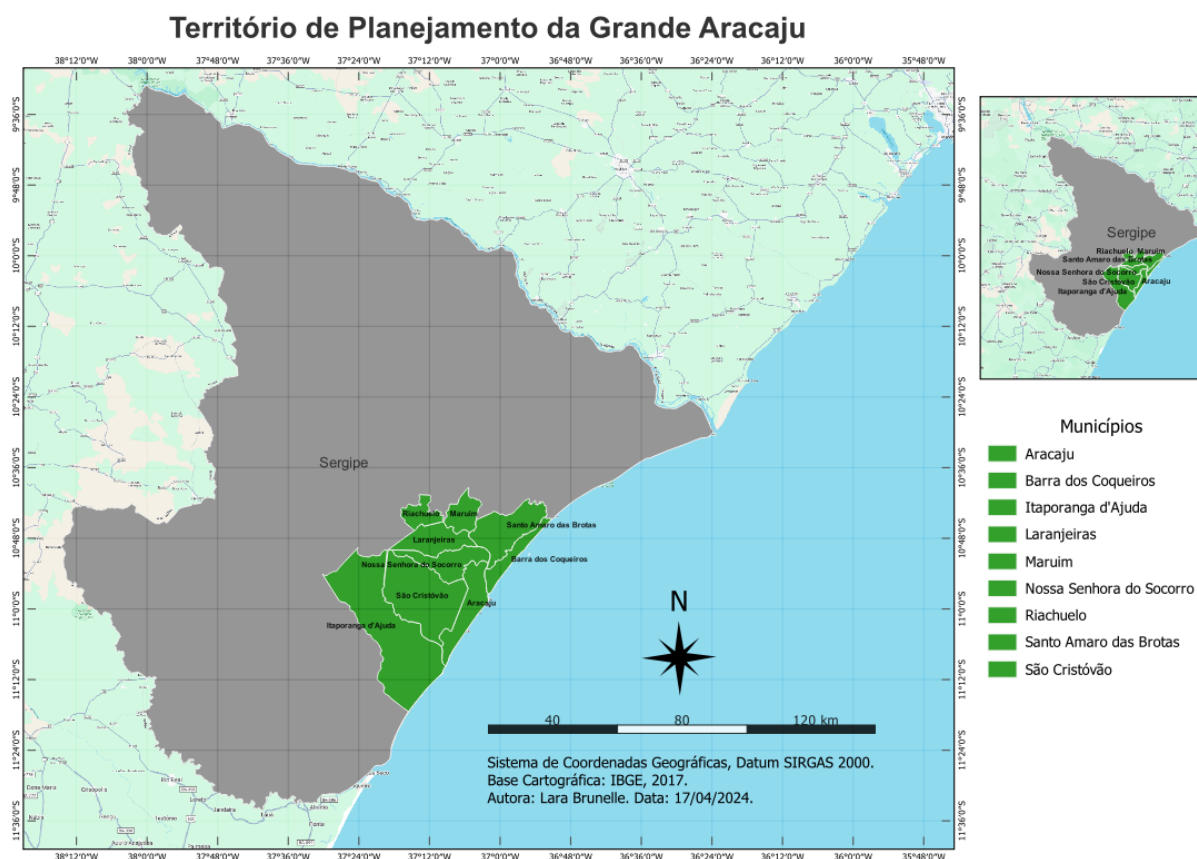
Por meio de iniciativas como a valorização da cultura local, o empoderamento econômico dos moradores, a preservação ambiental e o estabelecimento de parcerias estratégicas, as comunidades estão criando oportunidades de geração de renda que beneficiam diretamente os residentes e promovem a conservação dos recursos naturais (Salles; Fernandes; Limont, 2017). Essas práticas refletem não apenas um compromisso com o crescimento econômico, mas também com a preservação das tradições locais, conferindo-lhes um relevante valor simbólico (Bourdieu, 1989, 2010) e bem-estar das gerações futuras, alinhando-se, assim, aos princípios de sustentabilidade e do TBC (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021).

Por fim, em Santa Luzia do Itanhy, também se destacam a Comunidade Ribeirinha e Quilombola no Crasto, a Comunidade Quilombola Rua da Palha, a Comunidade Quilombola Pedra Furada, Pedra D'Água, a Comunidade Quilombola Cajazeiras e a Comunidade Quilombola Taboa. Contudo, uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de articulação com as lideranças locais, o que impossibilitou a realização do estudo nessas comunidades. Em vista disso, estudos futuros podem contemplar essa lacuna.

4.2.4 Grande Aracaju

O Território Grande Aracaju – TGA – (Figura 23) está localizado no Noroeste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Aracaju, de Barra dos Coqueiros, de Itaporanga d’Ajuda, de Laranjeiras, de Maruim, de Nossa Senhora do Socorro, de Riachuelo, de São Cristóvão e de Santo Amaro das Brotas, correspondendo a uma área de 4.678,67 km², com uma população total de 1.278.736 habitantes, dos quais 90.150 correspondem à população rural e 1.188.586 à urbana (IBGE, 2010); IDH é 0,65, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 13).

Figura 23 - Mapa – Território de Planejamento da Grande Aracaju



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Os municípios do TGA apresentam um IDHM médio, variando de 0,618 (médio) a 0,77 (alto), correspondente, respectivamente, a Maruim, o menor IDH-M, e a Aracaju, o maior IDHM. Os municípios de Barra dos Coqueiros, de Maruim, de Riachuelo e de Santo Amaro das Brotas vivenciam importantes desafios relacionados à educação. Na dimensão Longevidade,

todos os municípios exibem índices “altos” e, no quesito Renda, a maioria dos municípios tem índices “médio” de desenvolvimento, com destaque para Aracaju, com o maior índice. Com relação à renda *per capita* dos municípios analisados do TGA, há uma diferença de apenas 14,61% em relação à média estadual de Sergipe, indicando uma situação relativamente próxima à média.

Tabela 13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda per capita, nos municípios do Território da Grande Aracaju, do Brasil e de Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Aracaju	0,770	0,784	0,823	0,708	1052,03
Barra dos Coqueiros	0,649	0,647	0,776	0,545	448,81
Itaporanga d'Ajuda	-	-	-	-	-
Laranjeiras	0,642	0,589	0,772	0,582	313,29
Maruim	0,618	0,590	0,781	0,511	314,55
Nossa Senhora do Socorro	0,664	0,620	0,811	0,581	379,98
Riachuelo	0,617	0,591	0,766	0,520	317,28
Santo Amaro das Brotas	0,637	0,613	0,778	0,543	362,46
São Cristóvão	0,662	0,624	0,800	0,581	388,36

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme Tabela 14, têm-se algumas considerações importantes no que diz respeito ao desempenho da dinâmica econômica dos municípios pertencentes ao TGA. Laranjeiras e Aracaju demonstram os maiores volume na soma de todos os bens e serviços finais produzidos, indicando melhor desempenho da dinâmica econômica e uma economia que ainda pode ser mais desenvolvida e com maior produtividade. Santo Amaro das Brotas tem uma participação relativamente baixa no PIB, indicando uma economia pouco desenvolvida e com baixa produtividade.

Tabela 14 - Produto Interno Bruto de cada município da Grande Aracaju entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Aracaju	10225320	17511232,69	6%

Barra dos Coqueiros	317692,64	1185839,437	17%
Itaporanga d'Ajuda	557514,18	920202,1101	6%
Laranjeiras	758470,99	709654,491	0%
Maruim	181289,66	369899,1387	8%
Nossa Senhora do Socorro	2104767,1	2953364,942	4%
Riachuelo	122811,02	184565,745	5%
Santo Amaro das Brotas	90874,274	147517,3791	6%
São Cristóvão	614659,83	1013970,239	5%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB nos municípios pertencentes ao TGA (Tabela 15), Maruim concentra a maior parte da atividade econômica no segundo setor, com destaque para a fabricação de produtos químicos e tecidos de malha. Santo Amaro das Brotas, por sua vez, tem uma participação significativa no segundo e terceiro setores, sobretudo em atividades industriais da extração de petróleo e gás natural, pedra, areia e argila, bem como no comércio varejista. O primeiro setor não é representativo no Território.

Tabela 15 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor da Grande Aracaju entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Aracaju	3777,556	4167,236	10%
Barra dos Coqueiros	6260,436	3448,563	-45%
Itaporanga d'Ajuda	6260,436	3448,563	-45%
Laranjeiras	20988,43	26946,49	28%
Maruim	9009,491	12583,69	40%
Nossa Senhora do Socorro	5080,748	9998,598	97%
Riachuelo	8499,5	11715,96	38%
Santo Amaro das Brotas	15846,99	16494,33	4%
São Cristóvão	20152,64	34301,44	70%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Quanto ao setor terciário (Tabela 16), em Aracaju, por exemplo, despontam-se o comércio varejista, as atividades de saúde, os serviços para edifícios, as atividades paisagísticas e a educação. Já em Barra dos Coqueiros, a ênfase é no comércio varejista, alojamento e alimentação, informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas. Em Nossa Senhora do Socorro, por sua vez, ressaltam-se o comércio varejista, a informação, a comunicação, sendo as atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas as principais atividades, seguidas pelo transporte, armazenagem, correio e fabricação de peças e acessórios para veículos automotores. Riachuelo, a seu turno, tem como principais setores o comércio varejista e a fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico,

enquanto, em São Cristóvão, há destaque para o comércio varejista, para a construção de edifícios, para a confecção de artigos do vestuário e acessórios, para a fabricação de bebidas não alcoólicas e de produtos alimentícios. Em Laranjeiras, a ênfase está no comércio varejista, na fabricação de açúcar, cimento e intermediários para plastificantes, resinas e fibras. Finalmente, em Itaporanga d'Ajuda, o comércio varejista e a fabricação de produtos alimentícios são as principais atividades econômicas.

Tabela 16 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores da Grande Aracaju entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Aracaju	7.067.541,42	11.982.258,37	70%
Barra dos Coqueiros	203.289,56	778.170,07	283%
Itaporanga d'Ajuda	358.192,76	498.839,63	39%
Laranjeiras	495.424,07	379.448,43	-23%
Maruim	98.873,37	197.141,98	99%
Nossa Senhora do Socorro	1.273.631,40	1.582.778,76	24%
Riachuelo	68.827,53	65.273,56	-5%
Santo Amaro das Brotas	317.544,65	466.136,31	47%
São Cristóvão	317.544,65	466.136,31	47%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

O TGA abriga quatro UCs do grupo de uso: a APALSS, a APA do Morro do Urubu, Paisagem Natural notável e Parque Municipal do Tramandaí, em Aracaju, a Floresta Nacional da Ibura, em Nossa Senhora do Socorro, e uma porção do PNSI.

Nos TGA e TSS, a partir de observações empíricas e pesquisa de campo com algumas lideranças locais, constatou-se que existem atividades geradoras de conflito em função da atuação de entidades governamentais e execuções do judiciário em função da alteração no regime tradicional de uso e ocupação do Território e irregularidades na sua demarcação. Outros entraves também existem em função de conflitos entre políticas públicas coerentes com a legislação ambiental, haja vista ser comum encontrar irregularidades na autorização ou licenciamento ambiental.

Sobre as iniciativas comunitárias de turismo, Aracaju, capital do estado de Sergipe, não é considerada uma cidade predominantemente rural, e as comunidades tradicionais identificadas estão no perímetro urbano da região metropolitana. Em vista disso, em conformidade com o recorte espacial delimitado, não serão analisadas essas comunidades nas suas iniciativas, bem como na centralidade e disparidade dos Territórios como polo.

Ressalta-se que o município de Barra dos Coqueiros, na Grande Aracaju, é representado por comunidades remanescentes de quilombos no Território de Pontal da Barra e pescadores artesanais no povoado Jatobá. Esses grupos tradicionais sofrem com diversos impactos causados pela especulação imobiliária estimulada pela implantação de investimentos turísticos privados, especialmente no Pontal da Barra, depois da construção da ponte João Alves que interliga os municípios de Aracaju e de Barra dos Coqueiros (Costa; Barbosa, 2012).

Além disso, empreendimentos industriais químico e petroquímico de petróleo e gás, como o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), produto do consórcio entre a Petrobras e VLI Operações Portuárias S.A, cujas intervenções ocorrem no porto, são responsáveis pela poluição atmosférica, pela contaminação hídrica e do solo, bem como pela intoxicação por substâncias nocivas (Gesteira, 2021).

Em contrapartida, pensando no viés ambiental, cabe destacar que a instalação do Parque Eólico no polo cloroquímico da Praia do Jatobá pode ser uma alternativa energética capaz de contribuir para a preservação do meio ambiente. Trata-se de uma implementação que ocorreu por concessão do governo de Sergipe, por meio do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) à *empresa ENERGEN* – Energias Renováveis (Costa, 2013). A falta de saneamento básico e a disposição irregular de resíduos sólidos em lixão a céu aberto são outros conflitos que acarretam efeitos danosos à saúde coletiva da população e ao meio ambiente, por exemplo, doenças derivadas do consumo de água não tratada e da falta de um atendimento médico de qualidade.

A Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do Município da Barra dos Coqueiros (ACMBC) está situada no Povoado Capuã e engajada em uma iniciativa de turismo comunitário e sustentável que se concentra na atividade de cata de mangaba com rodas de conversa, bem como na promoção de produtos locais e da agricultura familiar. A Associação busca fortalecer o grupo e encontrar alternativas de renda para os catadores, ao mesmo tempo em que organiza visitas aos viveiros de mudas, às roças e à Praia de Capuã.

Existem parcerias com o movimento Mulheres Negras de Sergipe e a CONFREM. Entretanto, a Associação enfrenta uma série de desafios, incluindo questões legais e ameaças físicas relacionadas à perda de Território e à fragilidade econômica. A legislação parece não proteger adequadamente os interesses dos catadores de mangaba, legitimando a derrubada com as licenças da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), levando a uma luta contínua para preservar as práticas tradicionais e a identidade local. Nesse contexto, o apoio

técnico disponível é limitado, apesar dos esforços da associação em participar de oficinas e cursos oferecidos por diferentes projetos e instituições, como o IFS e a UFS.

Um dos aspectos fundamentais do TBC é a participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo turístico, desde a concepção até a implementação e a gestão; isso é essencial para garantir que o turismo beneficie verdadeiramente a população local. Há um modelo de autogestão, no qual a comunidade local elabora e administra os roteiros turísticos, assim como a divisão dos benefícios e recursos gerados pelo turismo. Essa abordagem permite que os moradores tenham controle sobre o desenvolvimento do turismo em sua área, garantindo que ele esteja alinhado com suas necessidades e valores.

O TBC é discutido em momentos específicos, geralmente durante oficinas programadas e quando há visitação, para a qual é cobrada uma taxa simbólica de R\$5,00 por pessoa. Durante esses encontros e visitas, são atribuídas funções específicas aos membros da associação, garantindo que a experiência dos visitantes seja enriquecedora e que todas as atividades planejadas sejam realizadas. As visitas ocorrem quinzenalmente, principalmente durante o período letivo dos cursos, pois o TBC está integrado a outras atividades educacionais ou formativas somadas à oportunidade de conhecer a mangabeira e os produtos locais, bem como compreender melhor a importância desse patrimônio natural e cultural para a comunidade.

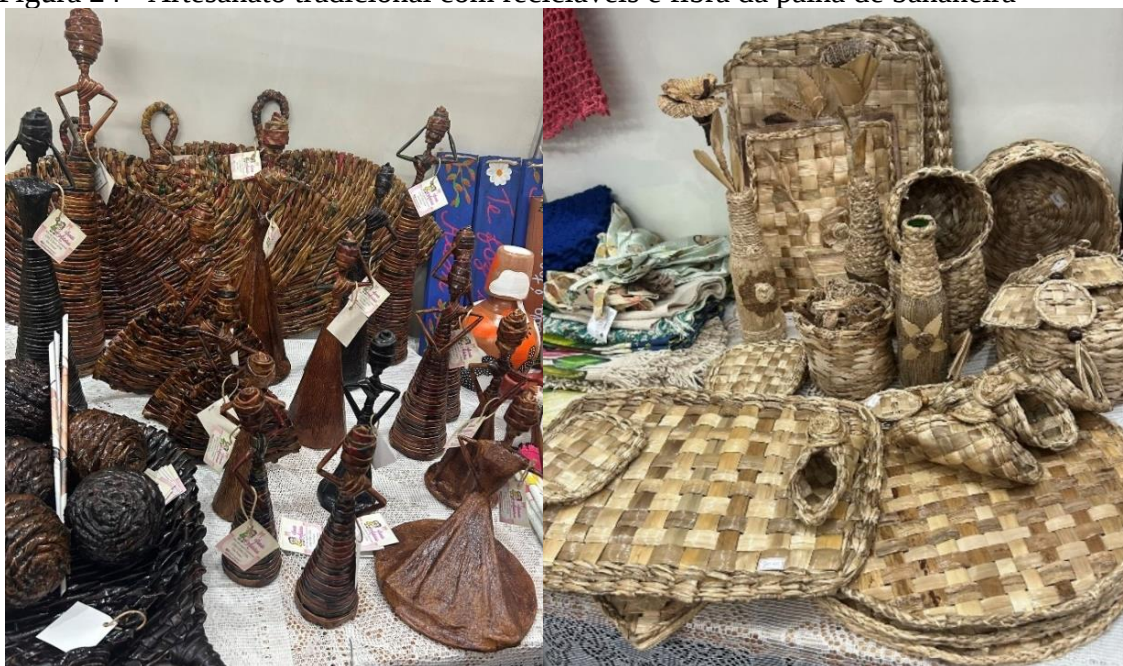
A comunicação e a divulgação da iniciativa são realizadas ativamente por meio de mídias sociais, como *WhatsApp* e *Instagram*, além de uma loja virtual. Essa estratégia visa a alcançar um público mais amplo e diversificado, contribuindo para a sensibilização da comunidade sobre a importância da preservação do Território e das práticas tradicionais. A resiliência da associação é evidente em seus esforços contínuos para buscar apoios e parcerias, participar de palestras e exposições e resistir às ameaças enfrentadas.

Portanto, há uma forte ênfase na valorização dos Territórios e na produção local. Esses princípios orientam as suas práticas do TBC, com vistas não apenas ao desenvolvimento econômico, mas também à priorização da participação da comunidade, da preservação da identidade cultural e dos recursos naturais locais. É importante destacar, contudo, que, apesar da relevância do TBC para a comunidade, ele representa menos da metade da renda total dos participantes envolvidos na associação. Mesmo que seja valorizado e incentivado, é o extrativismo da mangaba que desempenha um papel significativo na subsistência dos membros da comunidade.

A cidade de Itaporanga d'Ajuda está envolvida em diversas atividades, especialmente no setor do turismo, artesanato e agricultura. No contexto do turismo, há um alto interesse na

prática do ecoturismo, com foco na conservação da biodiversidade. As atividades turísticas incluem a produção e a comercialização de artesanato tradicional com recicláveis e fibra da palha de bananeira (Figura 24), itens para decoração interna com plantas, além da produção da agricultura familiar, produtos de saúde e bem-estar, alimentos e bebidas. A participação em associações e cooperativas de artesãos é frequente, embora haja desafios, como a falta de suporte técnico e a necessidade de mais divulgação e sinalização para escoar os produtos.

Figura 24 - Artesanato tradicional com recicláveis e fibra da palha de bananeira



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Há um esforço para auxiliar na conservação da biodiversidade, envolvendo associações e cooperativas de artesãos, bem como associações de moradores locais. Reuniões mensais e participação em eventos são comuns para divulgar e fortalecer a infraestrutura turística. A renda gerada pelo turismo representa uma parte significativa da economia local, variando de acordo com as práticas produtivas individuais.

A Ilha Mem de Sá é uma ilha fluvial entre os Rios Paruí e Água Boa, e está localizada a 53 km de Aracaju, capital sergipana. Ela foi povoada por um grupo indígena liderado pelo cacique Surubi e sua ocupação por três famílias decorre basicamente dos assentamentos rurais para efeitos de reforma agrária (Ribeiro *et al.*, 2014). O seu ecossistema de baixada litorânea de restinga e manguezal e o estuário dos rios (Figura 25) possibilitam que a comunidade interaja com os ecossistemas locais e extraia seu sustento dos recursos naturais por meio da pesca e da mariscagem, sendo seu uso sustentável elementar à subsistência dos residentes (Faxina; Freitas;

Dal Pozzo, 2021; Freitas; Lima, 2020). Nesse sentido, a agricultura de pequena escala, o extrativismo, o beneficiamento do coco, a produção de farinha e a pesca tradicional são as principais atividades econômicas da Ilha, sendo incumbida às mulheres a coleta de crustáceos e moluscos e aos homens à captura do peixe no rio (Freitas; Lima, 2020).

Figura 25 - Complexo estuarino na Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2013).

A comunidade da Ilha Mem de Sá é composta por 95 famílias, das quais 85 são nativas e cerca de 10 são veranistas. A maioria dos residentes expressa interesse em continuar morando na comunidade e participa ativamente de discussões coletivas, que às vezes resultam em reivindicações atendidas por pressão aos entes públicos ou pela associação local. No passado, a comunidade era mais segura, porém, atualmente, a presença de quadriciclos impede o trânsito livre de crianças, jovens e adultos, contribuindo para uma sensação de insegurança e conflitos são comuns.

A maioria dos moradores frequenta ou já frequentou a escola, e a comunidade é atendida mensalmente por um assistente de saúde. Em casos de emergência, é necessário se deslocar para a sede, onde o atendimento é demorado. Alguns membros das famílias buscam emprego e afirmam que é fácil encontrar “bicos”, ou seja, trabalhos informais por demanda, mas é difícil encontrar trabalho formal com carteira assinada. As opções de emprego na ilha são escassas e

a participação em cursos de capacitação não é frequente. Isso se reflete na renda familiar dos moradores da Ilha Mem de Sá, que não ultrapassa um salário-mínimo.

De maneira geral, a comunidade é bem-informada, acessando notícias diariamente pela internet, pela TV, pelo telefone, e o transporte público é adequado para levar as crianças à escola, entretanto, inexistente para outras finalidades, sendo que a maioria das famílias possui condução própria, geralmente barcos. A pandemia da covid-19 estimulou a utilização ativa das mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, ferramentas que têm sido cruciais para comunicação com os visitantes e potenciais clientes. No entanto, é evidente que há espaço para melhorias em termos de treinamento, de suporte técnico e de colaboração governamental para fortalecer essas atividades econômicas locais. Estimula-se também a produção artesanal, mas ainda há desafios em termos de divulgação e de conhecimento sobre os produtos.

A cultura local e o modo de vida da comunidade são marcados pelo conhecimento tradicional revelado nas manifestações culturais, como o Samba de Coco, o Reisado e a Festa do Caranguejo, que acontece há 16 anos e é considerada um patrimônio que salvaguarda a identidade dos pescadores tradicionais. Na ocasião, diversos pratos derivados de Caranguejo-Uça (*Ucides cordatus*) e aratu vermelho (*Goniopsis cruentata*) compõem uma deliciosa diversidade gastronômica. Além disso, as festividades religiosas em comemoração à padroeira, Santa Luzia, constituem um calendário de eventos importantes que estimulam o interesse nos visitantes (Ribeiro *et al.*, 2014).

Constatada a potencialidade turística na comunidade, em 2015, foi lançado o projeto “Aratu, Turismo e Base Comunitária”, com financiamento do Programa Integração Petrobras Comunidades, objetivando fortalecer as atividades, os produtos e os serviços ecoturísticos (Inclusão Social, 2022). Em 2017 e 2019, outras iniciativas para melhoria e estruturação turística ocorreram por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (PRODETUR/SE), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) via consulta e construção dos atracadouros do povoado Caibros e da Ilha Mem de Sá, conforme ilustrado na Figura 26 (Sergipe, 2019).

Figura 26 - Atracadouro da Ilha Mem de Sá em Itaporanga d'Ajuda, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021).

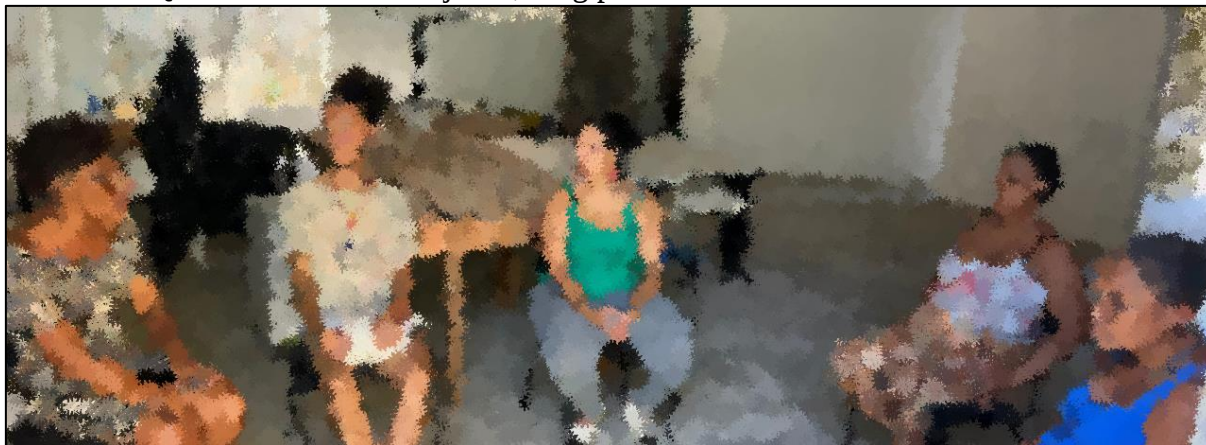
No entanto, pilares fundamentais da infraestrutura básica e do apoio ao turismo representam entraves para o desenvolvimento local, como saneamento básico e segurança pública. Com relação ao TBC, surgem desafios relacionados ao trabalho, à organização comunitária e às questões do extrativismo e ambientais, especialmente no que concerne à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), assim como à informação e comunicação, ao empoderamento e à valorização local. É importante ressaltar que, no passado, era comum a população queimar ou enterrar o lixo (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021), mas, atualmente, há uma separação do lixo recolhido pela prefeitura, embora a frequência desse recolhimento não seja conhecida por todos. A rede de abastecimento de água é instável, frequentemente sofrendo interrupções, levando alguns moradores a recorrerem a poços em suas residências. O fornecimento de energia, que antes era frequentemente interrompido (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021), é agora mais estável, com menos interrupções. Esses fatores constantemente dificultam a consolidação de iniciativas de TBC (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021).

Destarte, potencial atratividade turística existe em iniciativas de TBC nos diferentes estágios de evolução na comunidade de Ilha Mem de Sá (Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021), localizada no município de Itaporanga d'Ajuda, na comunidade de Pontal (Faxina; Freitas, 2020) e na comunidade de Terra Caída (Faxina; Freitas, 2021), localizadas no município de Indiaroba, Sergipe.

Em Laranjeiras, a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Povoados Muçuca e Balde, a Associação de Agricultores do Território Quilombola Mussuca e o Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas no Povoado Mussuca (GRUMAQ) desempenham papéis importantes em suas atividades econômicas e comunitárias no turismo. O Povoado “Muçuca”, grafia com a qual a maioria se identifica, tem sido cada vez mais reconhecido como um polo gastronômico devido à grande variedade de pratos típicos e ingredientes frescos; a culinária local, portanto, tem atraído muitos visitantes interessados em experimentar a comida tradicional.

Conforme diálogo em DRP (Figura 27), existe um grande interesse em transformar a comunidade em um centro de visita cultural e turística, destacando-se produtos como artesanato tradicional, alimentos e bebidas, produtos da agricultura familiar e de saúde e bem-estar. As principais atividades da comunidade compreendem a agricultura, o artesanato, a pesca e o turismo. No entanto, o desemprego é um problema significativo na comunidade, e parcerias com instituições educacionais e outras organizações são importantes, como a UFS, IFS e o Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do estado de Sergipe.

Figura 27 - Diagnóstico Participativo para o Turismo de Base Comunitária com lideranças da Associação de Agricultores do Território Quilombola Mussuca e do Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas em Laranjeiras, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora⁴⁶ (2024).

Projetos como o *Yepada* e, atualmente, a Cozinha de Vó (Figura 28) foram idealizados para a valorização da cultura, dos saberes, sabores e fazeres do bem viver do povo quilombola, com enfoque na produção e consumo de comida ancestral, conhecimentos tradicionais do povo

⁴⁶ Idem nota 28.

quilombola, com ênfase nas práticas agrícolas ancestrais e na alimentação com Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCs). As iniciativas não apenas proporcionam uma experiência autêntica através da uma releitura de pratos da culinária local, mas também incorporam aspectos fundamentais da tradição local, como os grupos culturais de São Gonçalo do Amarante, Samba de Coco e Reisado, que compartilham memórias, narrativas da pesca artesanal e rituais ancestrais através de danças e cânticos.

Figura 28 - Espaço físico da Cozinha de Vó no Centro Comunitário da Associação de Agricultores do Território Quilombola Mussuca em Laranjeiras, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

A comunidade abriga sítios arqueológicos notáveis, enquanto o artesanato se destaca pela diversidade de técnicas e produtos, incluindo cestarias, cipó, fibras de bananeira, crochê, renda irlandesa e esculturas em madeira, evidenciando a habilidade e a criatividade dos artesãos, que contribuem para a preservação das tradições e identidade local. Um aspecto curioso é a celebração da “meladinha”, por ocasião do nascimento de novas crianças na comunidade, um ritual que agrega valor cultural e fortalece os laços comunitários. Eventos como o ensaio geral de São Gonçalo do Amarante, a Festa das Águas, em dezembro, a Festa do Padroeiro Senhor da Cruz, em março, e o aniversário do Samba de Pareia, em junho, atraem visitantes de diversas localidades, enriquecendo a vida cultural e turística do Território. Essas

iniciativas oferecem uma experiência autêntica e integram elementos fundamentais da tradição local, como memórias, dança, canto, práticas agrícolas tradicionais, medicina natural, pesca artesanal e rituais ancestrais.

Apesar do interesse moderado em receber visitantes para conhecer a comunidade, o TBC ainda não está plenamente desenvolvido. Nesse processo, as mídias sociais desempenham um papel importante na comunicação com os visitantes, antes e durante as suas visitas, utilizando plataformas como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*. No entanto, há desafios significativos, como conflitos pela terra e falta de apoio técnico para o TBC. O acesso a recursos básicos, como transporte, água e educação sobre a história e ancestralidade local, é limitado pelo poder público. E a falta de treinamento específico para o TBC e a necessidade de preservação de locais sagrados são necessidades da comunidade. A valorização e o envolvimento dos jovens são essenciais nesse processo. Todos esses temas são discutidos frequentemente em reuniões do GRUMAQ, especialmente em períodos que antecedem os eventos em Laranjeiras.

A Cooperativa dos Artesãos de Laranjeiras (COOPERLAR) desenvolve um trabalho comunitário com o artesanato tradicional (Figura 29), em uma diversidade de produtos que incluem bonecas, cerâmica, fibras, tecelagem, madeira, bordado, rendas, talha em pedra e esculturas. Segundo as entrevistadas, esse artesanato é vendido na sede da COOPERLAR, principalmente durante eventos culturais e exposições em feiras, que ocorrem em diversas ocasiões ao longo do ano, como no encontro cultural, em janeiro, nos festejos juninos e em outros eventos sazonais.

Figura 29 - Artesanato da Cooperativa dos Artesãos de Laranjeiras, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

No entanto, apesar do interesse significativo em promover o turismo local, há uma série de desafios enfrentados pela comunidade, tais como dificuldades financeiras entre os artesãos e a falta de investimentos e apoio técnico. Além disso, a proibição do uso das redes sociais para a promoção e direcionamento à comercialização dos produtos artesanais locais representa uma barreira adicional. As entrevistadas afirmam que redes sociais específicas de turismo administradas pela pasta já ajudariam bastante.

Embora haja um desejo claro de envolvimento com o TBC, há uma falta de clareza sobre como isso pode ser alcançado e quais são as estratégias mais eficazes para promover a participação das associadas. Questões como falta de motivação, infraestrutura inadequada e falta de divulgação são apontadas como obstáculos para a construção dessa iniciativa. Para lidar com esses desafios, são sugeridas soluções, incluindo mais investimentos em infraestrutura, apoio técnico e iniciativas de *marketing*. O envolvimento das artesãs nas mídias sociais pessoais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, tem sido uma estratégia importante, ainda que incipiente, para se comunicar com os visitantes e promover o artesanato local.

Em São Cristóvão, a comunidade ribeirinha da Ilha Grande⁴⁷ é composta por cerca de 65 pessoas, distribuídas em aproximadamente 25 casas no entorno do Rio Paramopama. As principais atividades dessa comunidade incluem pesca artesanal, agricultura de subsistência e turismo. É comum a venda de frutas (principalmente manga), produção artesanal (Figura 30) de pé de moleque, beiju, doces (cocadas e as queijadinhos⁴⁸), licores de café e de frutas nativas (tamarindo e jenipapo), cachaças artesanais, artesanato em fuxico e pratos tradicionais como o feijão de coco com a tainha assada na folha de bananeira, dentre outros à base de pescados, frutos do mar e mariscos, como aratus, ostras, siris, sururus, camarão e caranguejos, que são muito desejados pelos turistas.

⁴⁷ Localizada na Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Vaza-Barris, estabelecida pela Lei Estadual nº 2.795, de 30 de março de 1990.

⁴⁸ Reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe pelo Decreto-lei nº 27.720, de 24 de março de 2011.

Figura 30 - Elementos da produção artesanal da comunidade



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Há muito interesse da comunidade pelo turismo, com uma história com cerca de 30 anos de recepção de turistas, o que representa aproximadamente metade da renda total da comunidade. Existe um significativo nível de interesse e engajamento com oferta turística diversificada, abrangendo passeios naturais nas ilhas com barqueiros, visitas às produções artesanais tradicionais e participação em festividades locais.

A comunidade, ou como se identificam os “frutos da ilha”, tem uma abordagem de TBC, na qual apenas pessoas locais recebem os turistas, organizando-se para atender às demandas dos visitantes e atuando de forma integrada, destacando que diversos membros contribuem para as experiências oferecidas, desde os barqueiros até doceiras e artesãos. As mídias sociais desempenham um papel importante na comunicação com os visitantes, tanto antes de sua chegada quanto durante sua estadia, utilizando plataformas como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*.

As atividades comunitárias são frequentes, com reuniões ocorrendo quinzenalmente, visando a resgatar os saberes tradicionais, a promover o turismo comunitário e a organizar apresentações do Samba de Coco da Ilha para os turistas nas festividades locais, como a Festa e os Cortejos de Santa Cruz, Bom Jesus dos Navegantes e Nossa Senhora da Conceição, que são eventos sazonais celebrados com missas na Capela de Santa Cruz, datada de 1933 (Figura 31), que atraem visitantes interessados em conhecer a cultura e a gastronomia local.

Figura 31 - Capela de Santa Cruz às margens do Rio Vaza-Barris, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

O apoio técnico para o TBC é significativo, principalmente com a ajuda do IFS e da UFS, que oferecem cursos relevantes para o seu desenvolvimento. No entanto, a comunidade enfrenta desafios como o envelhecimento da população e problemas de infraestrutura (alagamentos durante o inverno e a falta de água potável). A única escola foi fechada devido à falta de crianças e à necessidade de adaptação para servir à saúde. Atualmente, existem conversas para reestruturá-la para o TBC, que carece de investimentos e melhorias. Apesar dos desafios, a comunidade demonstra um forte espírito de cooperação e solidariedade. O poder simbólico, de Bourdieu (1989, 2010), se manifesta nessas comunidades por meio do reconhecimento e da valorização de suas práticas tradicionais e identidade cultural, resistindo às pressões externas e reivindicando o seu lugar no panorama econômico local.

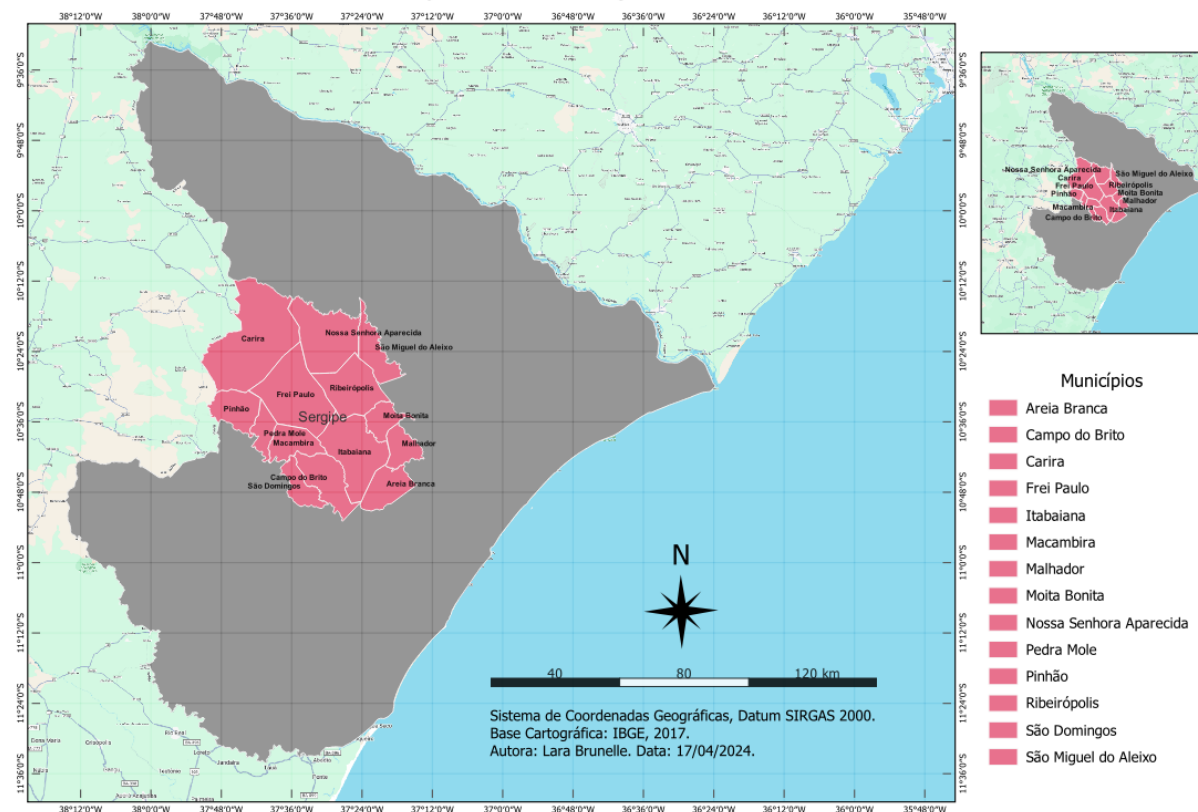
Portanto, diversas comunidades no TGA enfrentam desafios e apresentam potenciais no desenvolvimento do TBC. Comunidades quilombolas, pescadores artesanais e grupos de

artesãos estão entre os protagonistas desse movimento, buscando promover alternativas sustentáveis e preservar as suas tradições. Contudo, questões como infraestrutura, apoio técnico e divulgação ainda representam obstáculos significativos. O fortalecimento do turismo comunitário demanda investimentos e políticas públicas que valorizem a cultura local e incentivem o desenvolvimento econômico sustentável.

4.2.5 Agreste Central Sergipano

O Território do Agreste Central – TAG – (Figura 32) está localizado no Centro-Noroeste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Areia Branca, de Campo do Brito, de Carira, de Frei Paulo, de Itabaiana, de Macambira, de Malhador, de Moita Bonita, de Nossa Senhora Aparecida, de Pedra Mole, de Pinhão, de Ribeirópolis, de São Domingos e de São Miguel do Aleixo, correspondendo a uma área territorial de 5.230,569 km², com uma população total de 411.877 habitantes, dos quais 198.931 correspondem à população rural e 411.877 à urbana (IBGE, 2010); o IDH é de 0.592, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 17).

Figura 32 - Mapa – Território do Agreste Central Sergipano
Território de Planejamento do Agreste Central



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Com base nos dados apresentados, verifica-se um IDHM médio no TAG, variando de 0,567 (médio) a 0,642 (médio). Assim, todos os municípios demonstram médio IDHM correspondente à dimensão geral e renda, sendo que Itabaiana apresentou o maior IDHM e São Miguel do Aleixo o menor. Analisando os componentes do IDHM, os maiores desafios estão relacionados à educação, com todos os municípios registrando índices considerados “baixos”. No entanto, é importante destacar que todos os municípios têm também bons índices de longevidade, classificados como “altos”. Entre os municípios do TAG, Itabaiana destacou-se com o maior IDHM (0,642) e a maior renda *per capita* (R\$ 443,39), enquanto São Miguel do Aleixo teve o menor IDHM (0,567) e a renda *per capita* mais baixa (R\$ 279,25). Esses dados sublinham a necessidade de políticas focadas na redução das desigualdades e na melhoria da educação para promover um desenvolvimento mais equilibrado no Território.

Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda *per capita*, nos municípios do Território do Agreste, do Brasil e de Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Areia Branca	0,579	0,579	0,773	0,434	294,32
Campo do Brito	0,621	0,625	0,793	0,484	391,94
Carira	0,588	0,581	0,791	0,442	297,74
Frei Paulo	0,589	0,623	0,768	0,428	386,65
Itabaiana	0,642	0,645	0,801	0,513	443,39
Macambira	0,583	0,573	0,728	0,474	282,4
Malhador	0,587	0,587	0,781	0,442	308,04
Moita Bonita	0,587	0,596	0,792	0,429	326,89
Nossa Senhora Aparecida	0,577	0,577	0,774	0,430	289,16
Pedra Mole	0,593	0,599	0,698	0,499	332,75
Pinhão	0,583	0,580	0,711	0,480	295,24
Ribeirópolis	0,613	0,610	0,769	0,490	357,17
São Domingos	0,588	0,572	0,756	0,471	281,44
São Miguel do Aleixo	0,567	0,571	0,753	0,424	279,25

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme a Tabela 18, têm-se algumas considerações importantes sobre o desempenho da dinâmica econômica dos municípios pertencentes ao TAG. Assim sendo, os municípios Carira, Macambira e Moita Bonita apresentaram uma maior variação na soma de todos os bens

e serviços finais produzidos, quando comparados aos demais municípios; Itabaiana foi quem registrou um melhor desempenho econômico.

Tabela 18 - PIB de cada município no Agreste Central entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Areia Branca	R\$ 120.769,99	R\$ 246.170,35	8%
Campo do Brito	R\$ 114.651,15	R\$ 244.267,73	8%
Carira	R\$ 216.069,15	R\$ 450.664,09	11%
Frei Paulo	R\$ 253.081,32	R\$ 341.359,86	4%
Itabaiana	R\$ 926.842,64	R\$ 2.037.700,58	8%
Macambira	R\$ 37.711,67	R\$ 92.468,13	10%
Malhador	R\$ 87.503,43	R\$ 183.193,35	8%
Moita Bonita	R\$ 75.526,62	R\$ 236.420,89	14%
Nossa Senhora Aparecida	R\$ 72.496,49	R\$ 114.668,19	7%
Pedra Mole	R\$ 25.231,26	R\$ 55.265,38	9%
Pinhão	R\$ 47.466,46	R\$ 98.710,47	9%
Ribeirópolis	R\$ 142.068,24	R\$ 326.209,17	9%
São Domingos	R\$ 69.282,16	R\$ 121.457,78	6%
São Miguel do Aleixo	R\$ 29.627,41	R\$ 47.778,41	5%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB nos municípios pertencentes ao TAG (Tabela 19), Itabaiana e Moita Bonita exibiram uma maior variação na participação do PIB, sendo que Moita Bonita concentrou sua maior parte da atividade econômica no primeiro setor devido à cultura do amendoim e da batata doce no seu processo de beneficiamento (IBGE, 2017); essas operações são relativamente simples e envolvem limpeza, lavagem, descasque, desinfecção, corte, embalagem e armazenamento.

Tabela 19 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Agreste Central entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Areia Branca	R\$ 31.072,20	R\$ 49.915,27	61%
Campo do Brito	R\$ 8.371,74	R\$ 19.005,96	127%
Carira	R\$ 55.410,18	R\$ 29.440,02	-47%
Frei Paulo	R\$ 32.618,15	R\$ 82.973,14	154%
Itabaiana	R\$ 71.782,07	R\$ 185.934,90	159%
Macambira	R\$ 4.733,66	R\$ 18.071,15	282%
Malhador	R\$ 26.264,02	R\$ 64.371,76	145%
Moita Bonita	R\$ 19.341,34	R\$ 112.912,50	484%
Nossa Senhora Aparecida	R\$ 21.687,94	R\$ 26.034,04	20%
Pedra Mole	R\$ 21.687,94	R\$ 26.034,04	20%
Pinhão	R\$ 15.290,16	R\$ 28.490,31	86%

Ribeirópolis	R\$ 15.724,55	R\$ 34.497,34	119%
São Domingos	R\$ 7.124,97	R\$ 6.548,97	-8%
São Miguel do Aleixo	R\$ 7.961,83	R\$ 7.023,83	-12%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Salienta-se que o amendoim verde cozido é uma iguaria típica da culinária sergipana, feita a partir do amendoim ainda verde e cozido em água e sal, geralmente servido como um petisco, que pode ser encontrado em feiras livres, mercados, praias e restaurantes em todo o estado. Em 2013, a Assembleia Legislativa de Sergipe reconheceu-o como um patrimônio imaterial por meio da Lei nº 7.682/2013, buscando valorizar e preservar sua identidade cultural, gastronômica e histórica local (Sergipe, 2013).

Sobre o VAB no segundo e terceiro setores, de acordo com a Tabela 20, os municípios de Areia Branca, de Campo do Brito, de Carira, de Itabaiana, de Macambira e de Ribeirópolis apresentaram maior variação na participação do VAB urbano. Isso aconteceu porque há uma cultura de comércio e intercâmbio de bens e serviços, uma das principais características do TAG, sobretudo em Itabaiana, que concentra sua produção total de bens e serviços. Assim, o comércio e o empreendedorismo são fatores que fortalecem a identidade do Território, uma vez que o comércio é uma atividade econômica importante para o Território e tem sido uma parte significativa da vida e da cultura local por muitas gerações.

Itabaiana é conhecida como a “capital do agreste sergipano” e é considerada um importante centro comercial do Território, sendo que, em sua feira livre, que acontece aos sábados, é possível encontrar uma grande variedade de produtos, desde alimentos até roupas, calçados e utensílios domésticos. Além disso, existem diversos estabelecimentos comerciais, como lojas, supermercados, restaurantes e hotéis que atendem tanto a população local quanto a visitantes dos municípios circunvizinhos. Esse comércio dinâmico e o empreendedorismo fortalecem a identidade do TAG e são uma parte importante da cultura local.

Tabela 20 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Agreste Central entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Areia Branca	29.726,42	74.633,34	151%
Campo do Brito	47.287,59	108.688,83	130%
Carira	61.521,56	150.650,79	145%
Frei Paulo	147.405,59	136.462,60	-7%
Itabaiana	476.837,61	1.093.336,17	129%
Macambira	9.745,20	26.892,19	176%
Malhador	19.756,57	42.831,82	117%
Moita Bonita	19.756,57	42.831,82	117%

Nossa Senhora Aparecida	18.427,83	33.769,09	83%
Pedra Mole	5.128,66	10.760,92	110%
Pinhão	11.498,76	24.050,51	109%
Ribeirópolis	60.040,56	148.510,74	147%
São Domingos	192.148,54	148.951,53	-22%
São Miguel do Aleixo	5.663,14	12.329,23	118%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Ainda considerando o setor de serviços, práticas ecoturísticas como trilhas de nível moderado e *rappel* são comuns no TAG sergipano, especialmente nas estruturas geológicas das serras do Domo de Itabaiana e áreas circunvizinhas (Figura 33), onde se situam os atrativos turísticos da Serra da Miaba (Poço 17 e Pedra da Arara), que abrangem os municípios de Macambira, de São Domingos e de Campo do Brito, a Cachoeira de São Francisco (ou como popularmente é conhecida, Cachoeira de Macambira), os Poções da Ribeira no Povoado Ribeira em Itabaiana e o Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PNSI), que é uma UC Federal de proteção integral, englobando os municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda e Campo do Brito.

O PNSI foi instituído em 2005 pelo Decreto nº 114, de 16 de junho de 2005, visando a preservar os ecossistemas locais, composto por uma diversidade de espécies vegetais e animais, e a promover a pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e recreativas em contato com a natureza com diversas opções de trilhas ecológicas para visitantes e turistas (Figura 34), observação de aves e outros animais silvestres. Além disso, o PNSI abriga atrativos turísticos como a cachoeira Véu das Noivas, o Parque dos Falcões (centro de reabilitação, preservação e pesquisa de aves de rapina da América do Sul), o Poço das Moças e o Salão dos Negros.

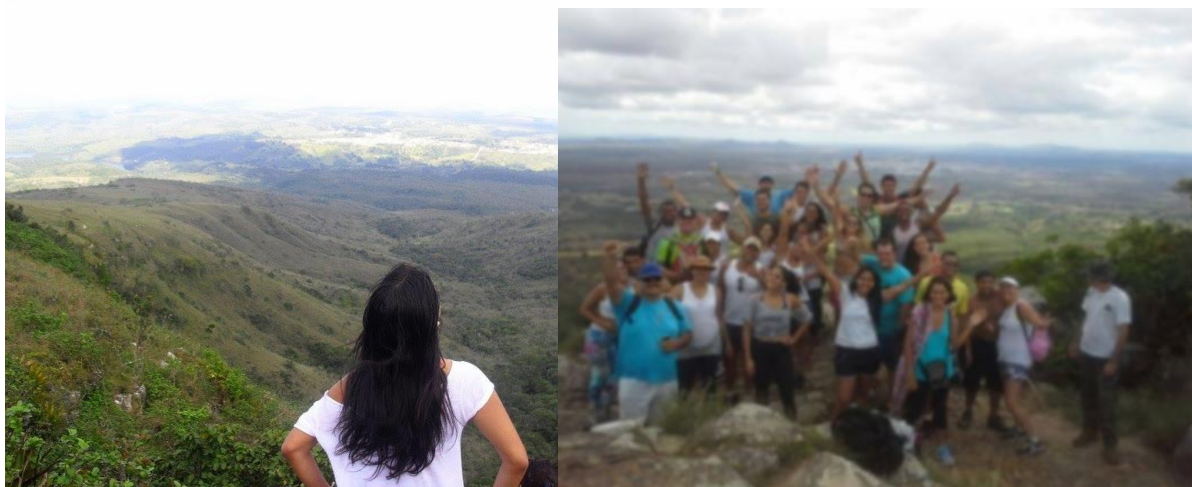
Figura 33 - Estruturas geológicas das serras do Domo de Itabaiana e áreas circunvizinhas, Sergipe



Fonte: Santos (2007).

Cabe ressaltar que, embora o ecoturismo e o TBC sejam segmentos que compartilham valores de conservação ambiental, nem todas as práticas ecoturísticas necessariamente envolvem a participação ativa de comunidades tradicionais, sobretudo na autogestão e no compartilhamento coletivo de benefícios e outros recursos. Geralmente, elas concentram-se na comercialização de serviços turísticos em áreas naturais, independente do protagonismo local. É o caso em tela, situado nas estruturas geológicas das serras do Domo de Itabaiana, mas, ainda sim, é possível que uma prática ecoturística seja de TBC, desde que envolva a comunidade de forma efetiva.

Figura 34 - Visitantes e turistas em trilhas ecológicas no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

Sobre as iniciativas de turismo com base em esforços comunitários, no povoado Carrilho, em Itabaiana (Figura 35), essas são impulsionadas por um perfil de agricultores familiares que se utilizam do encadeamento produtivo envolto ao núcleo de produção e processamento da castanha de caju para receber turistas e empreender em experiências turísticas, por meio da Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha (COOBEC).

Figura 35 - Localização do Povoado Carrilho em Itabaiana, Sergipe



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do *Google Earth* (2024).

Segundo a entrevistada, a tradição da colheita, do processamento e da venda das castanhas de caju não apenas fornece meios de subsistência, mas também preserva uma prática

transmitida de pais para filhos ao longo do tempo por mais de 50 anos de história, envolvendo relações socioculturais marcadas por autenticidade e identidade cultural, sendo um importante sustento para diversas famílias que começaram empreender por necessidade.

A COOBEC oferece uma variedade de produtos, incluindo castanhas *in natura*, doces, salgadas, apimentadas e seus derivados, como licor, conforme ilustrado na Figura 36. Esses produtos são comercializados em múltiplos pontos de venda, que vão desde o empório local da cooperativa e feiras livres em Itabaiana, até redes de supermercados no município, como a Rede Peixoto, e no litoral brasileiro, como Cencosud, do Nordeste, e Pão de Açúcar, do Sul e Sudeste. Além disso, os produtos da COOBEC alcançam também o Instituto Auá de Empreendedorismo Socioambiental de São Paulo, o *e-commerce* e diversos eventos importantes, como a 18ª Feira de Turismo Rural – Ruraltur – em 2022, várias edições da Agrinordeste, Feira do Caminhão, Festa dos Caminhoneiros de Itabaiana e da SEALBA Show. Essa abrangência de distribuição tanto expande a presença dos produtos quanto modifica significativamente a dinâmica do turismo local e sua estrutura mercadológica.

Figura 36 - A Castanha do Carrilho e seus derivados, expostos para comercialização na SEALBA Show em 2024



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Nesse processo, os cooperados enfrentam desafios significativos, especialmente

relacionados à necessidade de investimento em infraestrutura, máquinas e/ou equipamentos e à organização do grupo. Esses temas são frequentemente discutidos nas reuniões quinzenais com os associados, nas quais as dificuldades e as oportunidades emergentes nos eventos e no turismo são pautas.

A COOBEC recebe visitantes quinzenalmente, principalmente em dezembro, quando há uma demanda por *souvenirs* para presentear. Ademais, estabeleceu parcerias com a Secretaria de Indústria e Comércio (SEMICT) de Itabaiana, por meio da Rota da Serra, visto que a Associação dos Vendedores e Beneficiadores de Castanha do Povoado Carrilho é um dos atrativos turísticos ao longo da Rota das Castanhas, tal como a Feira Livre de Itabaiana, o PNSI, o Parque dos Falcões, dentre outros locais que integram a Rota da Serra, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 2.471/2021 (Itabaiana, 2021). Acordos com agências de turismo para se comercializar a Rota seria muito importante, conforme pontua a entrevistada. Nesse aspecto, cabe um adendo: por vezes, iniciativas de turismo que desviam do turismo convencional são invisíveis aos olhos do *trade* turístico⁴⁹.

Os turistas buscam participar ativamente do processo de beneficiamento da castanha de caju em suas instalações, além de adquirirem produtos como lembranças e/ou presentes. As suas atividades decorrem do processo de secagem, de torrefação, de cortificação, de seleção, de despêliculagem e de embalagem para o consumo e armazenamento das castanhas. Assim, a experiência oferecida aos visitantes pela COOBEC é uma imersão autêntica na cultura local que permeia relações socioculturais de autenticidade e identidade, além das práticas agrícolas tradicionais e processos artesanais (Figura 37).

⁴⁹ Conjunto de empresas e profissionais envolvidos no turismo, como agências de viagens, meios de hospedagem, companhias aéreas e equipamentos de alimentos e bebidas.

Figura 37 - Processos artesanais na Unidade de Beneficiamento da Castanha do Carrilho em Itabaiana, Sergipe



Fonte: COOBEC (2023).

Salienta-se que esse um empreendimento comunitário cujo patrimônio é:

[...] formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Por isso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza (Maldonado, 2009, p. 29).

Nesse sentido, o envolvimento da COOBEC com o TBC reflete uma abordagem centrada na participação dos cooperados em uma visão voltada para a comunidade e as visitas que já ocorrem para conhecer essa cultura. No entanto, eles enfrentam desafios consideráveis, incluindo a falta de suporte técnico e a necessidade de treinamento, especialmente em *marketing* e gestão, para impulsionar seu desenvolvimento.

Plataformas como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram* são ativamente empregadas para interagir e compartilhar informações relevantes com os visitantes. Todavia, os cooperados reconhecem a necessidade de apoio técnico em *marketing*. Assim, existe o interesse em treinamentos e uma combinação de apoio da SEMICT de Itabaiana com o Sistema S para oferta de cursos poderia ser extremamente benéfica, conforme pontuado pela entrevistada.

Destarte, o trabalho de beneficiamento das castanhas prevê, no turismo comunitário, que comunidades familiares, de forma associativa e cooperada, se organizam por meio de elementos da cadeia produtiva, que pode ser ampliada por meio de Arranjos Produtivos Locais (APL), *clusters* e redes, agregando experiências de TBC.

Nessa perspectiva, outra potencialidade identificada *in loco* ocorre no município de Moita Bonita com a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COOPERAFES), que está engajada na atividade agrícola, principalmente no beneficiamento de bata doce. O seu objetivo é valorizar os agricultores locais e reduzir a dependência de intermediários na comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, cuja variedade inclui folhagens e, principalmente, batata-doce *in natura* e seus derivados, como o bolo com farinha da batata-doce, a farinha e a cachaça, disponível em garrafas de 200 ml, 500 ml e 1 litro (Figura 38).

Figura 38 - Derivados da batata-doce produzidos e comercializados pela Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária



Fonte: Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (2023).

Apesar do apoio técnico significativo recebido pela COOPERAFES de várias fontes, como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) vinculada ao governo do estado de Sergipe, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e apoio financeiro por emendas parlamentares de deputados, as entrevistadas destacaram que a comercialização enfrenta obstáculos devido à prioridade atribuída pelo MST nas chamadas públicas do PAA e do PNAE.

Temas como apoios e parcerias, dificuldades, comercialização dos produtos tanto em feira livre e supermercados locais quanto comercialização e divulgação em eventos, a exemplo da 18ª Feira de Turismo Rural – Ruraltur, em 2022, e SEALBA Show, nos anos de 2023 e de 2024, são discutidos nas reuniões bimestrais da assembleia geral da COOPERAFES. Para as entrevistadas, o interesse no turismo é moderado, visto que visitas à COOPERAFES ocorrem bimestralmente, quando solicitadas com antecedência, para acompanhar a fabricação dos produtos com rodas de conversa na unidade de beneficiamento. O uso ativo de mídias sociais, como *WhatsApp* e *Facebook*, é uma estratégia importante para comunicação com os visitantes. Apesar do interesse em atrair mais visitantes, o envolvimento com o TBC permanece incerto devido às dificuldades e aos desafios existentes, que incluem a falta de conhecimento sobre esse tipo de turismo, embora expressem interesse em aprender mais sobre o assunto.

Salienta-se que a experiência ofertada pela COOPERAFES em Moita Bonita propicia um potencial notável para o TBC, pois incorpora princípios como a cooperação, a economia social e solidária, a participação ativa da comunidade na produção e comercialização de experiências, os quais possibilitam a valorização da cultura local por meio dos saberes tradicionais transmitidos de geração em geração, incluindo técnicas agrícolas e processos artesanais. Além disso, a presença da Quadrilha Força da Roça pode enriquecer a vivência dos visitantes, oferecendo uma autêntica imersão do forró.

Conclui-se que as iniciativas de turismo no Carrilho e em Moita Bonita estão fundamentadas na participação ativa e na organização dos membros da comunidade, refletidas por meio das cooperativas COOBEC e COOPERAFES, formas de organização comunitária, onde se estabelecem relações de mercado que podem fortalecer o TBC.

No município de Frei Paulo, as tradições e os costumes da comunidade quilombola de Catuabo, composta por 151 famílias predominantemente católicas, são valorizados e devocionados ao Padre Cícero e à padroeira Santa Paula Frassinetti, cuja festa é celebrada em junho. Além das práticas religiosas, as entidades do folclore brasileiro, como a Caipora, o Lobisomem e a Mula do Padre, são muito presentes nas crenças populares e folclóricas da comunidade. Outra tradição cultural muito importante é o samba de coco, uma forma de dança e música que é celebrada em festivais e eventos locais que atraem turistas ao longo do ano. No entanto, uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de articulação com as lideranças locais, o que impossibilitou a realização do estudo nessa comunidade específica. Assim, estudos futuros podem preencher essa lacuna.

Nos municípios de Carira, de Malhador, de Nossa Senhora de Aparecida, de Pedra Mole,

de Pinhão, de Ribeirópolis e São de Miguel do Aleixo, ainda não foram identificadas iniciativas de TBC que se alinhem aos seus princípios fundamentais, como a participação ativa e organização comunitária local, o compartilhamento justo dos benefícios e recursos do turismo (Leal; Rodrigues, 2018). Essa lacuna indica uma oportunidade para diversificar as fontes de renda, incluindo o fortalecimento da economia local, a preservação da cultura e dos recursos naturais, caso haja o interesse por parte da comunidade.

4.2.6 Alto Sertão Sergipano

O Território do Alto Sertão Sergipano – TASS – (Figura 39) está localizado no Noroeste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Canindé de São Francisco, de Gararu, de Monte Alegre de Sergipe, de Nossa Senhora da Glória, de Nossa Senhora de Lourdes, de Poço Redondo e de Porto da Folha, correspondendo a uma área de 4.900,686 km², população total de 146.479 habitantes, dos quais 78.140 correspondem à população rural e 68.339 à urbana (IBGE, 2010); o IDH é de 0.567, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 21).

Figura 39 - Mapa – Território de Planejamento do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Conforme indica a Tabela 21, enquanto o Brasil e Sergipe exibem índices relativamente altos de IDHM, os municípios do TASS apresentam um IDHM médio, variando de 0,529 (baixo) a 0,598 (médio). Existem desafios significativos em educação, com índices educacionais considerados baixos, revelando uma necessidade premente de investimentos nessa área. Além disso, a disparidade na renda *per capita* entre os municípios evidencia a importância de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico local. No entanto, é positivo notar que, apesar desses desafios, a longevidade no TASS é relativamente alta. Salienta-se que Poço Redondo apresenta IDHM de 0.529, ocupando a 5.402ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, índice baixo, que evidencia a pobreza local e a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento social rural direcionadas para melhoria do índice (ATLASBR, 2020).

Tabela 21 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda *per capita*, nos municípios do Alto Sertão Sergipano, do Brasil e Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Canindé de São Francisco	0,5670	0,566	0,741	0,435	270,17
Gararu	0,564	0,544	0,783	0,422	236,06
Monte Alegre de Sergipe	0,553	0,539	0,726	0,431	229,3
Nossa Senhora da Glória	0,587	0,591	0,750	0,456	316,84
Nossa Senhora de Lourdes	0,598	0,560	0,719	0,532	261,29
Poço Redondo	0,529	0,519	0,760	0,376	202,24
Porto da Folha	0,568	0,537	0,739	0,462	226,66

Fonte: ATLASBR (2020).

As prolongadas estações de estiagem no TASS, aliadas às dificuldades de sobrevivência, têm moldado uma identidade cultural de resistência do Território. A população local enfrenta há décadas a escassez de água, a falta de chuvas regulares e os impactos negativos na agricultura e na pecuária. Esse cenário adverso, no entanto, tem estimulado a criatividade e a resiliência dos seus habitantes. Essa identidade de resistência tem raízes históricas, remontando aos tempos da passagem dos cangaceiros e do volante federal no século passado. Durante esse período, os habitantes do TASS tiveram que lutar contra a violência e a opressão, buscando formas de sobrevivência e resistência. Essa história de luta e de superação tem sido valorizada e preservada pela população local, contribuindo para a construção de uma identidade cultural

forte e resiliente. Além disso, tem sido explorada no turismo, sobretudo em Canindé de São Francisco.

Sobre o desempenho da dinâmica econômica dos municípios pertencentes ao TASS (Tabela 22), os municípios de Gararu, de Monte Alegre de Sergipe, de Nossa Senhora da Glória, de Nossa Senhora de Lourdes, de Poço Redondo e de Porto da Folha apresentam volume relativamente baixo na soma de todos os bens e serviços finais produzidos, indicando uma economia ainda pouco desenvolvida e com baixa produtividade, quando comparados a Canindé de São Francisco, que concentra uma maior variação percentual e o melhor desempenho econômico no Território.

Tabela 22 - PIB de cada município no Alto Sertão entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Canindé de São Francisco	R\$ 1.820.457,10	R\$ 3.366.159,78	15%
Gararu	R\$ 66.042,28	R\$ 145.607,31	8%
Monte Alegre de Sergipe	R\$ 80.290,09	R\$ 203.059,58	10%
Nossa Senhora da Glória	R\$ 319.167,25	R\$ 744.636,27	9%
Nossa Senhora de Lourdes	R\$ 35.826,09	R\$ 81.376,09	9%
Poço Redondo	R\$ 160.228,83	R\$ 388.226,88	9%
Porto da Folha	R\$ 168.531,36	R\$ 331.966,01	7%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB nos municípios pertencentes ao TASS (Tabela 23), há uma significativa variação e concentração nas atividades relacionadas à agricultura, à pecuária, ao extrativismo e à pesca, o que sugere uma dependência desses setores para a geração de renda e emprego. Isso pode ser visto como um desafio, visto que essas atividades estão sujeitas às dificuldades relacionadas às condições edafoclimáticas do clima semiárido quente e seco, com regime hídrico irregular, alto índice de evaporação e de salinidade e outras questões ligadas ao mercado e à infraestrutura, o que torna a economia da região vulnerável e sujeita às flutuações e externalidades. Além disso, há constantes conflitos sociais e territoriais envoltos ao uso da terra (Rocha; Bursztyn, 2008).

Tabela 23 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Alto Sertão entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Canindé de São Francisco	R\$ 18.296,87	R\$ 26.714,39	46%
Gararu	R\$ 13.583,44	R\$ 38.469,74	183%
Monte Alegre de Sergipe	R\$ 13.764,44	R\$ 35.308,65	157%
Nossa Senhora da Glória	R\$ 31.246,82	R\$ 94.375,01	202%
Nossa Senhora de Lourdes	R\$ 4.458,96	R\$ 13.656,91	206%

Poço Redondo	R\$ 24.623,32	R\$ 72.279,29	194%
Porto da Folha	R\$ 28.013,32	R\$ 53.098,72	90%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Já no segundo setor (Tabela 24), chama-se a atenção para a concentração da atividade industrial em Canindé de São Francisco, que agrupa a produção total de bens e serviços disponíveis para o consumo no setor secundário e que se reflete na geração de emprego e renda em setores como o comércio e os serviços, dentre eles o turismo. O município é o de maior relevância econômica, sobrepujando-se aos demais em importância na geração de riqueza, em função da operacionalização da usina hidrelétrica de Xingó, na divisa entre os Estados de Alagoas e de Sergipe, do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, na divisa entre Bahia e Alagoas, e da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na divisa entre Bahia e Pernambuco, localizados no curso do Rio São Francisco e que contribuem para a geração de energia elétrica e do abastecimento de água para diversos Estados (Vieira, 2019).

Tabela 24 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Território do Alto Sertão entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Canindé de São Francisco	R\$ 1.676.388,25	R\$ 3.105.582,97	85%
Gararu	R\$ 12.896,71	R\$ 32.732,07	154%
Monte Alegre de Sergipe	R\$ 18.724,88	R\$ 65.155,38	248%
Nossa Senhora da Glória	R\$ 151.004,27	R\$ 369.055,90	144%
Nossa Senhora de Lourdes	R\$ 8.898,76	R\$ 26.408,82	197%
Poço Redondo	R\$ 35.945,34	R\$ 106.086,71	195%
Porto da Folha	R\$ 43.276,86	R\$ 105.008,17	143%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Evidencia-se ainda que o Rio São Francisco é o protagonista de diversos cenários de novelas e de outras produções audiovisuais, devido à sua beleza natural e à sua importância histórico-cultural, que o configura como um dos atrativos turísticos mais visitados no estado de Sergipe (Sergipe, 2018). No atrativo, é comum a contemplação da fauna e da flora locais e os passeios de barco, de caiaque e de catamarã para apreciar as formações rochosas e as águas cristalinas do Rio nos Cânions de Xingó; as trilhas ecológicas também são praticadas, bem como outros esportes de aventura no curso do Rio (Figura 40).

No entanto, cabe salientar que o modelo de turismo predominante nos Cânions de Xingó é atualmente o turismo de massa, caracterizado pelo grande fluxo de visitantes em determinadas épocas do ano e em atrativos de interesses específicos. Esse modelo é oposto ao TBC, que tem como base a participação ativa das comunidades locais na gestão e nos benefícios do turismo.

Figura 40 - Foto aérea do atrativo turístico “Cânions de Xingó”, limítrofe entre os Estados de Alagoas e de Sergipe



Fonte: Alohaspiritmidia (2023).

Outros atrativos comumente visitados em Canindé do São Francisco são o Centro Histórico, o Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), o Museu da Caatinga, Vale dos Mestres, Orla Salomão Porfírio de Britto, Cachoeira do Lajedão e o Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio, que é uma UC de Proteção Integral de âmbito municipal que objetiva proteger e conservar a biodiversidade da região, sobretudo o bioma da Caatinga que caracteriza o TAS.

Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Porto da Folha concentraram as suas produções totais de bens e serviços disponíveis para o consumo no terceiro setor (Tabela 24), o que é importante para diversificar a economia e é uma estratégia essencial tanto para a redução da dependência do segundo setor em Canindé de São Francisco quanto para o aumento da produtividade e do PIB no TASS.

O município de Nossa Senhora da Glória (Tabela 23 e 24) destaca-se tanto no setor primário quanto no secundário, haja vista que a cidade é conhecida como uma importante bacia leiteira e seus derivados, com diversos produtores de queijo artesanal que utilizam técnicas tradicionais. Nesse sentido, o associativismo e o cooperativismo são fundamentais, especialmente em unidades produtivas familiares, pois essas práticas incentivam a colaboração

entre os produtores na promoção de práticas higiênico-sanitárias adequadas às normas sanitárias, por meio do compartilhamento de conhecimentos, orientações e treinamentos sobre boas práticas de ordenha, transporte e acondicionamento do leite, além de recursos e de tecnologias que facilitem o cumprimento dessas normas. Ademais, a prática também facilita o acesso a créditos e aos mercados, sendo igualmente importante para as indústrias locais, que dependem muitas vezes de fornecedores locais para garantir a qualidade e a segurança dos seus produtos, aumentando a sua competitividade no mercado.

Cabe lembrar que Poço Redondo tem o menor IDH dos Territórios (Tabela 21), nesse aspecto, há famílias pobres que se estruturam em organizações vinculadas às cadeias produtivas agrícolas e ao turismo para obter melhores condições socioeconômicas. Todavia, para que os direitos humanos sejam respeitados e protegidos, a sua efetivação dependerá muito de como o estado e suas várias instituições estão incorporados à sociedade, bem como até que ponto redes em uma “sociedade civil global” são capazes de monitorar e influenciar o comportamento de estados específicos e suas instituições. Quanto mais incorporada em redes em prol dos direitos humanos, mais se interconecta aos atores vulneráveis da sociedade, sendo menos provável que suas políticas públicas sejam repressivas, e mais provável que sejam construtivas (Scherer-Warren; Haddad, 2002).

Em Poço Redondo, o artesanato tradicional e a produção agrícola familiar são significativas potencialidades e compõem uma parte significativa da renda da comunidade. A renda de bilro de Poço Redondo, por exemplo, é um patrimônio cultural e identitário, uma tradição de gerações entre mães e filhas artesãs que tecem a renda sobre uma almofada cilíndrica fabricada por elas. A arte delicada e centenária revela um saber-fazer singular (Figura 41) ao produzi-la com capim seco e forrá-la com chita, apoiando-a em cavalete de madeira e manejo dos fios com os bilros (bastões de madeira cilíndricos). Os caminhos que os fios percorrem são marcados com espinhos de mandacaru ou alfinetes sobre um papelão, uma matriz com o desenho do modelo a produzir (Zacchi, 2013).

Figura 41 - Saber-fazer da Renda de Bilro de Poço Redondo, Sergipe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2019).

No município, segundo entrevistado do Assentamento Jacaré Curituba, o interesse por agricultura e turismo é moderado, com um foco no artesanato e no turismo rural, explorando trilhas naturais na Serra da Mandasaia, e com a vivência do plantio e da colheita proveniente da produção agrícola. Além disso, há uma ênfase na agroindústria familiar, incluindo a produção e a demonstração de produtos para os turistas e intercâmbios entre comunidades.

No entanto, a falta de investimento tem sido um desafio. A comunidade expressa interesse por oficinas de Artesanato e Bordado, consolidando uma identidade mais marcante nos produtos locais, mas enfrenta dificuldades em conseguir apoio, incluindo políticas públicas e parcerias, especialmente com relação ao turismo gastronômico e cultural, identificada como um ponto crucial que precisa de atenção e de investimento para motivar mais atividades e intercâmbios de TBC.

As atividades com finalidade turística comunitária ocorrem bimestralmente, com foco especial nos meses de inverno, e consideram a transmissão de conhecimentos e saberes tradicionais de geração a geração. Existe um histórico de laços familiares fortes, movimentos

de mulheres e ativismo social, com destaque para lideranças femininas. Durante as reuniões mensais da associação, temas como a produção agrícola e de sabão caseiro, a reciclagem, a manutenção das cercas e a limpeza das barragens e estradas são discutidos regularmente. Nessa perspectiva, o TBC pode impulsionar o desenvolvimento de um processo de transformação social que pressupõe uma acumulação e interação do capital humano, institucional e físico.

Os visitantes buscam a história e a Rota do Cangaço, onde está situado o Monumento Natural Grota do Angico⁵⁰ na UC de Proteção Integral de âmbito estadual entre os municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, onde foi o derradeiro local da morte dos cangaceiros Lampião e Maria Bonita, personalidades históricas referências nas tradições sertanejas e no imaginário dos turistas. Ambos os municípios também são conhecidos por sua produção de artesanato em couro, uma tradição passada de geração em geração que atrai turistas e que valoriza a cultura e os costumes regionais, remontando ao tempo dos cangaceiros. Cintos, bolsas, carteiras, sapatos, sandálias, acessórios e objetos de decoração são tingidos e costurados manualmente, depois vendidos em feiras livres e lojas locais. Além disso, buscam a Zefa da Guia, uma rezadeira, parteira e liderança quilombola da Serra da Guia. A comunicação com os visitantes é ativa por meio das mídias sociais, incluindo *WhatsApp* e *Instagram*.

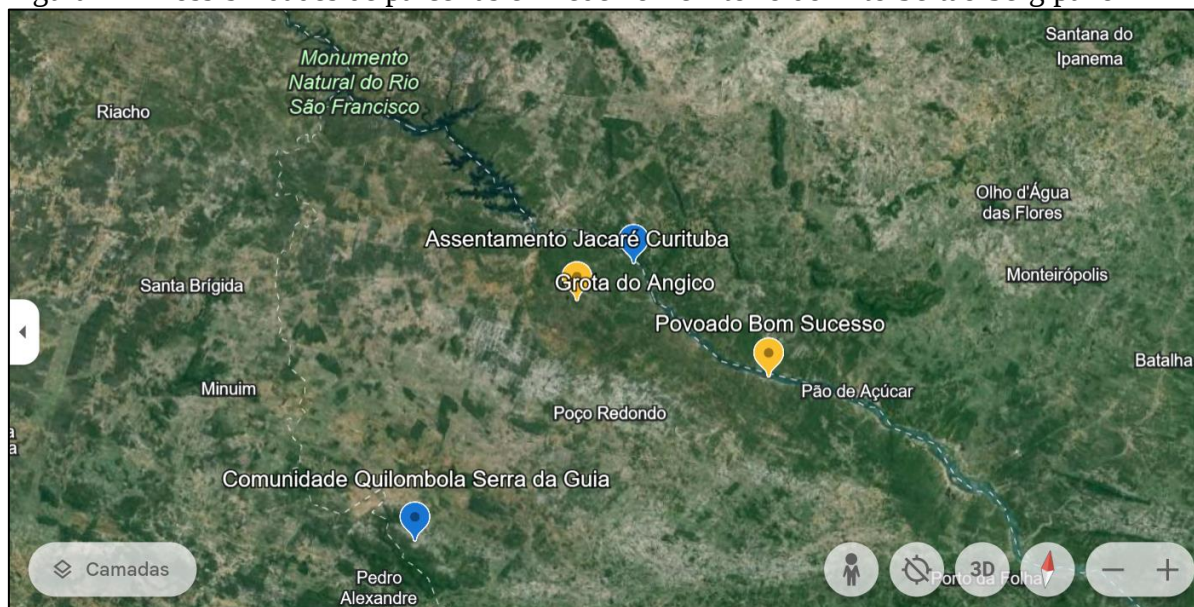
O Dia da Consciência Negra e a Festa da padroeira de Nossa Senhora da Guia são celebrados com apresentações culturais, com grupos de batucada, de capoeira, de dança afro, de pífano e de quadrilhas, atraindo visitantes e contribuindo significativamente para movimentar a economia local, preservando tradições ancestrais e oferecendo oportunidades de emprego e empreendedorismo para as comunidades envolvidas.

Nesse aspecto, observou-se que há uma boa relação propícia às parcerias em rede (Figura 42), tema discutido em reuniões mensais que focalizam a agricultura, mas, antes de eventos locais, possibilita trocas entre as comunidades do Assentamento Jacaré Curitiba e do Quilombola da Serra da Guia, onde 197 famílias reconhecem potencialidades ambientais e socioculturais, além do notório protagonismo local que viabiliza novas oportunidades aos potenciais segmentos turísticos (Ecoturismo, TBC e Turismo religioso) que existem na comunidade. Algumas possibilidades envolvendo o Povoado Bom Sucesso foram pensadas, no

⁵⁰ Grota do Angico - Sergipe tem uma importante área de preservação da Caatinga de 2.270 hectares de proteção ambiental entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, que, além da conservação do bioma, estimula a pesquisa científica, ações de educação ambiental e o ecoturismo. O monumento também é nacionalmente conhecido por seu valor histórico e cultural, já que a área serviu como rota do cangaço e foi onde Lampião, Maria Bonita e outros nove cangaceiros foram mortos em 1938.

entanto, a ausência de uma associação formalizada e ativa foi identificada como um obstáculo para a concepção do TBC.

Figura 42 - Possibilidades de parcerias em rede no Território do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do *Google Earth* (2024).

Conclui-se que os produtos turísticos podem ser formatados com base na paisagem natural do ponto culminante do estado, a cordilheira da Serra Negra, onde se situa a Serra da Guia que se soma ao seu patrimônio sociocultural no semiárido sergipano e seu bioma da caatinga, com práticas e saberes tradicionais que envolvem a vaquejada à solta, as cantorias de boiadas, as novenas e os bordados de ponto de cruz e de rendendê.

As tradições de bens patrimoniais, quando fortalecidas e com o respaldo da comunidade local, podem trazer benefícios para todos os demais envolvidos, repercutindo na autoestima e no respectivo resgate identitário mediante processo de valorização da memória da cultura local. Outrossim, destaca-se também que a parceria com associações ou cooperativas locais são consideradas fundamentais pelos órgãos de financiamento de projetos, pois dão respaldo institucional às ações propostas e desenvolvidas. Assim, a relação com as associações, cooperativas e empreendimentos de TBC vai além do benefício econômico proveniente de sua demanda por serviços de hospitalidade e facilitação do comércio.

Ademais, uma das principais características e desafios do TASS é o litígio pela reforma agrária, principalmente nos municípios de Canindé de São Francisco, de Porto da Folha e de Poço Redondo, onde constatou-se com as lideranças locais que existem atividades geradoras de

conflito em função da atuação de entidades governamentais, especialmente quanto à atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público mediante a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do Território, irregularidades na demarcação de território tradicional, no caso em tela “terras quilombolas” e as “beira rio”, denominadas como ribeirinha, bem como ausência e/ou irregularidades na autorização ou licenciamento ambiental.

Em Porto da Folha, identificaram-se os últimos remanescentes dos povos indígenas no estado, pertencentes à terra dos povos indígenas da etnia *Xocó-Kuará*, localizada na Ilha de São Pedro. No entanto, o estudo com essa comunidade enfrentou uma significativa dificuldade de acesso à liderança ou ao cacique da terra indígena. Essa limitação inviabilizou a obtenção das permissões e consentimentos necessários para realizar o estudo de maneira ética e respeitosa.

É importante salientar que, conforme alertado por Arruti (2009), esses entraves em função do litígio pela reforma agrária existem devido à invasão de monoculturas de arroz que são alvos de disputa entre as comunidades tradicionais dos povos indígenas da Ilha de São Pedro e quilombolas do Mocambo. Ainda que partilhem de uma memória comum e simbólica em seus laços comunitários, seus espaços de luta são igualmente de conflito, inclusive com novos protagonistas, proprietários rurais e comerciantes.

Segundo os relatos de lideranças locais, as lutas pela terra ocorrem inclusive com uso de ameaças, violência física e coação. Fato que chama a atenção para a relevância e urgência da questão fundiária no município. Tais conflitos também demonstram muitas das vezes uma situação de invisibilidade social das comunidades perante a atuação de entidades governamentais reveladas em execuções de despejo judicial.

Ressalta-se que, embora esses conflitos agrários sejam expressivos em Porto da Folha, de acordo com Curado, Lopes e Santana (2008), é o município de Poço Redondo que registra o maior número de conflitos no estado de Sergipe. Lopes (2008) e Tanezini (2014) asseveram o intenso processo de mobilização e de organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra e o pioneirismo local na representação nos assentamentos rurais que envolvem lutas pelo acesso à terra, gerando tensões entre agricultores familiares, fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra, representados pelo MST quanto aos seus direitos e interesses.

No TASS, outros movimentos sociais também são citados nesses imbróglis em prol de políticas públicas de reforma agrária nos assentamentos: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Luta Camponesa (MLC), o Centro Dom José Brandão e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Esses atores sociais tornaram-se, portanto, os verdadeiros protagonistas da reforma agrária no TASS e influenciam na formação da cultura política local. Para Schneider (2003b), o desenvolvimento rural caracteriza-se como um processo resultante “[...] de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (Schneider, 2003b, p. 98). Entretanto, a análise do quadro político-institucional no TASS evidencia que a correlação de forças sociais ainda não tem sido favorável às mudanças nas instituições políticas locais.

Nesse sentido, destaca-se que, no último quartel do século XXI, o Brasil estabeleceu diversas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, até mesmo programas de financiamento e compras institucionais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos agentes financeiros operam o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), proporcionando linhas de crédito acessíveis aos agricultores e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) (Campelo, 2013).

Outro exemplo é o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), criado em 2001 no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e apoiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agropecuário (FIDA), sendo esse mais um dispositivo de políticas públicas que desenvolve ações de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido brasileiro. O PDHC propiciou o acesso das famílias aos benefícios concedidos pelos programas sociais desenvolvidos pelo governo federal.

Dentre outros programas do governo federal voltados para a promoção da agricultura familiar, especialmente no tocante aos mercados institucionais, citam-se o PAA e PNAE. O primeiro estabelece-se sob ordenamento jurídico do Decreto nº 7.775, de 4 julho 2012, do Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, da Lei nº 12.512, de 14 de novembro de 2011, e de Resoluções⁵¹ do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), que dispõem sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução compra institucional.

No PAA, objetiva-se o enfrentamento da fome e da pobreza, por meio das modalidades “compra direta” de produtos por demanda da agricultura familiar ou que estão com baixa de

⁵¹ Para mais informações, consultar as seguintes resoluções: nº 44/2011, nº 50/2012, nº 56/2013, nº 63/2013, nº 64/2013, nº 73/2015, nº 75/2016, nº 81/2018, nº 82/2020, nº 87/2020, nº 88/2020, nº 88/2020, nº 92/2021 do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA).

preço e da “doação simultânea”, cuja compra de produtos locais tem como finalidade a doação para instituições sociais (Assis; França; Coelho, 2019; Bocchi *et al.*, 2019; Cazella *et al.*, 2016; Dias; Oliveira, 2019; Machado *et al.*, 2018; Oliveira; Santos, 2015; Schmitt, 2016). Em Sergipe, segundo dados da CONAB, foram aportados R\$3.917.686,67 na modalidade doação simultânea, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CONAB, 2020).

Já o PNAE, sob o ordenamento jurídico da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina a obrigatoriedade de compra direta de alimentos da agricultura familiar em no mínimo 30% do repasse de recursos aos estados e municípios (Brasil, 2009). Seu objetivo principal é definir e qualificar a educação alimentar e nutricional (Assis; França; Coelho, 2019; Bocchi *et al.*, 2019; Cazella *et al.*, 2016; Dias; Oliveira, 2019; Machado *et al.*, 2018; Oliveira; Santos, 2015; Schmitt, 2016).

Observa-se que o arcabouço do PAA e do PNAE é concebido em correntes desenvolvimentistas, ora localista com base em estratégias de organização socioterritorial *bottom-up*, ora amparada por iniciativas públicas, em que o Estado é o agente propulsor de desenvolvimento (Dias; Oliveira, 2019). Nesse sentido, Gómez *et al.* (2015) asseveram que as tendências de planejamento podem ser *top-down* e *bottom-up*: a primeira caracteriza-se pela centralização da tomada das decisões e produção em grande escala para atender às demandas do mercado; a segunda pela tomada de decisão de forma coletiva e integrada por meio de ações coordenadas. Por exemplo, o TBC é uma iniciativa *bottom-up*, do local para o global, destacando-se pela ênfase na solidariedade, na cooperação entre os atores locais e no seu papel central de planejamento e controle da atividade turística (Gómez *et al.*, 2015). Contudo, no caso em tela (PAA e PNAE), evidencia-se que não há uma estratégia universal, mas sim políticas que acompanham as transformações socioespaciais e as distintas demandas da agricultura familiar.

4.2.7 Centro-Sul Sergipano

O Território do Centro-Sul Sergipano – TCSS – (Figura 43) está localizado no Centro-Sul Noroeste do estado de Sergipe e é constituído pelos municípios de Lagarto, de Poço Verde, de Riachão do Dantas, de Simão Dias e de Tobias Barreto, correspondendo a uma área de 5.481,58 km², com uma população total estimada de 234.670 habitantes, dos quais 122.356

correspondem à população rural e 404.596 à urbana (IBGE, 2010); o seu IDH é 0,5772, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 25).

Figura 43 - Mapa – Território de Planejamento do Centro-Sul Sergipano



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do QGIS (2024).

Com base nos dados apresentados, pode-se notar que os municípios do TCSS têm um IDH baixo, variando de 0,539 (baixo) a 0,625 (médio). Entre os municípios, Lagarto e Simão Dias apresentaram os maiores IDHs, enquanto Riachão do Dantas, Tobias Barreto e Poço Verde registraram os menores índices. Analisando os componentes do IDHM, constata-se que os maiores desafios estão relacionados à educação e à geração de renda *per capita*, sendo que, na educação, todos os municípios tiveram índices considerados “baixos”. É preciso também elevar a renda em Riachão do Dantas, visto que seu índice é igualmente “baixo”. No entanto, é importante destacar que os municípios apresentam bons índices de Longevidade, considerados “altos” nesse componente.

Tabela 25 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda *per capita*, nos municípios do Território do Centro-Sul Sergipano, do Brasil e Sergipe – 2010

Território	IDH M 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Lagarto	0,625	0,613	0,775	0,515	362,8
Poço Verde	0,561	0,563	0,751	0,417	266,56
Riachão do Dantas	0,539	0,527	0,781	0,381	212,37
Simão Dias	0,604	0,579	0,775	0,492	293,99
Tobias Barreto	0,557	0,609	0,702	0,404	353,87

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme visualiza-se na Tabela 25, têm-se algumas considerações importantes com relação ao desempenho da dinâmica econômica dos municípios pertencentes ao TCSS. Os municípios de Poço Verde, de Riachão do Dantas, de Simão Dias e de Tobias Barreto apresentam volume relativamente baixo na soma de todos os bens e serviços finais produzidos, indicando uma economia ainda pouco desenvolvida e com baixa produtividade, quando comparados a Lagarto, que demonstra um melhor desempenho econômico.

Tabela 26 - Produto Interno Bruto de cada município no Centro-Sul entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Lagarto	R\$ 803.530,15	R\$ 1.740.000,88	8%
Poço Verde	R\$ 148.453,25	R\$ 359.751,48	11%
Riachão do Dantas	R\$ 122.569,33	R\$ 327.594,35	11%
Simão Dias	R\$ 309.798,95	R\$ 766.879,99	10%
Tobias Barreto	R\$ 302.522,79	R\$ 647.465,36	8%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB no primeiro setor dos municípios pertencentes ao TCSS (Tabela 27), Riachão do Dantas concentra maior variação na participação do PIB e Simão Dias a maior parte da atividade econômica no primeiro setor. Salienta-se que o TCSS reúne 20 assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA.

Tabela 27 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Centro-Sul entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Lagarto	R\$ 90.176,90	R\$ 120.505,90	34%
Poço Verde	R\$ 34.909,38	R\$ 54.319,93	56%

Riachão do Dantas	R\$ 33.177,12	R\$ 136.630,80	312%
Simão Dias	R\$ 40.388,33	R\$ 145.120,70	259%
Tobias Barreto	R\$ 14.308,50	R\$ 26.128,80	83%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Lagarto, Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto concentram as suas atividades econômicas no terceiro setor (Tabela 28), sendo observado o maior volume da produção de bens em serviços em Tobias Barreto, sobretudo no comércio varejista. Embora Lagarto e Simão Dias tenham alguns nós industriais, o segundo setor no TCSS não é expressivo.

Tabela 28 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Centro-Sul entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Lagarto	R\$ 342.893,02	R\$ 884.846,62	158%
Poço Verde	R\$ 38.415,44	R\$ 143.193,63	273%
Riachão do Dantas	R\$ 21.421,76	R\$ 60.183,23	181%
Simão Dias	R\$ 120.310,04	R\$ 325.722,61	171%
Tobias Barreto	R\$ 119.307,09	R\$ 299.993,07	151%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Em Tobias Barreto, existe a feira popular intitulada Feira da Coruja, que inicia nas noites de sábado e finaliza na madrugada de domingo. Trata-se de algo tradicional com um papel importante na economia local, visto que reúne artesãos, atrações culturais e comerciantes de diversos produtos, como roupas, acessórios, artigos de decoração, alimentos e bebidas. Além disso, Tobias Barreto se insere em um arranjo produtivo local de confecção e artesanato de bordado que concentra muitas empresas, todavia, é alta a taxa de mortalidade delas (Silva Neto; Teixeira, 2011).

Salienta-se que, no TCSS, existem as comunidades tradicionais e quilombolas de Lagoa do Junco, em Poço Verde, de Forras, em Riachão do Dantas, e de Sítio Alto, em Simão Dias. Contudo, não foram identificadas, na pesquisa de campo, iniciativas comunitárias e turísticas, tão pouco indicações de lideranças, conforme recorte metodológico adotado. Observa-se, porém, assim como nos demais Territórios em análise, que são comuns os conflitos decorrentes das disputas pela terra entre quilombolas e fazendeiros. Uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de articulação com as lideranças locais, o que impossibilitou a realização do estudo nessas comunidades, sugerindo-se que estudos futuros abordem essa lacuna.

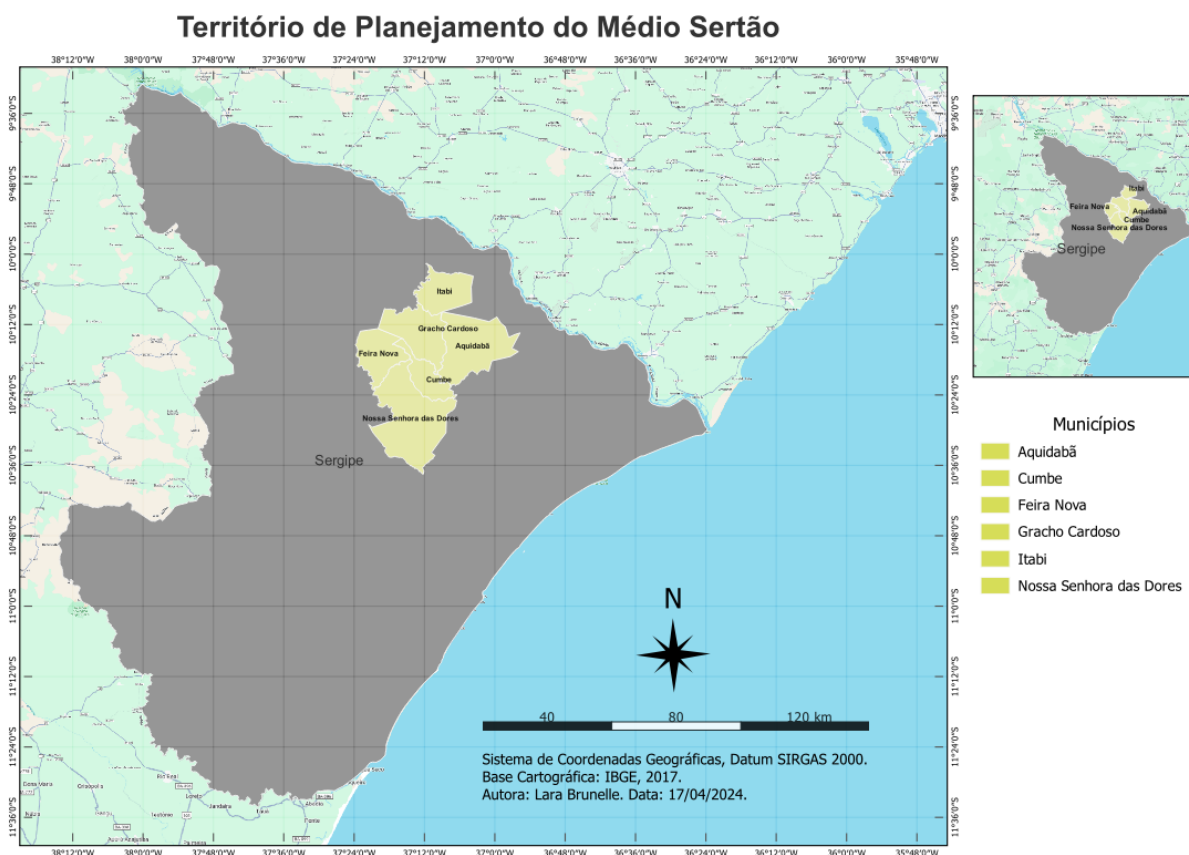
Em Lagarto e Tobias Barreto, ainda não foram verificadas iniciativas de TBC que se alinhem aos seus princípios fundamentais, por exemplo, a participação ativa e organização

comunitária local, prática comunitária do turismo com compartilhamento justo dos benefícios e recursos. Essa lacuna indica uma oportunidade para diversificar as fontes de renda, incluindo o fortalecimento da economia local, a preservação da cultura e dos recursos naturais, caso haja o interesse por parte da comunidade.

4.2.8 Médio Sertão Sergipano

O Território Médio Sertão – TMS – (Figura 44) está localizado no Meio-Norte do estado de Sergipe, na faixa de transição climática entre o Agreste e o Sertão, e é constituído pelos municípios de Aquidabã, de Cumbe, de Feira Nova, de Graccho Cardoso, de Itabi e de Nossa Senhora das Dores, correspondendo a uma área de 1.326,198 km², com uma população total de 47.660 habitantes, dos quais 25.481 correspondem à população rural e 73.633 à urbana (IBGE, 2010); o seu IDH é 0,590, considerado “médio” entre os municípios (Tabela 29).

Figura 44 - Mapa – Território de Planejamento do Médio Sertão Sergipano



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com auxílio do QGIS (2024).

Com base nos dados apresentados, nota-se que os municípios do TMS apresentam um IDHM médio, variando de 0,577 (médio) a 0,602 (médio). Todos os municípios exibem médio IDH, sendo que Cumbe registrou o maior IDHM e Graccho Cardoso o menor. Os desafios mais expressivos estão relacionados à educação, pois todos os municípios têm índices considerados “baixos”. É preciso também elevar a renda em Feira Nova, visto que seu índice é igualmente “baixo”. No entanto, os municípios apresentam bons índices de Longevidade, considerados “altos”.

Tabela 29 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, Renda *per capita*, nos municípios do Território do Médio Sertão, do Brasil e de Sergipe – 2010

Território	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	Renda <i>per</i> <i>capita</i> 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	793,87
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560	523,53
Aquidabã	0,578	0,573	0,747	0,452	282,19
Cumbe	0,604	0,576	0,748	0,512	288,67
Feira Nova	0,584	0,546	0,773	0,473	238,42
Gracho Cardoso	0,577	0,562	0,729	0,468	264,86
Itabi	0,602	0,569	0,748	0,512	276,77
Nossa Senhora das Dores	0,600	0,579	0,749	0,497	294,53

Fonte: ATLASBR (2020).

Conforme demonstra a Tabela 30, Nossa Senhora das Dores apresentou melhor desempenho econômico, em relação aos demais municípios, sendo que Feira Nova teve maior volume na soma de todos os bens e serviços finais produzidos no TMS.

Tabela 30 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada município no Médio Sertão entre 2010 e 2020

Município	PIB 2010	PIB 2020	Δ %
Aquidabã	R\$ 132.482,75	R\$ 278.748,04	8%
Cumbe	R\$ 25.152,47	R\$ 62.543,67	10%
Feira Nova	R\$ 34.110,86	R\$ 99.883,77	12%
Gracho Cardoso	R\$ 46.912,81	R\$ 90.224,81	7%
Itabi	R\$ 29.455,99	R\$ 70.274,46	9%
Nossa Senhora das Dores	R\$ 168.949,79	R\$ 415.439,55	10%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Sobre o VAB nos municípios pertencentes ao TMS (Tabela 31), Aquidabã concentra a maior soma de suas produções de bens e serviços no primeiro setor na cultura do abacaxi e

manga e significativo rebanho de equinos. Salienta-se que todos os municípios listados apresentaram um aumento significativo no VAB do setor primário ao longo dos 10 anos analisados. Esse crescimento reflete uma expansão na atividade econômica primária, possivelmente devido a melhorias nas práticas agrícolas, investimentos em tecnologia ou políticas de incentivo ao setor.

Assim como no TAG, que concentra apenas seis assentamentos de Reforma Agrária implantados, no TMS, a pressão social por acesso à terra não é tão significativa quanto no TASS. Registram-se somente quatro assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA, destinados a agricultores familiares que não possuem terra para trabalhar e que vivem em condições precárias. Apesar de ser um número relativamente baixo, eles são importantes para a promoção da justiça social e para o desenvolvimento rural sustentável local.

Tabela 31 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no primeiro setor do Médio Sertão entre 2010 e 2020

Município	VAB 1 SETOR 2010	VAB 1 SETOR 2020	Δ %
Aquidabã	R\$ 25.296,21	R\$ 44.476,78	76%
Cumbe	R\$ 5.105,24	R\$ 19.125,21	275%
Feira Nova	R\$ 6.965,27	R\$ 30.576,05	339%
Gracho Cardoso	R\$ 19.132,66	R\$ 29.998,99	57%
Itabi	R\$ 4.813,51	R\$ 12.724,23	164%
Nossa Senhora das Dores	R\$ 24.314,55	R\$ 38.974,41	60%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Conforme indica a Tabela 32, observa-se o expressivo volume concentrado no terceiro setor, o de serviços, sendo que Aquidabã abarca o maior volume de suas atividades econômicas no comércio varejista, ao passo que Feira Nova apresenta maior variação percentual entre 2010 e 2020.

Tabela 32 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada município no segundo e terceiro setores do Médio Sertão entre 2010 e 2020

Município	VAB URB 2010	VAB URB 2020	Δ %
Aquidabã	R\$ 38.012,98	R\$ 96.797,20	155%
Cumbe	R\$ 5.207,45	R\$ 14.709,90	182%
Feira Nova	R\$ 7.350,69	R\$ 25.806,20	251%
Gracho Cardoso	R\$ 8.747,58	R\$ 21.296,13	143%
Itabi	R\$ 7.338,98	R\$ 21.370,66	191%
Nossa Senhora das Dores	R\$ 54.855,47	R\$ 186.548,22	191%

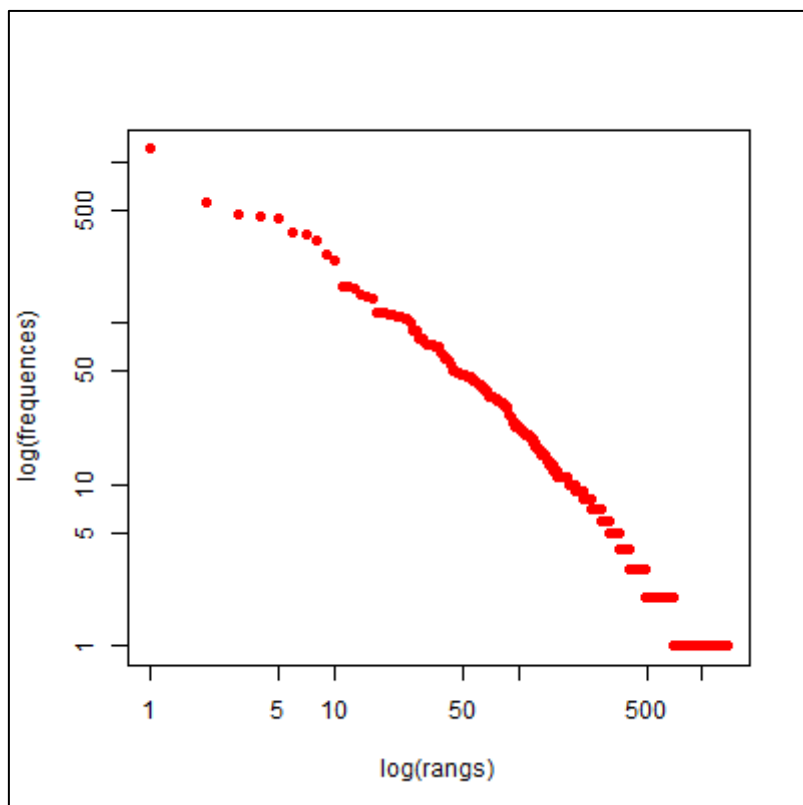
Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Por fim, ressalta-se que, no TMS, há comunidades quilombolas do Mocambo e Tanque Forte, que respectivamente abrangem Territórios remanescentes de quilombo nos municípios de Aquidabã e de Cumbe. No entanto, uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade de articulação com as lideranças locais, o que impossibilitou a realização do estudo nessas comunidades; em vista disso, estudos futuros podem explorar essa lacuna. Em Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores, não foram identificadas iniciativas de TBC que se alinham aos seus princípios fundamentais, como a participação ativa e a organização comunitária local, prática turística com compartilhamento justo dos benefícios e recursos. Nem houve indicações de lideranças, conforme recorte metodológico adotado. Essa lacuna indica uma oportunidade para diversificar as fontes de renda, incluindo o fortalecimento da economia local, a preservação da cultura e dos recursos naturais, caso haja o interesse por parte da comunidade.

4.2.9 Análise textual com o *software* Iramuteq: explorando relações e padrões no *corpus* de pesquisa

A partir das respostas das entrevistas coletadas na pesquisa *in loco*, utilizando o *software* Iramuteq [*Interface de R Pour les Analyses Multidimensionnelles de Testes et de Questionnaires*], analisaram-se a estrutura e a organização do discurso, destacando as relações entre os termos lexicais mais frequentes. Inicialmente, com base no Diagrama de Zipf (Figura 45), têm-se presentes no eixo das abcissas os logaritmos dos “pesos” (posição das frequências das palavras por ordem decrescente), em que o termo TBC surge 488 vezes em uma média de ocorrências, e no eixo das ordenadas, o das frequências das formas.

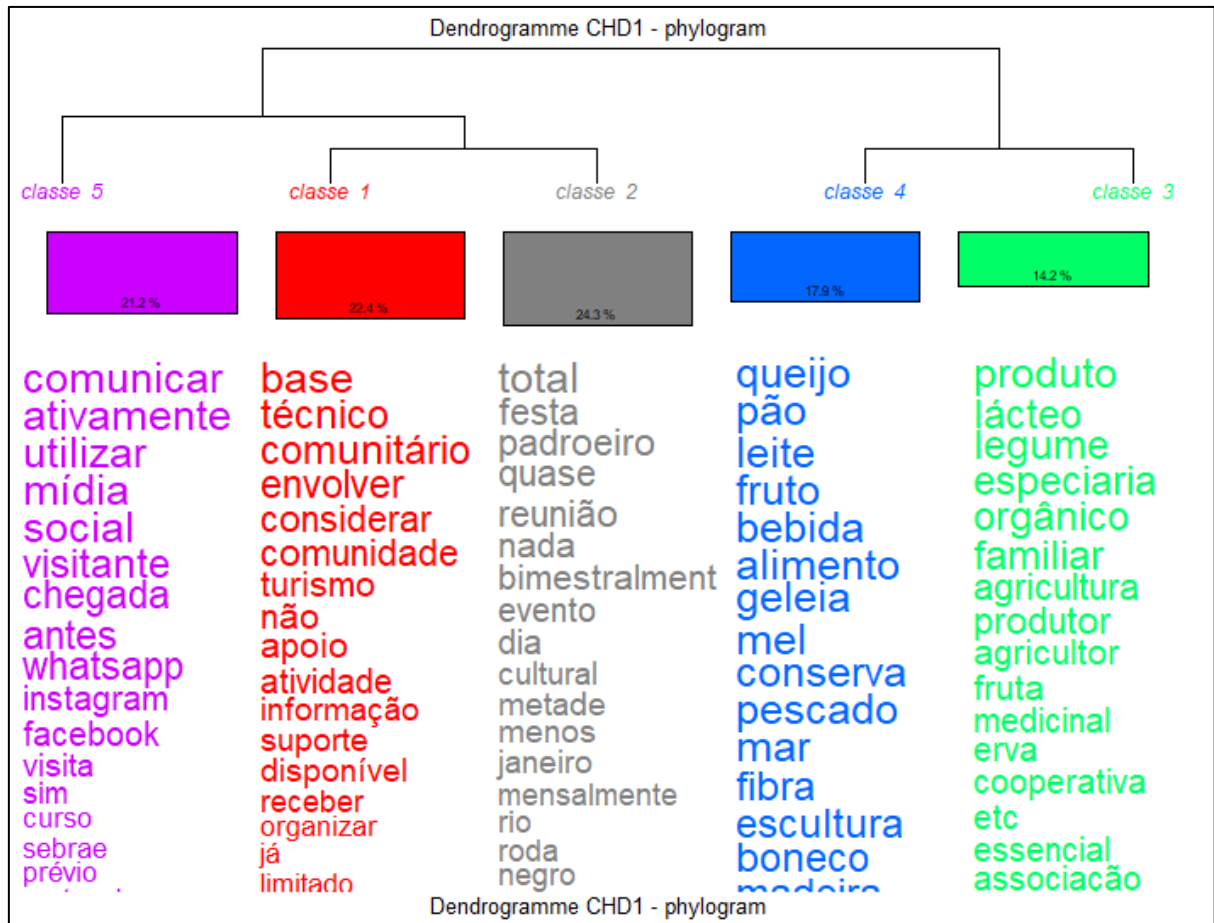
Figura 45 - Diagrama de Zipf



Fonte: Saída do Iramuteq a partir dos resultados da pesquisa (2024).

O *corpus* textual foi constituído de 74 textos (correspondentes aos cinco Territórios de Planejamento do estado de Sergipe), separados em 520 Segmentos de Texto (STs), com aproveitamento 452 STs (86,92%). Como resultado, emergiram 16.144 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos) no Método de Reinertização (Reinert, 1987), por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), cujo conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes (Figura 46): 1) Comunidade (22,4% do *corpus* total analisado); 2) Organização comunitária e Poder Simbólico (24,3% do *corpus* total analisado); 3) e 4) Cadeias Produtivas (32,1% do *corpus* total analisado); e 5) Comunicação (21,2% do *corpus* total analisado).

Figura 46 - Classificação Hierárquica Descendente (Dendrograma)

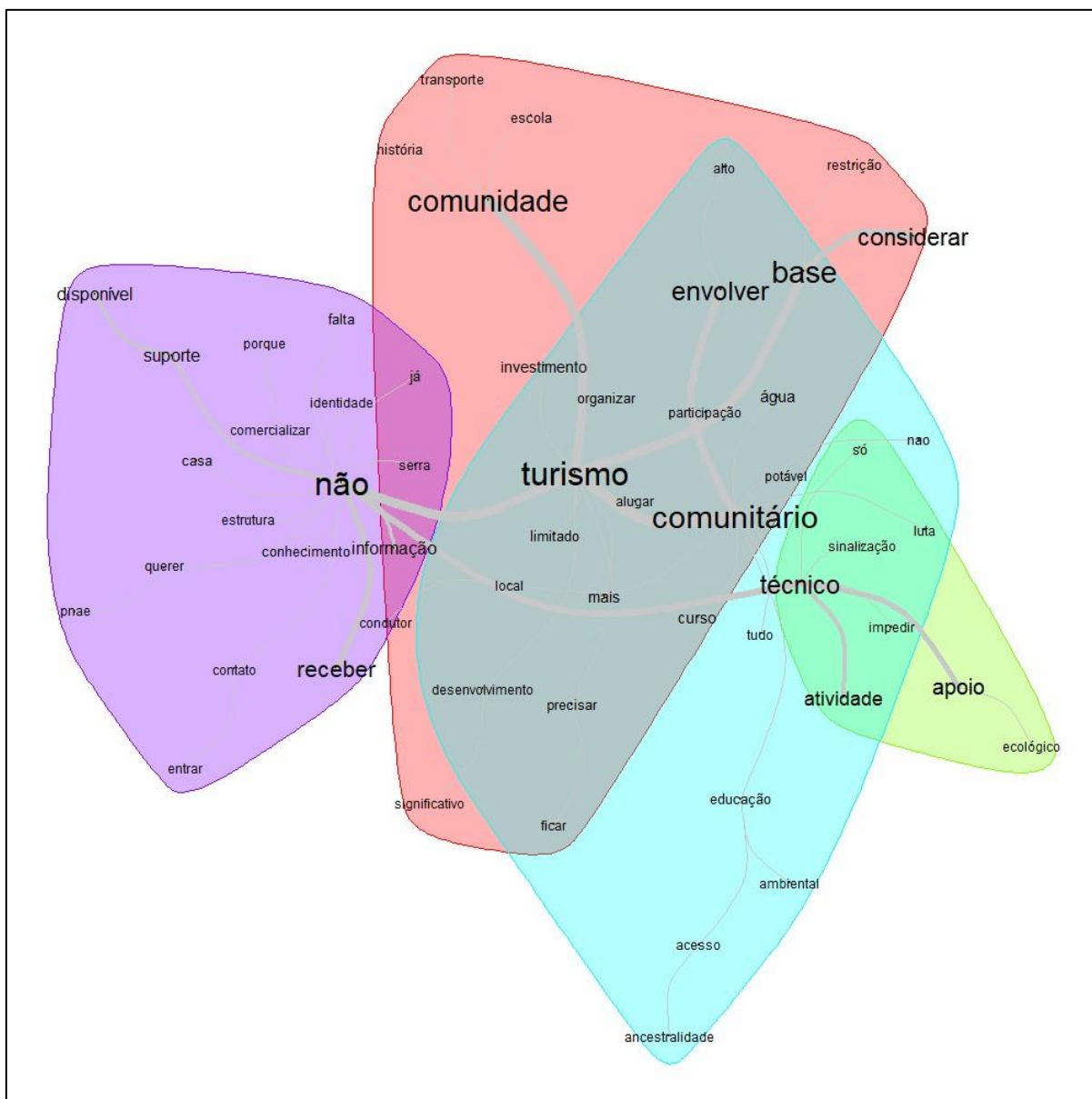


Fonte: Saída do Iramuteq a partir dos resultados da pesquisa (2024).

O afastamento entre classes fica evidente na Figura 47; trata-se de uma Análise Fatorial por Correspondência (AFC), que permite a observação de padrões latentes de concorrência de palavras ou termos em um conjunto de relações de interdependência entre as variáveis consideradas (Hair Jr *et al.*, 2009), apresentadas de forma gráfica em um plano cartesiano e posicionadas de acordo com as suas relações de proximidade ou similaridade, revelando associações significativas entre eles.

TBC com as demandas emergenciais das comunidades, sobrepostas ao desenvolvimento do turismo comunitário e à necessidade de apoio técnico.

Figura 49 - Análise de similitude



Fonte: Saída do Iramuteq a partir dos resultados da pesquisa (2024).

Conclui-se que o *software* Iramuteq auxiliou na organização e na visualização do vocabulário lexical das entrevistas com membros e lideranças dos Territórios tradicionais, proporcionando clareza e compreensão visual. No entanto, é essencial destacar que a sua utilização requer conhecimento sobre análises para sustentar o processo interpretativo. Assim, o *software* não substitui a importância da análise realizada na discussão dos resultados, mas sim

a complementa e a apoia, contribuindo para o entendimento das territorialidades envolvidas com iniciativas de turismo de base comunitária.

4.3 Centralidade e Disparidade econômica nos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe

As REGICs⁵² delimitam as dinâmicas entre as redes de cidades e arranjos populacionais, considerando as centralidades exercidas por bens, serviços e equipamentos, e são operacionalizadas por meio de duas unidades territoriais, os municípios e os arranjos populacionais (IBGE, 2018). Identificar as cidades que são centros de gestão do território e as ligações entre esses centros é fundamental para estabelecer um nível inicial de referência para a hierarquia das cidades, classificando-as como Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais (IBGE, 2018). A região de influência das cidades refere-se à atração exercida entre cidades próximas e às ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos (IBGE, 2018).

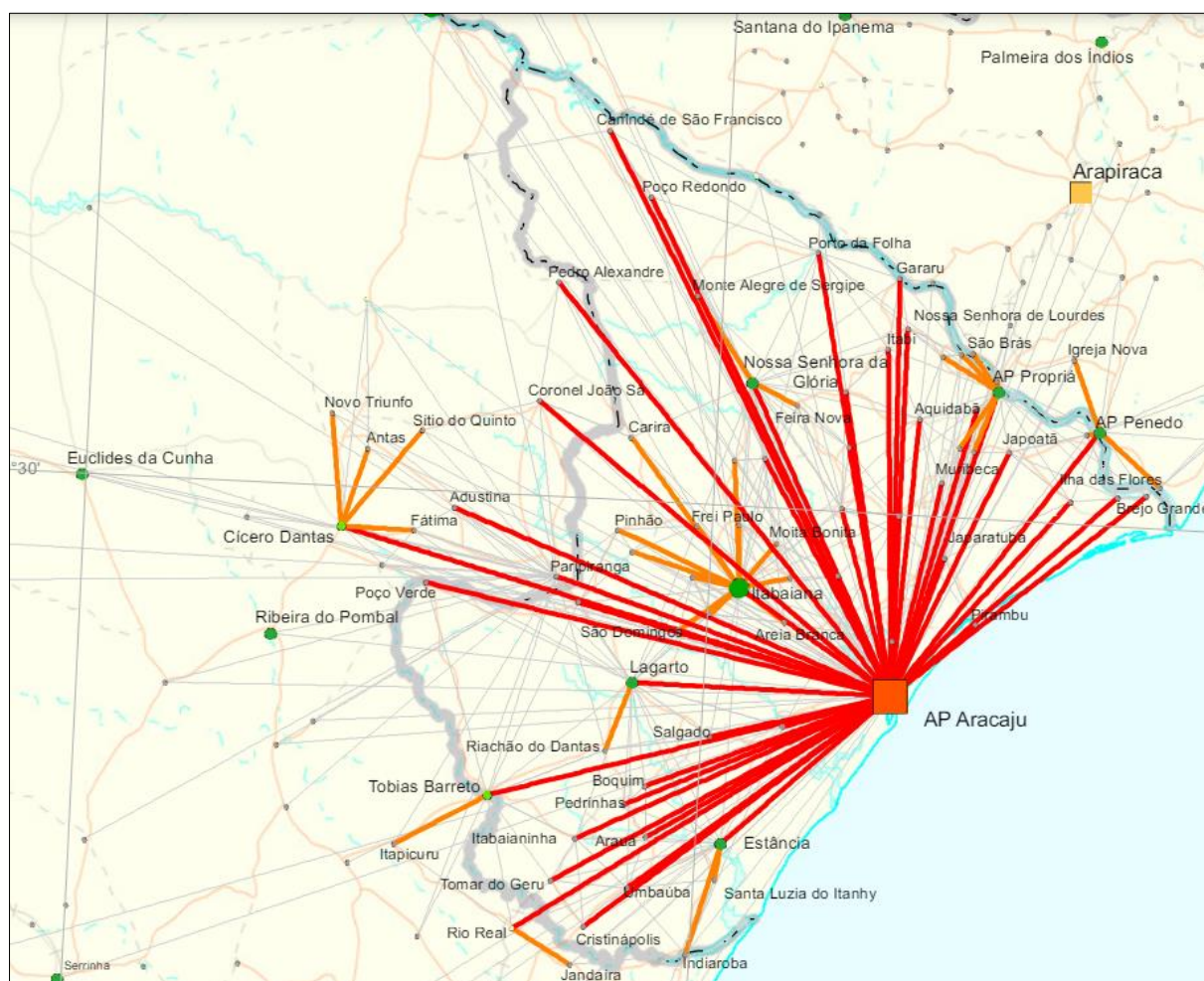
Salienta-se que a rede urbana se refere à interconexão de centros urbanos que desempenham funções específicas e estão organizados hierarquicamente. A Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966) descreve essa hierarquia por níveis de influência materializados em um espaço geográfico zonal, valorizando as relações espaciais entre centros urbanos vizinhos ou próximos, nos quais as cidades menores oferecem funções básicas, enquanto as maiores oferecem funções especializadas. Por outro lado, a Teoria dos Fluxos Centrais (Taylor, 2004; Taylor *et al.*, 2010) expande esse conceito ao considerar as interações e conexões de longa distância entre os centros urbanos, destacando a importância das redes urbanas na estruturação do espaço e nas atividades econômicas das cidades entre sistemas urbanos contíguos, com um município polarizando sua região imediata ao ofertar bens e serviços essenciais. Já sistemas urbanos não contíguos são mantidos por relações de longa distância, atendendo à demanda por bens e serviços especializados.

A influência direta da metrópole de Recife estabelece um nó essencial nas redes urbanas regionais, sendo a principal referência na porção setentrional do Nordeste. Esse influxo abrange cidades do estado de Sergipe, incluindo Aracaju, uma Capital Regional do Tipo A, que se

⁵² Ligações entre as cidades variam entre 1 e 4, em que as ligações de ordem 1 são as maiores, com maior fluxo entre duas cidades e maior dependência de uma cidade para a cidade destino analisada; as ligações de ordem 4, por sua vez, são mais fracas, com menor dependência entre as cidades analisadas (IBGE, 2018).

destaca como a 27ª cidade em centralidade definida por deslocamentos para Ensino Superior em 2018 e a 20ª em centralidade por deslocamentos para serviços de saúde de alta complexidade, conforme o *ranking* das REGICs (IBGE, 2018). Na Região Nordeste, os Centros de Zona e Centros Locais são mais numerosos, indicando a predominância das relações próximas na organização da rede urbana. No Arranjo populacional de Aracaju em Sergipe (Figura 50), identificaram-se 79 cidades na sua Região de influência e os seguintes centros: no Centro Sub-regional, a cidade de Itabaiana; no Centro Sub-regional B, os aglomerados em Propriá, Estância, Lagarto e Nossa Senhora da Glória; e no Centro de Zona A, o município de Tobias Barreto.

Figura 50 - Região de influência do Arranjo populacional de Aracaju



Fonte: REGIC (IBGE, 2018).

Com base na econometria espacial nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, ao analisar os dados de centralidade dos municípios brasileiros e sergipanos ao longo

dos anos de 2010 e 2020 (Tabela 33), observou-se uma série de tendências e padrões que refletem a dinâmica econômica e demográfica, evidenciando que muitos municípios experimentaram uma queda significativa em seus índices de centralidade. Por exemplo, Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João e Ilha das Flores apresentaram índices próximos ou iguais a zero em 2020, indicando uma redução em sua influência econômica e demográfica relativa. Por outro lado, houve, para a maioria dos municípios, um aumento em seus índices de centralidade, como Capela, Indiaroba, Estância e Laranjeiras, sugerindo um fortalecimento em sua posição como centros econômicos e populacionais ou uma possível concentração de atividades econômicas e população nos municípios.

Inter-regionalmente, no TASS, Canindé de São Francisco e, na sequência, Nossa Senhora da Glória são polos impulsionadores do desenvolvimento. No TMS, destaca-se Nossa Senhora das Dores; no TLS Carmópolis; no TAC, Itabaiana lidera; no TGA, Aracaju e Laranjeiras são os principais polos; no TCSS, Lagarto é o polo; no TSS, Estância é o ponto central; e no TBSF, Neópolis, seguido por Propriá, se sobressaem. Essas identificações de polos são consistentes em partes com a hierarquia urbana definida pelas REGICs, confirmando a centralidade econômica e populacional desses municípios em Sergipe. Além disso, as análises encontram eco na teoria de Perroux (1950) sobre os polos de desenvolvimento, em que certas áreas geográficas, denominadas de polos, desempenham um papel fundamental no impulsionamento do desenvolvimento econômico de suas regiões circundantes, conforme discutido no seu artigo seminal *Economic Space: Theory and Applications*.

Entretanto, intrarregionalmente, ao se comparar a centralidade desses polos com a média nacional do Brasil, observa-se que muitos municípios sergipanos têm índices de centralidade relativamente baixos, o que sugere influência econômica e demográfica menor em comparação com outros municípios do país, apesar de sua importância dentro de suas próprias regiões.

Tabela 33 - Indicador de centralidade nos municípios dos Territórios do Baixo do São Francisco, Leste e Sul Sergipano - 2010 a 2020

Municípios	IC BRASIL 2010	IC BRASIL 2020	IC SE 2010	IC SE 2020
Território do Baixo São Francisco				
Amparo de São Francisco	0,008	0,000	0,0001	0,00
Brejo Grande	0,138	0,000	0,0009	0,02
Canhoba	0,060	0,000	0,0004	0,04
Cedro de São João	0,042	0,000	0,0003	0,01
Ilha das Flores	0,043	0,000	0,0003	0,01
Japoatã	0,388	0,001	0,0027	0,10

Malhada dos Bois	0,015	0,000	0,0001	0,00
Muribeca	0,078	0,000	0,0005	0,02
Neópolis	0,270	0,002	0,0018	0,15
Pacatuba	0,464	0,001	0,0032	0,07
Propriá	0,084	0,001	0,0006	0,07
Santana do São Francisco	0,106	0,001	0,0007	0,05
São Francisco	0,033	0,000	0,0002	0,00
Telha	0,031	0,000	0,0002	0,01
Território do Leste Sergipano				
Capela	0,580	0,001	0,0040	0,01
Carmópolis	1,127	0,008	0,0077	0,77
Divina Pastora	0,052	0,000	0,0004	0,04
General Maynard	0,005	0,000	0,0000	0,00
Japarutuba	0,353	0,003	0,0024	0,23
Pirambu	0,023	0,000	0,0002	0,02
Rosário do Catete	0,072	0,001	0,0005	0,06
Santa Rosa de Lima	0,123	0,000	0,0008	0,00
Siriri	0,138	0,000	0,0009	0,03
Território do Sul Sergipano				
Araúá	0,404	0,000	0,0028	0,04
Boquim	0,223	0,001	0,0015	0,05
Cristinápolis	0,021	0,000	0,0001	0,01
Estância	0,414	0,007	0,0028	0,66
Indiaroba	0,620	0,001	0,0043	0,05
Itabaianinha	0,257	0,001	0,0018	0,11
Pedrinhas	0,071	0,000	0,0005	0,01
Salgado	0,327	0,000	0,0022	0,03
Santa Luzia do Itanhy	1,140	0,001	0,0078	0,05
Tomar do Geru	0,259	0,000	0,0018	0,03
Umbaúba	0,134	0,001	0,0009	0,09
Território da Grande Aracaju				
Aracaju	0,017	0,000	0,0001	0,03
Barra dos Coqueiros	0,013	0,000	0,0001	0,04
Itaporanga d'Ajuda	0,195	0,004	0,0013	0,04
Laranjeiras	0,220	0,002	0,0015	0,15
Maruim	0,043	0,001	0,0003	0,06
Nossa Senhora do Socorro	0,035	0,000	0,0002	0,04
Riachuelo	0,084	0,000	0,0006	0,03
Santo Amaro das Brotas	0,149	0,000	0,0010	0,03
São Cristóvão	0,139	0,001	0,0010	0,08
Território do Agreste Central				
Areia Branca	0,264	0,001	0,0018	0,09
Campo do Brito	0,046	0,001	0,0003	0,05
Carira	0,417	0,001	0,0029	0,09
Frei Paulo	0,317	0,003	0,0022	0,31
Itabaiana	0,319	0,010	0,0022	0,91
Macambira	0,035	0,000	0,0002	0,03

Malhador	0,281	0,001	0,0019	0,09
Moita Bonita	0,152	0,002	0,0010	0,22
Nossa Senhora Aparecida	0,244	0,000	0,0017	0,04
Pedra Mole	0,092	0,000	0,0006	0,03
Pinhão	0,158	0,000	0,0011	0,04
Ribeirópolis	0,079	0,001	0,0005	0,12
São Domingos	0,017	0,000	0,0001	0,04
São Miguel do Aleixo	0,100	0,000	0,0007	0,01
Território do Alto Sertão Sergipano				
Canindé de São Francisco	0,056	0,013	0,0004	1,18
Gararu	0,144	0,001	0,0010	0,05
Monte Alegre de Sergipe	0,089	0,001	0,0006	0,07
Nossa Senhora da Glória	0,142	0,004	0,0010	0,40
Nossa Senhora de Lourdes	0,142	0,004	0,0010	0,40
Poço Redondo	0,195	0,001	0,0013	0,09
Porto da Folha	0,236	0,001	0,0016	0,08
Território do Centro-Sul Sergipano				
Lagarto	0,429	0,005	0,0029	0,44
Poço Verde	0,190	0,002	0,0013	0,14
Riachão do Dantas	0,354	0,002	0,0024	0,18
Simão Dias	0,201	0,005	0,0014	0,50
Tobias Barreto	0,076	0,001	0,0005	0,06
Território do Médio Sertão Sergipano				
Aquidabã	0,181	0,001	0,0012	0,09
Cumbe	0,046	0,000	0,0003	0,03
Feira Nova	0,048	0,001	0,0003	0,06
Gracho Cardoso	0,221	0,001	0,0015	0,05
Itabi	0,035	0,000	0,0002	0,02
Nossa Senhora das Dores	0,115	0,001	0,0008	0,12

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados IBGE (2020a) e do IpeaData (2020).

Comparando-se os dados da econometria espacial (Tabela 33) com a REGIC (IBGE, 2018), embora o cálculo do IC tenha sido feito com enfoque a partir do primeiro setor, existem convergências entre as duas abordagens tanto na rede urbana quanto nos territórios rurais. Por exemplo, na análise de centralidade, Itabaiana mostrou um aumento significativo no seu IC, passando de 0,0022, em 2010, para 0,91, em 2020, demonstrando um fortalecimento significativo de sua posição como centro econômico e demográfico. Esse crescimento substancial indica uma intensificação de sua influência econômica e populacional na região. Correspondentemente, a REGIC classifica Itabaiana como um Centro Sub-regional, reconhecendo-a como um polo importante que oferece uma variedade de bens e serviços que atraem pessoas de áreas circunvizinhas. Essa dupla confirmação sublinha a posição crucial de Itabaiana na rede urbana e rural de Sergipe.

De forma semelhante, Lagarto também demonstra uma forte convergência entre as duas metodologias. Na análise de centralidade, o IC de Lagarto aumentou de 0,0029, em 2010, para 0,44, em 2020, sugerindo um crescimento consistente em sua centralidade. A REGIC (IBGE, 2018) corrobora essa relevância, classificando-a como um Centro Sub-regional B, que desempenha um papel significativo na rede urbana e rural, servindo como um ponto de conexão e distribuição de produção e de serviços, o que é consistente com os dados de centralidade econômica e populacional.

Entretanto, também há divergências, pois a análise de centralidade apontou a ausência de Tobias Barreto como Polo e um aumento no IC de Canindé de São Francisco de 0,0004, em 2010, para 1,18, em 2020, sugerindo significativamente a sua influência econômica e demográfica. No entanto, a REGIC não destaca esse município como um centro principal, como Sub-regional ou Zona. Essa discrepância é explicada por fatores específicos dos setores secundário e terciário, não capturados pelo IC, uma vez que o enfoque desse foi calculado a partir do setor primário, conforme metodologia explicitada na seção 3.2.3.

Portanto, o IC foi fundamental para analisar a importância relativa dos municípios na hierarquia urbana e contribuiu para identificar os centros de gestão do território e as ligações entre eles, sendo essencial para entender as dinâmicas territoriais e urbanas. Comparando a classificação da REGIC com os dados de IC, podem ser identificadas convergências e divergências na hierarquia urbana, destacando-se municípios polos e as suas variações ao longo do tempo, entre 2010 e 2020.

Na Tabela 34, os dados revelam uma tendência na qual a maioria dos municípios está divergente, do mais dinâmico ou estagnado ao mais dinâmico, exceto Rosário do Catete e Estância, que estão tendendo à convergência; Canindé de São Francisco, por sua vez, está convergente. Municípios que antes estavam se aproximando dos mais desenvolvidos agora enfrentam desafios crescentes ou estagnação econômica em relação às áreas mais dinâmicas. Essas mudanças podem ser atribuídas a uma combinação de fatores complexos. Primeiramente, como destacado por Ferrera de Lima (2016), a presença de desigualdades estruturais profundas pode estar impactando essas regiões, refletindo-se na falta de infraestrutura básica, acesso limitado a serviços essenciais como saúde e educação e uma base econômica menos diversificada. Tais elementos estruturais podem dificultar o desenvolvimento econômico e social desses municípios ao longo do tempo.

Além disso, a falta de investimentos significativos em setores-chave também desempenha um papel crucial. Segundo Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017), a

ausência de incentivos para atrair empresas, criar empregos e promover a diversificação econômica pode manter essas regiões em uma posição de desvantagem em relação às áreas mais desenvolvidas, conduzindo a um ciclo de baixo crescimento e oportunidades limitadas para os residentes.

O êxodo rural, com a migração de jovens e pessoas qualificadas para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades, também pode contribuir para a disparidade. Isso pode deixar algumas regiões com uma população envelhecida, com uma falta de mão de obra qualificada e com menos dinamismo econômico, afetando negativamente seu desenvolvimento futuro.

Por fim, a falta de acesso a crédito e recursos para empreendedores locais, agricultores e pequenas empresas também pode limitar as oportunidades de crescimento e as inovações nessas regiões. Portanto, explorar esses desafios exigirá uma abordagem holística que envolva investimentos estratégicos, políticas públicas eficazes, incentivos ao empreendedorismo local e o fortalecimento da infraestrutura e dos serviços essenciais nas áreas menos desenvolvidas.

Tabela 34 - Indicador de Disparidade nos territórios de Planejamento do Estado de Sergipe - 2005 e 2016

Municípios	ID 2010	Classificação	ID 2020	Classificação
Território do Baixo São Francisco				
Amparo de São Francisco	0,52	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Brejo Grande	0,38	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Canhoba	0,60	Convergente ao mais desenvolvido	0,10	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Cedro de São João	0,43	Convergente ao mais desenvolvido	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Ilha das Flores	0,51	Convergente ao mais desenvolvido	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Japoatã	0,39	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Malhada dos Bois	0,35	Convergente ao mais desenvolvido	0,07	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Muribeca	0,27	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Neópolis	0,40	Convergente ao mais desenvolvido	0,09	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Pacatuba	0,20	Tendendo à convergência	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Propriá	0,37	Convergente ao mais desenvolvido	0,12	Divergente do mais dinâmico ou estagnado

Santana do São Francisco	0,52	Convergente ao mais desenvolvido	0,17	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
São Francisco	0,58	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Telha	0,52	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Território do Leste Sergipano				
Capela	0,28	Tendendo à convergência	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Carmópolis	0,03	Divergente do mais dinâmico ou estagnado	0,16	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Divina Pastora	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado	0,17	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
General Maynard	0,47	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Japaratuba	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado	0,14	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Pirambu	0,57	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Rosário do Catete	0,00	Divergente do mais dinâmico ou estagnado	0,26	Tendendo à convergência
Santa Rosa de Lima	0,35	Convergente ao mais desenvolvido	0,00	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Siriri	0,13	Tendendo à convergência	0,09	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Território do Sul Sergipano				
Araúá	0,33	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Boquim	0,34	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Cristinápolis	0,41	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Estância	0,41	Convergente ao mais desenvolvido	0,24	Tendendo à convergência
Indiaroba	0,36	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Itabaianinha	0,46	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Pedrinhas	0,43	Convergente ao mais desenvolvido	0,03	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Salgado	0,32	Convergente ao mais desenvolvido	0,03	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Santa Luzia do Itanhý	0,24	Tendendo à convergência	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Tomar do Geru	0,35	Convergente ao mais desenvolvido	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Umbaúba	0,48	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado

Território do Agreste Central				
Areia Branca	0,46	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Campo do Brito	0,49	Convergente ao mais desenvolvido	0,07	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Carira	0,48	Convergente ao mais desenvolvido	0,13	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Frei Paulo	0,25	Tendendo à convergência	0,15	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Itabaiana	0,52	Convergente ao mais desenvolvido	0,14	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Macambira	0,60	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Malhador	0,48	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Moita Bonita	0,81	Convergente ao mais desenvolvido	0,14	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Nossa Senhora Aparecida	0,32	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Pedra Mole	0,51	Convergente ao mais desenvolvido	0,10	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Pinhão	0,48	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Ribeirópolis	0,55	Convergente ao mais desenvolvido	0,10	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
São Domingos	0,37	Convergente ao mais desenvolvido	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
São Miguel do Aleixo	0,33	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Território do Alto Sertão Sergipano				
Canindé de São Francisco	0,40	Convergente ao mais desenvolvido	1,00	Convergente ao mais desenvolvido
Gararu	0,52	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Monte Alegre de Sergipe	0,62	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Nossa Senhora da Glória	0,56	Convergente ao mais desenvolvido	0,13	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Nossa Senhora de Lourdes	0,54	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Poço Redondo	0,59	Convergente ao mais desenvolvido	0,04	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Porto da Folha	0,44	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Território do Centro-Sul Sergipano				
Lagarto	0,50	Convergente ao mais desenvolvido	0,10	Divergente do mais dinâmico ou estagnado

Poço Verde	0,59	Convergente ao mais desenvolvido	0,08	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Riachão do Dantas	0,67	Convergente ao mais desenvolvido	0,10	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Simão Dias	0,60	Convergente ao mais desenvolvido	0,12	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Tobias Barreto	0,50	Convergente ao mais desenvolvido	0,05	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Território do Médio Sertão Sergipano				
Aquidabã	0,49	Convergente ao mais desenvolvido	0,06	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Cumbe	0,61	Convergente ao mais desenvolvido	0,09	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Feira Nova	0,75	Convergente ao mais desenvolvido	0,11	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Gracho Cardoso	0,43	Convergente ao mais desenvolvido	0,09	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Itabi	0,57	Convergente ao mais desenvolvido	0,07	Divergente do mais dinâmico ou estagnado
Nossa Senhora das Dores	0,60	Convergente ao mais desenvolvido	0,09	Divergente do mais dinâmico ou estagnado

Fonte: Elaborada pela pesquisadora própria com base em dados do IBGE (2020a) e do IpeaData (2020) a partir da classificação proposta por Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017).

De maneira geral, como se nota na Tabela 34, tem-se um cenário em que convergem baixos indicadores de emprego e de renda aliados ao pouco dinamismo populacional e de sua base produtiva geradora de riqueza concentrada, projetando perspectivas problemáticas no que se refere aos desequilíbrios inter e intrarregionais, embasados na ausência dinâmica dos municípios e disparidade entre os polos de desenvolvimento. Isso destaca a necessidade urgente de políticas e intervenções voltadas para promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo nessas regiões. As políticas públicas desempenham um papel crucial nesse cenário. A implementação inadequada ou a falta de políticas eficazes voltadas para o desenvolvimento regional podem deixar esses municípios em desvantagem, especialmente quando comparados com áreas que recebem mais atenção e recursos do governo. Além disso, fatores externos, como crises econômicas, desastres naturais e mudanças nos padrões de demanda por produtos locais, podem agravar ainda mais essas disparidades. Segundo Freitas e Ferrera de Lima (2022), a implementação inadequada ou a falta de políticas eficazes voltadas para o desenvolvimento regional podem deixar esses municípios em desvantagem, especialmente quando comparados com áreas que recebem mais atenção e recursos do governo.

Nos Territórios de Centralidade – TBSF, TLS e TSS –, em razão das relações preponderantes na geração de riqueza liderarem a integração inter-regional entre o setor primário, secundário e terciário, o contingente populacional oscila, visto que há a migração da zona rural para os grandes polos, os quais, por sua vez, não dispõem de infraestrutura suficiente, gerando-se grandes problemas sociais e econômicos agravados pela precariedade assistencial do estado na coexistência com a problemática da seca e da fome. Esses achados corroboram com as teorias de Alfred Weber (1929), de August Lösch (1954), de Christaller (1933) e de von Thünen (1966), que destacam a importância da localização das atividades produtivas, a centralidade e a hierarquia dos lugares. Esses constructos teóricos demonstram que certos municípios são mais atrativos do que outros, em detrimento dos fatores de produção e elementos logísticos que desempenham um papel fundamental no estímulo de novas aglomerações e áreas de mercado.

No TAG, no TASS, no TCSS e no TMS ,em razão das relações preponderantes na geração de riqueza liderarem a integração inter-regional entre o setor primário, secundário e o setor terciário, o contingente populacional oscila, visto que há a migração da zona rural para os grandes polos, os quais, por sua vez, não dispõem de infraestrutura suficiente, gerando grandes problemas sociais e econômicos agravados pela precariedade assistencial do Estado na coexistência com a problemática da seca e da fome.

4.4 Considerações finais da seção

Na subseção 4.1, foi possível identificar as redes e as cadeias produtivas entre os municípios e os atores-chave, que são os principais agentes, muitas das vezes institucionais, ou setores que impulsionam o desenvolvimento econômico em determinados territórios (empresas líderes, instituições de ensino, órgãos governamentais ou organizações da sociedade civil que desempenham um papel fundamental na dinâmica produtiva).

Iniciativas consolidadas de TBC têm sido desenvolvidas nas comunidades do TBSF, do TGA e do TSS. Essas iniciativas se destacam pelo protagonismo e pela organização comunitária, com forte trabalho em equipe e bom desempenho de associações, cooperativas e redes. Ações e as discussões coletivas para o turismo são frequentes, promovendo uma rede integrada por vozes diversas, saberes populares e instituições associadas. Essa rede é sustentada por diretrizes e princípios do TBC, além de um poder simbólico significativo. A autogestão das comunidades tem aumentado a atratividade turística e a oferta de bens e serviços, valorizando

a autenticidade e potencialidade local. Os recursos patrimoniais culturais e naturais são utilizados de maneira sustentável, e há uma comercialização ativa de produtos e serviços locais. No entanto, esses avanços enfrentam conflitos e restrições por parte do poder público, que muitas vezes dificultam o desenvolvimento pleno das iniciativas de TBC. O intercâmbio entre comunidades e a criação de protocolos de consentimento prévio, livre e informado são reconhecidos como estratégias eficazes para o fortalecimento dos nichos locais no TBC. Essas práticas permitem que as comunidades compartilhem experiências, aprendam umas com as outras e estabeleçam acordos claros para a participação em projetos turísticos, promovendo assim um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

O TAG, o TASS e o TLS enfrentam desafios e variações significativas na implementação do TBC. Nesses locais, o TBC é uma aspiração ainda não plenamente estabelecida. As dificuldades incluem a falta de infraestrutura adequada, acesso limitado aos serviços públicos e a necessidade de fortalecer as capacidades organizacionais das comunidades para gerirem projetos turísticos. Associações comunitárias nessas regiões têm em comum o fortalecimento da união e da organização comunitária como formas de melhorar as condições de vida e a participação cidadã nas questões locais, visando a promover o desenvolvimento local. Essas associações frequentemente organizam atividades culturais e de lazer, além de ações para melhorar a infraestrutura e o acesso aos serviços públicos locais, como educação, transporte e saúde. Nos assentamentos rurais, embora não se enquadrem como comunidades tradicionais, existe a oportunidade de associar iniciativas de TBC à participação comunitária, à valorização da cultura local, à cooperação em parcerias estratégicas, à conservação ambiental e ao respeito aos direitos humanos. Essas comunidades podem explorar novas possibilidades de educação e capacitação, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social através do TBC. A implementação dessas iniciativas requer um enfoque colaborativo e uma visão integrada para superar os desafios e aproveitar as oportunidades presentes nesses Territórios.

Na subseção 4.2, variáveis econômicas como PIB *per capita* e VAB são importantes para analisar a posição espacial das redes e aglomerações produtivas dos municípios nos diferentes Territórios. Já a hierarquia das redes produtivas está relacionada à organização e à estrutura das atividades econômicas entre os municípios. Alguns Territórios ocupam posições mais centrais ou dominantes, exercendo maior influência sobre as cadeias produtivas regionais. Essa hierarquia é determinada por fatores como a diversificação econômica, a especialização produtiva e a capacidade de inovação.

A análise dos dados (Tabela 35) revela que o TGA concentra aproximadamente 51,7% do PIB estadual. Aracaju, capital regional (IBGE, 2018), está situada no TGA e exerce uma centralidade e um poder de encadeamento produtivo elevado em comparação com outros Territórios. Em seguida, destacam-se o TASS, com 10,9%, e o TAG, com 9,5%. As regiões do TSS, TCS, do TCSS, do TLS, do TBSF e do TMS apresentam participações menores, variando entre 4,1% e 2,1%. O PIB de Sergipe, em 2020, totalizou R\$ 45.409.657,00.

Tabela 35 - Produto Interno Bruto (PIB) dos Territórios de Planejamento de Sergipe – 2020

Território	Participação no PIB 2020	
	R\$ (Mil)	%
Grande Aracaju	23.477.266,00	51,7%
Alto Sertão Sergipano	4.941.328,00	10,9%
Agreste Central Sergipano	4.317.024,00	9,5%
Sul Sergipano	4.330.885,00	9,5%
Centro Sul	3.608.240,00	7,9%
Leste Sergipano	1.930.272,00	4,3%
Baixo São Francisco	1.849.337,00	4,1%
Médio Sertão Sergipano	955.306,00	2,1%
Total	45.409.657,00	100%

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

Essa distribuição desigual de atividades econômicas é histórica ao longo dos anos entre 2010 e 2020 (Tabela 36) e impacta a qualidade de vida das pessoas que vivem em cada Território, influenciando nas diferenças de renda, oportunidades de emprego e acesso a serviços públicos. Por isso, é importante concentrar esforços na diversificação da economia e investir em políticas públicas que estimulem o desenvolvimento local em todos os Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, de forma a reduzir essas desigualdades e promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado. O TBC pode ser uma alternativa, haja vista a potencialidade do capital social envolvido nas iniciativas delimitadas no decorrer dessa seção.

Tabela 36 - Participação dos Territórios de Planejamento de Sergipe no Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe – 2010-2020

Território	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TAS	9,4%	8,4%	8,5%	4,6%	5,1%	6,5%	6,6%	7,5%	8,5%	9,3%	10,9%
TBSF	4,0%	3,7%	3,5%	3,8%	3,9%	3,8%	3,9%	4,1%	3,9%	3,9%	4,1%
TMS	1,6%	1,6%	1,6%	1,7%	1,8%	1,7%	1,8%	1,8%	1,7%	1,9%	2,1%
TLS	8,8%	9,2%	9,7%	8,9%	8,5%	6,3%	4,6%	4,5%	4,8%	4,7%	4,3%
TAG	7,9%	7,6%	7,4%	8,0%	8,1%	8,4%	8,7%	9,3%	8,4%	9,3%	9,5%

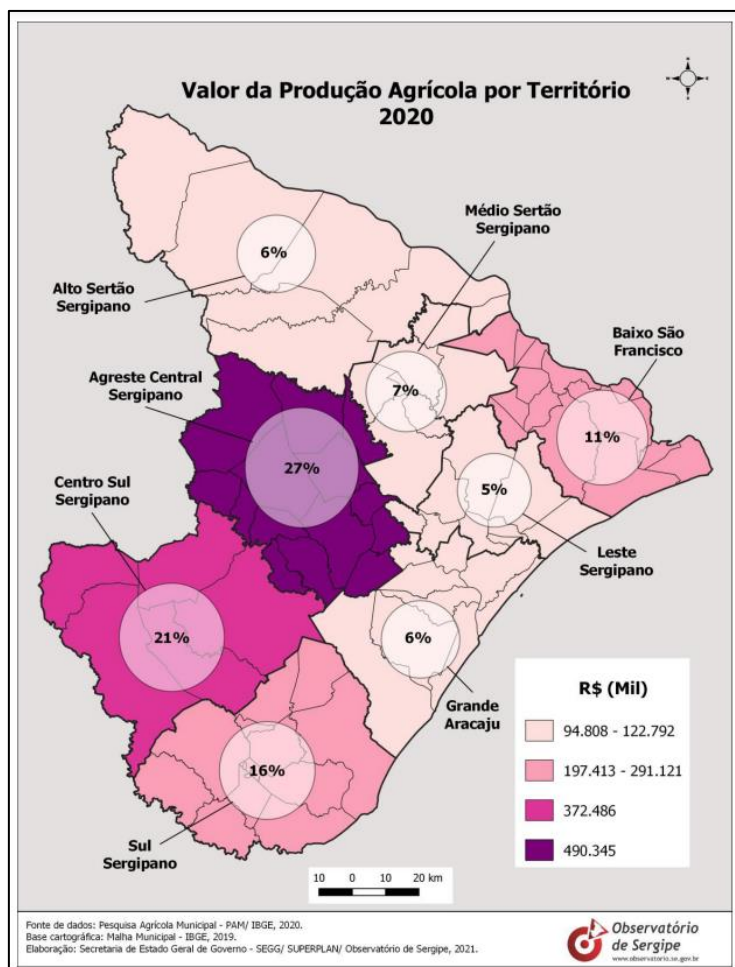
TSS	9,0%	8,9%	8,7%	9,5%	9,5%	9,2%	9,1%	9,1%	9,0%	9,2%	9,5%
TCSS	6,0%	6,0%	6,0%	6,8%	6,7%	7,1%	7,1%	7,7%	7,3%	7,6%	7,9%
TGA	53,3 %	54,5 %	54,6 %	56,7 %	56,5 %	56,9 %	58,2 %	56,0 %	56,3 %	54,0 %	51,7 %

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020b).

A distribuição desigual de atividades econômicas nos Territórios de Sergipe impacta diretamente a qualidade de vida das pessoas, influenciando nas diferenças de renda, oportunidades de emprego e acesso a serviços públicos. Essa ordenação histórica reflete-se na concentração de recursos em alguns Territórios em detrimento de outros.

Além disso, existe heterogeneidade e agregação de valor de atividades produtivas geradoras de renda (Figura 51), a partir de ativos endógenos, como potencialidades naturais e socioculturais, em que o TBC emerge como uma via promissora para apoiar a geração de emprego e renda, assim como fortalecer a governança em estruturas coletivas e no mercado turístico regional. Nesse sentido, as atividades produtivas desempenham um papel central na configuração socioeconômica dos Territórios, influenciando a polarização de áreas mais contíguas e favorecendo a compreensão das necessidades locais e das oportunidades para o TBC à luz do desenvolvimento local. Essa relação direta entre as atividades produtivas e o desenvolvimento turístico revela uma interdependência crucial para a sustentabilidade das comunidades.

Figura 51 - Valor da produção agrícola por Território de Planejamento



Fonte: Pesquisa Agrícola municipal (IBGE, 2020), elaborado pelo Observatório de Sergipe.

Na subseção 4.3, ao analisar a distribuição geográfica e socioeconômica do IC e do ID, foi possível constatar se os municípios apresentavam padrões de concentração ou dispersão de atividades produtivas, bem como identificar os Territórios com maior centralidade (TGA) e aquelas que enfrentam desafios significativos (TAG, TASS, TBSF, TCS e TMS). Municípios com altos índices de IC indicaram uma concentração de atividades econômicas por setor, enquanto municípios com altos índices de ID apontaram disparidades socioeconômicas e desequilíbrios na distribuição de recursos e oportunidades.

Em um contexto mais amplo, os municípios também se beneficiam das externalidades positivas decorrentes dos desdobramentos dos polos de atividades econômicas, o que resulta na coexistência de espaços de intensa centralidade e relevância com locais economicamente e socialmente críticos. Essa disparidade socioeconômica e espacial nos Territórios evidencia a necessidade de estratégias de desenvolvimento local e turístico (EDLT) que sejam inclusivas e equitativas.

A análise conjunta desses indicadores econômicos fornece informações cruciais para a formulação de políticas públicas e tomada de decisões de investimento, inclusive no TBC, visto que o repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo dos estados e do Distrito Federal tende a beneficiar mais os Territórios com PIB mais baixo, com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas entre elas. Assim, quanto maior a renda média *per capita* da população, maiores serão o poder de compra e a capacidade dos habitantes satisfazerem suas necessidades básicas e terem acesso a serviços, inclusive àqueles que são necessidades sociais e culturais, como o turismo.

A partir dos resultados obtidos e analisados da pesquisa *in loco*, foi elaborado um quadro síntese com estratégias de desenvolvimento local e respectivos eixos de ações corretivas (Apêndice E) por Territórios de planejamento, e um plano de ações para fortalecimento do TBC (Apêndice F). Buscou-se uma abordagem holística e integrada ao TBC, visando potencializar os ativos endógenos. As estratégias propostas apresentam uma relevância significativa devido aos impactos positivos que podem gerar em diversas esferas.

Em primeiro lugar, o TBC representa uma inclusão de nichos locais, oportunidade concreta de diversificação da economia local, permitindo a geração de emprego e renda para as comunidades envolvidas. Ademais, representa uma abordagem inclusiva ao valorizar os ativos endógenos, como recursos naturais e culturais, estimulando a criação de produtos e serviços turísticos autênticos, atraindo visitantes e fortalecendo cadeias produtivas locais.

Em segundo lugar, a construção de mercados com base em rede associativa destaca-se pela sua capacidade de promover a cooperação entre os diversos atores locais, fortalecendo os laços comunitários e valorizando os produtos e os serviços locais. Essa estratégia não apenas estimula a economia local, mas também contribui para a preservação da cultura e dos recursos da região, atraindo turistas em busca de experiências autênticas, memoráveis e sustentáveis. Salienta-se que, ao identificar e ampliar a visibilidade a grupos específicos, que muitas vezes são tangenciados no mercado tradicional, essa estratégia amplia a oferta turística, tornando-a mais atrativa e diferenciada. O impacto positivo dessa inclusão pode ser observado não apenas na economia local, mas também na preservação das tradições culturais e na promoção da igualdade de oportunidades.

Por fim, a provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária, destaca a importância do apoio governamental para fortalecer os empreendimentos locais e promover a sustentabilidade econômica das comunidades. Ao implementar políticas que favoreçam a economia social e solidária, as autoridades públicas

podem estimular a produção sustentável, a geração de renda justa e equitativa e a valorização dos produtos locais. Essa estratégia impulsiona o desenvolvimento econômico e contribui para a preservação da identidade cultural e dos recursos naturais, promovendo a inclusão social e econômica nas comunidades rurais.

5 CONCLUSÃO

Esta tese de doutorado objetivou analisar ações coletivas no TBC em espaços rurais, como estratégia de desenvolvimento local no estado de Sergipe. Para tanto, realizou-se o diagnóstico de ações coletivas, iniciativas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com o turismo e cadeias produtivas em territórios rurais. Nessa perspectiva, a pesquisa conseguiu apresentar produtos/serviços turísticos envoltos à oferta turística local e caracterizar a dinâmica socioeconômica dos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, identificando desafios, oportunidades e estratégias para promover o turismo de base comunitária.

A pesquisa de campo permitiu uma imersão nas comunidades locais, possibilitando a coleta de dados primários, a observação direta das práticas e dinâmicas comunitárias, bem como o estabelecimento de vínculos e relações de confiança com os moradores, sendo essencial para compreender a realidade local, as necessidades, os desafios e as potencialidades das comunidades envolvidas no TBC. Nesse processo, a aplicação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi uma estratégia metodológica efetiva, a fim de envolver ativamente os membros das comunidades no processo, utilizando técnicas participativas, como entrevistas, grupos focais e mapeamento participativo. Assim, foi possível coletar informações de forma colaborativa, valorizando os saberes locais e as percepções dos próprios moradores sobre as iniciativas de TBC.

Os resultados evidenciaram iniciativas consolidadas de TBC em comunidades do TBSF, do TGA e do TSS, onde se constatou uma rede integrada por vozes diversas, saberes populares e instituições associadas, sustentada por diretrizes e princípios inerentes ao TBC. Ademais, destacou-se a importância do intercâmbio entre comunidades e a criação de protocolos de consentimento prévio, livre e informado como estratégias eficazes de fortalecimento dos nichos locais no TBC.

No entanto, o estudo também ressaltou desafios e variações na implementação do TBC, especialmente no TAG, TASS e TLS, onde o TBC representa uma aspiração, mas ainda não está plenamente estabelecido. Em alguns casos, a sensibilização das comunidades para compreender integralmente esse fenômeno é necessária, dada a existência de lacunas de compreensão sobre seu verdadeiro significado. Há uma ênfase em fortalecer economias locais por meio de estratégias de desenvolvimento comunitário, que incluem a formação de cooperativas e associações para beneficiamento e a construção/fortalecimento de mercados. Os achados também enfatizam a importância do intercâmbio de experiências entre comunidades,

o compartilhamento de melhores práticas e a sensibilização das populações locais para a compreensão do verdadeiro significado e potencial do TBC.

No TCSS, foram identificadas três comunidades quilombolas – Lagoa do Junco, em Poço Verde, Forras, em Riachão do Dantas, e Sítio Alto, em Simão Dias –, no TMS mais duas comunidades quilombolas – Mocambo, em Aquidabã, e Tanque Forte, em Cumbe –, além de quatro assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA. No entanto, a pesquisa identificou dificuldades significativas na articulação e na identificação de iniciativas de TBC até o momento. Isso sugere a necessidade de novos estudos com outros enfoques metodológicos que compreendam a demanda por maior mobilização e estímulo nesses contextos específicos. As limitações da pesquisa incluem a falta de dados detalhados sobre as práticas existentes de TBC nessas comunidades e a necessidade de um mapeamento mais aprofundado das potencialidades e desafios enfrentados por essas comunidades.

De maneira geral, as iniciativas de TBC enfrentam diversos desafios nos Territórios onde se desenvolvem. Um deles é a premência de apoio técnico e treinamento profissional para as comunidades envolvidas. Muitas vezes, falta conhecimento especializado para gerir os aspectos técnicos do turismo, como gestão ambiental, atendimento ao cliente e marketing. Além disso, a comunicação e a organização comercial são desafios importantes. As comunidades precisam aprender a promover seus produtos e serviços de forma eficaz, estabelecendo parcerias e redes de contatos no setor turístico. Outro desafio é o desconhecimento sobre negócios turísticos. As comunidades, em geral, não têm experiência prévia na área e precisam aprender desde o básico, como precificação de serviços, até questões mais complexas, como estratégias de diversificação de produtos e criação de pacotes turísticos atrativos. Isso demanda tempo, investimento e suporte especializado. Com base nesses desafios sugerem-se estratégias de desenvolvimento local com eixos de ações identificadas *in loco* e respectivo plano de ações para fortalecimento do TBC. A reorganização do trabalho e do tempo também é um desafio significativo. O TBC muitas vezes envolve atividades sazonais, o que pode demandar uma reorganização dos fluxos de trabalho e dos horários das pessoas envolvidas. É preciso conciliar as atividades turísticas com as atividades tradicionais das comunidades, garantindo um equilíbrio sustentável e respeitando as dinâmicas locais. Em suma, os desafios do TBC nos Territórios são diversos e demandam esforços conjuntos entre as comunidades, as organizações governamentais e não governamentais e o setor privado para superá-los e promover um turismo mais inclusivo, sustentável e benéfico para todos os envolvidos.

A infraestrutura precária, as restrições de acesso e as dificuldades logísticas, como estradas em más condições, situam as comunidades rurais e remotas em contextos que criam desafios significativos para a realização da pesquisa de campo. Além disso, foram identificadas limitações quanto às questões éticas relacionadas aos participantes. Embora o cumprimento de padrões éticos rigorosos seja fundamental, ele pode exigir precauções adicionais e limitar a abordagem de certos tópicos sensíveis, como foi o caso daqueles que abordavam conflitos socioterritoriais e atuação do poder público, foi ainda mais necessário construir uma relação de confiança para que os participantes se sentissem seguros em expressar suas dúvidas e preocupações sem medo. Em alguns momentos, o TCLE utilizado pareceu ser de difícil entendimento para pessoas com baixo nível de escolaridade ou pouca familiaridade com os termos. Isso poderia ter comprometido a compreensão total do que estava sendo consentido, criando o risco de que os participantes não entendessem completamente os objetivos, métodos e potenciais riscos da pesquisa. Por essa razão, no decorrer da pesquisa, o TCLE foi lido em voz alta por líderes comunitários para assegurar que fosse compreendido em sua totalidade pelos participantes, permitindo que se sentissem à vontade para recusar a participação ou desvincularem-se a qualquer momento.

Outrossim, com base na análise socioeconômica dos municípios e Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, respaldada nas teorias da localização, constatou-se o efeito central das atividades produtivas que refletem na polarização de áreas mais contíguas, favorecendo a compreensão das necessidades locais e das oportunidades para o TBC à luz do desenvolvimento regional. Uma das principais contribuições desta tese foi trazer o contexto da econometria espacial para territórios etnoculturais diversos, expandindo metodologicamente o indicador de centralidade e de disparidade para o setor primário, sobretudo em territorialidades com características únicas de cada comunidade tradicional em termos de cultura, tradições e recursos. Em termos gerais, os municípios também se beneficiam das externalidades positivas dos desdobramentos dos polos, resultando na coexistência de espaços de intensa centralidade e relevância, juntamente com locais economicamente e socialmente críticos. Isso caracteriza uma disparidade socioeconômica e espacial no território, pois se evidencia-se a importância da localização das atividades produtivas, da centralidade e da hierarquia dos lugares, aspectos que corroboram com as teorias da economia regional.

A disparidade socioeconômica e espacial dos territórios revelou a necessidade de EDLT que sejam inclusivas e equitativas. Assim, outra importante contribuição ocorreu ao direcionar as EDLT para nichos específicos que não estão inseridos no mercado convencional. Isso inclui

iniciativas como o empoderamento comunitário por meio do uso de moeda própria, a provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária e a construção de mercados baseados em redes cooperativas.

Ademais, políticas públicas específicas de TBC podem contribuir para a descentralização de investimentos e atuar como uma forma de legitimação em reconhecimento às práticas turísticas das comunidades locais nos Territórios de Planejamento do estado de Sergipe, conferindo-lhes um status e uma autoridade simbólica que podem influenciar as percepções e as ações dos diversos agentes envolvidos no turismo. Isto é, exercendo o poder simbólico que fortalece identidades socioculturais.

Logo, sugere-se a elaboração de uma normativa para o desenvolvimento do TBC em nível estadual, que emerge como uma conclusão pragmática e propositiva desta pesquisa, considerando sobretudo as potencialidades identificadas e as discussões em âmbito nacional articuladas por diversas esferas, desde representantes acadêmicos até lideranças comunitárias e instituições governamentais. A normativa proposta visa a consolidar e a promover o TBC como uma estratégia efetiva para impulsionar o desenvolvimento local em comunidades tradicionais.

Para futuras agendas de pesquisas, recomenda-se a análise das iniciativas de TBC sob a ótica da demanda, investigando os perfis e comportamentos de visitantes e turistas, bem como seu bem-estar subjetivo ao participarem de experiências autênticas, memoráveis e sustentáveis. Nesse sentido, é basilar considerar aspectos como satisfação, aprendizado, conexão emocional, sentido de propósito e realização pessoal dos participantes e contribuição para o bem comum.

Em suma, as estratégias de desenvolvimento centradas no TBC, não apenas impulsionam a economia local e promovem a inclusão social ao envolver diretamente lideranças comunitárias e grupos tradicionais, como agricultores familiares, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais, no desenvolvimento e gestão das atividades turísticas, mas também contribuem para a preservação ambiental, o empoderamento dessas comunidades, fortalecendo sua identidade e autonomia. Essas estratégias representam um caminho promissor para o desenvolvimento local, por meio da valorização das comunidades tradicionais em Sergipe, uma vez que fortalecem a governança local, ao estimularem a participação ativa das comunidades na tomada de decisões e na gestão dos recursos. Esse contexto favorece a construção de relações mais equitativas e democráticas, apoiando o desenvolvimento local de forma colaborativa e inclusiva.

Salienta-se que o desenvolvimento local é impulsionado por uma série de iniciativas organizadas em diferentes municípios e territórios, cada uma com suas próprias estratégias e

eixos de ações corretivas, desde a construção de mercados com base em redes associativas até o fortalecimento de nichos específicos no TBC. A necessidade de *marketing*, de inovação, de advocacia e de representação dos interesses locais é destacada em todas as iniciativas, com o escopo de criar mercados mais inclusivos e estimular o consumo consciente e engajado de produtos e serviços. O fortalecimento das redes de apoio e o monitoramento participativo do impacto do TBC são aspectos essenciais para garantir a sustentabilidade dessas ações em longo prazo. A necessidade de apoio governamental é evidente, incluindo incentivos fiscais, programas de capacitação e qualificação, bem como políticas de representação e *advocacy* para atender às demandas e potencializar o impacto positivo dessas comunidades.

Conclui-se, assim, que o TBC não apenas representa uma alternativa viável, mas também uma estratégia de fortalecimento para o desenvolvimento sustentável local em comunidades tradicionais, ao mesmo tempo que preserva e valoriza identidades e modos de vida.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALBUQUERQUE, F.; ZAPATA, T. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2010. p. 215-229.
- ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C.; ZABALA, L. U. Socio-environmental analysis: ecodevelopment education zone and Mondragon Cooperative experience. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 887-914, 2018.
- ALDECUA, M.J. F. Turismo comunitario y empresas de base comunitaria turísticas: ¿estamos hablando de lo mismo? **El Periplo Sustentable**, [s. l.], n. 20, p. 31-74, 2011.
- ALVES, L. R.; COSTA, E. P. V. S. M. A percepção de inovação num processo de reestruturação produtiva: o caso do município de Toledo-PR, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 14, p. 193-217, 2018.
- ARAGÃO, I. R.; SANTOS, G. N. Fazendas, agricultura familiar e antigos engenhos de açúcar para viabilidade do turismo rural no litoral sul de Sergipe/Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 5, n. 2, p. 2060-277, 2017.
- ARAÚJO, L. M.; NETO, M. D. R. C.; SEGUIN, E. A busca da efetividade do Acordo de Paris. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [s. l.], n. 54, p. 887 – 914, 2020.
- ARRUDA, D. O.; MARIANI, M. A. P.; FAGUNDES, M. B. B.; SCHMIDT, V.; DIAS, D. T. La relación entre la economía solidaria y el desarrollo local: un estudio de caso volcado a los emprendimientos solidarios del turismo brasileño. **Estudios y perspectivas en turismo**, Buenos Aires, v. 22, n. 4, p. 745-762, 2013.
- ASHLEY, C.; GARLAND, E. Promoting Community-Based Tourism Development: Why, What and How? **Research Discussion Paper**, Ministry of Environment and Tourism, Namibia, 1994.
- ASHLEY, C.; MAXWELL, S. Rethinking rural development. **Development policy review**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 395-425, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14040**: Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Princípios e estrutura. Rio de Janeiro, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14044**: Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Requisitos e orientações. Rio de Janeiro, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001**: Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2015.

ATLASBR. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. **Atlas Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARRERA, E. Turismo Rural: un agronegocio para el desarrollo de los territorios rurales. In: VIEITES, C. (org.). **Agronegocios alternativos**. Enfoque, importancia y bases para la generación de actividades agropecuarias no tradicionales. Buenos Aires: Editorial hemisferio sur, 2006.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2009.

BARROS, A. L. R. de; RODRIGUES, C. G. de O. Differentiated education and community-based tourism in the caíçara territories of Paraty (RJ). **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 1-20 , 2019.

BARROS-FREIRE, J. M. de; RABINOVICI, A.; NEIMAN, A. R. Z. Desafios da autonomia e empoderamento comunitário na gestão da Pousada Uacari RDS Mamirauá (AM). **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 19, n. 2, 2019.

BATISTA, G. M. Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as comunidades brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO, 5., 2003, Fortaleza. **Anais[...]**. Fortaleza: UFC, 2003, p. 1-10.

BAUMAN, Z. **Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BEBBINGTON, A.; HINOJOSA, L. Livelihoods and resource accessing in the Andes: desencuentros in theory and practice. In: **International Workshop on researching well-being in developing countries**. Delmenhorst, Germany, 2004.

BEBBINGTON, A.; ROJAS, R.; HINOJOSA, L.; MUNOZ, D.; GUERERO, E.; MARTINEZ, E. **El programa de cofinanciamiento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural en las zonas altas de Peru e Bolivia**. Boulder Colorado: Steering Committee for the Evaluation of the Netherlands' Co-financing Programme, set. 2002.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local". In: Rodrigues, A. B. (org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BHARTARI, R.; JAIN, N. Community Based Tourism in Corbett National Park and Binsar Wildlife Sanctuary (India): A Case Study of Multi stakeholder Tourism Planning

for the CBN (Corbett National Park, Binsar Wildlife Sanctuary, Nainital). **Workshop on CBT at Center for Ecotourism and Sustainable Livelihoods**, março de 2003.

BIDARRA, B. S.; FERRERA DE LIMA, J. A Concentração Industrial e Terciária no Paraná. ENCONTRO DE ECONOMIA DA UEPG, 5., 2019, Ponta Grossa. **Anais[...]**. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community-based tourism. **Community development journal**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 39-49, 2005.

BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? *In*: VÁZQUES BARQUERO, A.; MADDOERY, O. (orgs.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BOISIER, S. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL**, [s. l.], v. 86, n.1, p. 47-62, 2005.

BOLAÑOS-SILVA, T.; RUIZ-SOLANO, J. R., FARFÁN-SOPÓ, M. P., GONZÁLEZ-VALLEJO, J. D.; RUIZ-TRIANA, V. D. Propuesta de diseño de alojamientos rurales indígenas en la comunidad Nasa-Páez en Toribío, Cauca. Turismo y cultura en el posacuerdo. **Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 28, p. 229-257, 2019.

BOURDIEU, P. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. G. (org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-158

BOURDIEU, P. Social Space and Symbolic Power. **Sociological Theory**, Wiley, v. 7, n. 1, p. 14–25, 1989.

BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, 2003a.

BOURDIEU, P. **Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste**. New York and London: Routledge, 2003b.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Federal nº 4.887, de 20 novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Edital de chamada pública de Projetos MTur/n. 001/2008**. Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Avaliação Ambiental e Estratégica do Prodetur Nacional no Estado de Sergipe**. Aracaju: 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/produto-vi-versao-final> Acesso em: 3 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BRIEDENHANN, J.; WICKENS, E. Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas - vibrant hope or impossible dream? **Tourism management**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 71-79, 2004.

BURGOS, A.; MERTENS, F. A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 81-98, abr. 2015.

BURNS, P. M. Tourism planning - a third way? **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 24-43, 2004.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN I. (eds.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91

BÜTTENBENDER, P. L. Desenvolvimento Local. In: GRIEBELER, M. P. D. (org.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 2. ed. Ribeirão Preto: Editora Conceito, 2021. p. 224-227.

CAMARGO, B.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq. **Iramuteq**, 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriellen-portugais>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism management**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 1274-1289, 2006.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CLAVAL, P. **Espace et pouvoir**. Paris: PUF, 1978.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

CNUMAD. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Agenda 21 Global. **MMA**, 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Comissão Europeia. **Relatório de prospectiva estratégica 2020** - definir o rumo para uma Europa mais resiliente. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0493&qid=1714483456341> Acesso em: 30 jul. 2021.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, [s. l.], v. 94, p. S95-S120, 1988.

CORIOLOANO, L. N. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS-Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003.

CORIOLOANO, L. N. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. In: CORIOLOANO, L. N. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**?. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

COSTA, J. J.; BARBOSA, A. M. F.; SOUZA, R. Melo. Análise ecodinâmica dos municípios costeiros de Barra dos Coqueiros e Pirambu (SE, Brasil). Parte: <http://hdl.handle.net/10316.2/24404>, 2012.

CPISP. Comissão Pró-Índio de São Paulo. Observatório Terras Quilombolas. **CPISP**, 2022a. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> Acesso em: 2 fev. 2022

CPISP. Comissão Pró-Índio de São Paulo. Passo a passo da Titulação de Território Quilombola. **CPISP**, 2022b. Disponível em: http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/01/CPISP_pdf_CaminhoTitulacao.pdf Acesso em: 8 maio 2022.

CRISTÓVÃO, A.; PEREIRO, X. Turismo rural em tempos de novas ruralidades. In: CITURDES, 8., 2012, Chaves. **Anais[...]**. Chaves: Portugal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/cd0787ec-409b-4a1b-8ba6-fd31f1f6e9d5/content> Acesso em: 2 fev. 2022.

CÚPULA DOS POVOS. Declaração de Turismo, Sustentabilidade e Futuro. **Turismo e Futuro**, 2012. Disponível em: <https://turismoefuturo.webnode.page/sobre-nos/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CUYATE, R.; COSTA, E. A.; MARIANI, M. A. P. Las fiestas como estrategias de implementación de la actividad turística con base local. Reflexiones sobre el Asentamiento 72, Ladário-MS, Brasil. **Estudios y perspectivas en turismo**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 305-326, 2014.

CVELBAR, L.; DWYER, L. An importanceperformance analysis of sustainability factors for long-term strategy planning in Slovenian hotels. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 487e504, 2013.

DECLARACIÓN DE OTAVALO sobre Turismo Comunitario sostenible, competitivo y con identidad cultural. **Documento de Trabajo n. 7**. Serie Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina (REDTURS). Ginebra: OIT, 2006. p. 53-54. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_117523.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

DECLARACIÓN DE SAN JOSÉ sobre Turismo Rural Comunitario. **Documento de Trabajo n. 77** Serie Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina (REDTURS). Ginebra: OIT, 2006, p. 55-56. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_117523.pdf Acesso em: 13 nov. 2021.

DIAS, T. F.; OLIVEIRA, E. F. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Mercados Institucionais: uma Análise Exploratória do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE no Rio Grande do Norte. **HOLOS**, v. 5, p. 1-19, 2019.

DIAS, C. A. G. C.; SILVA, R. T. de B. O reforço das lições da “solidariedade” e da “sustentabilidade” perante o nefasto cenário decorrente da covid-19. **Revista Jurídica**, [s. l.], v. 1, n. 63, p. 114-138, 2021.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOLEZAL, C. Community-Based Tourism in Thailand:(Dis-) Illusions of Authenticity and the Necessity for Dynamic Concepts of Culture and Power. **Austrian Journal of South-East Asian Studies**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 129-138, 2011.

DOXEY, G. V. A causation theory of visitor-resident irritants: Methodology and research inferences. In: ANNUAL CONFERENCE PROCEEDINGS OF THE TRAVEL RESEARCH ASSOCIATION, 6., 1975, San Diego. **Anais[...]**. San Diego: Travel Research Association, 1975, p. 195-198. Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3380728>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DRUCIAKI, F. P. Desenvolvimento territorial: conceito e elementos. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs). **Economia & Desenvolvimento Territorial**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2017. p. 35-55.

DWYER, L. Relevance of triple bottom line reporting to achievement of sustainable tourism: a scoping study. **Tourism Review International**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 79e938, 2005.

DYER, P., ABERDEEN, L.; SCHULER, S. Tourism impacts on an Australian indigenous community: A Djabugay case study. **Tourism management**, [s. l.], v. 24, n.1, p. 83-95, 2003.

ECOINVENT. Ecoinvent database. **Ecoinvent**, 2022. Disponível em: www.ecoinvent.org/. Acesso em: 15 abr. 2022.

EGREJAS, M.; BURSZTYN, I.; BARTHOLO JUNIOR, R. dos S. La valoración del diálogo en la construcción e implementación de rutas turísticas: proyectos Palacios de Rio y Central de Turismo Comunitario de la Amazonia-Brasil. **Estudios y perspectivas en turismo**, [s. l.], v. 22, n. 6, p. 1160-1181, 2013.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (eds.). **The triple bottom line: Does it all add up?** Londres: Routledge, 2013. p. 1-16.

EMMENDOERFER, M. L.; MORAES, W. V. de; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **El periplo sustentable**, [s. l.], n. 31, 2016.

EPLER WOOD, M. **Ecotourism: Principles, practices and policies for sustainability**. United Paris: Nations Environmental Programme, 2002.

ERSKINE, L. M.; MEYER, D. Influenced and influential: the role of tour operators and development organisations in tourism and poverty reduction in Ecuador. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 339-357, 2012.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [s. l.], v. 5, n. 3, 2012.

FAGUNDES, M. B. B.; SCHMIDT, V.; CENTURIÃO, D. A. S. Identificação das variáveis de SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico e o desenvolvimento local: Corumbá-MS. **Informe Gepec**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 6-22, 2013.

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A. Agenda Do Turismo De Base Comunitária De Indiaroba, Sergipe -Brasil: Resultados De Um Projeto De Extensão. **Tourism and Hospitality International Journal**, [s. l.], v. 14, p. 75-90, 2020.

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A. Análise de implantação do turismo de base comunitária em terra caída, Sergipe, Br. **Turismo: Visão e Ação**, [s. l.], v. 23, p. 242-262, 2021.

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A; DAL POZZO, S. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem De Sá? Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-21,

2021.

FERRARI, S. El turismo comunitario urbano como forma de re-existencia cultural y laboral. El modelo de Barrio Egipto (Bogotá). **Cuestiones de sociología**, [s. l.], n. 24, p. e115-e115, 2021.

FERRERA DE LIMA, Jandir. **La diffusion spatiale du développement économique régional**: l'analyse des composantes et de la forme de la diffusion spatiale au sud du Brésil au XXe siècle. Université du Québec à Chicoutimi, 2004.

FERRERA DE LIMA, J. Notes sur les pôles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. **Canadian Journal of Regional Science**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 161-171, 2005.

FERRERA DE LIMA, Jandir. Pôles, polarisation et la diffusion du développement régional: notes de recherches. **Revue Organisations & Territoires**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 75-80, 2016.

FERRERA DE LIMA, J. **Economia Territorial**: Teoria e Indicadores. Campina Grande: Eduepb, 2022.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Impacto Econômico do COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro. **FVG**, 2020. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/1a-edicao-impacto-economico-do-covid19-propostas-para-o-turismo-brasileiro-abril-2020>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FIGUEIRA, E. Capital Social e o Processo de Participação no Desenvolvimento Local. **Fluxos & Riscos**, [s. l.], n. 2, p. 19-27, 2011.

FIGUEIRA, E. **Desenvolvimento local, ruralidade e regionalização**: Problemáticas analisadas a partir das realidades Alentejans. Lisboa: Amazon, 2017.

FORONDA-ROBLES, C.; AZPILLAGA, L. G.-P.- de. Argumentación relativa a la confianza territorial. Claves sobre capital social. **Cuadernos de desarrollo rural**, Bogotá, v. 9, n. 68, p. 41-63, jan./jun, 2012.

FORTUNATO, R. A.; CASTRO, C. M. de. Turismo rural e a produção de novas TERRITORIALIDADES em Teresópolis (RJ). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 698-717, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 15, n. 45, 2008.

FREITAS, L. B. A; FERRERA DE LIMA, J. Municipal development in the differentiated mesoregions of the western Amazon. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 38, n. 115, p. 301-319, 2022.

FREITAS, L. B. A; LIMA, L. B. B. Hierarquização de atrativos turísticos em Aracaju e Ilha Mem de Sá, Sergipe. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 10, n. 2, p. 105-122, 2020.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **Spatial Economy** – Cities, Regions and International Trade. Cambridge, Massachusetts, London, England: The MIT Press, 1999.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. de S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e serviços de saúde**, [s. l.], v. 24, p. 335-342, 2015.

GARCIA, T.; FIGUEIRÓ, A.; DEGRANDI, S. M. Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 139-152, 2013.

GASCÓN, J. The limitations of community-based tourism as an instrument of development cooperation: the value of the Social Vocation of the Territory concept. **Journal of sustainable tourism**, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 716-731, 2013.

GIAMPICCOLI, A. **Globalisation, development and community-based tourism in developing countries: a case study of Pondoland, Eastern Cape**. 2010. Tese Doutorado (Geography Department) - University of KwaZulu-Natal, KwaZulu-Natal, 2010.

GIAMPICCOLI, A. Community-based tourism: Origins and present trends. **African Journal for Physical Health Education, Recreation and Dance**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 675-687, 2015.

GIAMPICCOLI, A.; JUGMOHAN, S.; MTAPURI, O. Community-based tourism in rich and poor countries: Towards a framework for comparison. **African Journal for Physical Health Education, Recreation and Dance**, [s. l.], v. 21, n. 4.1, 1200-1216, 2015.

GIAMPICCOLI, A.; KALIS, J. H. Tourism, food, and culture: Community-based tourism, local food, and community development in m pondoland. **Culture, Agriculture, Food and Environment**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 101-123, 2012.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, O. The role of international cooperation in community-based tourism. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 638, 2014.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, O. Beyond community-based tourism. Towards a new tourism sector classification system. **Gazeta de Antropología**, [s. l.], v. 33, n. 1, 2017.

GIAMPICCOLI, A.; SAAYMAN, M. Community-based tourism, responsible tourism, and infrastructure development and poverty. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 1-28, 2017.

GIAMPICCOLI, A.; SAAYMAN, M.; JUGMOHAN, S. Are 'Albergo Diffuso' and community-based tourism the answers to community development in South Africa? **Development Southern Africa**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 548-561, 2016.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Desafios para a gestão financeira das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras. **Análise**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 76-98 jan./jun. 2008.

GOIDANICH, K. L.; MOLETTA, V. F. **Turismo Ecológico**. 3. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

GÓMEZ, C. R. P.; FALCÃO, M. C.; CASTILLO, L. A. G.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GOODMAN, L. Snowball sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, [s. l.], v. 32, p. 148-170, 1961.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. Rio+ 20 ou Rio-20? crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 15, p. 19-39, 2012.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAIR JR, F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Bookman, 2009.

HALL, C. M. **Tourism planning: Policies, processes and relationships**. Pearson Education, 2008.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HELMSING, A. H. J.; FONSECA, P. E. La economía política institucional del desarrollo local: dos cuentos de turismo en Brasil. **EURE**, Santiago, v. 37, n. 110, p. 31-57, 2011.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. Yale: Yale University, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (orgs). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. p. 21-64.

HOLLAND, J.; BURIAN, B.; DIXEY, L. Tourism in Poor Rural Areas: Diversifying the product and expanding the benefits in rural Uganda and the Czech Republic Pro-Poor Tourism. **Working Paper**, [s. l.], n. 12, 2003. Disponível em: www.propoortourism.org.uk/. Acesso em: 22 jul. 2021.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. In: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). **Croissance et convergence économiques des régions: théorie, faits et déterminants**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p.19-53.

HWANG, D.; STEWART, W. P. Social capital and collective action in rural tourism. **Journal of travel research**, [s. l.], v. 56, n. 1, p. 81-93, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais, 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 08 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama, 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biomass e vegetação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15761-biomass.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 28 mar. 2023.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Proposta de retificação e atualização dos limites da Reserva Biológica de Santa Isabel, no Estado de Sergipe. **Relatório técnico**. Pirambu: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Edital Chamada de proposta para fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília: ICMBIO, Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-projetos-de-turismo-de-base-comunitaria-161117-pdf> . Acesso em: 21 ago. 2023.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: cadernos de experiência**. Brasília: ICMBIO, Ministério do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs.pdf Acesso em: 22 jul. 2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros**. Aracaju: Incra, 2016.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas. Dados população macrorregional. **Ipeadata**, 2020. Disponível em:

<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 21 ago. 2023.

IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN I. (eds.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

ISE B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Bolsa De Valores De São Paulo. **B3**, 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm Acesso em: 11 mar. 2023.

ITABAIANA (Município). Câmara Municipal. **Lei nº 2.471, de 2021**. Institui a Rota da Serra como rota turística do Município de Itabaiana/SE. Itabaiana: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://itabaiana.se.gov.br/lei/leis-ordinarias-2021>. Acesso em: 14 fev. 2024.

JOHN, E.; LOPEZ, M. P. V. Redes e Turismo: questões teóricas sobre o tema. **Revista Espacios**, [s. l.], v. 38, n. 26, p. 1-10, 2017.

JONES, S. Community-based ecotourism: the significance of social capital. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 32, n. 2, pp. 303-324, 2005.

JUGMOHAN, S.; STEYN, J. N. A pre-condition evaluation and management model for communitybased tourism. **African Journal for Physical Health Education, Recreation and Dance**, [s. l.], v. 21, n. 3.2, p. 1065-1081, 2015.

KAREITHI, S. Coping with Declining Tourism, Examples from Communities in Kenya. Pro-Poor Tourism. **Working Paper**, [s. l.], v. 13, 2003. Disponível em: www.propoortourism.org.uk/. Acesso em: 08 maio 2022.

KONTOGEOURGOPOULOS, N.; CHURYEN, A.; DUANGSAENG, V. Success factors in community-based tourism in Thailand: The role of luck, external support, and local leadership. **Tourism planning & development**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 106-124, 2014.

KRIPPENDORF, J. Towards new tourism policies: the importance of environmental and sociocultural factors. **Tourism Management**, [s. l.], p. 135-148, set. 1982.

KRUGMAN, P. R. **Geography and Trade**. Cambridge, Massachusetts: Leuven University Press and The MIT Press, 1991.

KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. Globalization and the inequality of nations. **Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 11, p. 857-880, 1995.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. De Sá. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, [s. l.], v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LEIS, L. P.; CAVALCANTE, C. M. Capital social e suas divergências conceituais. **Estudo & Debate**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 56-73, 2019.

LENAO, M. Challenges facing community-based cultural tourism development at Lekhubu Island, Botswana: A comparative analysis. **Current issues in tourism**, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 579-594, 2015.

LEROY, J. Modelos de desenvolvimento em questão. *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 87-98.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política e Sociedade**, [s. l.], n. 14, p. 107-144, 2009.

LI, Z.; ZHANG, X.; YANG, K.; SINGER, R.; CUI, R. Urban and rural tourism under COVID-19 in China: research on the recovery measures and tourism development. **Tourism Review**, [s. l.], v. 76, n. 4, p. 718-736, 2021.

LIMA, J. F. de; BIDARRA, B. S. Concentração e desigualdade na Região Metropolitana de Curitiba. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 11, p. e20170137, 2019.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 16, 2022.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Institutional Work Affecting Institutions in a Tourism Cluster. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 16, e-2094, 2022.

LINDSTRÖM, K. N.; LARSON, M. Community-based tourism in practice: evidence from three coastal communities in Bohuslän, Sweden. **Bulletin of Geography Socio-economic Series**, [s. l.], n. 33, p. 71-78, 2016.

LOBATO, A. S. Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [s. l.], v. 6, n. 3, 2013.

LÓPEZ-GUZMÁN, T. J.; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S. M. Desarrollo socioeconómico de las zonas rurales con base en el turismo comunitario. Un estudio de caso en Nicaragua. **Cuadernos de desarrollo rural**, [s. l.], v. 6, n. 62, p. 81-97, 2009.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

LUCCHETTI, V. G.; FONT, X. Community based tourism: critical success factors. **ICRT occasional paper**, [s. l.], v. 27, p. 1-20, 2013.

LUPTON, D.; WILLIS, K. **The COVID-19 crisis. Social Perspectives**. London: Routledge, 2021.

MACBETH, J.; CARSON, D.; NORTHCOTE, J. Social capital, tourism and regional development: SPCC as a basis for innovation and sustainability. **Current Issues in Tourism**, [s. l.], v. 7, n. 6, p. 502-522, 2004.

MAGNO, T. S. C.; VASCONCELLOS, A. M. A.; BARROS, J. N.; ARROYO, J. C. T. Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local. **P2P e Inovação**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 15-34, 2022.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MAMIRAUÁ. Instituto Mamirauá. Programa De Turismo De Base Comunitária – PTBC. **Mamirauá**, 2018. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/turismo-comunitario> Acesso em: 25 mar. 2021.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MATOS, E. A. C.; MEDEIROS, R. M. V. Conservação e desenvolvimento de comunidades tradicionais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 22, p. 148-170, 2011.

MAX-NEEF, M. A. Development and human needs. In: EKINS, P.; MAX-NEEF, M. (orgs.). **Real life economics**. London: Routledge, 1992. p. 197-214.

MAX-NEEF, M. A. Empoderamento de comunidades e desenvolvimento alternativo. Pedagogia Social–Artigos. **Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica do Brasil, Boletim**, [s. l.], n. 17, p. 1-3, 2003.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Artmed, 2004.

MAYAKA, M.; CROY, W. G.; COX, J. W. Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 416–432, 2018.

MBALLA, L. V. Desarrollo local y microfinanzas como estrategias de atención a las necesidades sociales: un acercamiento teórico conceptual. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [s. l.], ano 62, n. 229, p. 101–128, 2017.

MEARNS, K. Community-based tourism: the key to empowering the Sankuyo community in Botswana. **Africa Insight**, [s. l.], v. 33, n. 1/2, p. 29-32, 2003.

MÉNDEZ, R. Dinamica capitalista, crisis y reestructuración territorial. In: MÉNDEZ R. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Ariel Geografía, 1997. p. 18-32.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. de. Turismo de Base Comunitária sob influência do processo de Proteção da Natureza na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (CE) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 61-77, 2016.

- MGONJA, J. T.; SIRIMA, A.; BACKMAN, K. F.; BACKMAN, S. J. Cultural community-based tourism in Tanzania: Lessons learned and way forward. **Development Southern Africa**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 377-391, 2015.
- MILANI, A. M. R.; GRADE, M. Desenvolvimento local e economia solidária um caminho possível: a experiência das mulheres solidárias de Roraima. **Economia Política do Desenvolvimento**, [s. l.], v. 4, n. 12, p. 51-67, 2011.
- MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF-Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- MORAES, E. A.; IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo: Visão e Ação**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.
- MORAES, W. V. de; EMMENDOERFER, M. L.; COSTA, N. M. C. da; Las buenas prácticas del turismo de base comunitaria en el territorio de la Serra do Brigadeiro (Minas Gerais, Brasil). **Estudios y perspectivas en turismo**, [s. l.], v. 22, p. 1074-1095, 2013.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability: Development, globalisation and new tourism in the third world**. 4. ed. New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2016.
- MUÑOZ-FERNÁNDEZ, G. A.; CORREA, M. O.; DIAZ-CHRISTIANSEN, S.; LÓPEZ-GUZMÁN, T. J. Turismo comunitario y desarrollo rural. Un análisis de la demanda turística en la isla Santay (Ecuador). **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 409-426, 2017.
- MURPHY, P. **Tourism: a community approach (RLE Tourism)**. Londres: Routledge, 2013.
- MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. International Bank for Reconstruction and Development: Washington, D. C., 1957.
- MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: SAGA, 1968.
- NASCIMENTO, C. A. do; SOUZA, M. de; STADUTO, J. A. R. Análise regional das formas de ocupações e dos rendimentos das mulheres e homens nas áreas rurais do Sul do Brasil na primeira década do século XXI. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. do (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS. 2015. p. 97-122.
- NASH, D. Tourism as a form of imperialism. In: SMITH V. L. (ed.). **Hosts and Guests**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1989. p. 37-52.
- NASRI, Y. X. G.; IRVING, M. I. A.; CABRAL, B. L. F.; DE LIMA, M. A. G.; FONSECA, R. A. Arranjos locais para o lazer de base comunitária: regiões litorâneas

do Rio de Janeiro e do Paraná como laboratórios vivos de análise. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 116-139, 2023.

NAVAS-CAMARGO, F.; VILLEGAS, A. M. Z. Community based tourism: is this progress? **Revista Ciencias Estratégicas**, [s. l.], v. 22, n. 32, p. 253-264, 2014.

NISBET, R. A. **The sociological tradition**. Londres: Routledge, 2017.

NORTH, D. C. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

NORTH, D. La nueva economía institucional. **Libertas**, [s. l.], v. 142, n. 12, may. 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NYAUPANE, G.P.; MORAIS, D.B.; DOWLER, L. The role of community involvement and number/type of visitors on tourism impacts: A controlled comparison of Annapurna, Nepal and Northwest Yunnan, China. **Tourism Management**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 1373-1385, 2006.

OEA. Organização dos Estados Americanos. Declaração de Lima sobre Turismo Rural Comunitário nas Américas. **OAS**, Lima, 4 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sedi/ddes/itc/2015/autoridades.asp>. Acesso em: 25 mar. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Negocios turísticos con comunidades (NETCOM). **Módulo 3 – Manual del Facilitador**. Udet, Disponível em: https://biblioteca.udet.edu.ec/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=2813&shelfbrowse_itemnumber=3954 Acesso em: 25 mar. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Pautas metodológicas para el analisis de experiencias de turismo comunitario. **Programa SEED: documento do trabajo**, Ginebra, n. 73, 2005.

OKAZAKI, E. A community-based tourism model: its conception and use. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 16, n. 5, 511-529, 2008.

OLIVEIRA, A. P.; SANTOS, B. P. C. dos. Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira: organização da atividade ou estratégia de marketing? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 488-505, 2019.

OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento Local: Quo Vadis? **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 25, p. 1698-1714, 2020.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do Estado do Tocantins. **Desenvolvimento Regional em debate**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 32-61, nov. 2016.

OLIVEIRA, R. R.; FERNANDEZ, A. C. F. Entre roças e florestas: passado e presente na Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], v. 13, n. 32, p. 777-802, 2016.

OMT. Organização Mundial do Turismo. Declaración de Nueva York El turismo al servicio de los objetivos de desarrollo del Milenio. **Declaraciones de la OMT**, Madrid, v. 15, n. 2, 2005. Disponível: <https://doi.org/10.18111/unwtodeclarations.2005.15.02>. Acesso em: 1 fev. 2022.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Goa Roadmap for Tourism as a Vehicle for Achieving the Sustainable Development Goals**. Madrid: UNWTO, 2023. Disponível: <https://doi.org/10.18111/9789284424443> Acesso em: 1 fev. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ORTIZ, H. T. O coronavírus reescreverá o turismo rural? Reinvenção, adaptação e ação no contexto latino-americano. **Cenário**, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 55-72, 2020.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**, Bologna, n. 3, p. 1-32, 2007.

OSTROM, E.; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociología**, [s. l.], año 65, núm. 1, p. 155-233, jan./mar. 2003.

PASSINI, J. J. **Agroindústria familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade**. 2020. 150f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

PDITS. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (Polo Costa dos Coqueirais). Documento Técnico - VII. Sergipe: Banco do Nordeste, 2013a. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

PDITS. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS – Polo Velho Chico). **Documento Técnico - VII**. Sergipe: Banco do Nordeste, 2013b. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_VELHO_CHICO.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

PEREIRA, A. C. Sugestão de criação de um festival de cinema de mulheres em Portugal, a partir da leitura de Annette Kuhn. **Galáxia**, [s. l.], n. 24, p. 166-181, 2012.

PEREIRO-PÉREZ, X. Reflexión antropológica sobre el turismo indígena. **Desacatos**, [s. l.], n. 47, p. 18-35, 2015.

PERROUX, F. Economic space: theory and applications. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 64, n. 1, fev. 1950.

PILQUIMÁN-VERA, M. El turismo comunitario como una estrategia de supervivencia. Resistencia y reivindicación cultural indígena de comunidades mapuche en la Región de los Ríos (Chile). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 439-459, 2016.

PINTÉR, L.; HARDI, P.; MARTINUZZI, A.; HALL, J. Bellagio STAMP: Principles for sustainability assessment and measurement. **Ecological Indicators**, [s. l.], v. 17, p. 20-28, 2012.

PLASTINO, M. R.; PEREIRA, D. C.; MAIA, M. G. M.; LOPES, D. A. Ecoturismo, cultura e comunidades: reflexões sobre o entorno da RPPN Santuário do Caraça (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 382-407, 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: PNUD, 2015.

POOKAIYAUDOM, G. The integrated learning of community-based tourism in Thailand. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 106, p. 2890-2898, 2013.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, [s. l.], v. 33, p. 133-158, 2000.

PRESCOTT-ALLEN, R. **Assessing progress toward sustainability: the System Assessment Method illustrated by the Wellbeing of Nations**. Cambridge: IUCN, 1999.

PUGA, D.; VENABLES, A. J. Agglomeration and economic development. **Economic Journal**, [s. l.], v. 109, n. 455, p. 292-311, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAIHER, A. P. Desenvolvimento territorial: uma proposta metodológica. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; LIMA, J.F. (orgs). **Economia & Desenvolvimento Territorial**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2017. p. 69-93.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. Crescimento econômico regional no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 224-249, 2017.

RAIMUNDO, S.; PACHECO, R. Parques Urbanos na Pós Pandemia: sua importância para uma vida com qualidade nas cidades. In: MARQUES, L. (org.). **Cidades Vacinadas: ensaios urbanos e ambientais para um Brasil pós-pandemia**. 1. ed. Rio de Janeiro: RioBooks, 2021. p. 1-5.

REDE TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Rede Tucum**, 2016. Disponível em: <http://www.redetucum.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

REINERT, M. Classification descendante hiérarchique et analyse lexicale par contexte: application au *corpus* des poésies d'Arthur Rimbaud. **Bulletin de méthodologie sociologique**, [s. l.], v. 13, 1987.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. Políticas públicas territoriais e sustentabilidade no semiárido brasileiro: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. **Rev. Ciênc. Admin**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 263-278, dez. 20.

RODRIGUES, W. Capital social e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 43-60, jan./abr. 2018.

ROZEMEIJER, N. **Community-Based Tourism in Botswana**: The SNV Experience in Three Tourism Projects. Gaborone: IUCN/SNV CBNRM Support Programme, 2001.

RUIZ-BALLESTEROS, E. Social-ecological resilience and community-based tourism: An approach from Agua Blanca, Ecuador. **Tourism management**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 655-666, 2011.

RUIZ-BALLESTEROS, E.; CÁCERES-FERIA, R. Community-building and amenity migration in community-based tourism development. An approach from southwest Spain. **Tourism Management**, [s. l.], v. 54, p. 513-523, 2016.

RUIZ-BALLESTEROS, E.; CARRIÓN, D.S. **Turismo comunitario en Ecuador**: desarrollo y sostenibilidad social. Quito: Editorial Abya Yala, 2007.

RUIZ-BALLESTEROS, E.; HERNÁNDEZ, M.; COCA, A. Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad. **PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 399-418, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009a.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense. 1993, p. 29-56.

SACHS, I. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

SALLES, F. R.; FERNANDES, V.; LIMONT, M. Capital social e sustentabilidade: uma relação intrínseca. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, [s. l.], v. 42, p. 398-411, dezembro 2017.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: Interconectando o turismo comunitário com redes de Comércio justo. **Turismo: Visão e Ação**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 244-263, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; CARVALHO, M. B.; ALMEIDA, F. H. R. Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado (micro-bacia do rio sagrado, Morretes, Paraná). **Turismo-Visao e Ação**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 249, 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-24, 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; OYARZÚN, E. **Arranjo Socioprodutivo Local de Base Comunitária: Análise Comparativa de Experiências de Turismo Comunitário no Brasil e no Chile**. Blumenau: mimeo, 2006.

SAMPAIO, C. A. C.; OYARZÚN, E.; SOUZA, M. S.; CÁRCAMO, C.; MANTOVANELI JR, O. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v. 10, n. 4, pp. 288-301, 2007.

SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (eds.), **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142–161.

SANTOS, G. E. de O.; KADOTA, D. K. **Economia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2012.

SANTOS, L. M. L. **Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. C. C. A. **Territorialização do ecoturismo no domo de Itabaiana-SE**. 2007. 156. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. A. De. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, S. R.; SILVA, G. P. F.; SANTOS, J. S.; FREITAS, L. B. A. Turismo e o contexto pandêmico: análise sobre os tours virtuais nas redes sociais oficiais do destino turístico Maranhão (Brasil). **Revista Iberoamericana de Turismo**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 223-238, 2021.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUE, J. Towards a territorial approach for rural development. Research Programme, Institutions and Pro-Poor Growth (IPPG). **Discussion Papers**, [s. l.], v.17, p. 1-33, 2008.

SCHERER-WARREN, I.; HADDAD, S. Redes e sociedade civil global. **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong, 2002. p. 63-92.

SCHMIDT, C. M.; CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; TOMIO, M. Collective Actions in Sustainable Rural Tourism: A Case Study of the Western Region of Paraná. **Systems Research and Behavioral Science**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 249–258, 2015.

SCHMIDT, C. M.; SAES, M. S. M. Ações coletivas: desenvolvimento para arranjos produtivos inseridos no contexto do agronegócio e turismo rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais[...]**. Rio Branco: AgECON, 2008.

SCHMITZ, H.; COSTA, J.N.; SILVA JÚNIOR, S.; BARBOSA, J.E.C. **Relatório da I Excursão das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense**. Belém: IFCH/UFPA, 2010. 17p. mimeografado.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL: TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., 2003, Fortaleza. . **Anais[...]**. Fortaleza: UFC, 2003a, p. 1-2.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, [s. l.], n. 11, p. 70-125, jan./jun. 2003b.

SCHNEIDER, S. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ, F. A. L. (orgs). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 58-72.

SEBELE, L.S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama rhino sanctuary trust, central district, Botswana. **Tourism management**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 136-146, 2010.

SERGIPE (Estado). **Lei nº 7.682, de 17 de julho de 2013**. Torna o Amendoim Verde Cozido patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2013.

SERGIPE (Estado). **Manual de operações do projeto (M.O.P)**. Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Dom Távora. Sergipe: SEAGRI, 2016. Disponível em: <https://www.seagri.se.gov.br/projeto/2/projeto-dom-tavora> Acesso em: 17 ago. 2021.

SERGIPE (Estado). Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe. **MDR**, 2017. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/PDR-SE-versao-web.pdf> Acesso em: 17 ago. 2021.

SERGIPE (Estado). **Caracterização da demanda turística de Sergipe**. Rio de Janeiro: FGV projetos, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3n9zYef> . Acesso em: 2 jan. 2023.

SERGIPE (Estado). **Edital/Chamada Pública**. Sergipe: SEAGRI, 2020. Disponível em: www.seagri.se.gov.br/uploads/transparencia/T200903084516.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

SERGIPE (Estado). Emancipação Política: Sergipe completa 195 anos *de* independência. **Agência Notícias**, 2021. Disponível em: www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/emancipacao-politica-sergipe-completa-195-anos-de-independencia. Acesso em: 17 ago. 2021.

SICHE, R.; AGOSTINHO, F.; ORTEGA, E.; ROMEIRO, A. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 10, p. 137-148, 2007.

SILVA NETO, A. T.; TEIXEIRA, R. M. Mensuração do grau de inovação de micro e pequenas empresas: estudo em empresas da cadeia têxtil-confecção em Sergipe. **RAI Revista de Administração e Inovação**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 205-229, 2011.

SILVA, D. R.; CORBARI, S. D.; SAMPAIO, C. A. C.; GRIMM, I. J. Turismo comunitario en favelas. Un estudio del Favela Inn Hostel, Chapéu Mangueira - Rio de Janeiro, Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 786-804, 2014.

SILVA, E. R. A. Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Relatório IPEA**, 2018.

SILVA, J. A. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo do pólo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 5-23, 2006.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Revista Nova economia**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SILVA, J. M.; MENDES, E. D. P. P. Desafios dos agricultores familiares nas comunidades rurais Cruzeiros dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO). **Formação**, [s. l.], v. 2, n. 19, 2012.

SILVA, R. M. A. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, [s. l.], n. 18, p. 53-76, 2011.

SILVA, Y. F.; LIMA, F. B. C.; CHRISTOFFOLI, A. R. Turismo rural comunitário: Gestión familiar y estrategias de consolidación en el Estado de Santa Catarina (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 576-596, 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. do; CHAVES, M. P. do S. R. As representações sociais sobre turismo em comunidades do Rio Negro (Iranduba-AM). **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 16, n. 2, p.183-199, ago. 2016.

SIMPSON, M. C. The impacts of tourism initiatives on rural livelihoods and poverty reduction in South Africa: Mathenjwa and Mqobela. *In*: SPENCELEY, A. (ed.). **Responsible tourism: Critical Issues for Conservation and Development**. Londres: Routledge, 2010. p. 239–266.

SIN, H. L.; MINCA, C. Touring responsibility: The trouble with ‘going local’ in community-based tourism in Thailand. **Geoforum**, [s. l.], v. 51, p. 96-106, 2014.

SKEWES, J. C.; ZUÑIGA, C. H.; PILQUIMÁN-VERA, M. Turismo comunitario o de base comunitaria: una experiencia alternativa de hospitalidad vivida en el Mundo Mapuche. Tralcao Sur de Chile. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 73-85, 2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1984.

SOUZA, M. de; ELESBÃO, I. A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do Estado do Rio Grande do Sul. *In*: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS, 7., Coimbra, 2008. Cultura, inovação e território. **Anais[...]**. Coimbra: Escola Superior Agrária de Coimbra, 2008, Disponível em: <http://sper.pt/oldsite/actas7cier/tema2.html>. Acesso em: 11 maio 2020.

SPENCELEY, A. Local impacts of community-based tourism in Southern Africa. *In*: SPENCELEY, A. (ed.) **Responsible Tourism: Critical Issues for Conservation and Development**. London:Earthscan, 2008. p. 285–303.

SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], v. 20, n. 50, p. 93-109, 2018.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. de M. N. A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil. **Informe Gepec**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 177-192, 2014.

STEIN, T. V.; CLARK, J. K.; RICKARDS, J. L. Assessing nature's role in ecotourism development in Florida: Perspectives of tourism professionals and government decision-makers. **Journal of Ecotourism**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 155-172, 2003.

STODDARD, J. E.; POLLARD, C. E.; EVANS, M. R. The triple bottom line: a framework for sustainable tourism development. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 233-258, 2012.

STRASSBURG, U.; OLIVEIRA, N. M.; ROCHA JR, W. F. Revisitando o conceito da Nova Economia Institucional (NEI). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, [s. l.], v.12, n. 2, p. 57-74, 2019.

STRASSBURG, U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. A centralidade e o multiplicador do emprego: um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 218-235, 2014.

SUHANDI, A.S. Good practices for community-based tourism in Rinjani National Park, Indonesia. Asia-Pacific Environmental Innovation Strategies (APEIS). **Research on Innovative and Strategic Policy Options (RISPO)**, [s. l.], jun. 2003.

TAVEIRA, M. S. Capital turístico e as teorias sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 4-21, 2016.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. **Turismo: Visão e Ação**, [s. l.], v. 21, p. 02-21, 2020.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 1998. 183f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1998.

THEIS, T.; TOMKIN, J. Applications of phase change materials for sustainable energy. **OpenStax CNX**, 2018. Disponível em: https://cnx.org/contents/F0Hv_Zza@44.1:5iIFPU4K@4/Applications-of-Phase-Change-Materials-for-Sustainable-Energy. Acesso em: 28 ago. 2021.

TOLKACH, D.; KING, B.; PEARLMAN, M. An attribute-based approach to classifying community-based tourism networks. **Tourism Planning & Development**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 319-337, 2013.

TOMAZZONI, E. L.; CROSDALES, L. D. C. C. Ciclo virtuoso de satisfacción de los turistas del evento Natal Luz y desarrollo turístico y socioeconómico de la ciudad de Gramado (Serra Gaúcha, Brasil). **Estudios y perspectivas en turismo**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 630-660, 2013.

TORESAN, L.; GUZZATTI, T. C.; NART, D.; BITENCOURT, R. B. **Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina**: Localização, categorização e descrição geral. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, 2002.

TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina**: impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, 2002.

TREJOS, B.; CHIANG, L. H. N. Local economic linkages to community-based tourism in rural Costa Rica. **Singapore Journal of Tropical Geography**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 373-387, 2009.

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K. K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D.; STRAUS, S. E. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. **Ann Intern Med.**, [s. l.], v. 169, n. 7, p. 467-473, out. 2018.

TUAN, Y.; F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. **Relatório do Encontro de 2010**. Turisol, 2010. Disponível em: <http://www.turisol.org.br>. Acesso em: 11 maio 2020.

TWINING-WARD, L. School of Travel Industry Management, University of Hawaii. **SNV World**, 2007. Disponível em: www.snvworld.org. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNDP. United Nations Development Programme. Search COP. **UNDP**, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/?search=COP>. Acesso em: 15 jul. 2022.

UNWTO, World Tourism Organization. STEP Programme. **UNWTO**, [20--]. Disponível em: http://www.unwto.org/step/pub/en/pdf/step_prog.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

UNWTO. World Tourism Organization. **Tourism and Poverty Alleviation**. Madrid: UNWTO, 2002.

UNWTO. World Tourism Organization. **Tourism and Poverty Alleviation: Recommendations for Action**. Madrid: UNWTO, 2004.

UNWTO. World Tourism Organization. **Tourism, Microfinance and Poverty Alleviation**. Madrid: UNWTO, 2005.

UNWTO, World Tourism Organization. **Poverty Alleviation Through Tourism: a Compilation of Good Practices**. Madrid: UNWTO, 2006.

URANO, D. G.; NÓBREGA, W. R. de M. Turismo de base comunitária e redes: análise das relações de colaboração na Rede Tucum, Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 408-434, 2020.

VÁČKÁŘ, D. Ecological footprint, environmental performance and biodiversity: a cross-national comparison. **Ecological Indicators**, [s. l.], v. 16, p. 40-46, 2012.

VAJIRAKACHORN, T. **Determinants of success for community-based tourism**: the case of floating markets in Thailand. 2011. 245f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Texas A&M University, College Station, Texas, Estados Unidos da América, 2011.

VALCK, M. Supporting art cinema at a time of commercialization: Principles and practices, the case of the International Film Festival Rotterdam. **Poetics**, [s. l.], v. 42, p. 40-59, 2014.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 7, p. 67-87, 2004.

VÁSQUEZ, D. E. G.; VILLEGAS, Y. A. T. Co-evaluación de las condiciones de viabilidad en iniciativas de turismo comunitario en Colombia. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 837-857, 2022.

VÁZQUEZ-BARQUERO A. **Desenvolvimento local**: uma estratégia de criação de emprego. Madrid: Editorial Pirâmide, 1988.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático de DRP. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

VON THÜNEN, J.H. **The Isolated State**. Oxford: Pergamon Press, 1966.

WALKOWSKI, M. C.; DAMO, M. R. S.; LOCH, C. Projeto Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina-SC: um território de identidade e turismo sob a ótica da linguagem de Padrões. **Turismo Visão e Ação**, [s. l.], v.19, n. 2, 319-347, 2017.

WALKOWSKI, M.; ALMEIDA FREITAS, L.; LIMA GELBCKE, D.; ASSING, L. Turismo comunitário e resiliência na Acolhida em Colônia-SC. **Gran Tour, Revista de Pesquisa Turística**, [s. l.], n. 28, p. 21-48, fev. 2024.

WATANABE, C. B. **Fundamentos Teóricos e Prática da Educação Ambiental**. Curitiba: E-tec Brasil, 2016.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

WEFORUM. The World Economic Forum. O relatório de competitividade global 2015-2016. **Weforum**, Genebra, 2016. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017_FINAL.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

WELLEN, A. L. R. Turismo e Desenvolvimento Local a partir do enfoque de Capital Social. **Qualitas Revista Eletrônica**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2009.

WENDT, E.; SCHMIDT, C. M. Ações coletivas e ambiente empreendedor: uma análise do município de Maripá no Oeste do Paraná. In: VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; BRUCH, K. L.; LOCATELLI, L.; GASPAR, L. C. M. (orgs.) **Indicações Geográficas, Signos Coletivos e Desenvolvimento Local/Regional**. Erechim: Deviant, 2019. p. 49-67.

WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 413-436, 2016.

WESENDONCK C. C. Desenvolvimento territorial: políticas públicas e governança, In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (orgs). **Economia & Desenvolvimento Territorial**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2017. p. 56-68.

WILLIAM, E.; WHITE, A.; SPENCEY, A. UCOTA – The Uganda Community Tourism Association: a comparison with NACOBTA. **Working Paper**, Londres, n. 5, 33p. Disponível em: <https://www.gov.uk/research-for-development-outputs/ucota-the->

uganda-community-tourism-association-a-comparison-with-nacobta /. Acesso em: 15 jul. 2022.

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. *In*: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 83-95.

WORLD BANK. Understanding and measuring social capital: a synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative. **Social Capital Initiative Working Paper**, Londres, n. 24, 2001. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/intsocialcapital/Resources/Social-Capital-InitiativeWorking-Paper-Series/sci-wps-24.pdf>. Acesso: 09 mar. 2023.

WWF. World Wide Fund for Nature. Guidelines for community-based ecotourism development. **Panda**, 2001. <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

YANG, L.; WALL, G. Authenticity in ethnic tourism: domestic tourists' perspectives. **Current Issues in Tourism**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 235-254, 2009.

ZHU, H.; DENG, F. How to influence rural tourism intention by risk knowledge during COVID-19 containment in China: mediating role of risk perception and attitude. **International journal of environmental research and public health**, [s. l.], v. 17, n. 10, p. 1-23, 2020.

ZORN, E.; FARTHING, L. C. Communitarian tourism hosts and mediators in Peru. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 673-689, 2007.

ZUÑIGA, C. E. H.; VERA, M. P.; SKEWES, J. C.; SAMPAIO, C. A. C. Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, Sul do Chile. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 498, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de observação não participante

1. Características básicas do município/propriedade/ associações: localização geográfica; economia; histórico; a sede do projeto (localização, placa de sinalização, organização, limpeza, equipamentos etc.); comércio local; responsabilidade socioambiental; tecnologia; políticas públicas.
2. Infraestrutura básica: acessibilidade; Estado de conservação de estradas, ruas e calçadas; fornecimento de água, esgoto e saneamento básico; iluminação pública; limpeza pública (coleta de lixo); manutenção de áreas públicas; organização do espaço público; transporte público; sistema de comunicação; sinalização pública; meios de acesso ao município; sistema de saúde; sistema de segurança; sistema de educação.
3. Infraestrutura de apoio ao TBC e ao entorno: sinalização turística; equipamentos turísticos de lazer; postos de informações turísticas; material promocional; receptivo; guias de turismo; equipamentos e estrutura para eventos; serviços bancários; outros serviços.

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

***Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
CONEP em 04/08/2000***

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Título do Projeto: Turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento local em áreas rurais de Sergipe.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – “CAAE” N°
74045523.5.0000.0107

Pesquisador para contato: Lara Brunelle Almeida Freitas. Telefone: (79) 996484120

Endereço de contato (Institucional): R. Guaíra, 3141 - Jardim Santa Maria, Toledo, PR.

Convidamos o sr. (a) a participar de uma pesquisa de doutorado sobre Turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento local em áreas rurais de Sergipe. O objetivo estabelecido é analisar ações coletivas no turismo de base comunitária em espaços rurais, como estratégia de desenvolvimento local no Estado de Sergipe e têm o propósito de diagnosticar ações/iniciativas coletivas e lideranças comunitárias diretamente envolvidas com a atividade turística e as cadeias produtivas em espaços rurais sergipanos, pretendemos compreender o turismo como alternativa para as comunidades ampliarem a sua renda, podendo conciliar desenvolvimento participativo, apoio a geração de emprego e renda, proteção ambiental e qualidade de vida.

Ao participar da pesquisa há pouco risco à sua saúde física e/ou mental, com pequenas chances de possíveis incômodos tais como: esforço mental o que pode ocasionar cansaço e/ou aborrecimento mental e eventual desconforto psicológico. Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei.

Caso decida a qualquer momento não mais continuar participando da pesquisa, você pode parar e retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados. Caso tenha alguma dúvida ou queira mais informações, você pode entrar em contato com a coordenadora da pesquisa.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e na futura publicação dos resultados. O seu nome, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização.

As informações que você fornecer serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso. Este documento que você vai assinar contém (02) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092. Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do participante da pesquisa ou responsável:

Assinatura: _____

Eu, *Lara Brunelle Almeida Freitas*, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Aracaju, _____ de _____ de 20____.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome do entrevistado(a)

Apêndice C - Roteiro de entrevista utilizados na pesquisa de campo

Atividade produtiva

1. Qual o município da sua comunidade? _____

2. Na sua opinião, qual a atividade principal (a mais importante) que lhe dá o sustento da sua família?

() Agricultura. () Artesanato.
() Agroindústria. () Pecuária.
() Pesca. () Turismo.

Outro: _____

3. Essa atividade principal é a mesma da Associação ou Cooperativa?
() Sim. () Não.

4. Na sua avaliação, existe interesse dos associados em trabalhar com turismo?
() Muito interesse.
() Interesse moderado.
() Pouco interesse.
() Nenhum interesse.

5. Como? _____

6. Você produziu ou vendeu mercadorias de matérias-primas locais para visitantes ou turistas? Quais?

() Sim, artesanato (bonecas, cerâmica, fibras, tecelagem, couro, madeira, cabaça, bordado e rendas, talha em pedra, esculturas, etc.).

() Sim, alimentos e bebidas (pescados e frutos do mar, pães, leite, queijos, mel, geleias, conservas, doces, bolos, sucos, polpas de frutas, licores, etc.).

() Sim, produtos de agricultura familiar: lácteos, orgânicos, frutas, legumes e especiarias.

() Sim, produtos de saúde e bem-estar (ervas medicinais, óleos essenciais, produtos naturais, etc.).

() Não produzi, nem vendi mercadorias locais.

() Outro: _____

7. O que motivou a vender? Em caso negativo, por qual o motivo que não foi possível, poderia detalhar? _____

8. Existem parcerias com outras associações/cooperativas para comercialização dos produtos/serviços?

() Sim, Associações/Cooperativas de Artesãos.

() Sim, Associações/Cooperativas de Produtores/Agricultores.

() Sim, Associações/Cooperativas de Turismo.

() Sim, Associações de Moradores

() Sim, Associações/Cooperativas de catadores(as)/pescueiros/ marisqueiras.

() Não tenho parcerias.

() Outro/Qual: _____

9. Com que frequência vocês discutem problemas e soluções para trabalhar com a atividade turística?

() Diariamente.

() Semanalmente.

() Quinzenalmente.

() Mensalmente.

() Anualmente.

() Não discutimos regularmente.

10. Em que ocasiões vocês discutem esses problemas e soluções? E, quais os principais temas discutidos? _____

11. Com que frequência vocês recebem visitantes ou turistas?

() Diariamente.

() Semanalmente.

() Quinzenalmente.

() Bimestralmente

() Mensalmente. () Nunca.

12. Em qual época do ano o(a) sr(a) percebe que recebe mais visitantes ou turistas? _____

13. O que os visitantes ou turistas procuram quando vem para a comunidade? _____

14. Quanto a atividade de turismo que você pratica representa na sua renda total (o

quanto você tem como ganho)?

() Muito mais da metade da minha renda total.

() Mais ou menos a metade da minha renda total.

() Menos da metade da minha renda total.

() Quase nada da minha renda total.

15. Existe alguma proibição do Poder Público para a prática de alguma atividade produtiva de vocês?

() Não tenho conhecimento sobre restrições.

() Varia de acordo com a prática produtiva (especificar, se possível).

() Sim, há proibição total para qualquer prática produtiva (especificar, se possível).

() Não, não há proibição para qualquer prática produtiva.

() Outro: _____

16. Poderia detalhar a situação? _____

Turismo de Base Comunitária

17. O sr(a) considera que a comunidade está envolvida com o turismo de base comunitária? _____

18. Como a comunidade está envolvida com o turismo de base comunitária? _____

19. Poderia detalhar mais como as características principais do turismo de base comunitária ocorrem na rede e/ou na comunidade? _____

20. Existe algum tipo de apoio técnico para o desenvolvimento do turismo de base comunitária?

() Sim, a comunidade recebe apoio técnico significativo para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

() Sim, há algum tipo de apoio técnico, mas é limitado.

() Não, a comunidade não recebe apoio técnico para atividades de turismo de base comunitária.

() Não tenho informações sobre o suporte técnico disponível.

21. De que forma vem esse apoio, quem apoia? _____

21. Quais são as principais dificuldades/desafios para desenvolver iniciativas de turismo comunitário na localidade? _____

22. Quais as soluções encontradas para esses problemas? _____

23. A comunidade recebe ou receberam algum tipo de treinamento profissional para gestão do turismo de base comunitária/local? Pode descrever como ocorreu o processo de capacitação? _____

Comunicação em geral

24. O grupo usa as mídias sociais (Whatsapp, Facebook, TikTok, Instagram, Youtube) para entrar em contato com visitantes ou turista para divulgar as iniciativas de turismo?

() Sim, usamos ativamente as mídias para nos comunicar com os visitantes, antes da sua chegada.

() Sim, usamos ativamente as mídias para nos comunicar com os visitantes, durante sua visita.

() Não, não usamos as mídias para entrar em contato com visitantes.

25. Quais canais de mídia social o sr. (a) usa para entrar em contato com os visitantes ou turistas?

() Whatsapp () Facebook Agradecemos

() TikTok () Instagram

() Youtube

() Outro: _____.

Apêndice D - Quadro síntese teórico-metodológico que subsidiou o roteiro de entrevista

Dimensão	Itens correspondentes	Autores proponentes
Atividade Produtiva	Organização Comunitária - Trabalho em equipe, desempenho das associações/cooperativas e redes.	Associativismo (Irving, 2019; Faxina; Freitas, 2021; Maldonado, 2009 ; Mballa, 2017; Walkowski; Damo; Loch, 2017), Cooperativismo (Alcântara; Sampaio; Zabala, 2018; Faxina; Freitas, 2021; Irving, 2019; Maldonado, 2009 ; Mballa, 2017), e Redes (Faxina; Freitas, 2021; Moraes; Irving; Mendonça, 2018; Rede Tucum, 2016; Sampaio <i>et al.</i> , 2007b; Teixeira <i>et al.</i> , 2019; Turisol, 2010; Urano; Nóbrega, 2020).
	Comercialização de produtos/serviço.	Autogestão e comercialização de produtos/serviços (Aldecua, 2011; Bursztyn, 2012; Faxina; Freitas, 2021; Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Teixeira <i>et al.</i> , 2019) e Parcerias (Faxina; Freitas 2020, 2021; Maldonado, 2009; Teixeira <i>et al.</i> , 2019).
	Ações e Discussões coletivas para o Turismo.	(Alcântara; Sampaio; Zabala, 2018; Arruda <i>et al.</i> , 2013; BOLAÑOS-SILVA <i>et al.</i> , 2019; Cuyate; Costa; Mariani, 2014; Egredas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013; Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Faxina; Freitas, 2020, 2021; Ferrari, 2021; Fortunato; Castro, 2017; Giampiccoli, 2010, 2015 Matos; Matos; Medeiros, 2011; Moraes; Emmendoerfer; Costa, 2013; Muñoz-Fernández, 2017; Oliveira; Fernandez, 2016; Pilquimán-Vera, 2016; Sampaio <i>et al.</i> , 2007ab; 2008; Sampaio; Coriolano, 2009; Silva <i>et al.</i> , 2014; Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Sperb; Serva, 2018; Urano; Nóbrega, 2020).
	Atratividade turística e oferta de bens e serviços.	Autenticidade e potencialidade local (Cuyate; Costa; Mariani, 2014; Faxina; Freitas 2020, 2021; Lima; Irving; Oliveira, 2022; Vásquez; Villegas, 2022), Recursos patrimoniais culturais e naturais (Okazaki, 2008), Recepção de turistas (Egredas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013), e oportunidades de renda (Benevides, 2002; Faxina; Freitas 2020, 2021; Lucchetti; Font, 2013).
	Conflitos e Restrições por parte do Poder Público.	Defesa do território (Matos; Medeiros, 2018; Oliveira; Fernandez, 2016; Skewes; Zuñiga; Pilquimán-Vera, 2015; Sperb; Serva, 2018; Zuñiga <i>et al.</i> , 2012; Pilquimán-Vera, 2016).
Turismo de Base Comunitária	Conceito e Envolvimento da Comunidade.	Comunidade (Nisbet, 1967; Wirth, 1973) e Protagonismo Comunitário (Alcântara; Sampaio; Zabala, 2018; Arruda <i>et al.</i> , 2013; Bolaños-Silva <i>et al.</i> , 2019; Cuyate; Costa; Mariani, 2014; Egredas; Bursztyn; Bartholo Junior, 2013; Faxina; Freitas 2020, 2021; Faxina; Freitas; Dal Pozzo, 2021; Ferrari, 2021; Fortunato; Castro, 2017; Giampiccoli, 2010, 2015; Icmbio, 2019; Matos; Medeiros, 2011; Mayaka <i>et al.</i> , 2018; Moraes; Emmendoerfer; Costa, 2013; Muñoz-Fernández, 2017; Oliveira; Fernandez, 2016; Pilquimán-Vera, 2016; Sampaio <i>et al.</i> , 2007ab; 2008; Sampaio; Coriolano, 2009; Silva <i>et al.</i> 2014; Silva; Lima; Christoffoli, 2016; Sperb; Serva, 2018; Urano; Nóbrega, 2020).
	Princípios do Turismo de Base Comunitária.	Autogestão (Gómez <i>et al.</i> , 2015; Faxina; Freitas, 2021; Irving, 2009; Leal; Rodrigues, 2018; Maldonado, 2009), Solidariedade (Arruda <i>et al.</i> , 2013; Faxina; Freitas, 2021; Leal; Rede Tucum, 2016; Rodrigues, 2018; Sampaio; Coriolano, 2009; Silva <i>et al.</i> , 2016; Sperb; Serva, 2018; Turisol, 2010) Democratização de oportunidades/benefícios e Cooperação (Gascón, 2013; Faxina; Freitas, 2021; Irving, 2009; Maldonado, 2009).
	Desafios do Turismo de Base Comunitária.	Apoio Técnico e Treinamento profissional (Gascón, 2013; Faxina; Freitas 2020, 2021; Moraes; Irving; Mendonça, 2018; Nyaupane <i>et al.</i> , 2006), Comunicação e Organização comercial (Gascón, 2013; Sebele, 2010), Desconhecimento sobre negócios turísticos; pseudoparticipação e reorganização do trabalho e do tempo (Gascón, 2013); Falta de articulação comunitária (Gascón, 2013; Okazaki, 2008); Planejamento e Controle (Mowforth; Munt, 2016); e Resiliência (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

Apêndice E - Quadro-síntese de Estratégias de Desenvolvimento Local e Eixos de ações identificadas a partir de pesquisa *in loco*

Território	Município	Organização Comunitária	Estratégia de Desenvolvimento Local	Eixos de Ações
Agreste Central	Itabaiana.	Cooperativa de Beneficiamento de Castanhas do Povoado Carrilho.	- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação e promoção da cultura castanheira; - Fortalecimento das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
	Moita Bonita.	Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Moita Bonita.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e à identidade do agricultor familiar; - Apoio à certificação e rotulagem dos produtos (alimentos e bebidas) comercializados; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição e acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados regionais, incluindo parcerias com varejistas, redes de supermercado e organizações de comércio justo.

				- Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
Alto Sertão Sergipano	Poço Redondo.	Associação de Desenvolvimento do Jacaré Curituba no perímetro do assentamento.	- Provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária.	- Necessidade de incentivos fiscais e financeiros; - Necessidade de desenvolvimento de mercados locais e feiras de comércio justo. - Necessidade de incentivo à exportação e ao comércio internacional por meio de programas de exportação e acordos comerciais; - Necessidade de programas de capacitação e qualificação para participação em editais e chamadas públicas de compras institucionais (PAA; PNAE).
			- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística, espaços comunitários e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Associação Manoel Rosendo Quilombola da Guia na Comunidade Quilombola Serra da Guia.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística, espaços comunitários e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
Baixo São Francisco	Brejo Grande.	- Associação Comunitária Remanescente Quilombo Brejão dos Negros; - Grupo “As Dandaras” na Comunidade Quilombola Santa Cruz.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Ribeirinhas dos Povoados de Saramem e Resina.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca, à identidade de produtos artesanais e alimentos; - Apoio à certificação e à rotulagem de produtos artesanais e alimentos; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Apoio ao cadastro e comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
	Pacatuba.	Associação dos Pescadores da	- Fortalecimento de	- Desenvolvimento de infraestrutura turística, espaços comunitários e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé;

		Comunidade Ribeirinha no Povoado Ponta dos Mangues.	nichos locais no turismo de base comunitária.	- Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura ribeirinha; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Estímulo a programas de Recuperação de Ecossistemas Degradados; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
Leste Sergipano	Capela.	Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais Uniao Das Mulheres - Agrovila Santo Antônio no Assentamento José Emídio dos Santos.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca, à identidade, à certificação e à rotulagem de produtos diferenciados; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na biodiversidade local; - Comercialização de mudas, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com redes de comercialização e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
			- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística, espaços comunitários e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo Terra Dura e Coqueiral.	- Provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária.	- Necessidade de incentivos fiscais e financeiros; - Necessidade de Desenvolvimento de Mercados Locais e Feiras de Comércio Justo - Necessidade de incentivo à exportação e comércio internacional por meio de programas de exportação e acordos comerciais; - Necessidade de programas de capacitação e qualificação para participação em editais e chamadas públicas de compras institucionais (PAA; PNAE).
			- Inclusão de	- Desenvolvimento de infraestrutura turística, espaços comunitários e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário;

			nichos locais no turismo de base comunitária.	- Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Associação Remanescentes Quilombolas <i>Pirangi</i> .	- Provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária.	- Necessidade de incentivos fiscais e financeiros; - Necessidade de Desenvolvimento de Mercados Locais e Feiras de Comércio Justo - Necessidade de incentivo à exportação e comércio internacional por meio de programas de exportação e acordos comerciais; - Necessidade de programas de capacitação e qualificação para participação em editais e chamadas públicas de compras institucionais (PAA; PNAE).
			- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística, espaços comunitários e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
	Japaratuba.	Associação das Catadoras de Mangaba de Porteiras.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
	Pirambu.	Associação dos Catadores de Mangaba	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local;

		do Povoado Baixa Grande.		- Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
			- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura extrativista; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Programas de Recuperação de Ecossistemas Degradados; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Associação Comunitária Participativa de Aningas e Lagoa Redonda.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Comunidade Quilombola Aningas.		
		Associação de Moradores do Povoado Alagamar na comunidade Quilombola Alagamar.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.

Grande Aracaju	Barra dos Coqueiros.	Associação Quilombola do Pontal da Barra.	- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		Associação das <i>Catadoras(es)</i> de <i>Mangaba</i> do Município da <i>Barra dos Coqueiros</i> , Povoado Capuã.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
			- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura extrativista; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Programas de Recuperação de Ecossistemas Degradados; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
	Itaporanga D'Ajuda.	Associação de Moradores da Ilha de Mem de Sá.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura ribeirinha;

				- Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Programas de Recuperação de Ecossistemas Degradados; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
Laranjeiras.	Cooperativa dos artesões de Laranjeiras. Sede.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.		- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
		- Construção de mercados com base em rede associativa.		- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
		- Inclusão de nichos locais no turismo de base comunitária.		- Desenvolvimento de infraestrutura e sinalização turística; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
	- Associação de desenvolvimento comunitário dos povoados Muçuca e Balde; - Associação de Agricultores do	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.		- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura quilombola; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.

		Território Quilombola Mussuca; - Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas no Povoado Mussuca.	- Provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária.	- Necessidade de incentivos fiscais e financeiros; - Necessidade de Desenvolvimento de Mercados Locais e Feiras de Comércio Justo - Necessidade de incentivo à exportação e comércio internacional por meio de programas de exportação e acordos comerciais; - Necessidade de programas de capacitação e qualificação para participação em editais e chamadas públicas de compras institucionais (PAA; PNAE).
	São Cristóvão.	Associação de Moradores da Ilha Grande.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de infraestrutura turística e sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura ribeirinha; - Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Programas de Recuperação de Ecossistemas Degradados; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
			- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i> ; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
Sul Sergipano	Indiaroba.	Associação de Moradores do Povoado Pontal.	- Fortalecimento de nichos locais no turismo de base comunitária.	- Desenvolvimento de sinalização turística; - Estabelecimento de diretrizes e protocolos de boa-fé; - Estímulo ao processo participativo de envolvimento comunitário; - Estímulo a programas de integração intergeracional; - Estímulo a preservação da cultura ribeirinha;

				- Fortalecimento da diversificação de experiências turísticas autênticas e das redes de apoio; - Programas de Recuperação de Ecossistemas Degradados; - Monitoramento e avaliação participativos do impacto do turismo.
		- Grupo de Produção de Mulheres Empoderadas de Terra Caída; - Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local; - Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
			- Empoderamento comunitário, usando moeda própria.	- Fortalecimento da identidade e coesão comunitária; - Criação de redes de troca e comércio limitadas à moeda local; - Financiamento em projetos comunitários com a moeda local; - Programas de educação financeira;
		Associação de Pequenos Produtores Rurais.	- Provisão pública privilegiada de incentivo à comercialização de produtos da economia solidária.	- Necessidade de incentivos fiscais e financeiros; - Necessidade de Desenvolvimento de Mercados Locais e Feiras de Comércio Justo - Necessidade de incentivo à exportação e comércio internacional por meio de programas de exportação e acordos comerciais; - Necessidade de programas de capacitação e qualificação para participação em editais e chamadas públicas de compras institucionais (PAA; PNAE).
			- Empoderamento comunitário, usando moeda própria.	- Fortalecimento da identidade e coesão comunitária; - Criação de redes de troca e comércio limitadas à moeda local; - Financiamento em projetos comunitários com a moeda local; - Programas de educação financeira;
		Associação das Catadoras de Mangaba na Sede.	- Escopo aos nichos específicos que não são inseridos no mercado convencional.	- Apoio à marca e identidade; - Apoio à certificação e rotulagem; - Desenvolvimento de produtos/serviços diferenciados com base na cultura local;

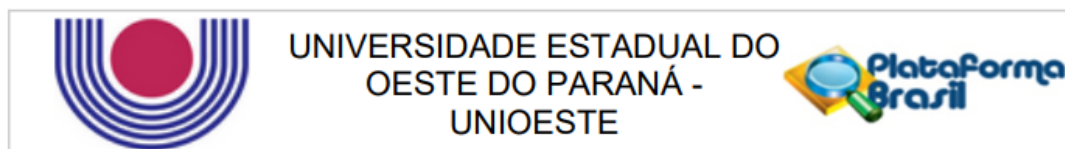
				- Comercialização de produtos artesanais, alimentos e bebidas; - Desenvolvimento de redes de apoio; - Necessidade de marketing; promoção e inovação;
			- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;
	Estância.	- Associação das Catadoras de Mangaba da Comunidade Quilombola Curuanha; - Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinhas; - Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Manoel Dias.	- Construção de mercados com base em rede associativa.	- Identificação e mapeamento de <i>stakeholders</i>; - Identificação de redes de distribuição; - Identificação de acesso a canais de distribuição alternativos; - Identificação de oportunidades específicas em feiras de turismo; - Identificação de redes de apoio e colaboração; - Desenvolvimento de infraestrutura compartilhada; - Promoção do consumo consciente e engajado; - Necessidade de facilitação de acesso a mercados, incluindo parcerias com varejistas e redes de supermercado e com organizações de comércio justo. - Necessidade de advocacia e representação dos interesses/necessidades da rede;

Apêndice F- Plano de ações para fortalecimento do TBC

Ações	Cronograma	Indicadores de Sucesso/Métricas
Mobilização das lideranças comunitárias identificadas nas organizações coletivas, conforme nichos específicos e potenciais por comunidades, situadas nas unidades de análise nos Territórios de Planejamento no Estado de Sergipe (Ver Quadro 5 da subseção 4.1).	-Mês 1: Definição de critérios para seleção das lideranças mobilizadas; -Mês 1-2: Elaboração de um plano de comunicação e engajamento para as lideranças que inclua reuniões iniciais para sua apresentação e coleta de informações sobre necessidades e expectativas; -Mês 3: Criação de materiais informativos e convites; Definição de datas e locais para encontros preferencialmente presenciais, ou ambientes virtuais.	-Número de lideranças comunitárias mobilizadas; -Percentual de participação comunitária nas iniciativas de turismo e desenvolvimento local, com membros ativos instituídos nas organizações coletivas; - Número de atividades relacionadas com a diversificação e o fortalecimento das comunidades envolvidas.
Realização de mentorias e capacitações em oficinas integradas para: (i) desenvolvimento de competências organizacionais e de gestão; (ii) formatação de experiências turísticas autênticas, memoráveis e sustentáveis; (iii) viabilização de pesquisas de mercado e métricas de avaliação contínua.	-Mês 1 - 2: Seleção e convite de facilitadores; Preparação de materiais, recursos didáticos e melhores práticas de engajamento comunitário; -Mês 3-4: Divulgação e inscrição dos participantes; -Mês 5-11: Execução das oficinas. -Mês 12: Estabelecimento de métricas de avaliação contínua.	-Número de mentorias e oficinas; -Percentual de avaliação positiva dos participantes; -Número de protótipos turísticos com base nas pesquisas de mercado. - Implementação de métricas de avaliação contínua.
Criação participativa de diretrizes, normativa e protocolos voltados para o respeito ao poder simbólico e empoderamento local das comunidades.	-Mês 1-3: Criação das diretrizes e protocolos de consentimento prévio, livre e informado; - Mês 4-6: Elaboração de normativa estadual; -Mês 7-9: Sensibilização para aprovação e implementação da normativa estadual.	- Percentual de comunidades participando na criação das diretrizes, normativa e protocolos. - Aprovação e implementação diretrizes, protocolos e normativa estadual.
Validação das experiências turísticas autênticas, memoráveis e sustentáveis por intercâmbios entre comunidades.	- Mês 1-2: Identificação de comunidades para o intercâmbio; - Mês 3-5: Planejamento e organização dos intercâmbios com ordenamento da visita aos atrativos turísticos e rotas comunitárias; - Mês 6-12: Realização dos intercâmbios e avaliação dos resultados.	- Número de comunidades participantes nos intercâmbios. - Percentual de avaliação positiva das experiências pelos participantes e turistas nos nichos atendidos. - Percentual de ampliação do mercado de turismo comunitário. - Quantidade de atividades de integração e colaboração contínua entre as comunidades após os intercâmbios.
Criação de estratégias de parcerias e marketing, para (i) ampliar a participação comunitária; (ii) mobilizar recursos; (iii) comercializar as experiências e serviços turísticos personalizados; além dos produtos da economia solidária.	- Mês 1-12: Estabelecimento de parcerias para promoção e comercialização; - Mês 1-12: Desenvolvimento de estratégias de marketing para promoção e comercialização; - Mês 1-12: Comercialização de produtos e empreendimentos da economia solidária; - Mês 1-12: Estabelecimento de provisão de incentivos públicos.	- Número de parcerias estabelecidas com resultados de colaboração. - Percentual de alcance das campanhas de marketing; - Percentual de vendas das experiências e serviços turísticos personalizados; - Percentual de vendas dos produtos da economia solidária. - Percentual de satisfação dos empreendimentos beneficiados.

Anexos

Anexo A - Parecer consubstanciado da comissão ética de pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento local em áreas rurais de Sergipe

Pesquisador: LARA BRUNELLE ALMEIDA FREITAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74045523.5.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.424.690

Fonte: Plataforma Brasil, 2024.

Anexo B - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: PNUD (2015).